

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”

notas críticas sobre o debate socioambiental indigenista amazônico

Ana Beatriz Miraglia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões

São Paulo

2007

Índice

Brevíssimo prefácio	Pg. 10
Capítulo 1 “Desenvolvimento”, “meio ambiente“ e “cultura”: discursividades em debate	
1.1. Apresentação.....	Pg. 12
1.2. De notícias e não-notícias faz - se a dissertação.....	Pg. 20
1.3. Antropologia e o “desenvolvimento”.....	Pg. 44
Capítulo 2 A pluridimensionalidade de uma idéia em debate	
2.1. Vertentes do “desenvolvimento”: do crescimento econômico aos modelos críticos.....	Pg. 50
2.2. A noção de “desenvolvimento” e suas adjetivações: um percurso histórico do termo.....	Pg. 86
Capítulo 3 Da internacionalização do “desenvolvimento indígena” ao debate indigenista amazônico	
3.1. “Desenvolvimento indígena” e negociações globais no campo dos “projetos de desenvolvimento”.....	Pg. 111
3.2. Povos indígenas e a discursividade do “desenvolvimento sustentável”	Pg. 123
3.3. Estado nacional, cooperação internacional e “projetos indígenas”: o caso do PDPI.....	Pg. 135
Comentário final	Pg. 152
Cronologia das notícias, artigos e entrevistas de jornais utilizados na dissertação	Pg. 157
Bibliografia	Pg. 159

Resumo

palavras-chaves: desenvolvimento, meio ambiente, cultura, discursividades, antropologia.

Nas últimas décadas, a propagação mundial de preocupações ambientais e culturais relacionadas aos debates sobre a idéia de “desenvolvimento” vem exigindo reformulações tanto teórico-metodológicas em certos campos disciplinares, quanto na esfera de elaboração de intervenções no modo como novos arranjos socioculturais-político-ambientais são compreendidos e, em alguns casos, transformados, sem que suas especificidades sejam negligenciadas nestes movimentos. São conjuntos de relações que acomodam, conflituosamente, distintos regimes de verdade, configurações institucionais díspares e manifestações diversas de poder que implicam novos desafios interpretativos, tanto quanto práticos. Tendo este cenário em mente, a problemática abordada na presente pesquisa é composta por três temas discursivos que circulam no enredo delineado acima: “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”. Esta investigação tem como proposta analisar a articulação desses três temas em dois planos analíticos. De um lado, trata-se de discutir como as problemáticas do “meio ambiente” e da “cultura” foram relacionadas aos debates sobre as possíveis redefinições da noção de “desenvolvimento” nos últimos sessenta anos, desde o seu surgimento no contexto geopolítico do pós Segunda Guerra Mundial. Por outro, analisar as representações a respeito dos três temas discursivos referidos em debates atuais sobre formulação de políticas socioambientais para a Amazônia indígena brasileira. A intenção foi demonstrar como certos impasses históricos relacionados às reconfigurações do termo “desenvolvimento” - em decorrência das críticas ecológicas e culturalistas ao seu significado economicista - reaparecem na arena política socioambiental amazônica indigenista recente, conectando, assim, os dois planos analíticos desta pesquisa.

Abstract

key words: development, environment, culture, discourses, anthropology.

In the last decades, the dissemination through out the world, of environmental and cultural uncertainties related to the debates taking into account the reflection over the idea of “development”, is excising the need to review and reformulate both the theoretical and the methodological aspects in certain disciplinary fields of knowledge. Also, in the elaboration of the manners to structure interventions in social, political, cultural & environmental arrangements to avoid neglecting their multiple specifics. These are clusters of relations that have to provide for accommodation of a conflictious nature, distinctive regimes of truth, dissimilar institutional configurations, associated to diverse manifestations of power, which imply innovative means of interpretation, as well as original ways of implementing their practical application. Bearing in mind this new overall scenario, the problematical object of this research is to approach the subject, considering three discursive themes, which flow through out the state of affairs as mention above: “development”, “environment” and “culture”. The proposed study has as its main goal to argue the enunciation of these three objectives in two analytical stratus. Initially, relate the discussions of how the “environmental” and “cultural” tribulations where connected to the debates over possible redefinitions of the conception of “development” in the last 60 years, beginning with the geo political policy context emerged post Second World War events. Thereafter, discuss the recent landmarks regarding the three discursive dimensions referred to above, when associated to the formulation of socio-environmental public policies where the concern is at stake in the indigenous Brazilian Amazon. The intentions are to demonstrate how certain historical obstacles, interrelated to the effort of redefinition of the term “development” – due mainly to the recurring cultural and ecological criticism to its econometrical meaning – resurface in today’s Amazonian political and environmental debates regarding the Amazonian indigenous people, connecting thus the two analytical spheres of this research.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS - USP). Aos funcionários do Departamento de Antropologia Social.

À FAPESP pela bolsa concedida desde o início desta pesquisa. À Ford Foundation pela bolsa concedida que possibilitou a minha participação no curso sobre ética ambiental no Schumacher College durante março de 2005, logo antes do início das atividades da pós-graduação. Aos professores e colegas do curso no Schumacher, pelas discussões estimulantes e ótima convivência.

À Dominique Gallois pelo exemplo de profundo comprometimento em seu trabalho realizado com os povos indígenas. Pelas duas orientações na graduação. A primeira financiada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP (2001-02) para catalogar o material audiovisual do cinegrafista Waiãpi Kasiripinã arquivado no acervo do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII). Por conta desta atividade tive a oportunidade de participar de uma oficina de formação em audiovisual na TI Waiãpi durante janeiro de 2002. Aos Waiãpi que receberam a mim e as outras estudantes, especialmente Waiwai e família e Kasiripinã e família. Também sob a orientação de Dominique tive uma bolsa FAPESP (2003) para realizar pesquisa sobre modelos de “desenvolvimento” na história moderna da Amazônia, que foi a base para o projeto desta dissertação.

Ao Júlio Simões cuja “cultura antropológica” é admirável pela consistência e abrangência de assuntos, por ter aceitado me orientar. Pelas leituras cuidadosas dos meus escritos ao longo da pesquisa e pelas sugestões enriquecedoras. As possíveis lacunas desse trabalho são de inteira responsabilidade minha.

Ao Rui Murrieta pelo exemplo de seriedade e competência na pesquisa e no ensino. Pela orientação acadêmica desde a graduação e pela amizade.

Alguns professores da graduação cujos cursos foram, de diferentes maneiras, importantes. Em ordem alfabética: Álvaro Comin, Beatriz Perrone Moisés, Eduardo Neves, Eunice Durham, Fernanda Peixoto, Flávio Pierucci, John Cowart Dawsey e Lilia Schwarcz.

Aos colegas e professores do PPGAS. À Val pelo interesse no trabalho e sugestões de leitura. Dois professores em especial: Ana Claudia Marques pelo curso “Teorias Clássicas em Antropologia” e José Eli da Veiga pelo curso “Desenvolvimento e Meio Ambiente” oferecido na Faculdade de Economia da USP; fundamental para a escrita do segundo capítulo. Agradeço também José Eli pelas discussões em classe.

Ao ISA onde consultei os arquivos tanto na graduação, quanto na pós.

À comunidade Guarani do Jaraguá e aos colegas do grupo de extensão universitária Oiporama Orerekó, especialmente, Carol, Dani e Fernandinho, pela rica experiência de trabalho em grupo.

Aos amigos da graduação que fizeram os anos da Ciências Sociais muito divertenti: Bruno, Lê, Bia, Ju, Oli, Fred, Deia, Dea, Carol, Bru, Dan, Nana e Pi. Ao Lê e à Ju que entraram comigo no PPGAS, companhias especiais.

Zé, Tati e Téia pelos primórdios da vida universitária. Lila, Tuna, Dea, Carú, Giulia e Ric-Fritz por me acompanharem em mais esta.

Aos meus primos: Lau, Fe, Fre e Cox que eu quero sempre perto de mim. Ao Fre por responder minhas dúvidas de economia. Doca, Dada, os Bondioli, Tia Helo, Tia Ana e Tio Kiko pelo carinho de sempre.

Paula e João, sem vocês nada seria possível e com certeza tudo ficaria infinitamente menos divertido. Obrigada por cuidarem de mim.

Mami e Pá, por tudo, mas, sobretudo, por terem me dado liberdade para apreender a fazer escolhas.

À Minha avó Chafi que contava as melhores histórias e de quem eu tenho saudades.

Espero dar continuidade ao debate de idéias inicialmente problematizadas neste trabalho.

Siglas mencionadas:

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
DS - Desenvolvimento sustentável
DDD - Declaração do Direito ao Desenvolvimento
DFID - Department For International Development (Governo Britânico)
DI - Desenvolvimento indígena
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Agência criada em 1983, voltada para o combate à fome e à pobreza através do “desenvolvimento agrícola”.
FI - Fundo Indígena ou Fundo para o desenvolvimento dos povos indígenas da América Latina e Caribe
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
G-7 - Grupo dos sete países mais industrializados, composto pelos EUA, Canadá, Japão, Reino Unido, França, Alemanha e Itália.
GEF - Global Environment Facility (Programa Ambiental Global do Banco Mundial)
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ - Deutsche Gesellschaft Fur Technische Zusammenarbeit (Cooperação Técnica Alemã)
IFAD - International Fund for Agriculture and Development. Fundo criado em 1977, para Combater à “pobreza rural” em países “em desenvolvimento”.
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH - Índice de desenvolvimento humano
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PDA - Projetos Demonstrativos - Tipo A
PD/I - Projetos Demonstrativos em Áreas Indígenas
PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas da Amazônia Legal
PPG-7 - Programa de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia
PTIS - Programa orçamentário federal “Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento”
RFT - Rain Forest Trust Fund (Fundo para as Florestas Tropicais - Banco Mundial)
SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI - Terra Indígena
UE - União Européia
WCED - World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, Comissão Brundtland)
UC - Unidade de Conservação
UNEP - United Nations Environment Programme (Programa de Meio Ambiente da ONU)
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Marcos importantes à pesquisa referentes à história do termo “desenvolvimento”:

- 1949 Lançamento do “Four Point Program” no discurso de posse do então presidente dos EUA, Henry Truman (1884 -1972).
- 1968 Publicação na revista Science do artigo "The Tragedy of the Commons", do biólogo neomalthusiano Garret Hardin (1915 - 2003).
- 1972 Publicação do relatório “The Limits to Growth”.
- Criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP).
- Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia.
- 1973 O primeiro diretor executivo da UNEP, Maurice Strong, lança o termo “ecodesenvolvimento”.
- 1981 Reunião organizada pela UNESCO de “Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina”, em San José, Costa Rica, quando são definidas as bases da noção de “etnodesenvolvimento”.
- 1982 Encontro da UNEP em Nairobi (10 anos da Conferência de Estocolmo) com a proposta de formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED).
- 1987 Publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED): “Our Common Future” (Relatório Burtland).
- 1990 Criação do Global Environment Facility (GEF) do Banco Mundial.
- Publicação do primeiro relatório anual do PNUD sobre Desenvolvimento Humano, no qual o IDH é lançado.
- 1992 Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), no Rio de Janeiro, Brasil.
- Lançamento do Programa de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras - PPG7 financiado pelo G7 e pela União Européia.
- Publicação do relatório anual sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial: “Environment and development in Latin America and Caribbean: the role of the World Bank”.
- 2000 Primeira Conferência Internacional da ONU sobre o direito à autodeterminação.
- 2004 Publicação do relatório anual do PNUD sobre Desenvolvimento Humano dedicado ao tema da “cultura”: “Cultural Liberty in today’s diverse world”.

Marcos importantes à pesquisa sobre indigenismo internacional e o tema “desenvolvimento”:

- 1972 Publicado estudo da ONU “Problem of Discrimination against Indigenous Population.”
- 1981 Banco Mundial lança documento intitulado “Economic development and tribal people: human ecologic considerations”, usado como base para a definição do “Operational Manual Statment 2.34” ou OMS 2.34.
- 1982 Lançamento oficial do OMS 2.34 pelo Banco Mundial, documento que estabelece pela primeira vez, no âmbito de uma organização multilateral, critérios que mitigassem possíveis impactos negativos causados aos povos indígenas do mundo em implementação de projetos do Banco.
- 1989 Realizado no mês de fevereiro o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira (PA), no qual aconteceram protestos contra a construção das hidrelétricas do Xingu que teria financiamento do Banco Mundial.
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre “Povos Indígenas e Tribais”. Quando ocorre a revisão da Convenção 107 da OIT, estabelecida em 1957.
- 1990 Lançamento do programa do Banco Mundial denominado “Indigenous People Development Initiative in Latin America”.
- 1991 Lançamento pelo Banco Mundial do “Operational Directive on Indigenous Peoples” (OD 4.20). Este é um documento que revê a política de relação do Banco com povos indígenas prevista no OMS 2.34, de 1982. Suas principais inovações são: o reconhecimento oficial do Banco da importância da “participação” e “consulta direta” que o Banco deve realizar com os povos indígenas sobre a implementação de empreendimentos que estes estejam envolvidos e/ou possam ser afetados.
- 1992 Definição da “Agenda 21” na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Neste documento é expresso (no capítulo 26) o compromisso dos organismos multilaterais de incentivar o fortalecimento do “protagonismo indígena” em projetos de promoção do “desenvolvimento indígena”.
- Criação do “Fundo para o desenvolvimento dos povos indígenas da América Latina e Caribe”.
- 1993 Organizada pelo Banco Mundial a primeira reunião do denominado “Grupo Interagencial para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina”.
- A Organização das Nações Unidas estabelece o ano de 1993 como o “Ano internacional dos povos indígenas”.
- 1994 A Organização das Nações Unidas estabelece o período de 1994-2004 como a “Década internacional dos povos indígenas do mundo”.
- 2004 A Assembléia Geral da ONU define uma “Segunda década internacional dos povos indígenas do mundo”, que teve início oficial em janeiro de 2005.

Dados numéricos atuais sobre a conjuntura sócio-nativa nacional e amazônica:

Abaixo seguem dados numéricos que ajudam a descrever e caracterizar o conteúdo debatido na pesquisa. Estes dados foram atualizados em janeiro deste ano e foram fornecidos pelo Instituto Socioambiental, no dia 01 de fevereiro de 2007, por meio de uma solicitação minha feita através de um e-mail enviado para uma pesquisadora do Instituto.

Brasil:

O número total de terras indígenas (TIs) no Brasil é de 589 TIs, com 108.562.070 ha o que representa 12,81% do território brasileiro. Em números absolutos a população indígena no Brasil está aumentando de tamanho. Segundo o ISA (idem), os 225 povos indígenas contemporâneos existentes no Brasil somam 600 mil pessoas. Isto corresponde à cerca de 0,2% do total da população nacional.

Amazônia Legal¹:

-Terras Indígenas (TIs)

O número total de TIs na Amazônia Legal é de 387 TIs, com 107.500.000 ha (1 milhão e 75 mil km²). As TIs ocupam 21,47% da extensão dessa região, onde vivem cerca de 300 mil índios, representando 1,5% da população total da Amazônia Legal brasileira.

-Unidades de Conservação (UC)

Na Amazônia Legal existem 100 UCs de proteção integral, totalizando uma extensão de 35.866.140 ha (7,16% da extensão da região). Desse conjunto, 47 são federais (28.758.971 ha) e 53 estaduais, (7.107.169 ha). Das UCs de uso sustentável são 79 UCs federais (28.823.681 ha) além de 96 estaduais (30.521.359 ha) somando 175 UCs com uma área de 59.345.040 ha (11,85% da Amazônia Legal). Desse total, é preciso excluir as sobreposições entre UCs, que somam 2.426.320 ha, e entre UCs e TIs, que somam 8.777.754 ha. Assim, há um total geral de 275 áreas (84.007.106 ha), que representam 16,78% do território da Amazônia Legal.

¹ A Amazônia Legal abrange integralmente oito estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a maior parte do Maranhão (Seixas, 2001: 350).

“De omnibus disputandum.”

(“Tudo deve ser questionado”, segundo Christopher Hitchens epigrama preferido de Karl Marx [1818 - 1883]).

“A ciência não consegue escapar à sua curiosa dialética. Apesar de estar inserida numa cultura, ela pode se tornar um agente poderoso no questionamento e até mesmo na subversão das premissas que a sustentam... os cientistas podem esforçar-se por identificar os pressupostos culturais do seu ofício e indagar como as respostas seriam formuladas a partir de premissas diferentes... o potencial da ciência como instrumento para a identificação dos condicionamentos culturais que a determinam só poderá ser completamente desenvolvido quando os cientistas abrirem mão do duplo mito da objetividade e do avanço inexorável rumo à verdade.”

(Stephen Jay Gould [1941 - 2002], “A falsa medida do Homem”).

“Be prepared to give up every preconceived notion... or you shall learn nothing.”

(Thomas Henry Huxley [1825 - 1895]).

Brevíssimo prefácio

Um dos primeiros cientistas a reconhecer e apoiar a teoria da evolução pelo mecanismo de seleção natural proposta por Charles Darwin (1809 - 1882), o naturalista britânico Thomas Henry Huxley (1825 - 1895), citado anteriormente, no seu célebre livro “Man’s place in nature” 1863[2001], publicado cinco anos após a “Origem das espécies” (1859), resume a problemática que, em sua opinião, é a mais fundamental á humanidade:

“The question of questions for mankind - the problem which underlines all others, and is more deeply interesting than any other - is the ascertainment of the place which Man occupies in nature and of his relations to the universe of things... what are the limits of our power over nature, and of nature’s power over us; to what goal we are tending; are the problems which present themselves anew and with undiminished interest to every man born into the world” (Huxley, 1863[2001]: 59)².

Em se tratando do trabalho de Huxley, a pergunta assinalada - “the ascertainment of the place which Man occupies in nature” - diz respeito a um questionamento a propósito da paleontologia humana; ao estudo das trajetórias nas quais transcorreu a constituição biológica do Homem moderno. Sobre as possíveis relações entre o domínio da Natureza e os processos evolutivos humanos. Apesar de advirem de um plano analítico inteiramente distinto - não o da construção da biologia humana, mas o da conformação de fatos sociais (ou processos humanos multidimensionais socioculturais-político-ambientais) - a meu ver, pode-se dizer que os chamados “estudos em desenvolvimento” têm, como uma de suas questões fundamentais, problema similar ao mencionado por Huxley, no sentido de também discutirem sobre a relação humana com a natureza. Seja na vertente reducionista, da noção de “desenvolvimento” entendido como sinônimo de “crescimento material”, ou nos modelos críticos - versões que permitem agregar à idéia de “desenvolvimento” uma série de dimensões ignoradas pela abordagem economicista - no fundo, o que se questiona são as maneiras pelas quais se processam a relação entre sociedades humanas e o meio natural. Com efeito, tais debates tratam do lugar que nos é possível ocupar, que desejamos ocupar e, muito frequentemente, que “outros” determinam e nos forçam a ocupar na relação (cultural, política, social, histórica e

² A tradução é minha: “Para a humanidade, a questão das questões – a pergunta que sublinha todas as outras, e é profundamente mais interessante acima de qualquer outra - é a consciência correta do lugar que o Homem ocupa na natureza e as suas relações com o universo que o cerca... quais seriam os limites do nosso poder sobre a natureza, e da natureza sobre nós; para que objetivos estaríamos caminhando; são temáticas que se apresentam como uma nova e forte fonte de interesse a todo homem que nasce neste mundo” (Huxley, 1863[2001]: 59).

material) que estabelecemos com a natureza. Espero que estes pontos, de alguma maneira, tenham sido propriamente explorados de acordo com o propósito desta pesquisa, nos âmbitos dos dois planos analíticos que compõem este trabalho: tanto na discussão histórica da articulação entre os temas do “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”, quanto no debate sobre a representação destas mesmas discursividades na cena política indigenista amazônica atual.

Capítulo 1

“Desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”: discursividades em debate

1.1. Apresentação

Nas últimas décadas, a propagação mundial de preocupações ambientais e culturais relacionadas aos debates sobre a idéia de “desenvolvimento” vem exigindo reformulações tanto teórico-metodológicas em certos campos disciplinares, quanto na esfera de elaboração de intervenções no modo como novos arranjos socioculturais-político-ambientais são compreendidos e, em alguns casos, transformados, sem que suas especificidades sejam negligenciadas nestes movimentos. São conjuntos de relações que acomodam, conflituosamente, distintos regimes de verdade, configurações institucionais díspares e manifestações diversas de poder que implicam novos desafios interpretativos, tanto quanto práticos. Tratam-se de circuitos que conectam grupos locais – ONGs, movimentos sociais, diferentes segmentos socioculturais da população - às alianças transnacionais entre governos e organismos multilaterais³ através de redes de financiamentos para projetos orientadas por éticas políticas e ambientais que variam enormemente segundo os interesses envolvidos nestes empreendimentos.

Tendo este cenário em mente, a problemática abordada na presente pesquisa é composta por três temas discursivos⁴ que circulam no enredo delineado acima: “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”⁵. Esta investigação tem como proposta

³ Organismos Multilaterais são entidades internacionais formadas pelos governos de um certo número de países com o objetivo de realizar ações políticas, sociais ou econômicas. Entre os organismos multilaterais incluem-se as organizações do sistema das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, FAO, UNESCO, OIT etc.) e as chamadas Instituições Financeiras Internacionais (IFs). As duas mais importantes IFs são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em linhas gerais, o Banco Mundial se diferencia do FMI pelos objetivos e tipos de empréstimos que realiza. Os empréstimos do FMI são geralmente de curto prazo, orientados para problemas financeiros dos países receptores. O Banco Mundial financia e/ou formula projetos relacionados, majoritariamente, a questões estruturais dos países onde atua (Bayle & Barros, 1995).

⁴ Nesta pesquisa adoto a noção pós-estruturalista de “discurso” de inspiração foucaultiana tal como é resumido pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar: “A análise estrutural do discurso não é apenas uma teoria lingüística; é uma teoria social, a teoria da produção da realidade social que inclui a análise de representações como fatos sociais inseparáveis do que é comumente pensado como ‘realidade material’. O pós-estruturalismo foca no papel que a linguagem desempenha na construção da realidade social” (1996: 46). Nesta mesma direção, sobre como se aproximar de uma “idéia” enquanto um discurso argumenta o antropólogo norte americano James Ferguson: “Para um cientista social existe sempre uma outra pergunta: o que tal idéia *produz*? Quais efeitos sociais ela causa? De que maneira ela está conectada com e implicada em processos sociais maiores?” (1994: xv). Seguindo tais formulações, o “discurso” é compreendido neste trabalho como expressão de significado que, simultaneamente, influencia e produz e é influenciado e produzido por relações e práticas socioculturais. Para mais detalhes da noção pós-estruturalista de “discurso” ver no segundo capítulo desta dissertação trecho sobre a matriz Pós-desenvolvimentista da noção “desenvolvimento”.

⁵ Antes de detalhar o objetivo da análise apresentando os contextos investigativos que a compõem, faço uma breve observação quanto à maneira pela qual a “problemática cultural” será discutida neste trabalho. A “questão cultural” na sua relação com a discursividade do “desenvolvimento” pode

discutir a articulação desses três temas em dois planos analíticos. De um lado, trata-se de analisar como as problemáticas do “meio ambiente” e da “cultura” foram relacionadas aos debates sobre a noção de “desenvolvimento” nos últimos sessenta anos, desde o seu surgimento no contexto geopolítico do pós Segunda Guerra Mundial. Por outro, analisar a inserção dos três temas discursivos referidos no debate atual sobre formulação de políticas socioambientais para a Amazônia indígena brasileira. Mais especificamente, investigar como estes são representados em discussões recentes sobre as condições para gestão econômico-ambiental de Terras Indígenas (TIs), sobretudo, as localizadas na Amazônia Legal. Quanto a este segundo plano analítico da pesquisa, parto de um debate amplo sobre o contexto político atual relacionado à problemática da gestão socioambiental de terras indígenas amazônicas em direção à um caso específico de política federal indigenista voltada para este tema - o denominado “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas” (PDPI).

Quanto à estrutura da dissertação: o primeiro capítulo é composto por esta apresentação geral dos objetivos da pesquisa (item 1.1.), por uma análise de um conjunto de notícias de jornais que abordam os temas aqui investigados (item 1.2.) e finalmente, pela discussão de certos aspectos da relação entre a disciplina antropológica e a discursividade do “desenvolvimento” (item 1.3.). No segundo capítulo, faço uma revisão do debate a respeito das possíveis redefinições da idéia de “desenvolvimento” em detrimento das tentativas de incorporação dos temas do “meio ambiente” e da “cultura” ao longo da história daquela noção nos últimos sessenta anos. Por fim, no terceiro capítulo, a intenção foi demonstrar como certos impasses relacionados às reconfigurações do termo “desenvolvimento”, em decorrência das críticas ecológicas e culturalistas ao seu significado economicista, reaparecem em disputas mais amplas que se passam na arena política socioambiental amazônica indigenista recente, assim como no âmbito de um programa federal brasileiro, o já mencionado “Programa Demonstrativo dos Povos indígenas” (PDPI).

A escolha pela análise do caso do PDPI na parte final do terceiro capítulo desta dissertação se deve ao fato desse programa ser um caso representativo para se debater sobre desafios atuais que compõem a cena socioambiental indigenista amazônica. Atualmente, há uma diversidade de projetos indigenistas relacionados às TIs amazônicas⁶. A opção de focalizar parte do terceiro capítulo na experiência pública

ser pensada em termos da problematização a respeito das possibilidades e modos de inclusão-participação política de grupos socioculturais diferenciados nas negociações, internacionais e nacionais, que serão debatidas aqui. Esta será a perspectiva privilegiada para tratar da temática “cultural” nos dois planos analíticos que constituem este trabalho.

⁶ Para uma revisão das iniciativas políticas indigenistas em curso, cf. INESC (2000) e PDPI, MMA e Cooperação técnica da Alemanha [Documento de trabalho n.1] (2005). Ambos os documentos

referida se deve, principalmente, ao fato do programa agregar e articular em seus objetivos os três temas discursivos em debate nesta análise (“desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”), que aparecem expressos nos componentes do programa. O primeiro componente envolve o apoio técnico e financeiro para projetos demonstrativos em três áreas: “monitoramento das TIs”⁷, “desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis” e “resgate e valorização cultural”. O segundo componente diz respeito ao “fortalecimento do movimento indígena e suas organizações” (PDPI - Documento de Projeto, 08-11- 2001: 3). O PDPI representa uma proposta política que se autodeclara como uma ação que se propõe a inovar na abordagem dos problemas sócio-econômicos e ambientais relacionados aos povos indígenas na região, sobretudo, pela intenção de incorporar a participação desses grupos na sua formulação e gestão. São premissas metodológicas do PDPI que seu planejamento e operacionalização sejam “participativos” e que gerem, como descrito acima, incentivos para o “fortalecimento organizacional indígena”. Nesse sentido, segundo um dos documentos produzidos pelo programa:

“Todas as atividades dessa fase preparatória do PDPI se pautaram, portanto, na idéia de participação dos índios e na construção de um modelo diferenciado de atuação do Estado brasileiro frente a essas populações. Tentou-se abandonar o paternalismo com que o órgão indigenista oficial historicamente tem atuado, assim como viabilizar, apoiando a atuação da COIAB, o crescimento do movimento indígena em regiões como a Amazônia Oriental, onde ele ainda principia” (os grifos são meus)⁸.

“... queremos ressaltar o saldo positivo alcançado até o momento nesta articulação movimento indígena, PPG7 e governo brasileiro, principalmente no tocante ao aspecto inovador do projeto e das perspectivas que ele traz em termos de construção de um processo diferenciado quanto à participação indígena”⁹ (os grifos são meus).

constatarem que ainda há uma crescente fragmentação em relação às ações políticas para povos indígenas no Brasil. No âmbito federal, há inúmeras iniciativas setorializadas e, muitas vezes, sobrepostas entre si. São estas as características que predominam no cenário oficial público indigenista. Tal constatação foi reafirmada em uma oficina (“Oficina redefinindo os rumos do PDPI”) realizada no início de 2006 para avaliar as ações do PDPI até aquele momento. De acordo com trecho do documento produzido como resultado deste encontro: “A quarta conclusão, diz respeito à necessidade de uma maior articulação entre as políticas indigenistas do Governo Brasileiro. Uma crítica acentuada durante a Oficina demonstra que não há um mecanismo interno de ‘diálogo’ entre os diferentes órgãos do governo responsáveis pela implementação de programas e projetos junto aos povos e organizações indígenas na Amazônia Brasileira” (PDPI, MMA, PDA, 2006: 19) (o grifo é meu).

⁷ Envolve atividades voltadas para o monitoramento e proteção das fronteiras de territórios indígenas já demarcados.

⁸ Trecho extraído do documento intitulado “A atuação da sociedade civil organizada nos subprogramas do PPG7: uma nova perspectiva com a participação indígena no PDPI” (Ribeiro e Cavuscens, PDPI, 2001: 5).

⁹ Trecho extraído do mesmo documento citado na nota 8 (Ribeiro e Cavuscens, PDPI, 2001: 10).

Além da premissa de ser participativo, faz parte do discurso oficial do programa, como seu objetivo central, apoiar e gerar possibilidades à “sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental” das TIs. Segundo documento do PDPI, seu objetivo geral é:

“... melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e de conservação dos recursos naturais nelas existentes, por meio do financiamento de subprojetos ao nível local que sejam planejados e executados de forma participativa e que sirvam de projetos exemplares de caráter demonstrativo” (Schroder, Little e Amaral, 2000: 5).

Partindo do cenário descrito brevemente acima, as seguintes questões orientaram a análise (apresentada no terceiro capítulo) sobre as representações discursivas dos temas do “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura” na cena indigenista amazônica atual e me permitiram integrar os dois planos analíticos do debate que compõe a pesquisa: (1) Quais tendências discursivas globais sobre os temas do “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura” reaparecem nas disputas indigenistas amazônicas recentes, especialmente quanto aos debates em torno das qualificações “sustentável” e “participativo” para a discursividade do “desenvolvimento”? (2) Em que medida o chamado “desenvolvimento indígena”, principalmente, no contexto indigenista amazônico contemporâneo, está conectado aos objetivos da agenda global do “desenvolvimento sustentável”? Quais são as possíveis conseqüências políticas para os povos indígenas do atrelamento da promoção do “desenvolvimento indígena” a determinados discursos ambientalistas? O que estas relações discursivas nos informam sobre os desafios a serem enfrentados na arena política indigenista amazônica atual?

Nessa parte da análise, a intenção é identificar em que medida é possível discernir, tanto no amplo debate socioambiental indigenista amazônico, quanto na experiência política em curso referida, tendências discursivas globais que circulam nos debates sobre os temas do “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”.

Quanto ao programa político em questão, como será debatido, as áreas de atuação do PDPI dialogam com alguns dos desafios históricos de incorporação dos temas do “meio ambiente” e da “cultura” à noção de “desenvolvimento”. Em outros termos, procuro demonstrar que certos conflitos mais gerais, em torno de possíveis arranjos discursivos entre os três temas referidos, reaparecem nessa experiência política indigenista amazônica. Essa iniciativa pública foi inserida na pesquisa como um caso para circunscrever parte do debate mais amplo do terceiro capítulo, através da interpretação de alguns documentos escritos por agentes do PDPI e, sobretudo, com base na revisão de

análises acadêmicas (Teixeira Filho, 2003; Stibich, 2005; Verdum, 2006)¹⁰ produzidas recentemente sobre esta iniciativa e sobre ações políticas correlatas, como, por exemplo, o "Programa de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras" (PPG-7), esfera política na qual o PDPI foi criado.

Para complementar minha análise em torno das construções discursivas sobre os temas do "desenvolvimento", "meio ambiente" e "cultura" nos contextos mencionados, coletei notícias da mídia nacional, que compõem também registros de representações atuais dos discursos sobre as problemáticas de interesse da pesquisa produzidos por atores sociais - membros políticos do governo federal, lideranças do movimento indígena, acadêmicos, agentes da sociedade civil organizada - que estão profundamente envolvidos nas negociações socioambientais indigenistas amazônicas em foco nesta dissertação. Olhar as notícias para pensar estes discursos sobre os temas aqui em pauta foi, aliás, uma sugestão de um dos agentes do PDPI com quem me correspondi, e que me pareceu uma boa contribuição para a análise.

Reconheço, apesar disso, que há limitações na maneira como realizei o estudo do "caso", ou seja, a análise de certas construções discursivas sobre os três temas aqui em debate no âmbito da iniciativa do PDPI. Agregar à análise em torno de registros documentais oficiais produzidos por agentes que trabalham no programa (fonte de informação de segunda mão) e de análises acadêmicas (fonte de informação de terceira mão) observações das dinâmicas vivas por detrás dessa experiência política (fonte de informação de primeira mão) é algo que certamente enriqueceria a compreensão do mesmo. Contudo, isto não foi possível de ser feito e sequer estava previsto como parte do projeto original da pesquisa. Desde o início, tratava-se de uma pesquisa cujo campo era de natureza bibliográfica e, dentro do possível, o foi também, documental, uma vez que consegui coletar apenas um conjunto restrito de material desta natureza.

Com o intuito de suprir (pelo menos) algumas das possíveis lacunas dessa parte da análise, segui a sugestão mencionada acima, de recorrer às notícias publicadas na mídia nacional. As notícias revelam algumas das características das disputas em torno das tentativas de reconfiguração da idéia de "desenvolvimento" e sua relação com as problemáticas do "meio ambiente" e da "cultura", assim como, aspectos do debate recente sobre estes mesmos temas discursivos, quando circunscritos ao chamado "desenvolvimento indígena". O intuito foi utilizar o conjunto de notícias para introduzir de

¹⁰ Quanto aos documentos produzidos no âmbito do programa, obtive alguns textos no acervo do Instituto Socioambiental em São Paulo e alguns outros por meio de uma breve troca de e-mails com um agente do Programa. Quanto ao material acadêmico, a tese de Teixeira Filho (2003) está disponível no acervo de teses on-line da UNICAMP, a dissertação de Stibich (2005) me foi gentilmente fornecida pelo autor por meio de e-mail e a tese de Verdum (2006) está disponível no acervo de teses on-line da Universidade de Brasília.

forma “viva” aspectos centrais do debate proposto em torno das construções discursivas sobre “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura” que serão retomados ao longo dos capítulos da dissertação. De qualquer maneira, como espero ter demonstrado, mesmo com as limitações que esta parte da análise possui, trazer um caso específico contribuiu para refinar a reflexão a respeito das representações sobre as discursividades aqui em debate na cena indigenista amazônica recente.

Segundo o “híbrido desenvolvimento”

Um dos grandes teóricos da noção de “desenvolvimento”, o cientista político suíço Gilbert Rist, no seu famoso trabalho “The History of Development: From Western Origins to Global Faith” (1997[2004]) argumenta que a noção “desenvolvimento” pode ser pensada, nos termos latourianos, como um “híbrido” ou um “quase-objeto”. Tal como outros elementos forjados pela chamada “modernidade” (embriões congelados, o buraco na camada de ozônio, usinas nucleares) a idéia de “desenvolvimento” também se encontra na interface entre o que, “nós modernos”, denominamos de “natureza” e “sociedade”:

“Desenvolvimento’ é certamente uma criação social, mas, assumiu a aparência de um fenômeno ‘natural’, com leis próprias que governam sociedades. Homens e mulheres não mais são os únicos agentes que fazem História... agora eles devem considerar estas estranhas novas criaturas que não existem na natureza, tampouco, possuem uma personalidade própria, não são objetos nem sujeitos, mas, se situam entre os dois, combinam as propriedades de ambos, possuem vida própria e agência... ‘desenvolvimento’, assim, passa a pertencer ao nosso universo e participa da sua transformação” (Rist, 1997[2004]: 215).

Em seu ensaio “Jamais fomos modernos” (1991[1994]) o antropólogo francês Bruno Latour lança como hipótese que a palavra “moderno” designaria dois conjuntos de práticas totalmente distintas. O primeiro criaria misturas entre gêneros de seres diferentes, ou seja, “híbridos” de “natureza” e “cultura, por meio do que autor denominou de “tradução”. O segundo conjunto criaria dois espaços ontológicos distintos - a dos “humanos” de um lado e “não - humanos” do outro, por meio do que o autor denominou de trabalho de “purificação”. O primeiro conjunto de atividades o autor denomina de “redes” e o segundo de “crítica”. O seu argumento é de que enquanto considerarmos separadamente estes dois conjuntos de práticas seremos realmente modernos, ou seja, estaremos aderindo ao projeto da “purificação crítica”, ainda que – o autor faz a ressalva - este trabalho de purificação somente se desenvolva através da proliferação dos híbridos

(idem:16). Nessa direção, sua proposta é identificar o laço que existe entre o trabalho de “tradução”-“mediação” e o de “purificação”. A hipótese, como dito, é que o segundo conjunto de práticas possibilitou a existência das primeiras. Este seria o paradoxo dos modernos: quanto mais se proibem de pensar os “híbridos”, mais sua produção se torna possível. O tratamento separado dado pela modernidade às suas comunidades (“natureza” e “sociedade”), não evita que os híbridos continuem a se multiplicar. Nesse contexto, segundo Latour, a Antropologia do mundo moderno deveria descrever e explicar como os diversos ramos do nosso mundo (por exemplo, os governos e as ciências) organizam suas tramas entre os domínios da natureza e cultura. Na busca pela explicação das misturas, da fabricação de híbridos, Latour revela o que denominou de “paradoxo moderno”. Para analisar este paradoxo, considera não apenas a produção de híbridos e os processos de purificação, mas observa também o modo como esses dois procedimentos se relacionam, demonstrando assim, como, na realidade, a purificação - projeto declarado da modernidade - acaba engendrando a proliferação de híbridos. Considerando esses processos - de purificação e proliferação de híbridos - que se alimentam mutuamente, Latour argumenta que o ponto essencial da “Constituição moderna” é justamente tornar invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação que constrói tais híbridos¹¹. Nessa direção, Latour argumenta que o mundo moderno nunca existiu, uma vez que nunca funcionou de acordo com as normas da sua “Constituição oficial”. Entretanto, Latour nos chama atenção para o fato de que a modernidade não é uma ilusão ou uma falsa consciência dos modernos. Há na “Constituição moderna” uma eficácia própria. Ela não eliminou o trabalho de mediação; ao contrário, permitiu seu crescimento¹². Frente a esta realidade, argumenta que o projeto da Antropologia da modernidade deveria olhar para a “Constituição moderna” e estudar, ao mesmo tempo, o que ela permite, mas também, aquilo que ela tenta proibir, o que ela revela e o que ela esconde. Estudar de perto o trabalho de produção de híbridos e o trabalho de eliminação dos mesmos. Seguindo tal debate adoto a perspectiva latouriana do “híbrido”, para pensar as possíveis discursividades a respeito da idéia de “desenvolvimento”: um híbrido que engloba os dois outros temas discursivos de interesse

¹¹ Isto, contudo, não seria capaz de interromper este processo, pois, nas palavras do autor, se isto ocorresse: “o mundo moderno pararia imediatamente de funcionar, uma vez que ele vive da mistura, como todos os outros coletivos... a Constituição moderna permite, pelo contrário, a proliferação dos híbridos cuja existência – e mesmo a possibilidade – ela nega” (1991[1994]: 40).

¹² Nas palavras de Latour: “a Constituição forneceu aos modernos a audácia de mobilizar coisas e pessoas em uma escala que seria proibitiva sem ela. Esta modificação de escala não foi obtida, como os modernos acreditam, através da separação dos “humanos” e “não-humanos”, mas sim, pelo contrário, pela amplificação de sua mistura” (idem: 45). Dessa maneira, segundo o autor a “Antropologia da modernidade” deve acrescentar à “Constituição moderna” a análise do trabalho da “mediação”, pois apenas assim ampliará nossa compreensão da “mobilização”, que é, simultaneamente, a consequência da modernidade e a causa de seu fim.

deste trabalho. Ao longo da dissertação, justamente se problematizou ou desnaturalizou as discursividades a respeito da noção de “desenvolvimento” e sua relação com os temas do “meio ambiente” e da “cultura”. A noção de “desenvolvimento” foi analisada como uma temática discursiva conflituosa, uma vez que não assume sentido absoluto ou consensual. Historicamente, como debatido adiante, a institucionalização do seu significado é um processo de contínuas disputas, desacordos e mudanças. O antropólogo norte americano George E. Marcus (1995) argumenta que é possível seguir “conflitos” enquanto uma estratégia para entender como eles se reproduzem em espaços de relações sociais diversas. No seu artigo “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography” (1995) Marcus faz uma revisão crítica do surgimento dos denominados “estudos etnográficos multilocalizados”. Segundo o autor, a etnografia multi-situada surgiu no início na década de oitenta do século passado, a partir de demandas metodológicas decorrentes de investigações em Antropologia social a respeito de novos temas, como mídia, ciência e tecnologia. Neste contexto, a etnografia convencional, que opera essencialmente focada em uma única localidade bem delimitada, passou a ter seus usos ampliados e revistos por exigências dos novos campos de estudo compostos agora por espaços múltiplos¹³. Nesta direção, Marcus apresenta possibilidades metodológicas para que o pesquisador possa analisar as movimentações translocais dos seus objetos de estudo, através da construção de trajetórias formadas por múltiplos espaços. Para o pesquisador alcançar as cadeias, caminhos, conjunções e justaposições de localidades pelas quais seus objetos caminham, o autor sugere que o assunto investigado seja “perseguido” nos diversos contextos onde é produzido. Assim, ele nomeia o que pode e como deve ser acompanhado analiticamente: desde pessoas, coisas, até conflitos e metáforas. Quanto à estratégia de “seguir metáforas” (idem: 108), o que se persegue neste caso, são discursos e formas de pensar sobre um tema reproduzido em diferentes conjunturas. Dessa maneira, o desafio da etnografia multilocalizada de um “discurso” é captar e descrever metodologicamente os enredos de formações discursivas e suas conexões (que envolvem problemas similares enfrentados pela etnografia clássica: agência, representações, práticas cotidianas, relações de poder), produzidos em uma configuração espacial constituída por múltiplos contextos. Ao longo da dissertação segui o “híbrido desenvolvimento”, enquanto um conflito, que circula em duas tramas de negociações (como delimitado anteriormente): (1) ao longo da sua história de redefinições

¹³ James Clifford também reconheceu tal transformação nos estudos etnográficos. Nas palavras do autor: “No século vinte a etnografia reflete novas ‘práticas espaciais’, novas formas de habitar e circular. Este século tem visto uma drástica expansão da mobilidade...” (Clifford, 1988: 13) (os grifos são meus).

nos últimos sessenta anos e (2) na cena política indigenista amazônica recente, para debater as formas de representação que assume nesses enredos, na sua relação com as discursividades sobre a temática ambiental e cultura. As diversas formulações a respeito desses tópicos discursivos são muitas vezes captadas e traduzidas em análises acadêmicas, notícias de jornais e em documentos oficiais que compõem o material bibliográfico desta investigação. Partindo do suposto de que as composições discursivas são elaboradas em torno de lugares de representação com conjunturas (históricas, culturais e sociais) específicas, o objetivo foi investigar os sentidos agregados às produções de enunciados a respeito dos temas discursivos mencionados, percorrendo, para isto, tanto um conjunto de notícias produzido pela mídia nacional nos últimos meses (item 1.2.), quanto determinados debates teóricos acadêmicos, que englobam tais discursividades, apresentados ao longo dos próximos capítulos.

1.2. De notícias e não-notícias faz - se a dissertação¹⁴

“Multiplicam-se os artigos híbridos que delineiam tramas de ciência, política, economia, direito, religião, técnica, ficção. Se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos. Toda a cultura e toda a natureza são diariamente reviradas aí.” (Latour, 1991[1994]: 8) (os grifos são meus).

Considerando a observação de Latour sobre a relevância e os desafios associados à “leitura do jornal diário” adoto como ponto de partida deste capítulo a reunião de notícias produzidas pela mídia nacional (impressa e digital) no período que se estende do mês de novembro de 2006 até maio de 2007¹⁵. Nesse intervalo de tempo ocorreram na cena política nacional acontecimentos extremamente significativos para o debate aqui proposto: o discurso do então recém-reeleito presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, na inauguração da primeira usina integrada de biodiesel e álcool no Brasil, em Barra do Bugres (MT), em 21 de novembro de 2006, quanto Lula faz sua polêmica declaração, numa perspectiva explicitamente desenvolvimentista, sobre como pretendia “destravar o crescimento econômico do País”; o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 22 de janeiro de 2007; a mudança do presidente da FUNAI em 22 de março de 2007; a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em

¹⁴ No título original: Drummond de Andrade, Carlos. 1979. “De notícia e não notícia faz-se a crônica. Histórias, diálogos, divagações”. Livraria Jose Olympio Editora: RJ. 4ª edição.

¹⁵ Os trechos reproduzidos a seguir foram retirados de notícias, artigos e entrevistas publicados na sua grande maioria em jornais impressos. Algumas notícias foram também coletadas na mídia digital. A cronologia de publicação deste material e suas respectivas fontes estão descritas no final da dissertação.

19 de abril de 2007, no calendário nacional, considerado o “Dia do Índio”; a problemática acerca do tempo gasto nos processos de liberação de licenciamentos ambientais realizados pelo IBAMA, cujo debate foi aquecido, sobretudo, ao longo de abril deste ano, em decorrência da polêmica em torno dos possíveis impactos ambientais gerados pela construção do conjunto de hidrelétricas do Rio Madeira, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, localizado no estado de Rondônia. Tal debate culminou na controversa divisão e reestruturação do IBAMA em 25 de maio de 2007. Os fatos noticiados, mencionados anteriormente, podem parecer desconexos entre si. Contudo, todos esses eventos, captados e retratados nas notícias selecionadas e discutidas a seguir, fazem parte de uma mesma arena de conflitos políticos caracterizados por construções discursivas sobre os temas que compõem esta análise: “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”. Tais notícias são exemplos que revelam e ilustram interpretações sobre estas três temáticas que circulam nas disputas socioambientais e indigenistas nacionais recentes. Em outros termos, pode-se observar nestas notícias por quais maneiras “a cultura e a natureza são reviradas” (Latour, *idem*) na esfera de negociações de interesse para esta pesquisa.

A estratégia de partir de notícias de jornais se conformou como uma tática produtiva tanto para apresentar a trama temática dos “assuntos confusos” ou “híbridos” (Latour, *ibidem*) que compõem este trabalho, quanto para agregar certo “realismo” ao mesmo. No entanto, ao recorrer aos noticiários de jornais não suponho com isto que estas notícias dêem conta de captarem uma suposta “realidade essencial” das questões que são debatidas aqui. Como a “boa Antropologia” ensina, não existem “fatos absolutos”. Todo “fato” ou “evento” é uma construção cultural. O registro de um ocorrido não é objetivo, neutro ou isento de qualquer forma de interpretação culturalmente construída. Como argumenta o antropólogo norte americano Marshall Sahlins (1985[1999]) um evento não é apenas um acontecimento característico do fenômeno, mesmo que, enquanto fenômeno, ele tenha causas próprias, independentes de qualquer sistema simbólico. Um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através de arranjos culturais socialmente estabelecidos, é que adquire uma significância histórica. Dessa maneira, o evento é a relação entre um acontecimento e estruturas de significados. Ou seja, é produto da apreensão do ocorrido por categorias culturais em um dado contexto histórico, por exemplo, no registro-interpretação de um acontecimento no texto de uma notícia de jornal¹⁶.

A principal razão para recorrer às notícias decorre de elas conterem, documentados, discursos produzidos por agentes políticos (ministros, lideranças do

¹⁶ A síntese destes dois fatores - acontecimento e estruturas de significados - produz o evento ou nos termos de Sahlins uma “estrutura da conjuntura” (Sahlins, 1985[1999]: 15).

movimento indígena, ativistas-ambientalistas de ONGs, economistas, antropólogos) que tomam parte e assumem distintos posicionamentos nas negociações que envolvem as temáticas que interessam a essa pesquisa. A abordagem interpretativista proposta pelo antropólogo norte americano Clifford Geertz (1926 - 2006) argumenta que a interpretação antropológica deve justamente traçar a curva de um discurso social; fixá-lo numa forma inspecionável (Geertz, 1989[2000]: 29). A etnografia nesta perspectiva é interpretativa; e aquilo que ela interpreta é: “o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (idem: 31). A notícia de jornal, ainda que de uma forma superficial e crua, fixa “ditos” sociais, tornando-os passíveis de serem analisados. Com isto não está sendo afirmado que a notícia de jornal possui status de relato etnográfico. Ela é um dado etnográfico, a partir do qual, e com o qual, vou construir parte da análise. Assim, saliento o modo como utilizo o registro jornalístico: enquanto uma fonte (como todas) não neutra, sobre certas relações sociais. Desse registro retirei discursos ou pronunciamentos de atores sociais que estão ali documentados na forma de textos.

Seguindo tais formulações, volto-me às notícias, sobretudo, no sentido de demonstrar como os significados das questões aqui analisadas, enquanto construções culturais, não são estáticos nem tampouco consensuais. Estão circulando em arenas de negociações dinâmicas. São problemáticas debatidas por diferentes atores sociais que contribuem às conformações dos seus conteúdos significativos, que estão em constante disputa e transformação. As interpretações ou as relações estabelecidas entre eventos e arranjos culturais são plurais e estão em disputa. Os diversos pronunciamentos que serão reproduzidos adiante explicitam justamente a idéia de que não há esquema cultural que assegure uma interpretação consensual por si só. Sistemas culturais comportam incoerências que permitem exatamente a expressão do desacordo, das divergências, do conflito e permitem que processos de mudança de significado ocorram. Tais desacordos não acontecem somente “entre” esquemas culturais distintos, mas “dentro” deles. Além disso, há não só diferença, mas, desigualdade na capacidade de formular interpretações “autorizadas” de um dado evento. É preciso, portanto incorporar ao presente debate essa dimensão do que poderíamos chamar de uma “política de representações”. Tendo isto em mente, os pronunciamentos relatados a seguir atestam à existência de uma polifonia em relação às construções interpretativas das discursividades em debate (“desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”). Tal polifonia também caracteriza as discussões teóricas sobre estes mesmos temas discursivos como veremos no segundo e terceiro capítulo. Para que esta polifonia do debate (prático e teórico) fosse capitada na dissertação, reconstruí artificialmente ou ficcionalmente (através do exercício de uma “autoridade

etnográfica monológica”) alguns dos encontros entre estas diversas discursividades. Em outros termos, segui as palavras de James Clifford:

“Dizer que uma etnografia é composta de discursos e que os componentes destes estão dialogicamente relacionados não é dizer que a forma textual da etnografia deva ser um diálogo literal... o diálogo ficcional é de fato uma condensação, uma representação simplificada de complexos processos multivocais” (Clifford, 1988: 44) (os grifos são meus).

Focando na capacidade do “conflito” como gerador ou impulsionador de ação social, a antropóloga sino-norte-americana Anna Tsing, em sua obra “Friction: an Ethnography of the global connection” (2005), argumenta que em contextos sociais nos quais diferentes lógicas (ou distintos modos culturalmente construídos de entender e conceber um dado tema) se encontram e relacionam-se entre si; é a partir da “fricção” ou do “atrito” gerado nestes encontros entre “diferentes”, que são produzidos novos arranjos culturais de ação e de exercício do poder. A fricção entre as diferenças, que caracterizam estes regimes discursivos e modos de ação que se encontram, seria aquilo que mantém em movimento tanto a formação, quanto o desmantelamento de formas hegemônicas de poder e de ação. A fricção entre diferenças (diferenças entre regimes de verdade, concepções de mundo, formas de representação, de agência etc.), seria o que move as relações socioculturais. Nas palavras da autora:

“Eu enfatizo a importância de encontros interculturais e de longa distância na formação de tudo que conhecemos como cultura (e.g., Clifford: 1997). Culturas são continuamente co-produzidas nas interações que eu denomino de ‘fricção’: o estranho, desigual, instável, e criativo, são características de interconexões entre diferenças (...). Uma roda gira por causa do seu encontro com a superfície da estrada; girando no ar ela não vai a lugar algum. Esfregando dois palitos juntos se produz calor e luz; um palito sozinho é apenas um palito. Como uma imagem metafórica, a fricção nos lembra que os encontros entre heterogêneos e desiguais podem levar a formação de novos arranjos de cultura e poder (...) Falar em fricção é um modo de enfatizar e de não nos deixar esquecer da importância da interação na definição de movimento, formas culturais, e agência” (Tsing, 2005: 4 - 5) (os grifos são meus).

Por meio da metáfora da “fricção” a autora traz à discussão o que ela denomina de “universais engajados” para a perspectiva etnográfica, ilustrando exatamente o tema do ambientalismo. Tsing demonstra como os “universais” viajam como um saber que movimenta – é móvel e mobiliza - cruzando localidades e culturas. Nas palavras de Tsing:

“universais engajados viajam através das diferenças, são carregados e transformados por essas viagens. Por meio da fricção, universais tornam-se efetivos na prática. No entanto, eles nunca podem cumprir suas promessas de universalidade... Eles são limitados pela necessidade prática de mobilizar adesões” (: 7 - 8). Nessa direção, a autora complementa tais afirmações argumentando que os “universais” ou “discursos móveis” (estórias, idéias, categorias que circulam e que mobilizam) estão implicados *tanto* nos esquemas imperiais de controle, *quanto* nas mobilizações por justiça e *empowerment*. O conceito de “fricção” também reconhece essa dualidade ou ambigüidade. Como descrito, uma das qualidades centrais dos “universais engajados” é que eles possuem movimento. O “movimento” é pensado pela autora como capacidade de “mobilidade” e de “mobilização”. Tsing argumenta que para um “universal engajado” mobilizar ações ele deve oferecer um modelo de mudança no qual ativistas individuais, assim como grupos sociais, possam se imaginar engajados. Sua preocupação investigativa é demonstrar como discursos, estórias, termos que viajam e possuem circulação global, podem engendrar mudanças locais (: 214). Entre estes “universais” estão aquilo que a autora descreve como “formas de ativismo que viajam”. São modelos políticos formulados em uma situação específica, e que se tornam relevantes em uma outra conjuntura longínqua do seu contexto de origem. Uma de suas perguntas é: como estórias que viajam assumem sentidos situados? Para ilustrar este ponto, apresento o relato de Tsing sobre a circulação da estória a respeito da vida política de Chico Mendes. A “estória de Chico Mendes” é um exemplo de “universal engajado” que circula como um “pacote alegórico” (termo da autora) que serviu tanto como exemplo de estratégia para reafirmação de direitos de minorias rurais em uma montanha na Indonésia no ano de 2000, quanto à afirmação de ações desenvolvimentistas e de autoritarismo político de uma administração do governo malaio no final da década de 1980. Para refazer este percurso, a autora demonstra criticamente como se deu a circulação da “estória de Chico Mendes” ao longo de um trajeto, passando pelo Brasil, Estados Unidos, Malásia e Indonésia. No seu livro, o relato de tal trajetória se inicia na Indonésia, país onde a antropóloga realizou seu campo de estudo. Tsing conta ao leitor como o movimento ambientalista indonésio se consolidou como uma importante força política naquele país. Nos anos de 1980 e 1990 frente a um governo autoritário, ativistas na Indonésia usaram o “meio ambiente” como um tópico para poder realizar uma discussão crítica sobre a situação social e política mais ampla do país. O ambientalismo permitiu que outros assuntos políticos fossem trazidos para o debate público, como os “direitos humanos” e direitos trabalhistas. O ambientalismo se tornou um dos principais pilares na construção de uma oposição democrática ao governo autocrático indonésio. Faço uma breve observação ao fato de que no Brasil, durante o regime militar, processo similar ocorreu no país. O movimento ambientalista brasileiro também se tornou um dos

fortes oponentes ao regime ditatorial. A origem das ONGs no Brasil, entre elas organizações ambientalistas, está ligada ao apoio financeiro que estas recebiam de agências internacionais não-governamentais, que também estavam se fortalecendo em seus respectivos países (Landim, 1998). Esses recursos vieram apoiar a mobilização social e enfrentamento ao regime militar, e posteriormente, a atuação reivindicativa durante a redemocratização (idem). Retomando o contexto Indonésio, o movimento ambientalista, influenciado fortemente por financiamentos e suporte transnacionais, trabalhou para criar uma contra cultura ao projeto de “desenvolvimento” coercitivo do Estado. Tsing explica que “desenvolvimento” neste período significava expansão do controle político, expropriação de terras e exploração predatória de recursos naturais pelo governo indonésio (:218). Nesse contexto, ambientalistas¹⁷ se tornaram os interlocutores urbanos para líderes comunitários rurais. Dessa maneira, campanhas pelos direitos locais de moradores das florestas se multiplicaram na Indonésia (idem). No ano de 2000 Tsing estava em Bornéu e realizou uma viagem com três ativistas mulçumanos, membros da organização “Empowerment Institute for indigenous people of South Borneo” (EIIPSB) para um vilarejo chamado Niwan, localizado em Meratus. A autora nos conta que estes ativistas mulçumanos cresceram e foram educados em contexto urbano e trabalhavam neste instituto com o objetivo de defender os direitos de moradores (não - mulçumanos) de comunidades habitantes de áreas florestais. Ao chegarem na comunidade, o objetivo dos ativistas era realizar uma reunião com os moradores para discutirem sobre o mapeamento das suas terras. As lideranças não compareceram e os moradores que vieram ao encontro começaram a conversar sobre o preço ruim para venda da borracha e como estavam aceitando qualquer valor para conseguir vender sua produção. Os ativistas se engajaram na conversa e tentaram convencer os moradores de que, se eles juntassem todas as produções individuais e as vendessem como um grupo, eles teriam um ganho financeiro maior. Tsing, que estava nesta mesma reunião, nos conta que os moradores não acreditavam que aquela ação conjunta pudesse funcionar e assim, uma das ativistas iniciou uma estória: “Havia um homem chamado Chico” (:229). A autora demonstra como a estória da vida de Chico Mendes foi situada naquele contexto como um exemplo de possibilidade efetiva de mobilização através da ação comunitária¹⁸. Na seqüência, Tsing

¹⁷ A autora aponta para o fato do “ambientalismo indonésio” ser heterogêneo. Ela foca sua análise na parcela do movimento ambientalista que age orientado por um “social populismo radical” (: 217).

¹⁸ Cito aqui pelo menos dois marcos significativos na vida política do líder sindicalista e ambientalista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988, que ilustram possibilidades de “reafirmação de direitos de minorias rurais”. O primeiro foi a criação em 1985, do Conselho Nacional dos Seringueiros, que como nos relata a geógrafa Bertha Becker, tal evento se constituiu como um “símbolo de resistência das populações rurais” à expropriação da terra na Amazônia (Becker, 2001:141). A segunda conquista política foi a obtenção da concessão de uso coletivo da propriedade como estratégia territorial, também ocorrida em 1985; o que desencadeou, posteriormente, em 1989 a criação da categoria de Reserva extrativista (Resex). Nesse sentido,

relata que logo após a estória sobre Chico Mendes, a ativista engatou em uma outra estória sobre um famoso movimento de ação política no Himalaia que ficou conhecido como “Chipko”. Este movimento foi formado por mulheres na década de 1970 que abraçavam árvores para impedir que o governo daquele país as derrubassem (*Chipko* significa abraçar). Tsing argumenta que as duas estórias, “de Chico Mendes e de Chipko”, são dois casos de exemplos famosos de movimentos sociais organizados para proteger florestas. As duas estórias são utilizadas como modelos de ação política para ONGs ao redor do mundo. A autora argumenta que “tais estórias viajam porque relatam sobre condições de solidariedade... porque falam da possibilidade de agência política... são pacotes alegóricos que geram modelos para solidariedade” (:232). Estas duas estórias são “universais engajados”, pois, como a autora identifica, evocam a possibilidade do “empoderamento” de comunidades e da realização de “justiça social” (idem). A versão da “estória de Chico Mendes” que os ativistas mulçumanos contaram para os moradores de Niwan foi construída pelos “ambientalistas do norte”. Uma versão representada em um filme sobre a vida de Mendes produzido pela HBO norte americana em 1995, denominado “The burning season”¹⁹. A autora mostra até então, como a estória de Chico Mendes, enquanto um “universal engajado”, viajou do Brasil (como Tsing sublinha, junto com os ativistas do norte “e não por meio da viagem de algum líder extrativista”), para os Estados Unidos até a Indonésia (:235). Tsing argumenta que tais estórias tiveram receptividade naquele contexto local indonésio porque exemplificam o que uma comunidade rural ou florestal pode ser capaz de realizar e mobilizar politicamente. Contudo, a autora nos mostra como este mesmo universal, a “estória de Chico”, engendrou um outro tipo de mobilização, não a favor dos direitos sociais de minorias ou da proteção ambiental. Mas, para a ação de um governo autoritário contra uma mobilização ambientalista. Sobre a “estória de Chico Mendes”, argumenta Tsing: “Ambientalista do norte tomaram a estória de Chico Mendes como um mandato para eles intervirem em qualquer situação em que uma floresta sofresse algum tipo de devastação. A alegoria para eles era a estória de amantes globais da ‘natureza’ ajudando vulneráveis habitantes de florestas. Eles cumpririam o papel de colaboradores nacionais, assim como ocorreu na aliança entre Brasil e Estados Unidos que possibilitou a união política de Chico Mendes” (:232). Ou seja, a “estória de Chico Mendes”, enquanto um “universal”, evocava também a possibilidade de alianças globais para os movimentos sociais locais. Tsing explica que no final dos anos de 1980, quanto esta estória foi evocada por ativistas do norte junto aos caçadores-coletores Penan, na campanha em defesa das florestas de Sarawak na

assinala Becker: “a Resex foi fruto da luta dos seringueiros por sua sobrevivência na floresta, contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do Incra” (idem: 146).

¹⁹ Vídeo que os ativistas emprestaram depois da reunião para os moradores do vilarejo assistirem, como nos informa Tsing em nota.

Malásia, esta aliança global serviu de justificativa para o governo malaio desqualificar aquelas mobilizações, e as classificarem como uma prática de “eco-imperialismo”. Nas palavras do Primeiro Ministro Mahathir: “Esta é um imposição de causas do norte a pessoas do sul. Eles estão tentando negar o direito de desenvolvimento às populações habitantes da floresta; eles querem os manter em um zoológico” (Brosius, 1999 in Tsing, 2005: 233) (o grifo é meu). Ou seja, a estória de Chico Mendes, mobilizou outras ações, no sentido oposto às das ocorridas em Siwan, na Indonésia, no encontro comunitário no ano de 2000. Como diz Tsing: “a estória de Chico Mendes, na tradução, se transformou. Uma nova alegoria havia sido criada, e também, estava viajando” (Tsing, idem). Interessante notar que muito frequentemente, o mesmo tipo de argumento utilizado pelo então Primeiro Ministro da Malásia em 1987, de que alianças ambientalistas transnacionais são práticas de um “eco-imperialismo”, são utilizados no Brasil por setores conservadores da sociedade e do governo para condenar certas realizações e intervenções das chamadas ONGs. Ressalto aqui que o universo da prática das denominadas ONGs não deve ser lido por meio de uma visão reducionista e idealizada de que tudo que tais organizações promovem seria necessariamente “adequado” e “bom” (para uma leitura crítica a respeito das práticas de ONGs cf., por exemplo, Fisher, 1997).

“Pelo menos desde a Conferência Rio – 92, nada menos que milagres têm sido esperado das ONGs (Little 1995). O otimismo defendido pelos proponentes de ONG’s brota de uma concepção geral de que estas entidades ‘proporcionam o bem’, refratárias, limpas e isentas da politicagem de governos e da voracidade das regras do mercado (Zivets 1991). Isto fica claro pelas designações e qualificações que descrevem estas associações pelo o que elas não são ou não realizam: não governamental e sem fins lucrativos. Dessa maneira, as ONG’s são idealizadas como sendo organizações através das quais pessoas são ajudadas por razões outras que lucro e política (Brown & Korten 1989, Fisher 1993). Esta idealização, de que as ONG’s são participantes desinteressadas e apolíticas deste jogo, considerando que os outros participantes possuem implicações e compromissos claros deste gênero, levou teóricos e praticantes, igualmente, a esperar demais destas organizações. Entretanto como Milton Friedman observou ‘o poder de fazer o bem pode ser o mesmo de fazer o mal’, um processo que fica mais difícil de perceber quando ‘aquilo que um homem entende como bom outro pode acreditar ser maléfico’ (Friedman 1962)” (Fisher, 1997: 433) (os grifos são meus).

Apesar da ressalva acima quanto ao heterogêneo universo das chamadas ONGs, tais segmentos sociais conservadores mencionados se valem, freqüentemente, deste argumento - da “ameaça estrangeira à soberania nacional” - para desqualificar rapidamente o trabalho de ONG’s ambientalistas nacionais que recebem financiamentos

internacionais e apóiam movimentos locais e grupos minoritários da sociedade civil, que, muitas vezes, possuem causas e projetos que vão contra os interesses das elites nacionais, sobretudo, as conectadas ao agronegócio (cf., por exemplo, três artigos de jornais, que foram publicados em períodos distintos, e que demonstram, assim, a recorrência desta temática da suposta “invasão estrangeira” por meio de alianças transnacionais do movimento ambientalista do norte com organizações nacionais, como, ONGs e movimentos sociais: “A perda da Amazônia”. Artigo de Helio Jaguaribe, publicado em Tendências e Debates. Fonte: FSP, 19/02/2007; “In the Amazon: conservation or colonialism?”. Artigo de Larry Rohter. Fonte: Herald Tribune, 26/07/2007; “Senador pede CPI e ABONG quer debate público sobre atuação de ONGs”. Fonte: Informes ABONG Nº 101, 08/2000). Seguindo tais sugestões teóricas analíticas, através das falas de atores sociais vivos captados em notícias de jornal, procuro demonstrar a seguir, parte das “fricções” que movimentam as disputas discursivas atuais, entre diferentes regimes de entendimentos, sobre os temas que compõem esta pesquisa.

À reza do homem moderno

As falas reproduzidas adiante, retiradas da leitura de notícias de jornais, foram pronunciadas originalmente em contextos distintos tanto espacialmente, quanto temporalmente. Em situações das mais diversas: durante reuniões oficiais do governo, em assembléias organizadas pelo movimento indígena, em discursos realizados por conta de lançamentos de programas federais, em entrevistas jornalísticas etc. No entanto, por meio de um exercício de imaginação, é possível abstrair estes cenários originais diversos e afastados entre si e fazer uma leitura das falas que seguem abaixo como se estes “ditos”, fizessem parte de um mesmo diálogo, no qual os atores sociais, protagonistas destes pronunciamentos, estivessem discutindo entre si a respeito da definição do sentido da idéia de “desenvolvimento” e sobre como entendem que as problemáticas ambiental e cultural deveriam ser incluídas no âmbito desta noção. Apesar de terem sido produzidas em múltiplos contextos, estas falas representam partes de uma mesma discussão; marcada, como mencionado, por um carácter polifônico. As falas apresentadas são exemplos “vivos” desta polifonia; que está expressa nos conteúdos discursivos destes ditos. Optei em iniciar cada citação com o sinal de travessão, para, justamente, enfatizar a idéia de que por detrás dos trechos citados existem personagens vivos que vêm produzindo, dinamicamente, o debate que segue.

Ação

21-11-2006: Luis Inácio Lula da Silva (presidente da república) - “Eu estou me dedicando, neste mês de novembro e neste mês de dezembro, para ver se eu pego todos os entraves que eu tenho com o meio ambiente, todos os entraves com o Ministério Público, todos os entraves com a questão dos quilombolas, com a questão dos índios brasileiros, todos os entraves que a gente tem no Tribunal de Contas, para tentar preparar um pacote, chamar o Congresso Nacional e falar: “Olha, gente, isso aqui não é um problema do presidente da República, não. Isso aqui é um problema do País”. Eu não quero saber se você é do PFL, do PSDB, do PT, eu não quero saber. Então, na hora de votar as coisas importantes, é preciso parar com a questão partidária... Na hora em que o Brasil estiver em jogo, como é que a gente vai construir as termelétricas? A gente vai produzir energia do quê, neste País? Porque as pessoas não querem que a gente use carvão, as pessoas não querem que a gente faça termelétrica, as pessoas não querem usina nuclear, e não têm dimensão do preço da eólica, do custo da termelétrica a óleo diesel. Então, o que nós precisamos, e aí eu quero defender a nossa querida companheira Marina, porque a Marina tem uma coisa que é o seguinte, ela fala: eu não estou aqui para proibir fazer, eu estou aqui para tentar discutir como fazer melhor, sem prejudicar o meio ambiente. Acontece que a legislação aprovada por nós – e eu já fui deputado – a gente coloca um item lá que se o cidadão do Ibama der uma licença prévia e tiver um problema de acusação contra ele, os bens dele são indisponibilizados. Então, ele tem mais é que cuidar de dizer: ‘Eu não vou liberar. E se eu for preso, quem vai pagar advogado para mim?’. Porque é assim, a gente faz as coisas desconfiando um do outro”²⁰ (os grifos são meus).

Esta fala do presidente recém-reeleito sobre os “índios”, “quilombolas”, a “questão ambiental” e o “Ministério Público” como “entraves” ao “desenvolvimento” - trecho retirado de um discurso realizado em 21 de novembro de 2006, na inauguração de uma usina de biodiesel no Mato Grosso - inicia a polêmica “desenvolvimentista-socioambiental” que vai marcar os primeiros meses de transição entre o primeiro e o segundo mandato do governo Lula. Após este discurso, houve uma intensa movimentação na arena política nacional entre diferentes atores sociais, membros da administração do governo petista e de agentes da sociedade civil, que se posicionaram frente às palavras do presidente, defendendo distintas visões sobre a idéia de “desenvolvimento”. Mais especificamente, a respeito de qual maneira as problemáticas ambiental e cultural devem ser abarcadas na conformação e concretização de um projeto de “desenvolvimento nacional”. Com efeito, a fala de Lula trouxe as grandes temáticas desta pesquisa para o centro do debate político recente.

²⁰ Trecho do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração da unidade de biodiesel da usina Barralcool Barra do Bugres - MT, 21-11-2006, pp. 10-11, (fonte:www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr1331.doc).

Reação

25-11-2007: trecho da carta de membros do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) -“É inaceitável que a maior autoridade do país, com este tipo de afirmação, reforce o alto grau de preconceito existente contra índios e negros e também despreze o trabalho do Ministério Público, que tem por função fiscalizar o cumprimento das leis do país.²¹”

26-11-2006: Mary Allegretti (antropóloga, foi secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente de 1999 a 2003) -“Colocar a legislação ambiental como um entrave ao desenvolvimento - ao lado dos juros altos, da corrupção, da carga tributária, da simples falta de idéias - nos remete à década de 70 quando o mundo começava a acordar para os custos ambientais do desenvolvimento e os representantes do Brasil, na Conferência de Estocolmo em 72, disseram que o país não podia discutir o meio ambiente porque precisava da poluição, que era sinal de progresso.²²”

30-11-2006: trecho da carta dos conselheiros do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente, presidido pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva) - “As recentes declarações do presidente qualificando o meio ambiente, os povos indígenas, os quilombolas, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União como entraves ao desenvolvimento do País causam-nos preocupação e indignação, pois sinalizam retrocesso na legislação e na garantia de direitos conquistados pela sociedade brasileira.²³”

9-12-2006: José Eli da Veiga (economista) -“Nada pode ser mais estranho ao padrão moderno do que a ânsia de turbinar o PIB pela depredação do patrimônio natural. Em vez de exigir recuo da legislação ambiental, o crescimento moderno se apóia na capacidade de inovação da sociedade, que resulta de forte interação entre a ciência e a tecnologia. Simples miragem para uma sociedade que se faz governar por uma coalizão incapaz de desonerar a carga tributária com contenção das despesas correntes do setor público, incapaz de fazer reformas imprescindíveis (como a da Previdência), incapaz de melhorar a eficiência do sistema judiciário, de rever a CLT etc. Em tais circunstâncias, não passa de covardia a propensão para escolher índios, quilombolas e ambientalistas como bodes expiatórios.²⁴”

10-12-2006: Boris Fausto (historiador e cientista político) -“O presidente da República destacou, entre os fatores que travam o desenvolvimento do país, índios, quilombolas e ambientalistas, além da ação do Ministério Público. São muitas as razões pelas quais o crescimento econômico continua travado por várias décadas, mas entre elas não figuram os

²¹25-11-2006: “Ambientalistas criticam discurso de Lula”. Fonte: FSP.

²²26-11-2006: “O lugar do meio ambiente no governo Lula” (fonte: www.maryallegretti.blogspot.com/desenvolvimento-e-meio-ambiente).

²³30-11-2006: “Marina aprova manifesto contra declaração de Lula”. Fonte: OESP.

²⁴9-12-2006: “Brasil precisa mudar a legislação ambiental?”. Artigo de José Eli da Veiga, in: Tendências e Debates. Fonte: FSP.

'vilões' apontados pelo presidente. Não se trata de defender o mito romântico da intocabilidade das florestas e dos rios ou de negar, por exemplo, a importância do agronegócio, dentro de limites adequados. O que vozes lúcidas sustentam é que o país precisa caminhar para formas de desenvolvimento que não façam terra arrasada dos recursos naturais, com resultados no mínimo discutíveis até no plano estritamente econômico.²⁵

Como indicam as falas que reagiram contra os dizeres do presidente Lula, o discurso da usina Barralcool teria expressado opiniões retrógradas que lembram duas teses características da postura desenvolvimentista do governo militar: (1ª.) "índios", assim como, outras populações denominadas "tradicionais", vistos como sinônimos de "atraso" e "obstáculo" para o "progresso-desenvolvimento" do país, e (2ª.) a ampliação de infra-estrutura através da construção de grandes obras, enquanto estratégia para a aceleração do crescimento econômico nacional, como algo que justificaria possíveis danos ambientais. Ouvindo o referido discurso do presidente, talvez, não se imaginasse que este mesmo governo tenha instituído meses antes a denominada "Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais" em 02 de agosto de 2006. A fala da ministra do Meio Ambiente Marina Silva no dia do lançamento da Comissão, descreve de maneira positiva a participação destes grupos no processo de "desenvolvimento" do país.

02-08-2006: Marina Silva (ministra do meio ambiente desde de 1999) -"São 4,5 milhões de servidores públicos que ocupam 25% do território, importantíssimos para a preservação da biodiversidade, para os quais a sociedade brasileira deve tributos."²⁶

Ao caracterizar as comunidades e povos tradicionais como "servidores públicos", a ministra pretendeu dar ênfase à participação dessas populações na conservação da biodiversidade nacional. A problemática do uso do discurso ecológico como forma de afirmação política quando se trata de negociações em torno dos direitos das chamadas "populações tradicionais", especialmente em relação aos povos indígenas, será melhor debatida adiante no terceiro capítulo da dissertação. A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais é composta por representantes de diferentes "segmentos tradicionais"²⁷ da sociedade civil. A Comissão

²⁵10-12-2006: "Desenvolvimento e qualidade de vida". Artigo de Boris Fausto, in: Tendências e Debates. Fonte: FSP.

²⁶11-08-2006: "Povos e comunidades tradicionais ganham espaço e voz". Fonte: Notícias socioambientais.

²⁷Entre os "segmentos tradicionais" estão: babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos, extrativistas, ribeirinhos, marisqueiros, quilombolas e povos indígenas. Segundo documento do MMA (2006: 5), a definição de "populações tradicionais" aceita pela Comissão se baseia, principalmente, em dois princípios -

funciona como um colegiado cuja proposta central é, justamente, criar e coordenar, em conjunto com os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente, ações voltadas para essas comunidades e povos que de fato atendam as demandas desses segmentos e que sejam elaboradas de “maneira participativa”. A idéia da Comissão é fortalecer politicamente estes segmentos culturalmente diferenciados. Proposta, que como veremos adiante, dialoga com uma visão de “desenvolvimento”, forjada no final da década de 1970, que na literatura pode aparecer com a denominação de “desenvolvimentismo crítico”. Nesta vertente do “desenvolvimento”, a inclusão e a participação política das populações para as quais as intervenções são direcionadas fazem parte, no “linguajar do desenvolvimento”, do processo de “empoderamento” dos “grupos alvo”, e são premissas fundamentais para que “projetos” ou iniciativas sejam bem sucedidos. Adiante, este ponto é retomado no debate histórico sobre a idéia de “desenvolvimento” (Capítulo 2) e na análise das ações indigenistas recentes na Amazônia brasileira (Capítulo 3). Entre as principais demandas da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais estão as já antigas reivindicações pela regularização fundiária e a garantia do direito daquelas populações aos territórios tradicionalmente ocupados, o que inclui à defesa da ameaça dos possíveis impactos causados por grandes obras de infra-estrutura e das sobreposições na criação das Unidades de Conservação. Dois fundamentos centrais da proposta da Comissão são: propagar a valorização dos papéis que os denominados “povos tradicionais” desempenham na conservação ambiental e enfatizar a importância de se considerar os aspectos culturais nas formulações de políticas - dimensão historicamente negligenciada

reconhecimento da importância do acesso à terra para a manutenção socioambiental destes povos e o modo de “produção material” desses grupos: “A implementação de políticas direcionadas a esses segmentos requer uma definição do conceito de Comunidades Tradicionais. No campo teórico são várias as tentativas de conceituação, partindo da realidade diferenciada desses grupos frente à sociedade envolvente. Busca-se definir em que ponto exatamente a sociedade envolvente se diferencia de todos os povos e comunidades tradicionais clarificando, assim, quais sinais poderiam servir como diacríticos ou elementos identificadores desse conjunto heterogêneo. Invariavelmente, a questão primordial é o acesso a terra, ou, no caso, ao território. Sabe-se que assegurar o acesso ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele também estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados. O território também faz parte da cosmologia do grupo, referendando um modo de vida e uma visão de Homem e de Mundo; ele é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento, portanto, encerra também uma dimensão lógica e cognitiva... Outro ponto que marca a especificidade dos povos e das comunidades tradicionais são as características do seu processo produtivo. Defende-se que tais segmentos se situam num contexto em que a economia – com uma lógica específica de produção e com noções singulares acerca da “necessidade” - está à mercê das relações sociais, enquanto que na sociedade envolvente, de tradição Ocidental e modo de produção capitalista, as relações sociais é que estão subordinadas à economia” (os grifos são meus).

nos espaços políticos nos diferentes níveis de governo. Segundo texto do MMA (2006) a respeito dos objetivos da Comissão:

“Em razão de processos históricos diferenciados, diversos segmentos da sociedade brasileira, podendo-se mencionar entre eles os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, desenvolveram modos de vida próprios e distintos dos demais, ocasionando ao mesmo tempo riqueza sócio-cultural e invisibilidade perante a sociedade e as políticas públicas de modo geral. Tal invisibilidade se reflete na ausência de instâncias do Poder Público responsáveis pela articulação e implementação de políticas públicas para estes povos e comunidades, especialmente no que diz respeito às políticas para inclusão social. Mesmo no caso dos grupos para os quais já existe um reconhecimento constitucional, como os povos indígenas e quilombolas, também existem questões primordiais ainda pendentes como o acesso à terra, da saúde e educação diferenciadas, das condições mínimas necessárias para a permanência desse povos e comunidades em seus territórios. Grande parte dos problemas e dificuldades enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais no acesso às políticas públicas oferecidas para os demais segmentos da sociedade decorrem da ausência de reconhecimento destas diferenças” (MMA, 2006) (os grifos são meus).

A Comissão resultou na elaboração da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) em 27 de fevereiro de 2007²⁸. Entre estes esforços, que parecem sinalizar para uma postura progressista e preocupada com a inclusão das questões ambientais e socioculturais nas ações do governo, a mesma administração lançou em 22 de janeiro de 2007 o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), que acirrou as disputas internas em torno das duas questões referidas. Já no discurso da usina Barralcool Lula anunciou: “... se eu pego todos os entraves que eu tenho... para tentar preparar um pacote...”. O “pacote” tratava-se do PAC, na época do discurso, ainda em final de gestação²⁹. Em duas entrevistas jornalísticas realizadas com a ministra do Meio

²⁸ A “Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais” (PNPCT) foi oficialmente lançada no dia 27 de fevereiro, em Brasília, pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social, que ocupam respectivamente a secretaria-executiva e a presidência da Comissão. “A PNPCT, publicada no Diário Oficial da União no dia 8 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto Nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Está estruturada em quatro grandes eixos: acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais; infra-estrutura; inclusão social e educação diferenciada; fomento à produção sustentável”. Trecho retirado de texto publicado no Diário Oficial da União de 08/02/2007: Decreto No - 6.040, de 7-02-2007. Institui a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (:4-5).

²⁹ No texto oficial produzido pelo Ministério do Planejamento: “O Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC) é um programa de desenvolvimento que vai promover: a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a: incentivar o

Ambiente, algumas semanas anteriores ao lançamento do PAC, as falas de Marina Silva antecipavam o clima que se instalaria no governo e os embates que as exigências do PAC causariam na arena pública nacional em decorrência, sobretudo, da questão de como lidar e evitar impactos socioculturais e ambientais das obras previstas no Programa.

1-12-2006: Marina Silva -“Pelo menos pela minha experiência, nestes três anos e onze meses que estou aqui, temos trabalhado a partir dessa visão: meio ambiente não é uma camada de dificuldade ao desenvolvimento, é a única forma de fazer um desenvolvimento com condições de ser duradouro, virtuoso.³⁰”

Na mesma entrevista perguntada sobre sua relação com a ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, com quem nos próximos meses ela viria a ter profundas divergências políticas em torno da relação entre as estratégias para geração de “desenvolvimento” e questões sobre seus possíveis danos ambientais, a ministra responde:

1-12-2006: Marina Silva -“Olha, quando se é governo, dois lados não podem se colocar em oposição. A ministra Dilma quer o desenvolvimento, mas tenho certeza de que também quer a proteção dos recursos naturais. A ministra Marina quer a proteção dos recursos naturais, mas também quer o crescimento econômico. Só que o meu crescimento econômico eu adjetivo, ele tem de ser sustentável, se não for sustentável não é desenvolvimento, é a repetição das catástrofes que estamos vendo e combatendo, é estar na contramão da história.³¹”

Em outra entrevista, quando questionada se em função da pressão política poderia flexibilizar a gestão ambiental, Marina responde com uma frase que ficou famosa na mídia:

7-12-2006: Marina Silva -“Uma coisa é certa: eu perco o pescoço, mas não perco o juízo!³²”

investimento privado; aumentar o investimento público em infra-estrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. O PAC depende da participação do Executivo, Legislativo, dos trabalhadores e dos empresários. As ações e metas do PAC estão organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado. O programa também prevê a melhora na qualidade do gasto público, com contenção do crescimento do gasto corrente e aperfeiçoamento da gestão pública, tanto no orçamento fiscal quanto no orçamento da previdência e seguridade social” (fonte: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC.pdf).

³⁰1-12-2006: Entrevista com Marina Silva à Folha de São Paulo. Fonte: FSP.

³¹1-12-2006: Entrevista com Marina Silva à Folha de São Paulo. Fonte: FSP.

³²7-12-2006: Entrevista com Marina Silva ao Jornal O Globo. Fonte: O Globo.

O pomo da discórdia

O Programa de Aceleração do Crescimento ou PAC é um pacote de infraestrutura, que a segunda administração do governo Lula lançou com o intuito central de elevar as taxas de crescimento econômico do país (ver nota 32). Uma das áreas do programa eleitas como prioritárias foi a da energia. Uma das frentes de projetos do PAC é a construção de novas hidrelétricas. Entre elas estão as usinas de Santo Antônio e de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. A liberação das licenças ambientais para estas obras virou o grande símbolo da discórdia que vem gerando os embates socioambientais recentes no governo³³. Após detectar problemas que impediam a concessão de licença ambiental para duas das maiores usinas hidrelétricas planejadas pelo PAC, o Ibama pediu mais informações antes de autorizar a continuidade dos projetos de Santo Antônio e Jirau³⁴. Os primeiros estudos de impacto ambiental foram entregues ao Ibama, em julho de 2005, pela estatal Furnas Centrais Elétricas, mas o órgão acabou requisitando informações adicionais. Os problemas mais graves, que impediram até o momento (junho de 2007) a emissão da licença, são o acúmulo de sedimentos no rio em decorrência da futura construção das barragens, o quê poderia prejudicar o funcionamento das usinas, e a ameaça à população de bagres, espécie de peixe fundamental à economia de uma comunidade com cerca de 15 mil pescadores que vivem ao longo do Madeira³⁵. Contudo, analistas argumentaram na mídia que não é apenas o tempo exigido para a realização da avaliação e licença ambiental para as obras que “entram” a realização das mesmas. Mas, sim, a falta de planejamento nos cronogramas das obras, que freqüentemente não tem seus prazos respeitados e ou verba insuficiente³⁶.

³³ O debate a respeito das hidrelétricas tem focado na questão da liberação do licenciamento ambiental para a construção destas usinas enquanto a questão sobre a real necessidade de novas usinas ficou relegada para o segundo plano. Como artigo da FSP demonstra, estudiosos sobre energia no Brasil argumentam que não há necessidade da construção de mais usinas para sanar a demanda de energia pelas ações do PAC. Bastaria reformar as já existentes através da troca de turbinas para aumentar a oferta de energia elétrica. Como argumenta o engenheiro Célio Bermann, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, autor de um dos capítulos do "Dossiê Energia", lançado no final de abril de 2007 pelo Instituto de Estudos Avançados da USP. In: 27-04-2007: "Brasil não precisa de novas usinas". Fonte: FSP.

³⁴ Na realidade, os dois projetos são anteriores ao lançamento do programa e foram incluídos no PAC no final do ano passado.

³⁵ Existe a dúvida se com a construção das hidrelétricas do Rio Madeira, o bagre será capaz de transpor as barragens das represas para realizar o processo de desova. Ele é um peixe que só passa pelo leito do Madeira. O governo contra-argumentou anunciando que construiria um canal, para garantir que eles consigam transpor as barragens.

³⁶ Um exemplo apontado na mídia foi o gasoduto Urucu-Porto Velho, cuja obra já foi autorizada há mais de um ano para ser iniciada e, no entanto continua paralisada. In: 24-01-2007: "Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fortalece ação de área ambiental". Fonte: Valor Econômico.

26-01-2007: Cláudio Langone (secretário-executivo do MMA) -"São vários os motivos, mas muitos deles decorrem de problemas de financiamento para os empreendimentos."³⁷

20-04-2007: Lula -"Agora não pode por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução."³⁸

24-04-2007: Dilma Rousseff (economista, ministra-chefe da Casa Civil desde 2005 e ex-ministra das Minas e Energia no período de 2003-2005) -"O governo espera que a questão ambiental ganhe um padrão de eficiência compatível com as exigências de infra-estrutura do País."³⁹

27-04-2007: Lula -"O problema da questão das hidrelétricas no Brasil não é ambiental. É uma questão legal, porque a política do meio ambiente é regulada por um conjunto de leis aprovadas no Congresso. O mundo, hoje, exige maior preocupação e responsabilidade ambiental. Mas, isso não significa que você vá deixar de fazer uma obra."⁴⁰

15-05-2007: Dilma Rousseff -"Soluções ambientais não podem ser políticas, mas técnicas."⁴¹

As críticas do presidente Lula e da ministra Dilma Rousseff sobre a demora no processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas, assim como de outras obras "estratégicas" previstas no PAC resultaram numa reestruturação do Ibama. Tal reformulação do órgão já vinha sendo arquitetada antes das controvérsias em torno das licenças para as obras do PAC. Contudo, este processo foi acelerado e por meio de uma medida provisória, assinada em 26 de março deste ano de 2007, o Ibama foi dividido ao meio com a criação do "Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação"⁴². Neste novo formato o Ibama é responsável pelo licenciamento, fiscalização e autorização de recursos naturais e o Instituto Chico Mendes ficará responsável pelas unidades de conservação e por programas de pesquisa da biodiversidade. Ainda é cedo para avaliar se a reestruturação do Ibama irá dinamizar as atividades do órgão nos processos de licenciamento ambiental, sem abalar a seriedade com a qual as leis ambientais devem ser aplicadas. O desfecho do licenciamento das obras, sobretudo as usinas do rio Madeira,

³⁷ 26-01-2007: "Obras liberadas, mas projetos não saem do papel". Fonte: OESP.

³⁸ 20-04-2007: "Lula acusa Ibama de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina". Fonte: OESP.

³⁹ 24-04-2004: "Dilma cobra Ibama mais eficiente". Fonte: OESP.

⁴⁰ 27-04-2007: "'Problema não é ambiental, é legal', afirma presidente". Fonte: OESP.

⁴¹ 15-05-2007: "Soluções ambientais não podem ser políticas, mas técnicas". Fonte: OESP.

⁴² Longe de ter sido um processo tranquilo, como repúdio à medida provisória que dividiu o Ibama, desde abril deste ano, significativa parcela dos funcionários do órgão entrou em greve em diversos estados do país.

será um bom indicador de como este governo irá lidar com questões socioambientais ao longo do seu segundo mandato.

PAC, povos indígenas e política indigenista

Entre as movimentações políticas recentes, descritas anteriormente, em torno das negociações socioambientais frente às ações previstas no plano de “desenvolvimento” do governo conhecido pela sigla “PAC”, Márcio Meira (identificado na mídia como o “antropólogo do PT”), assumiu a presidência da Funai em 22 de março deste ano.

22-03-2007: Joenia Wapixana (membro da direção da organização indígena CIR - Conselho Indigenista de Roraima) -"Espero que ele (Márcio Meira) saiba ouvir os movimentos indígenas para saber quais são suas reais necessidades.⁴³"

10-04-2007: Márcio Meira (antropólogo, atual presidente da Funai) -"Não dá mais para a Funai e o governo federal desenvolverem uma política voltada para esses povos sem a participação deles. As comunidades indígenas, muitas vulneráveis inclusive à violação de direitos humanos, estão entre os brasileiros com enormes desafios de inserção diferenciada na agenda de nosso desenvolvimento social.⁴⁴"

16-04-2007: Jecinaldo Sateré Mawé (secretário-executivo da - Coiab)⁴⁵ -"Não podemos ser tachados de ir contra o desenvolvimento do país. Nós queremos o diálogo e o respeito ao estudo dos impactos ambientais nas nossas terras.⁴⁶"

17-04-2007: Jecinaldo Sateré Mawé -"Os povos indígenas não têm conhecimento do impacto que as obras previstas no Plano têm para suas terras.⁴⁷"

19-04-2007: Márcio Meira -"Muitos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão previstos para a Amazônia Legal ou outras regiões onde vivem indígenas em suas terras... Na perspectiva que propõe o presidente Lula de um novo ciclo histórico

⁴³22-03-2007: “Antropólogo do PT assume hoje a Funai”. Fonte: OESP.

⁴⁴10-04-2007: “Índios vão participar de decisões da Funai”. Fonte: OESP.

⁴⁵A Coiab ou Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira é uma organização indígena que foi fundada no dia 19 de abril de 1989, através da iniciativa de lideranças indígenas da época. Segundo o histórico do site da organização: “A organização surgiu como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, num cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, pós-constituente, favoráveis aos direitos indígenas” (fonte: www.coiab.com.br/historia). A Coiab reúne 75 organizações e 165 povos indígenas da Amazônia.

⁴⁶16-04-2007: “Projetos do PAC podem afetar terras indígenas na Amazônia Legal, dizem ambientalistas”. Fonte: Agência Brasil (www.agenciabrasil.gov.br).

⁴⁷17-04-2007: “Esplanada é local de protesto”. Fonte. Correio Brasilense.

de desenvolvimento para o Brasil, que combine patamares expressivos de crescimento com inclusão social e reversão das desigualdades regionais, as comunidades indígenas precisam ver garantido seu espaço social e político de interlocução com o Estado e ter assegurado um lugar apropriado no futuro do Brasil.⁴⁸”

As cinco falas acima indicam os temas que, no momento, circulam com destaque na cena política indigenista nacional. Nestes primeiros meses de atuação de Meira na presidência da Funai, a participação indígena na política nacional e os possíveis danos causados por obras do PAC aos povos indígenas e seus territórios tornaram-se assuntos centrais para a agenda indigenista recente. Em parte, isto se deve as pressões do movimento indígena, uma vez que ambos os temas foram eleitos como partes fundamentais da pauta de discussões no “Abril Indígena”. Este evento, organizado há quatro anos pelo movimento indígena durante o mês de abril, reúne organizações indígenas de todo país em torno de debates sobre questões políticas referentes à situação social, econômica, ambiental e cultural desses povos⁴⁹. Outro fator que contribuiu para a ascensão destes temas foi a discussão em torno do PAC, que reacqueceram o debate sobre licenças para grandes obras de infra-estrutura. A principal reivindicação feita nesse sentido é que os povos indígenas sejam consultados nas decisões que envolvam áreas próximas a reservas homologadas ou em processo de demarcação. Esse debate trouxe à tona as controvérsias sobre a eficácia da denominada “Convenção 169” da Organização Internacional do Trabalho (conhecida também como “OIT 169”), da qual o Brasil é um dos países signatários. Tal acordo prevê que qualquer medida que afete territórios ou interesses indígenas deve previamente ser analisada e passar por consulta pelos povos que potencialmente serão afetados (sobre o debate a respeito da criação da “OIT 169” ver adiante terceiro capítulo desta dissertação). O principal questionamento do movimento indígena durante os debates e manifestações do “Abril Indígena” era se o PAC possuía estratégias definidas de como estas consultas ocorreriam em relação à implementação de grandes projetos de infra-estrutura que podem afetar estes povos.

⁴⁸19-04-2007: “Diálogo necessário com os índios”. Artigo de Márcio Meira, presidente da Funai, in: Tendências e Debates. Fonte: FSP.

⁴⁹ Neste ano, o “Abril Indígena” ocorreu no período de 16 a 19 em Brasília, onde foi montado o “Acampamento Terra Livre” na Esplanada dos Ministérios, local em que as reuniões, debates e manifestações indígenas foram realizados.

Participação política e a Comissão Nacional de Política Indigenista

16-4-2007: Márcio Meira -"Precisamos coordenar e articular as ações do Estado voltadas para os povos indígenas. Fazer a mediação entre o governo e os índios. A instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista é necessária e urgente.⁵⁰"

19-04-2007: Márcio Meira -"Vários são os desafios para uma política indigenista. Reformular o desenho e a massa crítica do órgão indigenista - a Funai - adequando-os ao quadro atual das relações não tutelares entre o Estado e as comunidades indígenas do Brasil.. garantir o protagonismo e a participação dos índios nas decisões que lhes dizem respeito, instalando a Comissão Nacional de Política Indigenista.⁵¹"

20-04-2007: Lula -"Com a criação da Comissão, vai aumentar a responsabilidade de vocês, porque, a partir de agora, os erros e acertos que nós cometermos serão partilhados entre nós.⁵²"

20-04-2007: Jecinaldo Sateré Mawé -"O novo presidente da Funai está sinalizando que quer o diálogo e quer representar os interesses indígenas no Palácio do Planalto. O que temos certeza é que temos de ficar atentos. Alguns setores do governo continuam querendo atropelar os povos indígenas.⁵³"

A participação dos povos indígenas na elaboração de políticas públicas tem sido a grande bandeira das ações de Márcio Meira, nos seus primeiros meses de gestão da Funai. A grande realização da nova gestão da Fundação foi a instalação da chamada "Comissão Nacional de Política Indigenista" (CNPI) no dia 19 de agosto de 2007, no calendário oficial considerado o "Dia do Índio". Ainda que o protagonismo político indígena atual não seja parte das problemáticas desta análise⁵⁴; faço a observação de que a qualificação de "indigenista", ao invés de "indígena", para a referida recém criada Comissão (a maior parte do conselho da Comissão é composta por representantes indígenas), parece demonstrar como, pouco a pouco, o indigenismo nacional - tradicionalmente compreendido como o fazer de "políticas" (isto é, ações públicas de intervenção) realizado por "não-indígenas", voltadas para os povos indígenas localizados no território brasileiro, - passa agora, a não mais poder ser restringido a esta definição. Parece que, cada vez mais, nas negociações indígenas praticadas com o Estado

⁵⁰ 16-04-2007: "Novo presidente da Funai promete tirar Conselho de Política Indigenista do papel". Fonte: Correio Brasiliense.

⁵¹ 19-04-2007: "Diálogo necessário com os índios". Artigo de Márcio Meira, presidente da Funai, in: Tendências e Debates. Fonte: FSP.

⁵² 20-04-2007: "Comissão Nacional de Política Indigenista". Fonte: O Globo.

⁵³ 20-04-2007: "Comissão Nacional de Política Indigenista". Fonte: O Globo.

⁵⁴ Voltarei a este ponto no comentário final deste trabalho.

nacional, as demandas desses grupos diferenciados passam a ter maior consideração em certas definições dos rumos do indigenismo oficial, tornando-o também um espaço de construção de políticas dos índios⁵⁵. Dessa maneira, parece que certas movimentações recentes tanto do movimento indígena organizado, quanto do indigenismo nacional, resultam em uma maior atuação dos povos indígenas em empreendimentos indigenistas, possibilitando que sejam agregados a estes suas opiniões, opções e entendimentos. Assim, a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) pode ser entendida como um indicativo da maior abertura do indigenismo à participação indígena. A CNPI é composta por vinte representantes indígenas de diferentes regiões do país, treze representantes do governo e dois representantes de entidades da sociedade civil. A Comissão, que integra a estrutura do Ministério da Justiça, foi criada com o intuito de incluir diretamente representantes políticos dos povos indígenas nas discussões sobre política indigenista do governo federal. As funções previstas para Comissão são, entre outras: propor diretrizes e prioridades da política nacional indigenista; definir formas de monitoramento e de orientação da ação dos órgãos federais que atuam como indigenistas; sugerir atualizações para a legislação; acompanhar as atividades parlamentares; incentivar a participação indígena e apoiar a capacitação técnica indigenista⁵⁶. A criação de uma Comissão dessa natureza é uma antiga reivindicação do movimento indígena. Contudo, as organizações indígenas desejavam que o governo criasse um conselho com poder deliberativo. Assim, a Comissão também terá, entre as funções citadas, o trabalho de elaborar um projeto de lei para criação do “Conselho Nacional de Política Indigenista”. Em vez de possuir caráter consultivo, como a Comissão, o Conselho será deliberativo; se efetivamente instituído, suas resoluções deverão ser acatadas pelo governo. Conforme indicado nas notícias mencionadas anteriormente sobre a instalação da Comissão, foram escolhidos como primeiros temas a serem discutidos na CNPI: os efeitos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos povos indígenas e em seus territórios; a saúde indígena; e a demarcação de terras. Numa perspectiva ampla, a criação da Comissão parece sinalizar uma confirmação significativa da mudança de postura na política indigenista do Estado expressa desde a promulgação da Constituição de 1988. Se o conceito de assimilação e o projeto de integrar os povos indígenas à sociedade nacional eram as expectativas políticas do governo até 1988, a partir da Constituição deste mesmo ano, é reconhecido oficialmente o direito às diferenças. A abordagem das problemáticas indígenas, pelo menos legalmente, não são

⁵⁵ Mais uma vez, reforço que “política” é entendida neste breve parágrafo como uma “ação pública” ou uma intervenção que promova realizações em campos temáticos diversos (social, cultural, ambiental, etc.), por exemplo, relacionadas à saúde, à educação, defesa de territórios, entre outros.

⁵⁶ 19-04-2007: “Comissão Nacional de Política Indigenista”. Fonte: Centro de Trabalho Indigenista (www.trabalhoindigenista.org.br-Comissão).

mais traduzidas em termos de “integração”, mas de convívio com a diversidade na sociedade nacional. A Comissão Nacional de Política Indigenista pode ser entendida como um esforço recente no sentido de ampliar, concretamente, o reconhecimento legal de incluir o direito às diferenças socioculturais nos processos de formulação e execução de políticas públicas e garantir institucionalmente a participação política dos povos culturalmente diferenciados. Este é um ponto-chave para a consolidação eficaz dessas ações, assim como de um efetivo Estado democrático. Este ponto será retomado, sobretudo, no terceiro capítulo.

Ainda é cedo para avaliar se a Comissão de fato trará as mudanças a que se propõe na cena indigenista. Do mesmo modo, como foi argumentado anteriormente, ainda é cedo para julgar se a divisão do Ibama servirá a propósitos desenvolvimentistas, de acelerar o processo de licenciamento ambiental, podendo comprometer a qualidade das avaliações ou não. No presente, não é possível afirmar se as ações recentes do governo - tanto no campo ambiental, quanto indigenista - se converterão em meras movimentações discursivas ou se de fato, serão esforços que promoverão as transformações para as quais foram originalmente formulados. Em outros termos, como bem disse Jecinaldo Sateré Mawé, chefe executivo da Coiab: “o que temos certeza é que temos de ficar atentos”.

1.3. Antropologia e o “desenvolvimento”

Como caracterizado na apresentação (item 1.1) o tema fundamental desta pesquisa é a discursividade do “desenvolvimento”. Como delimitado anteriormente o intuito é debater nos próximos capítulos como este tema se relaciona com duas outras temáticas discursivas, as idéias de “meio ambiente” e “cultura”, em dois contextos: (1) nos debates sobre as redefinições da noção de “desenvolvimento” e (2) sobre as representações a respeito destas temáticas nas discussões sobre ambientalismo e política indigenista na atualidade amazônica. Por meio das notícias de jornais (item 2.1.), procurei introduzir o debate da pesquisa, demonstrando como no “mundo vivido”, certos conflitos históricos das relações entre as três discursividades aqui problematizadas se reproduzem em discussões atuais que estão diretamente vinculadas a esta investigação. Ao invés de seguir diretamente para os debates anunciados para cada capítulo; porque esta dissertação trata-se de uma pesquisa em Antropologia social, serão feitas adiante algumas considerações a propósito de certas relações entre a disciplina antropológica e o tema do “desenvolvimento” que contribuirão, de modo geral, para a compreensão do conjunto da análise.

Pode-se dizer que a temática do “desenvolvimento” é um tema fundante da disciplina antropológica. No século dezenove, como largamente reconhecido, a idéia chave que deu à Antropologia social coerência conceitual foi a idéia de “evolução social”⁵⁷. Neste contexto teórico, os chamados “povos primitivos” constavam como exemplos vivos para ilustrarem o que seriam os primeiros estágios de “desenvolvimento” da vida social humana formulados pelo modelo antropológico evolucionista ou, como, o antropólogo britânico Edward Tylor (1832-1917) o denominava - “a teoria do desenvolvimento” (Ferguson, 2005: 142)⁵⁸.

Há pelo menos duas outras possíveis perspectivas para pensar a relação da Antropologia social com o tema do “desenvolvimento”: de um lado está a crítica culturalista à idéia de “desenvolvimento”, herdeira dos estudos pós-coloniais e pós-estruturais (como veremos, por exemplo, Ferguson, 1994; Escobar, 1995). Nesse caminho, de uma Antropologia do “desenvolvimento”, a noção “desenvolvimento” é entendida como uma construção política e cultural. Nessa linha, o objetivo é discutir o que

⁵⁷ O paradigma evolucionista no século dezenove, além da sua versão na forma do Evolucionismo social produzida pela nascente etnologia oitocentista, serviu também como modelo para outros campos de conhecimento. Por exemplo, para justificar hipóteses de escolas deterministas das Ciências Biológicas, como o Darwinsimo social, conhecido também por “teorias raciais” e na Geografia, o chamado Determinismo geográfico (cf. Schwarcz, 1993).

⁵⁸ O denominado Evolucionismo social do século XIX compreendia abordagens diacrônicas e modelos unilineares que lidavam com problemas relativos à dinâmica cultural e a transformação histórica das sociedades humanas. Projeto que vai ser criticado posteriormente pelos funcionalistas britânicos da década de trinta, quarenta e cinquenta do século passado que acusam os evolucionistas oitocentistas de trabalharem com uma história conjectural. Outra crítica à noção de “história” da leitura evolucionista da etnologia do século XIX foi formulada pelo culturalismo boasiano. Segundo o antropólogo Franz Boas (1858-1942), proponente da chamada “escola culturalista norte americana”, a história deve ser entendida como um processo multilinear, que assume diferentes trajetórias que devem ser lidas através da perspectiva do chamado “particularismo histórico”. Somado a isto, Boas argumenta, contrariando os evolucionistas, que aspectos similares entre grupos culturais distintos não podem ser interpretados como evidência direta de uma origem histórica comum ou provas de conexão histórica entre tais sociedades (cf., por exemplo, Boas, F. “Os limites do método comparativo em Antropologia” [1896] e “Alguns problemas de metodologia nas Ciências Sociais” [1930], in Castro, 2004). No modelo evolucionista etnológico do século XIX as teorizações a respeito das sociedades humanas eram construídas com base em informações sobre culturas não européias coletadas, principalmente, por viajantes, funcionários dos governos coloniais, comerciantes e missionários religiosos. Não havia um método de pesquisa formalizado para a coleta destes dados. O desafio intelectual da época era compreender e explicar a existência de diferenças socioculturais partindo do suposto da unidade biológica humana (problema que vai ser reformulado diversas vezes ao longo da história da disciplina). Neste cenário teórico, postulava-se que todas as culturas seguiam uma mesma “trajetória de desenvolvimento” marcada por etapas comuns, cujo início seria o estágio de “barbárie” e o estágio final a ser alcançado o de “civilização”. Tal modelo se apoiava em uma concepção de história unilinear. Dentro deste esquema, o método comparativo praticado pelos evolucionistas oitocentistas estabelecia paralelos entre manifestações culturais isoladas e deslocadas dos contextos onde foram produzidas. Guiados por um olhar etnocêntrico, o objetivo final da comparação era determinar o grau de “desenvolvimento social e cultural” das sociedades a partir da hierarquização das suas instituições (como mais ou menos complexas) tendo como referencial os padrões europeus (Stocking, 1968[1982]). A ciência antropológica desde seu início postulou a unidade biológica humana. Contudo, os primeiros teóricos da disciplina do século XIX interpretavam as diferenças culturais entre os povos humanos como evidências de inferioridade social e histórica.

se entende por “desenvolvimento” e para quais interesses ele atua. Focando na relação entre representação, poder e discurso, diversos autores demonstram como o “desenvolvimento” opera como um discurso de poder-saber com base no qual classificações globais são definidas e operacionalizadas na maneira de se definir práticas. Nessas interpretações, argumenta-se, de modo geral, que a noção de “desenvolvimento” não é um termo apropriado para se discutir às desigualdades mundiais econômicas e sócio-políticas. Pois, ele mesmo as constitui e perpetua. Do outro lado, está, o que na literatura é chamado de uma “Antropologia aplicada”, que se consolida com este nome na década de 1930 e transforma-se, a partir do final dos anos de 1950, em uma “Development Anthropology” (Grillo, 1985), a qual será considerada, largamente, por muitos teóricos do campo, como estando em oposição à “Anthropology of development” mencionada no início do parágrafo.

Como relatam Gardner & Lewis (1996: 29) o termo “Applied Anthropology” foi usado inicialmente pelo antropólogo britânico Lane Fox Pitt-Rivers em 1881, para designar “a prática de uma ciência realizada em contexto colonial” (idem). O antropólogo inglês Ralph Grillo (1985: 5) nos informa que muito frequentemente se sugere que a expressão “Applied Anthropology” foi primeiramente utilizada em um texto escrito por Radcliffe-Brown em 1931. Contudo, lembra que termos similares, para descrever o fazer da ciência antropológica, foram elaborados em períodos anteriores. Como exemplo, cita um artigo publicado pelo antropólogo Bronislaw Malinowski em 1929 cujo título era “Practical Anthropology”. Como argumenta Grillo a expressão “Antropologia aplicada” serviu para designar um conjunto diferenciado de atividades. O autor enumera pelo menos dois deles: primeiramente, (1) no período colonial, era o termo designado para a pesquisa de uma série de problemas específicos relativos à administração colonial (contudo, como o autor ressalta, estas pesquisas, nem sempre e nem sequer frequentemente, ocorriam em decorrência de pedidos da administração colonial; este ponto será retomado); posteriormente, (2) no período pós-colonial, era a expressão usada para designar os “estudos de contato” e da “mudança social”. Sobre o debate a respeito da “Antropologia aplicada” no Brasil direcionado aos temas em discussão nesta pesquisa, ver, por exemplo, a análise crítica de Souza Lima (1998) sobre a relação entre a prática antropológica (e a crescente profissionalização em Antropologia) com a administração do indigenismo nacional, realizada pelo autor a partir da interpretação dos chamados “relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas”. Neste trabalho Souza Lima parte de uma revisão da teoria antropológica sobre a “dimensão textual da etnografia” e sobre o estabelecimento da autoridade do texto etnográfico, para pensar sobre a “retórica dos relatórios de identificação de TIs” e alguns dos processos administrativos que os produzem. Nas palavras do autor:

“Enquanto o questionamento teórico-metodológico tem levado a avanços fundamentais dentro do campo das Ciências Sociais, com um crescente rigor na produção de material de pesquisa, e a sempre maior consciência de serem estes dados constructos intelectuais, fato básico para que um historiador e antropólogo não se torne desvairadamente um ‘construtor de mitos’, nos relatórios não encontramos explicitadas as mais elementares perguntas, inclusive sobre o sentido e a eficácia das práticas administrativas. Não há nenhuma preocupação interpretativa ou busca de entendimento sociológico da posição em que tal discurso é gerado. Para tanto seria necessário refletir sobre sua condição de ‘servidor’ da FUNAI, anterior à de antropólogo...” (Souza Lima, *ibidem*: 243-244) (os grifo são meus).

Se neste trecho Souza Lima chama a atenção para o tipo de contribuição que a teoria antropológica poderia trazer para um “fazer indigenista crítico”; o autor, em outro momento da sua análise, também sublinha a contribuição que o “trabalho prático” pode trazer à reflexão teórica antropológica, produzindo, nos termos de Bruce Albert, uma “Antropologia implicada” (Albert, 1995 in Souza Lima, 1998: 263).

Retomando o debate mais amplo sobre a chamada “Antropologia aplicada”, existem controvérsias em torno das suas realizações; se ela teria contribuído diretamente ou não para a firmação da empresa colonial. Como argumentam diversos autores essa é uma leitura equivocada da produção antropológica ao longo da primeira metade do século passado. Tal debate é resumido pelos historiados da Antropologia, os noruegueses Hylland Eriksen e Sivert Nielsen:

“Tem sido dito que especialmente antropólogos ingleses se submetiam passivamente a opressão de ‘povos nativos’ na Ásia e Oceania e até que cooperavam (ver Asad 1973). Numa tentativa detalhadamente pesquisada para desvendar a verdade dessa questão de uma vez por todas, Jack Goody (1995) conclui que as acusações são infundadas. George Stocking (1995), e também Kuper (1996), apóiam as conclusões de Goody. Eles mostram que vários antropólogos sociais eminentes criticavam explicitamente o colonialismo. Goody demonstra ainda que o Colonial Office e as várias administrações coloniais não subvencionavam e nem incentivavam de outras formas a pesquisa antropológica em áreas específicas ou entre grupos específicos... É verdade que uns poucos administradores coloniais receberam treinamento de Malinowski, de Radcliffe-Bronw e de antropólogos de Cambridge, e existem alguns exemplos esparsos de pesquisa custeadas pelo Escritório Colonial. No geral, porém, os administradores coloniais eram indiferentes com relação aos antropólogos e vice-versa [Stocking, 1995: cap. 8; Kuper, 1996: cap. 4, referências do texto original]... pode-se ainda dizer que os antropólogos britânicos tendiam a interessar-se por pesquisas que direta ou indiretamente legitimavam o projeto colonial. O interesse pela organização política na

África , por exemplo, parece um aliado perfeito para os administradores de um governo indireto (embora, novamente, existam poucas evidências de que estas pesquisas tenham sido levadas a sério e aplicadas)” (Hylland Eriksen & Sivert Nielsen, 2007: 71) (os grifos são meus).

Durante as décadas de 1960 e 1970 houve um intenso debate no campo antropológico sobre o papel que a os antropólogos franceses, alemães e ingleses desempenharam para o colonialismo, em localidades como do continente africano e no Pacífico. Neste período, se consolidou uma crítica ao fazer antropológico no período colonial, que, em linhas gerais, o qualificava como sendo, de certa maneira, conivente com tal sistema, uma vez que a existência mesma desse sistema teria composto a conjuntura na qual o trabalho de campo em Antropologia primeiro se consolidou (junto aos domínios das administrações coloniais).

“A realidade básica que fez da Antropologia social pré-guerra um empreendimento factível e eficiente foram às relações de poder entre culturas dominantes (européias) e dominadas (não européias)” (Talal Asad, 1973: 17 in Gardner & Lewis, 1986: 19).

A Antropologia social do início do século passado se apoiou, em larga medida, nesta pré - condição estrutural dos arranjos do contexto do sistema global da época. Foi esse encontro desigual, em termos políticos, que possibilitou que antropólogos tivessem acesso ao tipo de informação (sobre outras culturas) que constitui a disciplina. Na interpretação sobre a história da Antropologia que a vê como produto do colonialismo, em decorrência disso a própria disciplina antropológica teria se tornado parte do processo de dominação. No entanto, como argumentam diversos autores, a geração de antropólogos daquele período não era insensível nem ignorava tal sistema assimétrico global que possibilitou “seus campos”. Tampouco contribuiu para a sua administração (Grillo, 1985:17; Gardner & Lewis, 1996: 34). Há certos eventos que de fato conectaram a prática da pesquisa antropológica às ambições político-administrativas do colonialismo europeu. Contudo, como veremos, não representaram a regra que ditou as relações da disciplina com a empresa colonial. Entre estes exemplos, um marco importante foi a criação do “International African Institute” (IAI) e um estudo realizado pela IAI junto a um Local District Officer localizado em Tanganyika, África, em 1932. O IAI foi fundado em 1926 na Inglaterra, com o propósito de não apenas realizar pesquisa científica, mas, também de associar o conhecimento científico aos assuntos e problemas práticos que estavam se passando ao redor da África; o que incluía desde determinar as possíveis conseqüências da introdução de novas tecnologias até definir os “custos econômicos do contato” para as

administrações coloniais. O experimento em Tanganyika, como relata Grillo, pretendia investigar se a população da região estava “satisfeita e contente” com as ações coloniais. Tal estudo foi baseado em um questionário que continha, por exemplo, perguntas sobre a “interpretação nativa” a respeito dos novos impostos estabelecidos pelo governo, e a respeito de outras ações de intervenção (Grillo, idem: 11). Como conclui o autor mencionado:

“Se a ‘Antropologia aplicada’ no período colonial tivesse sido assim, então haveria algum tipo de justificativa para descrevê-la como um ‘colonialismo aplicado’ (*‘applied colonialism’*) (Onoge 1979: 63, referência do texto original). Mas, este experimento (em Tanganyika) é interessante justamente porque tal tipo de colaboração tão estreita e direta foi algo totalmente excepcional, para não dizer único” (Grillo, 1985: 11).

Além da relutância dos próprios antropólogos em estabelecerem tal tipo de contato com os *colonial administrations*, Grillo argumenta que tal relação foi quase inexistente ou impossibilitada pela própria natureza de conhecimento antropológico produzido na época, que pouco servia aos interesses práticos e imediatos das administrações coloniais. Muito freqüentemente, o conhecimento antropológico demonstrava o quão complexa era a realidade dos “colonizados”; muito mais do que os administradores supunham. Assim, acabavam por levantar problemas e questões que não faziam parte da visão dos administradores. Ao invés de produzir soluções, os estudos antropológicos traziam mais “complicações” para o entendimento do olhar colonizador. Eles não apresentavam explicações quantitativas, não faziam generalizações, nem tampouco ofereciam análises causais para explicar os fenômenos sociais. Os estudos antropológicos não constituíam “recomendações” sobre “o que fazer” frente a qualquer problema concreto enfrentado pelos administradores. Duas falas ilustram essas observações sobre a distância e desentendimentos entre os antropólogos (com suas pesquisas) e a direção colonial (com suas expectativas administrativas). A primeira é do célebre antropólogo Evans-Pritchard :

“Durante quinze anos ao longo dos quais eu trabalhei com problemas sociais no Sudão, nunca fui uma vez sequer requisitado por administradores a dar qualquer opinião ou conselho sobre qualquer problema que fosse” (Evans-Pritchard, 1946: 97 in: Grillo, 1985: 24).

A segunda, de um exasperado administrador político britânico:

“Vocês (*'you people'*) nunca sabem se posicionar (*'never know where you stand'*). A cada ano vocês têm uma teoria diferente. Eu quero que vocês me digam agora, neste encontro, se tais e tais práticas têm conseqüências positivas ou negativas” (in: Grillo, 1985: 23).

Na apresentação da edição brasileira de “Sistemas Políticos da Alta Birmânia” (1954[1993]) a antropóloga Lygia Sigaud, ao analisar fatos da vida e da obra de Edmund Leach, comenta sobre um dos primeiros trabalhos de campo que o antropólogo britânico realizou em Bornéu por encomenda do “Colonial Social Science Research Council” (CSSRC)⁵⁹. A autora salienta o fato das autoridades coloniais reclamarem com freqüência da “inutilidade para a gestão colonial das pesquisas que vinham financiando” (Sigaud, 1993: 24, nota 26). A pesquisadora conta que os antropólogos desse período muito frequentemente aceitavam os financiamentos de órgãos como o IAI e o CSSRC para produzirem seus trabalhos acadêmicos e eram refratários à pesquisa aplicada (idem). Tal constatação da diferenciação e distanciamento impostos pelos antropólogos na primeira metade do século passado entre pesquisa aplicada e teórica, é reafirmada por este episódio relatado por James Clifford a respeito de uma “reação enfurecida” de Malinowski frente às observações de um administrador colonial sobre os trobriandeses. Segundo Clifford, o administrador Alex Rentoul, “que teve a coragem de contradizer *afirmações científicas* sobre a noção trobriandesa de paternidade” (Clifford, 1988: 26), teve sua interpretação desqualificada por Malinowski em um artigo publicado em 1932 na revista *Man*. Clifford relata este evento para enfatizar como no início da prática de campo antropológica profissional, havia a intensa preocupação dos primeiros antropólogos, em consolidar a disciplina como um campo científico e diferenciar a prática antropológica de qualquer tipo de amadorismo ou de investigação que não seguisse as regras da produção científica da época. Sobretudo, pretendiam diferenciar suas pesquisas das coletas de dados utilizados pelos evolucionistas do século XIX, realizada por viajantes e missionários que não eram embasadas em um método científico formalizado. O interessante deste ocorrido é a maneira como Malinowski condenou como errônea as interpretações de Rentoul; qualificando tais sugestões como não profissionais, pois, “eram orientadas por propósitos político-práticos” (idem). O antropólogo reiterava dessa maneira a distinção entre o status do conhecimento produzido por uma experiência científica (a dele) e o proveniente da experiência da “prática” (de um administrador colonial).

Quando os regimes coloniais se tornaram pós-coloniais, o “desenvolvimento” tornou-se o tema central das agendas políticas internacionais. Neste cenário, a problemática

⁵⁹ O CSSRC fazia parte do Colonial Research Council criado na Inglaterra em 1940 através do “Colonial Development and Welfare Act” (Kucklick, 1991 in Sigaud, 1993: 23, nota 23).

cultural nas formulações teóricas relacionadas ao tema do “desenvolvimento” passou a ser questionada a partir da perspectiva do “obstáculo” ou “barreira” ao “progresso”. De maneira geral, na visão dos “development policy makers”, a “cultura”, como “barreira”, se manifesta de dois modos: como falta de um certo “saber” ou “ignorância” (que podem ser resolvidos através da assistência técnica e treinamento) e como constrangimentos “tradicionais” aos processos de “modernização”, causadores dos insucessos das intervenções através dos “projetos de desenvolvimento”. As regras culturais (reciprocidade, obrigações sociais, proibições) eram entendidas como empecilhos para que o “comportamento racional econômico” se realizasse plenamente. Como argumentam as antropólogas inglesas Crewe e Harrison (1998:133), os economistas do “desenvolvimento” viam a “cultura” como geradora de uma grande tensão entre o indivíduo e a sua sociedade: deve-se cumprir as obrigações para com o grupo cultural, mesmo que elas não gerem o maior acúmulo de “capital” (aqui entendido exclusivamente como bens materiais), ou deve-se romper com tais normas e adotar o racionalismo econômico esperado pelos “programas de desenvolvimento”? As autoras demonstram que tais formulações ainda hoje guiam largamente os debates em torno da “cultura” nas agências do “desenvolvimento”, na forma de uma polarização entre os “tradicionais”, que “sofrem” com seus próprios impedimentos culturais *versus* os “ocidentais”, guiados pela racionalidade moderna”⁶⁰.

No período do pós-guerra, a contribuição dos antropólogos para a “prática do desenvolvimento” foi de certa maneira reduzida, tanto no sentido de colaborar, quanto no de criticar suas realizações, uma vez que o universo de reflexão e de intervenção do “desenvolvimento”, como será demonstrado adiante no segundo capítulo, era dominado pelo pensamento econômico⁶¹. Talvez um dos estudos mais famosos produzidos nesta época motivado por razões políticas mais imediatas, seja a obra clássica da Antropologia cultural “O Crisântemo e a Espada” (1946[1972]) escrito pela antropóloga norte americana Ruth Benedict (1887-1948). Este trabalho, inserido na escola culturalista boasiana, apresenta uma análise sobre a “cultura e o comportamento japonês” que contribuíram para uma maior compreensão ocidental dos anseios e ações japonesas no período da Segunda Guerra Mundial.

⁶⁰ As autoras citam um exemplo conhecido na literatura usado para ilustrar de que forma a “cultura tradicional” pode “frear” o “desenvolvimento”. Ocorrido no início da década de 1990, entre um grupo de pequenos fazendeiros-pescadores Malawi, nas Filipinas, que acreditava em bruxaria e não ousavam produzir mais do que seus pares, apesar da tecnologia de sistemas de piscicultura implementados em seus territórios permitir (tal tecnologia havia sido instalada através de um projeto da FAO em parceria com o International Center for Living Aquatic Resource Management - ICLARM). Os fazendeiros temiam que se o fizessem sofreriam a ação de feitiços (idem: 43).

⁶¹ Sobre este debate entre “cultura e progresso” em pesquisas antropológicas do pós Segunda Guerra, ver também Kuper (1999[2002]) no segundo capítulo desta dissertação.

A partir da década de 1980, se consolida uma crítica cultural, não apenas à idéia de “desenvolvimento”, nos termos do projeto da “Antropologia do desenvolvimento” já referida, mas também aos conteúdos dos “projetos”. As dimensões sociais e culturais passaram a ser contra-argumentos às formulações mais puramente tecnicistas e economicistas – as quais, como a cooperação internacional teve que reconhecer, não estavam alcançando os objetivos propostos. Nesse contexto os antropólogos começaram a conquistar mais terreno no espaço prático do “desenvolvimento”, e passaram a ser mais levados em consideração pelos *policy makers*, o que, no entanto, não significou que a abordagem econômica tenha deixado de imperar nas esferas de elaboração de “projetos” e “programas” das agências internacionais do “desenvolvimento”. Esse cenário de desencontros entre as preocupações culturais antropológicas e a perspectiva econômica no mundo do “development policy” pode ser resumido da seguinte maneira:

“... antropólogos acadêmicos parecem focar mais seus esforços em criticar o desenvolvimento [sem aspas no texto original, escrito por dois economistas] do que em se engajar nele construtivamente. E os economistas que desenham políticas (*policy economists*), na sua maioria, ou tratam a cultura como emblemática de uma amarração tradicional, um fator de constrangimento para o processo de desenvolvimento, ou a ignoram por completo” (Rao & Walton, 2004: 19).

Há uma vertente da discursividade do “desenvolvimento”, que argumenta que parte do “fazer antropológico” teórico pode contribuir, não em termos de ajudar a consolidar o sistema pós-colonial mundial (cujas assimetrias a própria Antropologia descreveu, interpretou e criticou no plano teórico), mas em termos de buscar transformá-lo “de dentro”, informando positivamente as suas práticas. Tal posicionamento, que não é consensual, é característico da vertente denominada “desenvolvimentismo crítico”, que seria uma espécie de “caminho do meio” entre as duas outras leituras correntes da discursividade do “desenvolvimento” situadas em extremos opostos: o “desenvolvimentismo economicista” e o “pós-desenvolvimentismo”. No capítulo seguinte, ao aprofundar o debate a respeito dessas interpretações a propósito do tema discursivo do “desenvolvimento”, veremos como este assume uma série de sentidos díspares e aciona diferentes posicionamentos prático-teóricos ao longo da sua trajetória histórica, assim como o quê isso significa.

Capítulo 2

A pluridimensionalidade de uma idéia em debate

2.1. Vertentes do desenvolvimento: do crescimento econômico aos modelos críticos

“- A questão é de saber
se uma palavra pode significar tantas coisas
- Não, a questão é de saber
quem manda”

(“Conversa de Alice com Humpty Dumpty”, in: Francisco Alvim, “Elefante”, 2000).

Um acontecimento histórico mencionado com frequência na literatura crítica sobre a discursividade do “desenvolvimento” é o lançamento do “Point Four Programme”, no Congresso norte americano, durante o discurso de posse do presidente Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949⁶². Este evento é apontado por diversos analistas como o marco inicial do que viria a ser a “era do desenvolvimento” (W. Sachs, 1992[2000]: 12; Escobar, 1995: 3; Rist, 1997[2004]: 70). Para a presente análise, interessa discutir justamente os sentidos que foram atribuídos ao termo “desenvolvimento” nas negociações geopolíticas mundiais a partir do seu uso inaugural na administração Truman.

Ainda que esta pesquisa se detenha na história recente dessa noção transcorrida nos últimos sessenta anos, é relevante apontar que na longa existência do termo “desenvolvimento”, desde seu aparecimento na Grécia Antiga, suas versões sempre variaram em função das posições políticas dos seus formuladores, das suas origens filosóficas e do contexto temporal e espacial onde foram construídas. Essas diferenças entre as definições da idéia em debate se devem também às distintas orientações teórico-científicas seguidas pelos seus propositores (histórica, econômica, sociológica, antropológica ou geográfica), que, em certos enunciados, aparecem como complementares. Efetivamente, a discursividade do “desenvolvimento” se transforma refletindo mudanças das configurações sociopolíticas mundiais e dos embates acadêmicos. Como argumenta Michel Foucault na introdução de “A arqueologia do saber” (1972[2005]) “(...) a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração” (:5).

⁶² O conteúdo desta declaração será explicado melhor adiante.

Entre estes caminhos é possível identificar, na literatura sobre “desenvolvimento”, pelo menos três grandes correntes interpretativas para o termo. São elas: (1) as chamadas teorias econômicas de crescimento e de desenvolvimento; (2). a vertente denominada pós-desenvolvimentista, de orientação pós-estruturalista; e (3) o desenvolvimentismo crítico. Elas diferenciam-se, entre outros aspectos, pelo status que reivindicam para suas respectivas definições de “desenvolvimento”. Nessas interpretações a noção oscila entre dois extremos: é concebida ora como um conceito científico, ora como regime discursivo ou sistema de representação – e nem por isso, como se pretende argumentar, menos gerador de efeitos concretos.

Considerar a existência de distinções entre as versões da idéia de “desenvolvimento” é uma atitude analítica fundamental para a sua investigação. Nessa direção, recorreremos outra vez a Foucault, já que uma de suas perguntas teóricas aponta para um problema similar ao que nos interessa aqui: “(...) não se deve antes interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo?” (Foucault, 2003a: 172). Nas disputas políticas, globais e locais, pela definição de quais saberes, técnicas e práticas são os mais adequados e eficientes para a resolução de problemas (sociais, culturais, ambientais), há enunciados privilegiados em detrimento de outros. Questionar os mecanismos que pautam estes processos de seleções discursivas e de modos de intervenção tem relação estreita com a tarefa de decifrar os valores e poderes culturalmente atribuídos aos discursos que competem entre si. Historicamente, mais do que qualquer outra forma de saber social, a economia reivindica o status de ciência para os enunciados que produz. Isto se deve, sobretudo, ao fato de serem formulações amparadas por modelos matemáticos, preocupados em resolver o problema definidor desta disciplina, e de onde todos os demais questionamentos neste campo derivam: a alocação eficiente de recursos. A relação disso com o fato de que nas práticas do “desenvolvimento”, tradicionalmente, o que prevaleceu foi e é a lógica economicista, torna a pergunta de Foucault central para os estudos críticos sobre o tema. Um exemplo recente da prevalência do pensamento econômico no tratamento dos temas que circulam na arena do “desenvolvimento” é o slogan lançado pelo diretor executivo do United Nations Environment Program (UNEP) eleito em 16 de março de 2006, o economista Achim Steiner; nas suas palavras: “Time to make environment and economics team players!”⁶³ (“Está na hora de fazer com que o meio ambiente e a economia joguem no mesmo time!”).

Traçar os fatores que geram relações de hierarquia entre formas de conhecimentos distintos, ou, em outros termos, olhar para as dinâmicas de disputa por legitimidade entre diferentes regimes de verdade que se chocam nos espaços de usos da

⁶³ Retirado do site da UNEP: www.unep.org, consultado em 25/03/2006.

idéia de “desenvolvimento” – por exemplo, saberes (denominados) científicos versus saberes (denominados) locais/tradicionais – é uma estratégia privilegiada para identificar as possibilidades de produção de certas práticas em detrimento de outras.

Uma vez que o trabalho não está focalizado exclusivamente na história da noção de “desenvolvimento”, a narrativa aqui reconstruída é uma versão aproximada das suas condições de constituição e transformações. Para estabelecer uma descrição interpretativa da história desta discursividade, a pesquisa relacionou formulações das três correntes mencionadas acima. Ao apresentar e confrontar o material produzido por representantes de cada uma das vertentes, a aposta é de que na comparação dessas análises apareçam pontos de descontinuidades que evidenciem as contradições e conflitos que o termo abriga, e que se revelem, assim, as principais mudanças pelas quais ele vem passando, desde sua aparição pública no mencionado discurso de posse de Harry Truman.

Para melhor compreensão do capítulo e do trabalho como um todo, faço a seguir considerações iniciais a respeito de cada uma das três vertentes da noção de “desenvolvimento”, antes de apresentá-las de forma mais articulada. Ao percorrer a literatura sobre o tema, percebe-se que as interpretações para o termo, construídas com bases teóricas e políticas distintas, coexistem de forma tensa: Disputam, tanto nos espaços acadêmicos quanto nos de formulação de políticas, o acesso à visibilidade e às oportunidades de serem operacionalizadas. Logo, não são consensuais e tampouco substituem-se umas às outras. Como objetivo de fundo, seja por meio da descrição do debate histórico sobre a noção de “desenvolvimento”, seja através da investigação dos usos deste termo num contexto mais específico - sua inserção nos debates recentes sobre “meio ambiente” e “cultura” no indigenismo amazônico (capítulo 3) - este trabalho pretende evidenciar e discutir os sentidos da falta de precisão de suas definições. Há tantas versões possíveis para a referida discursividade, que organizações e indivíduos com as posições mais diversas podem usar esta mesma idéia para justificar declarações e ações com propósitos antagônicos. Agências multilaterais, instituições financeiras internacionais, chefes de Estado, ONGs, movimentos sociais se apoderam da noção do “desenvolvimento” para promover causas orientadas pelas mais diversas éticas ambientais, políticas e econômicas.

Olhar mais de perto para um destes casos ajudará a ilustrar a afirmação acima. Um exemplo bastante esclarecedor são os usos do termo realizados por duas organizações que ocupam posições opostas no debate mundial em torno das “práticas do desenvolvimento”. Tanto o ATTAC (Ação pela Tributação das Transações Financeiras para Apoio aos Cidadãos), um movimento internacional fundado em Paris, em 1995, que defende o controle democrático dos mercados financeiros, quanto o seu maior oponente

nessa causa, a OMC (Organização Mundial do Comércio), fundada em 1995, na Suíça, valem-se em seus documentos oficiais do termo “desenvolvimento” (e do vocabulário que o acompanha, o que inclui expressões como “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”) para justificar e explicar seus objetivos, cujas bases éticas e políticas são bastante distintas. Isso pode ser identificado na plataforma da fundação do ATTAC, em que se esclarece a principal proposta da organização: taxar o capital especulativo para arrecadar dinheiro para financiar o “desenvolvimento no Sul”. Segundo informa o documento:

“Ainda há tempo para breçar as máquinas que criam desigualdades entre o Norte e o Sul que estão nos corações dos países desenvolvidos. Muito frequentemente, o argumento de inevitabilidade é reforçado pela censura de informação sobre alternativas. Assim, instituições financeiras internacionais e a grande mídia têm silenciado sobre a proposta do economista norte americano vencedor do Prêmio Nobel, James Tobin, de taxar as transações especulativas nos mercados atuais. Mesmo com uma taxa baixa de 0,1%, a taxa Tobin iria arrecadar quase 100 bilhões de dólares por ano. Coletados na sua maioria em países industrializados, onde os principais mercados financeiros estão localizados, esse dinheiro poderia ser usado na luta contra as desigualdades, para promover educação e saúde pública em países pobres, para segurança alimentar e para o desenvolvimento sustentável” (ATTAC, 1998) (os grifos são meus)⁶⁴.

Essas mesmas discursividades aparecem nos documentos da OMC, que, no entanto, defende outra perspectiva em relação aos meios envolvidos na promoção do “desenvolvimento”. Segundo o programa de trabalho desta organização:

“O sistema multilateral de trocas aceito pela Organização Mundial do Comércio tem contribuído significativamente para o crescimento econômico e desenvolvimento nos últimos 15 anos. Nós estamos determinados a manter os processos de reforma e liberalização das políticas de troca, assegurando assim que o sistema cumpra integralmente seu papel na promoção de recuperação, crescimento e desenvolvimento... O mercado internacional pode desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. Nós reconhecemos a necessidade de todos os povos se beneficiarem das crescentes oportunidades e benefícios gerados através do sistema de trocas multilaterais. A maioria dos membros da OMC são países em desenvolvimento... Nós continuaremos a fazer esforços positivos para assegurar que os países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos entre estes, tenham assegurado uma parte no crescimento do sistema de

⁶⁴ Trecho da plataforma de fundação do ATTAC publicada em janeiro de 1998 e retirado do site: www.attac.org.

trocas mundiais proporcionalmente às necessidades dos seus desenvolvimentos econômicos” (OMC, 2001) (os grifos são meus)⁶⁵.

Apesar de assumirem orientações políticas opostas, as duas organizações utilizam o “linguajar do desenvolvimento” e adotam a própria idéia de “desenvolvimento” como um objetivo comum a ser alcançado. Nenhuma consegue definir exatamente do que se trata essa noção. Crescimento econômico? Redução da pobreza? Redistribuição de renda? Além disso, apesar de ambas afirmarem retoricamente a intenção de contribuir para a expansão do *desenvolvimento global*, vislumbram estratégias antagônicas para atingir tal fim; revelando, portanto, divergências nas suas interpretações sobre a própria idéia de “desenvolvimento”.

Outro exemplo atual, que demonstra como a definição da idéia de “desenvolvimento” não é estática nem absoluta é a apropriação do termo pelas Nações Unidas, na chamada declaração dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”⁶⁶. O propósito de “atingir o desenvolvimento”, expresso nessa declaração assume um sentido próprio que engloba alcançar a “redução da pobreza” e o “crescimento econômico”. Contudo, a realização desses processos nos países ao redor do mundo envolve, nesta visão particular da ONU “de obtenção do desenvolvimento”, a concretização de “objetivos” bastante específicos. O alcance ou não desses “objetivos” define, no âmbito do programa do Milênio das Nações Unidas, o quanto um país ou uma região progrediu ou não no alcance do “desenvolvimento”⁶⁷.

Não cabe aqui discutir a fundo os usos particulares da discursividade do “desenvolvimento” pelas organizações mencionadas. Contudo, trazer para a

⁶⁵ Trecho da declaração “Regras, objetivos e modos de implementação de acordos realizados pela OMC” retirado do site: www.wto.org.

⁶⁶ No dia 6 de setembro de 2000, reunidos na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, durante a Cúpula do Milênio foram estabelecidas metas para os Estados-Membro da ONU enfrentarem. Até 2015, todos os 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de atingir os chamados “Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Para a consolidação de cada objetivo, há um conjunto de “metas”, também definidas pela ONU, a ser concretizado. Os objetivos do milênio são: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome, 2. Atingir o ensino básico universal, 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, 4. Reduzir a mortalidade infantil, 5. Melhorar a saúde materna, 6. Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças, 7. Garantir a sustentabilidade ambiental e 8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. In: http://www.pnud.org.br/odm/odm_vermelho.php.

⁶⁷ Um estudo publicado recentemente pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) denominado “A Amazônia e os Objetivos do Milênio” (Veríssimo e Celentano, 2007), demonstrou que no caso da Amazônia Legal, os nove Estados que a compõem estão distantes de alcançar os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” no prazo do ano de 2015. Neste estudo foram avaliados 17 indicadores e analisados as transformações dos objetivos do Milênio entre 1990 e 2005. Entre os indicadores estudados, por exemplo, no caso da taxa de desmatamento da floresta amazônica, esta foi de 10% em 1990 (13,7 mil km²) para 17% em 2005 (18,8 mil km²) (Veríssimo e Celentano, 2007: 31). Logo, atingir, nos termos da ONU, o objetivo da “sustentabilidade ambiental” parece ser uma realidade ainda difícil para o contexto amazônico brasileiro.

apresentação do capítulo estes exemplos de usos explicitamente diversos desta noção contribui para evidenciar o seu carácter ambíguo e fluído. Tal característica, ao mesmo tempo em que lhe garante longa duração, estimula a crescente polémica semântica a seu respeito, o que em alguns círculos, especialmente em determinados fóruns académicos, pode implicar o questionamento profundo da sua validade conceitual e até mesmo configurar-se como motivo para o seu categórico aniquilamento. Finalmente, esta análise não pretende definir qual seria a abordagem analiticamente mais verdadeira da ideia de “desenvolvimento” tampouco qual seria a teoria normativamente mais correta desta noção. Sendo esta uma pesquisa em Antropologia social, aqui se pretende investigar, a propósito da ideia de “desenvolvimento”, “em que consiste sua política de interpretação e representação” (Taussig, 1987[1993]: 15). Parte-se dessa perspectiva em direção a uma revisão crítica da trajetória deste tema discursivo no recorte temporal e social delimitado na apresentação.

Teorias econômicas de crescimento e desenvolvimento

Foi no contexto posterior à segunda Guerra Mundial que a chamada Economia do Desenvolvimento (ED) se constituiu como um subcampo do pensamento científico econômico. Frente aos novos problemas geopolíticos da época, os estudos da ED emergiram objetivando, sobretudo, formular orientações práticas, na forma de políticas econômicas, voltadas à reconstrução dos países atingidos pela guerra e para as nações recém independentes. As recomendações produzidas pela ED dialogavam diretamente com os supostos do pensamento econômico clássico e neoclássico convencionais. Ambas as abordagens são caracterizadas por enfatizar a problemática da eficiência de alocação de recursos através das dinâmicas de oferta e procura, por meio de mercados competitivos. Nas duas perspectivas, a economia opera como um sistema homogêneo, caracterizado por ciclos regulares e mecânicos. Nas palavras do economista José Eli da Veiga:

“... o objetivo da ciência econômica é o gerenciamento racional da finitude dos recursos produtivos em sociedades marcadas pela infinitude das necessidades humanas. O manejo dessa contradição se faz por um sistema no qual os preços exprimem a escassez relativa dos bens e serviços... a economia neoclássica lida, portanto, com a alocação eficiente de recursos escassos para fins alternativos, presentes e futuros, por meio do sistema de preços de mercado” (Eli da Veiga, 2005b:124) (os grifos são meus).

Nos esquemas teóricos que compõem o pensamento econômico convencional, os modelos explicativos são construídos com base em variáveis estritamente econômicas e do mercado⁶⁸. Com efeito, a reflexão sobre a idéia de “desenvolvimento”, tal como se conhece hoje, começou nos anos 1940 no contexto de preparação dos anteprojetos para a parcela do território europeu devastada pela guerra e de formas de intervenção para as ex-colônias. O grande desafio dos economistas do período era desenhar políticas que superassem aquilo que era compreendido como “insuficiências” nestes países – industrialização rudimentar, desemprego, estruturas fundiárias consideradas antiquadas – e garantissem assim o crescimento material dessas economias (I. Sachs, 2004b). Nas diversas regiões-alvo, as teorias dos economistas do “desenvolvimento” deveriam orientar as intervenções estatais na resolução desses problemas. As teorias eram de fato aplicadas na forma de programas financiados inicialmente pelo governo dos EUA, mais exatamente, a partir de 1947, por meio do Plano Marshall⁶⁹, voltado especificamente para a reconstrução das economias dos países aliados europeus, seguido pelo Programa dos Quatro Pontos, lançado em 1949, como uma declaração de que os EUA estavam comprometidos a garantir “a democratic fair deal for the entire world” (Truman, 1949 in Rist, 1997[2004]). As formulações teóricas da Economia do Desenvolvimento também orientaram os chamados “programas de ajuda” desenhados pelas instituições financeiras internacionais e agências multilaterais que surgiram do mesmo modo nos Estados Unidos, no contexto do pós Segunda Guerra, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que deveria “regular a economia global”, e o Banco Mundial, também conhecido como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que deveria operar ações voltadas ao “desenvolvimento do terceiro mundo”. Ambas as instituições financeiras foram fundadas em Bretton Woods, New Hampshire, em 1944. Nesse período também foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em São Francisco, em 1945.

⁶⁸ Adiante serão apresentadas outras perspectivas econômicas que vão justamente questionar este aspecto do pensamento econômico convencional que faz das variáveis econômicas os fatores explicativos soberanos nas suas interpretações. As vertentes estruturalista, institucional e da economia ecológica são respostas que surgem dentro da economia ortodoxa para negar o reducionismo econômico que fundamenta essa linha de pensamento. Demonstrem que outras dimensões devem ser contempladas nos modelos econômicos: fatores sociais, institucionais, culturais, políticos e biofísico-ecológicos.

⁶⁹ O Plano Marshall foi um dos pilares da chamada "Doutrina Truman", lançado em março de 1947 pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Tal Plano foi elaborado pelo governo norte americano com o objetivo de auxiliar no processo de recuperação dos países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Seu nome oficial era “Programa de Recuperação Européia”, mas ficou conhecido por meio do nome do Secretário de Estado George Marshall (1880-1959) (Concord Desk Encyclopedia, 1982: 770). O Plano foi elaborado após uma reunião com os Países europeus em julho de 1947 e teve duração de quatro anos.

O suposto comum dos programas e políticas de intervenção elaborados por esses órgãos internacionais era de que a grande produção era o caminho para alcançar “prosperidade e paz” em todos os países (Leys, 1996). Por prosperidade entendia-se crescimento material que elevasse a renda *per capita* nos países gerando, assim, benefícios para a massa das populações. A consolidação de dinâmicas produzidas pela Guerra Fria foi também uma preocupação adicionada a este quadro. Como é amplamente discutido na literatura sobre “desenvolvimento”, os planos de reconstrução e programas de ajuda efetivamente visavam impedir que o Leste Europeu, bem como outros países considerados “periféricos”, sucumbissem à influência soviética⁷⁰.

Os objetivos e anseios das políticas e “projetos de desenvolvimento” do pós Segunda Guerra foram sintetizados no final dos anos 1950 pelo famoso economista do “desenvolvimento”, o norte americano Walter Rostow (1916 - 2003). No seu livro “Stages of economic growth - a non-communist manifesto” (1960), Rostow argumenta que uma vez que os países deixassem seus modelos econômicos “não ocidentais e irracionais”, suas economias iriam prosperar, o crescimento iria ocorrer naturalmente e o “progresso crescente” expandiria as possibilidades democráticas de escolhas para os indivíduos. Nesse trabalho, Rostow apresenta um modelo evolucionista que pretende descrever todas as etapas do “desenvolvimento econômico”, supondo que esta era a principal variável que caracterizava uma sociedade. Muitas “políticas de desenvolvimento” foram desenhadas com base nos argumentos desse estudo que via na modernização o único caminho histórico acertado. O modelo de Rostow foi construído, sobretudo, com base na história econômica européia, e descrevia quais seriam as pré-condições necessárias às nações recém descolonizadas para “decolarem” (sic) e atingirem os padrões dos países que “lideravam o processo de progresso industrial”⁷¹. Na perspectiva do seu modelo etapista, o comunismo era interpretado como uma espécie de “doença” que poderia acometer sociedades em transição que falhassem em organizar as condições para levar a cabo o projeto de modernização. Este ponto do modelo de Rostow contribuiu para seu sucesso na época e para a conseqüente grande influência conquistada no espaço de

⁷⁰ Sobre este aspecto do debate cf., por exemplo, Leys, 1996: 110.

⁷¹ Rostow formulou cinco categorias para caracterizar as supostas etapas da história econômica humana. Inicialmente, havia as “sociedades tradicionais” caracterizadas como o “grau zero” da história da humanidade, quase que um estado de natureza correspondente ao “subdesenvolvimento completo” no qual a “falta de conhecimento” sobre a tecnologia industrial não permitiria que a natureza fosse explorada racionalmente. Ainda que Rostow não concebesse as “sociedades primitivas” como estáticas, ele considerava que constantemente elas tinham que “lutar contra a escassez”. Na seqüência vinham as sociedades nas quais estavam se formando as pré-condições para o que ele chamava de “decolagem”, sociedades efetivamente no estágio de “decolagem”, seguido pelo estágio de “quase maturidade” em direção ao progresso e a “idade de alta produção e consumo” essencialmente descrito como uma sociedade organizada através do modelo de produção do tipo fordismo associado a um Estado do bem-estar social (Rostow, 1960: 4-16).

formulação de “projetos e políticas de desenvolvimento” durante os anos 1960 (Leys, idem).

Ainda que o tipo de perspectiva apresentada no trabalho de Rostow tenha sido amplamente aceita, de forma a predominar no contexto sociopolítico e intelectual do final dos anos de 1950 – leitura que se apoiava na suposição da disciplina econômica como uma ciência universal –, alguns economistas teóricos da época consideraram necessário formular abordagens alternativas que tratassem da especificidade das realidades dos países não industrializados. A partir disso, criou-se no interior do subcampo da Economia do “desenvolvimento”, a corrente “estruturalista” e, posteriormente, a vertente “institucional”.

Perspectiva Estruturalista⁷²

Em 1948, a Organização das Nações Unidas estabeleceu em Santiago do Chile a chamada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Essa organização, presidida originalmente pelo economista argentino Raul Prebisch, defendia a criação de uma “perspectiva de desenvolvimento” própria à América Latina (Sikkink, 1997). O argumento central que orientava essa instituição, e que fundou a denominada “escola estruturalista”, era que a teoria econômica convencional mostrava suas insuficiências quando aplicada à análise do “mundo subdesenvolvido” e, por isso, precisava ser repensada de acordo com as realidades desse mundo, especificamente das nações latino-americanas. Isso seria realizado por meio de estudos históricos comparativos acerca das diversas experiências econômicas dos Estados latino-americanos observando, sobretudo, as especificidades e mudanças históricas nas estruturas dos sistemas produtivos de cada região. Em outros termos, a crítica

⁷² Importante assinalar que o chamado “Estruturalismo” formulado no âmbito da disciplina econômica difere do também denominado “Estruturalismo” no campo antropológico, inspirado na lingüística estrutural. O Estruturalismo na Antropologia é uma corrente teórica que surge em meados da década de 1950 e cujo seu propositos foi o antropólogo francês de origem belga Claude Lévi-Strauss. Em linhas bem gerais, esta corrente de estudos propõe uma abordagem para se refletir sobre a produção cultural de símbolos e significados. Foi uma linha de pesquisa que se consolidou, partindo, sobretudo, da análise de sistemas de parentesco e de narrativas míticas. Na perspectiva estruturalista, objetiva-se compreender duas dimensões da produção de significados: (1) como, por meio da relação social, um significado é estabelecido (em outras palavras, o significado é definido na e por meio da relação social); e (2) num outro plano de abstração teórica, investigar como estruturas mentais ou “princípios lógicos estruturantes”, que operam na mente humana, organizam e possibilitam os processos de produção de sentido. A abordagem econômica estrutural tem um propósito investigativo diferente, talvez mais restrito: procura entender como “estruturas sociais” (formas institucionais de organização das relações sociais e de ordenação e distribuição de poder e prestígio) influenciam as relações de produção em uma dada sociedade. Neste sentido, procura abordar a “unidade produtora” como parte de um sistema mais amplo de estruturas sociais que operam como possíveis obstáculos (ou não) ao “desenvolvimento”. Adiante, no corpo do texto, a perspectiva estruturalista na economia é melhor explicada.

estruturalista à economia ortodoxa aplicada a realidade latino-americana, demonstrou a fragilidade da leitura econômica clássica, que predominava nos debates sobre “desenvolvimento” desde o final da Segunda Guerra Mundial, quanto a suposição de que modelos econômicos podem produzir “soluções” e respostas semelhantes para as mesmas problemáticas, independentemente do momento histórico, das condições econômicas, sociais e políticas de cada país (idem: 230).

A perspectiva estruturalista, que orientou as análises e ações da Cepal, afirma que as economias denominadas “em desenvolvimento” possuem características particulares que as colocam fora da economia teorizada por economistas ortodoxos – ou seja, fora do pensamento econômico convencional formulado com base na realidade dos países europeus e de suas histórias específicas. A perspectiva estruturalista argumenta em favor da necessidade de considerar as particularidades do chamado “terceiro mundo” na formulação de intervenções: seus contextos históricos, diferenças ambientais e arranjos sociais distintos. Neste caminho, o objetivo era identificar os “obstáculos estruturais” específicos a cada região, que impediam as economias de se industrializarem, e desenhar políticas que transformassem e superassem estes obstáculos. De início, os problemas estruturais considerados estavam relacionados diretamente ao tema da indústria. Conforme as estratégias políticas da CEPAL foram sendo implementadas, alguns dos insucessos gerados fizeram com que outros problemas estruturais passassem a ser considerados nas análises. Eram questões que iam além das dinâmicas industriais – como, por exemplo, o problema da distribuição desigual de renda.

Na introdução do livro “Introdução à economia: uma abordagem estruturalista” (Castro & Lessa, 1984) um dos primeiros economistas cepalino, o chileno Aníbal Pinto (1920 - 1996), explica o que caracteriza o enfoque da perspectiva denominada estruturalismo econômico: abordar o sistema produtivo de forma inserida, historicamente e espacialmente, no contexto mais amplo da realidade social-global. Nas palavras do autor:

“A primeira e principal diretriz do (enfoque estrutural) é partir da concepção de um sistema econômico, isto é, de um conjunto de fenômenos inter-relacionados, que deve ser apreciado em sua totalidade se se deseja entender quaisquer de suas partes... o erro em que incorrem muitos economistas ‘acadêmicos’ ao abordar sua área fenomenológica como um ‘compartimento estanque’. Desse modo, o fazer econômico se desenvolve numa espécie de vácuo social, e o ‘fetichismo’ das relações ‘entre coisas’ obscurece as relações subjacentes entre pessoas, estabelecidas em contextos mais amplos. Assim, ainda que as atividades econômicas e nexos econômicos tenham sua identidade própria - e daí a existência da Economia como disciplina independente - é igualmente certo que o processo ‘de ganhar a vida’ encontra-se indissolúvelmente unido e integrado com outras manifestações da existência e consciência... Em outras palavras a separação do ‘econômico’ pode, no máximo, significar, uma etapa metodológica, uma redução ‘inicial’, que requer a imediata vinculação com os outros elementos condicionantes - a alocação da análise em enquadramentos cada vez mais amplos. (Pinto in Castro e Lessa, 1994:14)” (os grifos são meus).

Como também argumenta Pinto (idem), neste esforço do estruturalismo econômico de refletir sobre os “fatores econômicos” considerando-os inseridos em cenários históricos e sociais amplos, foram problematizadas, sobretudo, as assimetrias nas relações econômicas internacionais e suas possíveis relações com o problema do “subdesenvolvimento” na América Latina:

“O que distingue, talvez, melhor o enfoque estrutural latino-americano é ter tendido a considerar como ‘fatores estruturais’ aqueles que no quadro da economia global apresentam uma significância primordial... identificam estes fatores e elementos com as características típicas das economias latino-americanas, aquelas que configuram sua condição ou estágio de subdesenvolvimento” (Pinto, ibidem: 12) (os grifos ao meus).

Nesse sentido, o “subdesenvolvimento” não mais passou a ser resultado de uma impossibilidade apenas interna das nações consideradas “atrasadas”, mas, estava estreitamente conectado com as desigualdades na divisão internacional do trabalho. Reconheceu-se que as relações do livre comércio multilateral eram fundamentais para pensar as causas do “subdesenvolvimento”. Nesse sentido, as economias domésticas da América Latina deveriam ser estudadas no contexto da economia global dividida entre “centro” e “periferia” (Sikkink, 1997: 231). Nesse cenário, o “crescimento econômico” produzido pelas trocas internacionais não seria repartido de forma equivalente para todos os países integrantes do sistema internacional, porque as relações econômicas internacionais não se davam em bases iguais, sobretudo, em decorrência dos diferentes graus de industrialização entre os países e dos ganhos desiguais no mercado

internacional entre os países majoritariamente exportadores de produtos primários e os exportadores de bens industrializados. Nessa leitura, a situação dos países “periféricos” passou a ser considerada não em termos de “subdesenvolvimento”, mas sim de um “desenvolvimento dependente” (Haggis, 2000:14). A ênfase nas desigualdades históricas das relações econômicas entre os países foi uma nova contribuição para o debate sobre o “desenvolvimento”. Nessa perspectiva, o “subdesenvolvimento” não ocorria devido a uma, suposta, inevitável incapacidade interna aos países, mas, às relações históricas de exploração entre as nações. Em suma, a perspectiva estruturalista argumenta que as realidades empíricas dos países “periféricos” não poderiam ser entendidas nem apenas nos seus próprios termos, nem apenas em relação às assimétricas relações com os países do “Primeiro Mundo” no sistema mundial. Deve-se considerar as conexões entre este conjunto de fatores: estruturas externas e internas do país.

Perspectiva Institucional

No final da década de 1950 surge uma outra corrente analítica crítica em relação às formulações da economia convencional denominada “vertente institucional”. Muitos dos teóricos institucionalistas ainda compartilham a noção dominante no pensamento econômico de que os estudos neste campo tratam essencialmente da alocação eficiente de recursos. No entanto, divergem do suposto de que o mercado é o mecanismo por excelência que opera como guia nas economias. Argumentam que os reais orientadores da alocação são a própria estrutura social, assim como outras instituições que organizam o mercado (North, 2005). Partindo desta hipótese investigativa, os institucionalistas ampliam a área de interesse da economia convencional. As instituições passam a ocupar um papel central nas análises desta vertente; incluindo-se na definição de instituição tanto regras formais como constrangimentos informais relacionados com códigos de comportamento e convenções culturais em geral. As preocupações analíticas desta corrente direcionam-se para os aspectos como relações de poder, complexos institucionais, constituição de saberes, localizados em um mundo que, ao contrário da suposição do esquema interpretativo econômico clássico e neoclássico, é considerado como amplamente preenchido por diversas formas de indeterminação nas relações entre cultura, renda e formas de controle social (Peet e Hartwick, 1999: 58). Dessa maneira, argumentam não ser possível construir teorias gerais ou postulados definitivos, mas apenas considerações de médio alcance, que devem ser testadas e alteradas a partir de estudos históricos.

Outro ponto de afastamento entre o pensamento econômico convencional e a vertente institucional são suas distintas concepções de “indivíduo” ou “agente econômico”.

Para fins de análise econômica, na versão ortodoxa, o homem é usualmente apresentado como um ser racional, que, agindo individualmente, busca extrair o máximo de vantagens das oportunidades com que se depara (Castro & Lessa, 1984: 21). Nesse esquema interpretativo, a resolução de problemas é pensada em termos da crescente racionalização do comportamento econômico de cada indivíduo. Os institucionalistas, ao contrário, afirmam que, em toda negociação e tomada de decisão, o conhecimento dos agentes sobre as condições que cercam “o negócio” não é perfeito nem completo (Peet e Hartwick, *idem*). Além disso, argumentam que as ações não são apenas orientadas por cálculos utilitários, mas também por motivações culturais. Com esta concepção de indivíduo, a corrente institucional reitera a intenção teórica de incorporar à análise aspectos de imprevisibilidade inerentes à realidade dinâmica social, excluídos dos modelos do pensamento econômico convencional.

É preciso frisar, entretanto, que apesar de a ciência econômica ter produzido abordagens alternativas como as vertentes estruturalista e institucional, que consideram dimensões sociais que escapam às abordagens convencionais - elementos que para outras ciências sociais, como a Antropologia social, fazem justamente parte daquilo que deve alimentar os modelos interpretativos -, a posição que prevaleceu e prevalece neste campo é que a teoria econômica ortodoxa pode ser universalmente aplicada.

Partindo deste suposto, o pensamento econômico concebe o “desenvolvimento” como um conceito científico e entendido essencialmente como sinônimo de crescimento econômico. Isto significa a ampliação da capacidade produtiva, com aumento da produção de bens e serviços, e da riqueza material, mensurável quantitativamente, por índices como o PIB *per capita*⁷³, como será visto adiante. Contudo, há uma diferença fundamental entre os autores da literatura econômica sobre o “desenvolvimento”. Apesar de compartilharem, quase todos, a definição de “desenvolvimento” como crescimento material, um grupo argumenta que a produção econômica, tal qual vem sendo praticado pelos países intensamente industrializados pode ser universalizada; enquanto outro afirma que isto não é viável, portanto, o “desenvolvimento” como fenômeno amplamente disseminado seria uma ilusão.

⁷³ PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, que traduz o valor dos bens e serviços finais produzidos em uma economia durante um determinado período de tempo (Blanchard, 2004: 21).

Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico: possibilidade ou ilusão?

A partir da literatura econômica sobre “desenvolvimento”, pode-se dizer que o termo se identificava exclusivamente com o “progresso material” até meados dos anos 1970. Nessa interpretação, prevalecia a suposição de que a expansão da riqueza de um país levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais da população (I. Sachs, 2004a; Eli da Veiga, 2005b). Para alguns, essa relação parecia ser um pouco mais complexa, pois as dinâmicas políticas influenciavam, fazendo com que o crescimento material seguisse caminhos diversos, com efeitos heterogêneos nos arranjos sociais. Contudo, prevalecia a perspectiva do “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico. Com a publicação do Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (1990), o debate sobre o tema passa a englobar visões mais elaboradas sobre a relação entre crescimento material e como deveria ser definido o “desenvolvimento”. Entre os estudiosos do assunto intensificou-se a percepção de que o crescimento da economia deveria ser entendido como um elemento de um processo maior, pois seus resultados não se traduzem imediatamente em benefícios sociais, políticos, culturais etc. Assim, era necessário refletir sobre a natureza ou “estilo” do “desenvolvimento” que se desejava. Cada vez mais, foi ficando explícito que as políticas de “desenvolvimento” deveriam ser formuladas com base em fatores que não seriam apenas os da dinâmica econômica.

Na atualidade, seria possível esperar que houvesse um consenso a respeito da compreensão do “desenvolvimento” enquanto um processo amplo, que envolve diversos aspectos das realidades sociais humanas. No entanto, no debate sobre este tema ainda está largamente disseminada a visão reducionista de “desenvolvimento” como sinônimo de expansão material; acompanhada, em certos casos, por pequenas transformações que visam aprimorar essa tese simplista sem transformá-la efetivamente.

Como mencionado, as teorias econômicas sobre “desenvolvimento” podem ser essencialmente divididas em duas perspectivas. De um lado, aquela que defende que os padrões de consumo da minoria da humanidade, habitantes dos países mais industrializados, poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão na chamada “periferia”. De outro, teóricos que argumentam que isto seria impossível de acontecer. As causas geralmente apontadas para a impossibilidade da expansão global do crescimento econômico se devem à insuficiência técnico-científica da maioria dos países. Em ambas as formulações, um ponto fundamental do debate sobre as possibilidades de crescimento econômico é negligenciado: a problemática dos limites ambientais do crescimento. Impera a idéia do crescimento indefinido do produto material sem, contudo, considerar a finitude do planeta. Tal afirmação está ancorada na suposição

ortodoxa de que qualquer insuficiência em relação a um recurso natural poderá ser superada através do avanço tecnológico e científico. Como argumenta o economista Eli da Veiga:

“O modelo de pensamento dominante na Ciência Econômica sempre foi mecânico e fascinado pela idéia de equilíbrio. A prevalente suposição de que o sistema econômico poderia atingir um ‘ótimo’ sempre ignorou a união entre sistemas econômicos e bióticos, além de desdenhar a existência de limites naturais. Nos modelos econômicos convencionais, os fatores que devem ser maximizados são utilidades individuais e não as necessidades de um sistema biótico” (Eli da Veiga, 2005b: 51) (o grifo é meu).

O tratamento dado às questões ambientais pelas duas interpretações, que supõem crescimento material como o componente fundamental, senão único, do “desenvolvimento”, é um bom indicativo da insuficiência dessas propostas. Adiante, este ponto será debatido quando tratarmos da economia ambiental neoclássica e da economia ecológica.

Retomando a primeira perspectiva, é possível dizer que ela, ainda que implicitamente, considera o “desenvolvimento” como um conceito redundante. Tais teóricos partem do suposto de que o “desenvolvimento” virá como resultado natural do crescimento econômico, em decorrência do que em economia é denominado de “efeito cascata” ou “efeito de vazamento” (*trickle down effect*). O princípio do *trickle down* supõe que o crescimento do PIB é, invariavelmente, um fenômeno positivo. Isto é, acima de um determinado percentual mínimo, o crescimento econômico traria automaticamente benefícios para todas as camadas da sociedade. Em outras palavras, o aumento das atividades econômicas de geração de bens e serviços permitiria que as desigualdades sociais fossem suplantadas (ou pelo menos amenizadas), sem que houvesse a necessidade de reformas estruturais e políticas expressivas. Contudo, a geração de renda não pode ser realizada sem produção de desigualdade econômica. Logo, a perspectiva do *trickle down* se apóia em um paradoxo: para solucionar o problema da diferença de riqueza deve-se partir do aumento da mesma (Latouche, 1997[2005]: 140). Exemplos históricos vêm demonstrando que efetivamente o “efeito cascata” não é funcional: segundo estatísticas do Banco Mundial, por exemplo, entre 1950 e 1987 a renda mundial tinha se multiplicado 2,5 vezes e a distância entre o 1/5 mais rico da população mundial e o 1/5 mais pobre cresceu de 30:1 para 60:1 (World Bank Report, 1991: 4, in: Latouche, idem: 142).

Mesmo reconhecendo que o crescimento econômico não se converte imediatamente em benefícios sociais, tampouco em maior equidade para as sociedades,

a visão reducionista de “desenvolvimento” como essencialmente equivalente a crescimento é ainda amplamente recorrente no campo da economia. Como nos relata o economista José Eli da Veiga, exemplos destas posturas podem ser encontrados, por exemplo, em dois manuais de economia relativamente atuais (Jones, 2000; Mankin, 2001, in Eli da Veiga, 2005b: 20). Em Jones (2001), o crescimento é compreendido não apenas como o principal meio, mas também, o principal indicador do “desenvolvimento”. Na introdução do seu manual, Jones escreve: “concentramos nossa exposição dos dados em renda *per capita* em vez de enfatizar informações como expectativa de vida, mortalidade infantil ou outros indicadores de qualidade de vida... a principal razão deste enfoque é que as teorias que desenvolveremos nos próximos capítulos serão formuladas em termos de renda *per capita*” (Jones, 2001: 3). Mankiw (2001) foi adiante e excluiu do seu manual a expressão “desenvolvimento” por considerar que se trata da mesma coisa que crescimento econômico. Em ambos os casos, “desenvolvimento” é reduzido a crescimento material.

É verdade que essas formulações ortodoxas já não são consenso dentro da própria ciência econômica (Eli da Veiga, *idem*). Uma vertente mais crítica argumenta que o crescimento econômico, embora reconhecidamente necessário, tem um valor instrumental; o “desenvolvimento” não pode acontecer sem crescimento, mas seus objetivos vão além da mera reprodução da riqueza material. Esta linha do pensamento econômico, que também pode ser lida como uma versão do chamado “desenvolvimentismo crítico”, vertente que será discutida adiante, argumenta que o crescimento econômico não garante por si só o “desenvolvimento” socialmente justo, ambientalmente responsável etc. O crescimento pode, da mesma forma, ser acompanhado de desigualdades sociais, desemprego, pobreza crescente e destruição ambiental⁷⁴. A partir desta constatação, teve início na ciência econômica a discussão sobre “estilos de desenvolvimento”: haveria um “mau desenvolvimento” em oposição ao “desenvolvimento autêntico” (I. Sachs, 2004b). Para a vertente pós-desenvolvimentista, que veremos a seguir, esta distinção não é possível. “Desenvolvimento” sempre remeterá a formas de exploração e de geração de desigualdade em algum plano, uma vez que envolve acumulação de riqueza. Nesta perspectiva é um contra-senso conceber um “desenvolvimento” “autêntico” ou “bom”.

⁷⁴ Estas formulações econômicas ampliadas sobre a idéia de “desenvolvimento” são encontradas, por exemplo, em trabalhos destes três cientistas econômicos: Furtado, C. 2000 (3ª. ed. revista pelo autor). “Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural”. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Sen, A. “Desenvolvimento como liberdade”. 1999[2000]. São Paulo: Cia. das Letras; Sachs, I. 2004. “Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado”. Rio de Janeiro: Ed. Garamond. Trabalhos que serão retomados nesta análise.

Outro ponto relevante para a interpretação econômica que não resume a idéia de “desenvolvimento” ao aumento da renda *per capita*, diz respeito ao tema da distribuição de renda. Poderíamos supor que se o “desenvolvimento” não se reduz ao crescimento, ele seria então um problema de distribuição. Dessa maneira, poderia ser pensado como uma combinação eficiente entre crescimento e estratégias distributivas. O economista indiano Amartya Sen foi um dos primeiros teóricos a problematizar esta suposição, questionando se a distribuição de renda seria de fato o tema mais relevante para os problemas de equidade e de expansão dos benefícios sociais nos países. Nas palavras deste autor, “desigualdade de renda pode diferir substancialmente de desigualdade em diversos outros ‘espaços’ (ou seja, em função de outras variáveis relevantes), como bem-estar, liberdade e diferentes aspectos da qualidade de vida (incluindo saúde e longevidade)” (Sen, 1999: 116). Por exemplo, como este mesmo autor sugere, uma pessoa com renda elevada em um dado contexto social, mas sem oportunidade de participação política, não é “pobre” no sentido mais habitual deste termo, ou seja, não sofre de carência de recurso material; porém, sofre privação em um outro sentido importante, muito embora nas estatísticas usuais sobre distribuição de renda essa pessoa não venha a ser classificada como “desprovida”. Outro caso ajuda a compreender este ponto: nos EUA, considerando a distribuição de renda, os afro-americanos, como grupo, são mais pobres do que o grupo dos americanos brancos. Contudo, eles não são mais pobres, se a referência forem as pessoas mais pobres do resto do mundo. De fato, quando comparados às populações de países sul-americanos, sul-asiáticos ou da África Subsaariana, os afro-americanos podem ser muitas vezes mais ricos em termos de renda. Visto dessa maneira, a privação material dos afro-americanos parece perder toda a importância na perspectiva internacional (idem: 119).

Efetivamente, o que o autor indiano pretende demonstrar é que apenas a perspectiva da renda não fornece uma idéia adequada da natureza e teor da privação que uma sociedade pode sofrer, tampouco da sua pobreza comparativa. Nesse sentido, demonstra como olhar apenas para a distribuição da renda não é suficiente para caracterizar a idéia de “desenvolvimento”: o papel da renda não deve ser analisado de forma isolada, mas como um fator articulado a um contexto maior de privação e garantia de realização das diversas capacidades dos indivíduos. Na visão de Amartya Sen, isso implica concluir que a própria idéia de “desenvolvimento” deve ser pensada de forma ampliada, incluindo diversos aspectos da vida social, além da dimensão puramente material: direitos políticos, cultura, saúde, educação etc.

Desenvolvimento como ilusão

Quanto à segunda interpretação mais corrente nas teorizações econômicas para a idéia de “desenvolvimento”, o conhecido trabalho do economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi fornece uma boa ilustração deste argumento. Na sua obra intitulada “A ilusão do Desenvolvimento” (1997[1998]), seu principal problema é discutir as possibilidades de “mobilidade” para os países “nas relações hierárquicas da economia capitalista mundial”. O autor divide os países entre economias pertencentes e economias excluídas do que ele denomina “núcleo orgânico” - um agregado que reúne as nações industrializadas e com altas taxas de PIB *per capita*. De acordo com essa perspectiva, há um pequeno grupo composto pelos países centrais pertencentes ao núcleo orgânico, uma grande periferia formada pelos países mais pobres e um grupo intermediário denominado “semiperiferia”, onde o Brasil se encontraria. Em linhas gerais, a idéia fundamental da sua tese é que os países precisam se industrializar para alcançar o núcleo orgânico. Nesse esquema teórico, “desenvolvimento” é entendido essencialmente como crescimento material gerado pela industrialização. Contudo, Arrighi argumenta que as possibilidades de mobilidade por meio da industrialização são restritas nos países excluídos do núcleo orgânico. Por conta disto, os “processos de desenvolvimento” seriam inviabilizados.

“A análise de sistemas mundiais sustenta que os Estados em busca de riqueza nacional numa economia capitalista mundial enfrentam um problema de ‘adição’... as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados. Como insiste Wallerstein (1988), desenvolvimento nesse sentido é uma ilusão... A riqueza dos Estados do núcleo orgânico não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial. Os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração... Os dois processos são distintos, mas complementares. Os processos de exploração fornecem aos Estados do núcleo orgânico e as seus agentes os meios para iniciar e sustentar processos de exclusão. Os processos de exclusão geram a pobreza necessária para induzir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a buscar continuamente a re-entrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do núcleo orgânico... Como vimos, o sucesso na luta contra exclusão geralmente implica uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais os Estados semiperiféricos buscam especialização; e o sucesso na luta contra exploração geralmente implica maior exploração dos Estados periféricos pelos Estados semiperiféricos.” (Arrighi, 1997[1998]: 217-218) (os grifos são meus).

Segundo esta leitura da ordem mundial, ainda que ocorram processos de industrialização nos países denominados “periféricos” e “semiperiféricos”, estes estarão voltados não para a consolidação e ou fortalecimento de uma economia nacional, mas sim para complementar o sistema de trocas internacionais, no qual o poder econômico dos países centrais será incrementado. Conseqüentemente, seriam restritas as chances de subversão das posições estabelecidas entre as nações, ditadas pelas relações hierárquicas da economia capitalista mundial. Nesse sentido, não seria exagerado notar certo ceticismo na visão de Arrighi quanto às possibilidades de reorganização da economia mundial em bases capitalistas.

Para o presente debate, interessa evidenciar dois aspectos desta interpretação: (1) nesta perspectiva, a inviabilidade econômica (ou de “desenvolvimento”) para países da “periferia” e da “semiperiferia” é interpretada quase que exclusivamente em termos de insuficiência tecnológica e científica; e (2) mais uma vez, a noção de “desenvolvimento” é reafirmada como sinônimo de crescimento econômico. Ou seja, segundo o argumento de Arrighi, a idéia de “desenvolvimento econômico” – especificamente industrialização – é algo que amplia a desigualdade, ou mesmo que supõe a desigualdade. Dessa maneira, retornamos ao paradoxo do *trickle down* discutido anteriormente: a reprodução da riqueza de alguns (grupos ou Estados) depende da reprodução da privação de outros.

As formulações econômicas sobre o tema do “desenvolvimento” tradicionalmente o concebem como uma dinâmica necessária à vida social, que deve ser expandido para todas as sociedades, além de ser tratado como algo que ocorre quase que naturalmente no mundo denominado moderno e industrializado. A partir desta leitura, a ciência econômica ortodoxa, ao reduzir a problemática do “desenvolvimento” a um debate sobre as possibilidades e obstáculos de crescimento material nas sociedades, esquece de duas dimensões fundamentais deste enredo, que são precisamente parte do objeto da presente investigação: os temas do meio ambiente e da cultura. Na perspectiva economicista, a circunscrição do “desenvolvimento” ao espaço do crescimento econômico faz com que sejam ignorados os danos e limites ambientais potencialmente envolvidos nos processos de crescimento material. Paralelamente, as conseqüências culturais e políticas destes processos também deixam de ser questionadas. Não é aventado pela economia convencional se efetivamente o crescimento material (concebido majoritariamente via industrialização nos moldes do capitalismo financeiro) é um projeto benéfico, adequado e, sobretudo, desejado por todas as sociedades. O pensamento econômico, que reivindica o estatuto da universalidade, negligencia esses aspectos do debate e impõe ao mundo formulações teóricas e práticas homogeneizantes.

A próxima vertente apresentada neste trabalho quebra a “naturalidade” associada à noção de “desenvolvimento” formulada pela perspectiva econômica. Essa

discursividade passa a ser problematizada como uma produção social, que possui uma história política e cultural específica. Estas considerações fazem com que a própria lógica econômica e suas verdades científicas sejam também questionadas nestes mesmos termos.

Pós-desenvolvimentismo

Arqueologia e Genealogia: poder -saber -discurso

A partir da década de sessenta do século passado o filósofo francês Michel Foucault (1926 - 1984), inspirado pelas formulações nietzschianas a propósito do complexo poder-verdade-saber, tornou-se um dos pioneiros nos estudos sobre a relação entre dinâmicas discursivas e mecanismos de exercício do poder. Seu maior desafio era identificar e compreender formas pelas quais a razão moderna opera como uma força coercitiva. Seu interesse centrou-se particularmente na investigação das forças da normalização e da naturalização que criam uma sociedade disciplinar ocidental moderna. Realizou isto, por exemplo, estudando mecanismos de controle que funcionam por meio de instituições disciplinadoras e que atuam de diferentes maneiras na racionalização das relações sociais e na disciplina de indivíduos (a este propósito cf., por exemplo: Foucault, 1975[1994]).

A partir da análise das articulações entre poder, saber e discurso envolvidos nesses processos, Foucault propôs um novo projeto analítico composto por duas abordagens denominadas respectivamente, “arqueologia” e “genealogia”. Nas suas palavras: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. Isto para situar o projeto geral” (Foucault, 2003a: 172). Dessa maneira, a arqueologia descreve e analisa o campo dos fatos do discurso, busca determinar suas condições de existência, fixar seus limites, estabelecer suas correlações com outros enunciados aos quais pode estar ligado, assim como deve, necessariamente, mostrar quais outras formas de enunciação foram excluídas pelo campo que investiga. Deve ainda ser capaz de dizer por que aquele discurso não poderia ser outro e como se situa num lugar, entre outros enunciados, e relacionado a eles, que nenhum outro discurso pode ocupar. Ou seja, a arqueologia trata de definir os discursos em sua especificidade. Neste quadro teórico, está posta a preocupação em saber o que garante a unidade de um discurso e como é possível definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual. Ao procurar os princípios de individualização de um discurso, mais do que buscar a permanência dos temas, das

imagens e das opiniões através do tempo, é preciso procurar pelas possibilidades estratégicas ou regras de formação destes enunciados (Foucault, 1972 [2005]: 43).

Na análise da relação poder, saber e discurso, a outra parte do projeto analítico foucaultiano, denominada “genealogia”, revela os efeitos de poder ou as múltiplas relações de dominação geradas pelo funcionamento de discursos cientificamente organizados, na maneira como hierarquizam e subjugam outros saberes. A genealogia é assim considerada um método anticientífico, não porque, essencialmente, se opõe aos conceitos cientificamente estabelecidos, mas sim porque se opõe aos efeitos hierarquizantes destes discursos institucionalizados ligados a sistemas centralizados de poder. Dessa maneira, ao expor estas relações nas chamadas sociedades complexas, o método genealógico ativa e desenterra saberes desqualificados, descontínuos, não legitimados por um conhecimento *verdadeiro* (o discurso científico unitário) detido por alguns. Sobre aspectos gerais deste empreendimento analítico, argumenta Foucault:

“(…) o importante é não se fazer com relação ao acontecimento o que se fez com relação à estrutura. Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não tem o mesmo alcance... nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema é ao mesmo tempo distinguir acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força... creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística... A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (Foucault, 2003: 6)⁷⁵ (os grifos são meus).

Segundo Foucault em toda sociedade existem múltiplas relações de poder que cortam, caracterizam e constituem o corpo social. Estas relações não funcionam sem uma produção, acumulação, circulação e funcionamento do discurso. Com efeito, o autor afirma a impossibilidade da existência do exercício do poder, sem uma determinada economia dos discursos de verdade:

⁷⁵ Trecho extraído da entrevista “Verdade e poder” realizada por Alexandre Fontana que abre a coletânea de artigos, debates e entrevistas: Foucault, M. 2003. “Microfísica do poder”. RJ: Ed. Graal. 18ª edição.

“(...) o poder não para de nos interrogar, nos indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade... estamos submetidos à verdade no sentido que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder“ (Foucault, 2003b:180).

Neste contexto explicativo, os discursos possuem capacidades distintas de produzir efeitos de verdade que são, eles próprios, o poder. A este respeito, na visão foucaultiana, o poder é em si próprio ativação e desdobramento de uma relação de força. Nesse sentido, só existe em ação. Sendo intrínseco a todas as relações sociais, apenas pode ser captado quando em exercício. Seu exercício se dá através da produção de subjetividades e do exercício de modos disciplinares. O exame foucaultiano a este propósito analisa os mecanismos ou o engenho do exercício do poder. Busca identificar quais são, em seus procedimentos, em seus efeitos, em suas técnicas, em suas relações, os diversos dispositivos de poder que se exercem em níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões variadas (2003a: 174-175). O desafio é verificar como os procedimentos de poder, em seus menores detalhes, se deslocam, se expandem, se modificam, mas, sobretudo, como são investidos e anexados por fenômenos mais globais de dominação. Além disso, neste quadro teórico o poder é descrito como um fenômeno que acontece em cadeia. O poder funciona e se exerce em rede. Os indivíduos estão sempre em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação. Contudo, nunca são o alvo inerte do poder; são sempre centros de transmissão. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, discursos e gestos sejam identificados enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. No esquema teórico foucaultiano, porém, não há uma visão “totalitária” do poder. Em sua obra, “História da sexualidade I: a vontade de saber” (1977[1988]), Foucault chama a atenção para o aspecto da função tática dos discursos não ser constante, nem imutável:

“É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso dominante e o dominado; mas ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos” (Foucault, 1977[1988]: 96) (o grifo é meu).

Portanto, não se trata de imaginar um mundo dividido entre discurso admitido e discurso excluído, mas sim como múltiplos discursos podem fazer parte de estratégias diferentes e, principalmente, que os efeitos de dominação podem ser “globais”, mas não “estáveis”.

Da genealogia e arqueologia foucaultianas à antropologia dos estudos pós-coloniais

O caminho analítico resumido acima tem servido como uma eficiente ferramenta na explicitação dos mecanismos – ou, nos termos foucaultianos, das “possibilidades estratégicas” – pelos quais certos regimes discursivos são constituídos e passam a produzir modelos de pensamento e de ação, enquanto desqualificam outros. As estratégias metodológicas da genealogia e arqueologia são aplicadas em contextos investigativos nos quais se objetiva entender questões do tipo: Por que algo se constitui como conhecimento e a que este status é negado? Quem está qualificado a dizê-lo, quem são os árbitros dos discursos? Nessa linha, trata-se de identificar como certos regimes de verdade são socialmente produzidos, assim como por que certos discursos possuem o estatuto de verdadeiros e, por isso, se tornam propensos à circulação, em relação a outros saberes que são coagidos.

Na Antropologia social, especialmente em estudos sobre contextos coloniais e pós-coloniais, as formulações foucaultianas sobre discurso, saber e poder têm sido utilizadas por muitos autores em análises que se tornaram referência nesse subcampo temático da disciplina. Segundo o crítico indo-britânico Homi Bhabha, o projeto da crítica pós-colonial é caracterizado como um debate:

“(...) das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, comunidades e povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade” (Bhabha, 1998[2005]: 239).

Entre algumas das produções mais significativas da chamada literatura pós-colonial, podemos citar as obras de Edward Said, “Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente” (1979[2000]) e de Michael Taussig, “Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura” (1987[1993]).

No trabalho do crítico literário palestino Edward Said (1935-2003), a noção de orientalismo é interpretada como um enunciado que sustenta uma série de instituições e doutrinas, incluindo burocracias coloniais, que compõem todo um aparato por meio do qual o pensamento europeu “produz” o Oriente em termos políticos como parte do seu imaginário. Said utiliza a noção foucaultiana de discurso para interpretar as dimensões político-culturais associadas às relações de poder na oposição Ocidente x Oriente. O autor argumenta que tal oposição acaba determinando os termos pelos quais ocorrem as interações entre a Europa e os “outros”, não europeus; além de funcionar como referência para os próprios europeus se definirem enquanto tais, em oposição aos orientais. Sua tese demonstra que o Oriente não é uma categoria neutra, mas foi culturalmente e politicamente construída. Não é um espaço de pensamento e de ação livre, há toda uma cultura dona e produtora desta formulação. Nesta relação, quem está autorizado para dizer o que é o Oriente é o lado ocidental europeu. Said procura demonstrar como por meio desse discurso se produz uma autoridade, de modo que seu enunciado carrega um ponto de vista específico, e não uma verdade imparcial.

Já o antropólogo australiano Michael Taussig busca desvendar qual é a política de representação associada a relatos que descrevem estórias de atrocidades cometidas contra indígenas por funcionários de uma companhia de borracha na região de Putumayo, localizada na floresta amazônica, no sudoeste colombiano, no início dos anos 1900. Além disso, também procura evidenciar quais efeitos estas representações engendram no contexto pós-colonial dos seringais na floresta tropical colombiana. Sua análise demonstra como a herança de discursos coloniais do século XVI a respeito de temas como “a selva”, “o índio”, “o canibalismo indígena”, entre outros, geravam temores e uma espécie de paranóia colonial mental nos capatazes da companhia de borracha, servindo,

assim, como substrato à formação de práticas de tortura e castigo por parte desses capatazes contra os indígenas que realizavam trabalho escravo na retirada do látex. A este respeito, observa o autor: “Claro que não é a selva, mas os sentimentos que os colonizadores nela projetam que são decisivos para encher seus corações de selvageria” (Taussig, idem: 94). Da mesma forma, esse imaginário colonial alimentava a própria construção dos relatos destes eventos de violência publicados em jornais colombianos e britânicos da época.

Homi Bhabha, por sua vez, discute um ponto importante para as análises pós-coloniais: o modo de representação da alteridade nos textos teóricos deste subcampo temático. O autor argumenta que os discursos críticos pós-coloniais demandam formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a outridade (alteridade) que constitui o domínio simbólico das identificações sociais (Bhabha, 1988[2005]: 242). Nesse sentido, questiona a suposição de certas análises da Antropologia pós-colonial que qualificam a relação entre ocidente e “outros” como uma relação claramente vertical de dominação/subordinação. Segundo Bhabha há ambivalências na relação colonizador/colonizado, assim como no discurso colonial: o colonizador, mesmo dominante, incorpora traços do colonizado (mesmo imaginados) e o colonizado também absorve aspectos (mesmo imaginados) próprios do discurso do colonizador. Essa é a crítica que Bhabha faz às análises de Said sobre a noção de orientalismo:

“É difícil conceber o processo de subjetificação como localização no interior do orientalismo ou do discurso colonial para o sujeito dominado, sem que o dominador esteja também estrategicamente colocado neste interior. Os termos nos quais o orientalismo de Said é unificado - a intencionalidade e unidirecionalidade do poder colonial - também unificam o sujeito da enunciação colonial” (Bhabha, 1988[2005]: 113) (os grifos são meus).

Deste modo, a perspectiva pós-estruturalista trouxe novas possibilidades de abordagem para discutir o funcionamento de sistemas de representação, sobretudo em decorrência da inclusão de considerações acerca do conflito e das relações de poder envolvidas nestes processos. Neste contexto de ampliação analítica do qual Said, Taussig e Bhabha fizeram parte, emergiu uma série de novos questionamentos dentro da disciplina antropológica em relação a diversos temas, entre eles, o próprio objeto deste capítulo: a discursividade do “desenvolvimento”.

Seguindo este caminho, dois antropólogos, o norte americano James Ferguson e o colombiano Arturo Escobar estão entre os primeiros autores a aplicarem noções foucaultianas a respeito do complexo discurso-saber-poder no estudo do tema discursivo

do “desenvolvimento”⁷⁶. James Ferguson em seu trabalho “The anti-politics machine: ‘development’, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho” (1994) tem como problema teórico entender o modo pelo qual o “desenvolvimento”, enquanto uma problemática dominante da modernidade funciona na prática e quais são seus efeitos sociais concretos. Este trabalho é um marco importante na literatura crítica sobre “desenvolvimento” uma vez que é uma das primeiras obras a adotar idéias de Foucault para pensar o universo das práticas do “desenvolvimento”. Como Ferguson declara na sua introdução, não se trata de problematizar o “desenvolvimento” como um discurso ideológico ou de refletir sobre quanto “real” são os conteúdos que esta noção expressa (1994: xv). Independente dele expressar “verdades” ou “falsidades”, o que de fato é relevante investigar é quais são os efeitos concretos que tal discursividade (sendo uma idéia falsa ou verdadeira) produz num contexto social, cultural e político. Nessa direção, Ferguson parte da noção foucaultiana de “aparato” para investigar como e o que um discurso engendra socialmente. Nesse sentido, irá demonstrar de que maneira a produção institucionalizada de certas representações sobre a realidade de um país africano, Lesotho, formuladas por agências internacionais do “desenvolvimento”, causam efeitos significativos. A produção de tais idéias contribui para determinadas mudanças sociais. Nas palavras do autor, segue o resumo do argumento central de seu trabalho:

⁷⁶ Arturo Escobar em conjunto com o ambientalista alemão Wolfgang Sachs, o diplomata iraniano e ex-diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Majid Rahnema, o pensador suíço Gilbert Rist, o economista e também fundador do *Mouvement anti-utilitariste dans les Sciences Sociales* (M.A.U.S.S.) o francês Serge Latouche e a médica feminista indiana Vandana Shiva formam o grupo dos principais autores da vertente pós-desenvolvimentista; corrente que surge oficialmente em 1991 com sua primeira reunião internacional realizada em Genebra, pelo Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Fundação Eckenstein, na qual foi redigido o relatório intitulado “Le Nord perdu: Repères pour l’après-développement” (Lausanne: Éditions d’en Bas, 1992, in: Eli da Veiga, 2006). Contudo, esta vertente se consolidou efetivamente a partir da segunda metade dos anos de 1990 com publicações críticas sobre o tema. Entre elas, além dos trabalhos de Ferguson (1994) e Escobar (1995) cito mais dois marcos editoriais fundamentais do início do debate pós-desenvolvimentista: de Gilbert Rist (1997[2004]) “The History of development: from western origins to global faith” já citado neste trabalho, e de Majid Rahnema em parceria com a economista australiana Victoria Bawtree (1997) “The post development reader”.

“Instituições do ‘desenvolvimento’ geram sua própria forma de discurso, e este discurso constrói simultaneamente Lesotho como um tipo particular de objeto de saber, e cria uma estrutura de saber em torno deste objeto. Intervenções são assim formuladas com base nesta estrutura de saber, que, enquanto ‘falham’ em seus próprios termos, geram também, efeitos, que incluem a expansão da burocracia estatal, lado a lado, com a projeção de uma representação da economia e da vida social (de Lesotho) que nega suas dimensões políticas... a resposta curta para a pergunta sobre o que o ‘apparatus’ do ‘desenvolvimento’ faz em Leshoto, é assim, encontrada no título do livro: ele é uma máquina anti-política, despolitiza tudo aquilo que ele toca... ao mesmo tempo em que, quase de maneira despercebida, realiza a operação política de expandir a burocracia do poder estatal” (Ferguson, 1994: xiv-xv) (os grifos são meus).

Para construir tal explicação sobre as ações do aparato conceitual do “desenvolvimento” Ferguson constrói sua análise com base no estudo de um caso específico de um projeto de “desenvolvimento rural” realizado no sul da África na região de Thaba-Tseka em Lesotho ao longo do período de 1975-84. Tal empreendimento foi concebido e implementado pelo Banco Mundial em parceria com a Canadian International Development Agency (CIDA). A partir da interpretação do relatório preparatório produzido no âmbito do Banco Mundial, Ferguson demonstra como a caracterização de Lesotho expressa neste relatório não condiz com a realidade histórica e social deste país. Faz tal constatação não apenas baseando-se em seu próprio conhecimento sobre o país, mas, sobretudo, comparando tal documento com trabalhos acadêmicos produzidos sobre Lesotho, que retratam o país de forma bastante distinta da expressa no relatório do Banco. Argumenta que a maneira como tal avaliação de Lesotho é formulada pode ser considerada um exemplo de como a “indústria do desenvolvimento” opera também suas análises em outros lugares ao redor do mundo. A experiência em Lesotho funciona como um exemplo que revela a maneira como instituições do “desenvolvimento” operam o aparato da discursividade do “desenvolvimento”: como definem um “problema”, assim como, sua solução correspondente. Um outro ponto do trabalho de Ferguson é pensar qual o significado do fato dos projetos de “desenvolvimento rural”, seja em Lesotho ou em outras localidades do mundo, apesar de muito frequentemente não alcançarem os objetivos para os quais foram formulados, continuarem sendo implementados, seguindo sempre um modelo muito semelhante. O autor sugere que apesar destes projetos não alcançarem seus objetivos originais, geram outros processos e realizações não previstos inicialmente nas suas formulações. Estes processos, ou nos termos de Ferguson “efeitos co-laterais” dos projetos, desencadeiam processos sociais de mudança política e podem engendrar a expansão de certas formas de controle social. Com esta preocupação teórica

Ferguson sugere que o discurso de agências internacionais do “desenvolvimento” em situações que não cumprem suas promessas, não devem ser pensado como mera “retórica” ou um “falso pronunciamento”. Ao invés de focar na problemática a respeito do que os “projetos de desenvolvimento” não cumprem, o autor argumenta ser muito mais rentável para a interpretação da análise olhar para o que eles produzem de forma não prevista. Antes de aprofundar este aspecto do argumento do autor, retomo a descontinuidade percebida por Ferguson entre o relatório do Banco Mundial e as análises acadêmicas quanto à descrição da realidade de Lesotho. O autor parte do reconhecimento desta diferença para demonstrar como a discursividade do “desenvolvimento” opera segundo um conjunto de regras de formação que define a maneira como um determinado conhecimento é produzido sobre um “objeto” (:29). Ferguson argumenta que não se trata de supor que o conhecimento dos relatórios é de pior qualidade em relação à produção acadêmica. Mas, que tais distorções são resultados de uma estratégia do *apparatus* do “desenvolvimento” para caracterizar Lesotho de forma que ele se encaixe nos supostos do que corresponderia um “país menos desenvolvido” ou um “Less Developed Country” (LDC). Ou seja, um modo de defini-lo como um “alvo adequado” para receber uma “intervenção” do “desenvolvimento”.

“A peculiar representação de Lesotho como a qual que emerge no relatório do banco mundial não deve ser entendida como a simples produção de erros. Existem, de fato, equívocos no relatório como foi revisto, e existem tais formas de erros em outros relatórios desse tipo. Mas, estes erros são sempre de um tipo particular, e eles quase que invariavelmente tendem para direções previsíveis. As estatísticas estão erradas, mas sempre erradas da mesma maneira...” (Ferguson, 1994: 55).

Os desvios são feitos no relatório para construir uma imagem de Lesotho com um “LDC”. Neste esquema o país é representado como uma “economia rural, com uma agricultura estagnada”. Como observa Ferguson o “LDC-Lesotho” é descrito como uma “economia nacional dependente”, os aspectos sociais e políticos da realidade do país são ignorados pelo relatório. A população é descrita como uma sociedade indiferenciada “igualitária de camponeses ou pequenos fazendeiros”. Não há qualquer referência a história política local da região. O país é descrito em termos da sua geografia e economia (:63). Na perspectiva do relatório, que segundo Ferguson revela a perspectiva mais geral do “desenvolvimento”, estes problemas “nacionais econômicos” podem ser resolvidos por meio da “boa governança”. O Estado é visto como uma máquina de aplicar “programas de desenvolvimento”. Todo o conflito histórico entre classes sociais e políticas é ignorado pela análise do relatório do Banco. Como o autor argumenta, o *apparatus* do

“desenvolvimento” constrói uma representação do “Estado” como uma máquina que faz políticas (*policies*), mas que não tem política (*politics*) (:66). Ferguson demonstra que para se compreender porque tais formulações enviesadas são aceitas no universo do “desenvolvimento” é necessário olhar para o contexto institucional onde elas são produzidas e com quais práticas não-discursivas elas estão associadas: nas agências de “desenvolvimento” e aos seus “projetos de ajuda” (:67). Ou seja, o relatório constrói uma imagem de Lesotho que apresenta determinados tipos de problemas que podem ser resolvidos por meio de intervenções “técnicas” “politicamente neutras”. Os problemas relativos à pobreza rural não são formulados em termos que demandem transformações estruturais e de ordem política, simplesmente “porque as agências do ‘desenvolvimento’ não funcionam para dar apoio a transformações políticas ou lutas revolucionárias...” (:69). Assim, o Relatório tem que apresentar Lesotho segundo uma leitura apolítica, porque só assim ele torna-se um bom candidato para receber o tipo de intervenção que as agências podem oferecer: uma intervenção tecnicista. Como foi dito, Ferguson também interpreta o sentido do fato dos projetos, na sua ampla maioria, não cumprirem seus objetivos previstos. Um desses exemplos é o caso do projeto de “desenvolvimento rural” de Thaba-Tseka em Lesotho. O autor demonstra que mesmo falhando, este projeto criou uma série de serviços, como por exemplo, estradas, postos de saúde, posto policial, correio etc., que antes não existiam naquela região de Lesotho. São serviços que fazem com que a administração estatal alcance uma área, na qual, antes da implementação do projeto, o Estado operava muito pouco. Com isto, o autor demonstra que apesar das falhas do projeto, ele serviu para expandir a atuação da burocracia estatal. O autor argumenta que os “efeitos co-laterais” ou “efeitos instrumentais” dos “projetos de desenvolvimento”, ou seja, os “serviços” gerados de maneira não prevista servem, na realidade, à expansão do exercício do poder estatal. Logo, o “projeto de desenvolvimento rural” em Thaba-Tseka acabou servindo como um gerador de instrumentos para a ação do poder estatal. Contribuiu para aumentar o controle social realizado pelo Estado, mesmo que isto não estivesse antecipado como uma de suas finalidades. Dessa maneira, uma ação que pretendia ser apolítica (produto da máquina antipolítica do apparatus do “desenvolvimento”) acaba contribuindo para um determinado processo político: a expansão da burocracia estatal ou o exercício de poder de uma minoria. E talvez por isso, sugere Ferguson (:256), que mesmo os projetos de “desenvolvimento” sendo empreendimentos, muito freqüentemente, fracassados eles continuam sendo realizados e se reproduzindo.

Como anunciado acima, outro estudo que marca o início dos debates sobre a discursividade do “desenvolvimento” produzida por abordagens pós - estruturalistas pela Antropologia do “desenvolvimento” é o trabalho de Arturo Escobar “Encountering

Development: the making and unmaking of the third world (1995)". Na introdução desta obra Escobar já deixa claro sua opção analítica para abordar a idéia de "desenvolvimento. O autor argumenta que partir de uma perspectiva discursiva para pensar a noção de "desenvolvimento" possibilita manter o foco no problema da dominação e, ao mesmo tempo, explorar mais frutiferamente as condições de possibilidades de criação destes discursos e dos seus efeitos na realidade. A análise discursiva permite, a partir do próprio discurso investigado, que seja rompida sua familiaridade-naturalidade e assim compreendido o contexto teórico e prático no qual este enunciado foi criado (Escobar, idem: 6). Escobar argumenta que para compreender a produtividade de poder do discurso do "desenvolvimento" é necessário reconstruir o seu regime de verdade. Por meio desse método seria possível enxergar tanto as condições que tornaram possíveis a produção desta discursividade, assim como o que ela engendra. No caso dos discursos do "desenvolvimento", como diversas análises pós-estruturalistas sobre o termo demonstram, criou-se com ele todo um aparato para a produção de novas formas de conhecimentos, de práticas, teorias, estratégias de intervenções que marcam e moldam desde o seu nascimento no pós Segunda Guerra Mundial, muitas das relações da geopolítica mundial. A própria divisão do planeta em "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", ou em "primeiro" e "terceiro" mundos, são produtos discursivos do aparato criado pela idéia de "desenvolvimento". São expressões que compõem um vocabulário que não existia antes de 1945 (Escobar, ibidem: 31). Esse aspecto imediatamente nos remete ao "Orientalismo" de Said. Ambas as discursividades ("oriente" e "desenvolvimento") engendraram uma nova classificação geopolítica, além de sustentarem práticas com conseqüências políticas, sociais, culturais e ambientais profundas para as relações internacionais entre as regiões do globo. A perspectiva pós-desenvolvimentista vê na idéia de "desenvolvimento" um conteúdo implícito: crescimento econômico e acumulação de capital. Um ponto fundamental, para esta vertente, é que tal conteúdo semântico está conectado a relações sociais bem particulares - as do modo de produção capitalista - que jamais desaparecem da noção, nem mesmo quando ela é qualificada por adjetivos como "sustentável", "humano", "local", ou prefixos como "etno". Ou seja, agregar estes qualificativos não desfaz de forma alguma o projeto que estaria incrustado na idéia de "desenvolvimento", segundo o qual a economia não é apenas um instrumento da vida humana, mas o seu objetivo final. Quanto a este ponto do debate, argumenta o pensador mexicano Gustavo Esteva:

“Quando Nyerere sugeriu que desenvolvimento deveria significar a mobilização política de um povo para atingir seus próprios objetivos; ou quando Rodolfo Stavenhagen propõe o etnodesenvolvimento ou desenvolvimento com autoconfiança, ciente de que precisamos ‘olhar para dentro’ e ‘buscar nossa própria cultura’ em vez de usar visões alheias emprestadas; ou quando Jimoh Omo-Fadaka sugere um desenvolvimento ‘de baixo para cima’, ciente de que todas as estratégias baseadas em um modelo ‘de cima para baixo’ não conseguiram atingir os objetivos que essas próprias estratégias haviam explicitamente formulado; ou quando Orlando Fals-Borda e Anisur Rahman insistem que o desenvolvimento deve ser participativo, cientes das exclusões feitas em nome do desenvolvimento; ou quando Jun Nishikawa propõe ‘um outro’ tipo de desenvolvimento para o Japão, ciente de que a era presente está chegando ao fim; quando esses e tantos outros qualificam o desenvolvimento e usam a palavra com advertências e restrições como se estivessem caminhando em terreno minado, tem-se a impressão de que não compreendem como seus esforços são contraproduativos. O terreno minado já explodiu... para que aqueles que constituem os dois-terços da população mundial atual possam pensar em desenvolvimento - qualquer tipo de desenvolvimento - é preciso antes que se vejam como subdesenvolvidos, com o fardo total de conotações que o termo carrega” (Esteva, 1992[2000]: 61) (os grifos são meus).

Sublinhando este ponto da crítica pós-desenvolvimentista é possível recorrer a mais uma observação foucaultiana quanto a um aspecto específico do termo “desenvolvimento”: o potencial dessa noção para perpetuar o tema da continuidade. Foucault argumenta que há um jogo de noções que diversifica, cada uma à sua maneira, a idéia de continuidade. São termos que descreve como bastante indecisos em relação aos seus conteúdos, que não têm uma armação conceitual rigorosa, mas possuem uma função precisa (Foucault, 1972[2005]: 21-22). Entre estes termos cita as idéias de “tradição”, “influência”, “mentalidade”, “evolução” e, finalmente, a noção de “desenvolvimento”. Esta observação foucaultiana se afina à crítica pós-desenvolvimentista, uma vez que a discursividade do “desenvolvimento”, em ambas as perspectivas, propaga a idéia de *continuidade*. Nos termos pós-desenvolvimentistas, continuidade significa *permanência* da ordem sociopolítica sustentada por relações específicas dos modos de produção capitalista. De acordo com essa leitura a idéia de “desenvolvimento” garantiu hegemonia a uma historicidade puramente ocidental, que retira dos diversos grupos humanos as oportunidades de definirem suas próprias formas de vida. Este ponto da crítica pós-desenvolvimentista é importante, pois, além de ser uma das principais razões que levam os teóricos desta vertente a argumentar a favor do abandono completo do uso da noção de “desenvolvimento”, é também um dos pontos de afastamento entre esta corrente e a dos chamados “desenvolvimentistas críticos” -

tendência que, ao contrário, defende o uso da noção “desenvolvimento” segundo critérios específicos, os quais serão expostos adiante.

Ainda que a supressão da noção de “desenvolvimento”, enquanto projeto político e teórico da vertente pós-desenvolvimentista, pareça estar longe de ser concluída, essa corrente, ao colocar radicalmente em questão o conteúdo desse termo, pretende realizar uma subversão semântica profunda, da qual se espera que apareçam novas formas de solucionar os velhos problemas da miséria, da opressão política-cultural e da destruição ambiental. Seriam estratégias de intervenção que não dependeriam em nenhuma instância das próprias formas de pensar que geram estes mesmos problemas, ou seja, do “vocabulário e das práticas do desenvolvimento” (W. Sachs, 1992; Rhanema, 1997). Nesta concepção de “desenvolvimento” – ou melhor, de “anti-desenvolvimento” - apenas dessa maneira, livre do linguajar desenvolvimentista, é que novas práticas transformadoras poderão surgir. Exatamente esta é a visão expressa no manifesto da “Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-Desenvolvimento - ROCADe”⁷⁷, um grupo de debate internacional que reúne diversos pós-desenvolvimentistas ao redor do mundo, desde ativistas até teóricos como Marie-Dominique Perrot, Wolfgang Sachs, Teddy Goldsmith, entre outros já citados. A declaração da ROCADe argumenta ser fundamental quebrar a moldura do “desenvolvimento”, “descolonizar” e “deseconomizar” a mente das pessoas, se há de fato a pretensão de propor soluções originais que tragam mudanças que subvertam a ordem (politicamente e economicamente) assimétrica do sistema global.

No contexto das práticas e formas de conhecimento do “desenvolvimento”, as análises pós-estruturais vêm contribuindo efetivamente para o debate sobre o tema por explicitarem as condições nas quais as posições dos sujeitos envolvidos são arquitetadas nessas negociações. Enquanto alguns ocupam posições que lhes permitem saber, decidir e, por conseguinte, produzir formas concretas de intervenção, aos “outros” que compõem esta mesma relação se reduzem ao máximo as chances de manifestação: seus saberes e modos de agir são desqualificados e sempre que possível, desconsiderados. Ao serem identificados os choques entre regimes de verdade e formas distintas de saberes, as análises desta vertente dão visibilidade às assimetrias de poder historicamente envolvidas nas relações do “desenvolvimento”. Este ponto fundamental, o caráter político assimétrico destas dinâmicas, é justamente o que possibilita a compreensão das condições mesmas que produzem estas relações. Parece-me, no entanto, que uma ressalva deve ser feita em relação a alguns trabalhos da crítica pós-desenvolvimentista. Se, por um lado, às relações assimétricas de poder ligadas às práticas do “desenvolvimento” finalmente são expostas por meio dessa corrente analítica, por outro, algumas interpretações produzidas

⁷⁷ Réseau des Objecteurs de Croissance pour l'Après-Développement - ROCADe. Manifesto publicado no site: www.apres-developpement.org.

por essa mesma vertente parecem subestimar as estratégias que os grupos tradicionalmente desfavorecidos nessas relações podem elaborar para subverter a lógica desenvolvimentista através dos próprios instrumentos que ela cria⁷⁸.

Dessa maneira, retorno aqui ao debate de Bhabha, sobre o modo de representação da alteridade em análises teóricas que ele denomina também como “política do ponto-de-vista”. Há grupos politicamente, culturalmente e economicamente negligenciados que se apropriam do linguajar desenvolvimentista nas suas diferentes versões - “ambiental”, “cultural”, “local” - para produzir “projetos” nos termos esperados pelas agências financiadoras e que, ao conseguirem recursos, implementam seus planos de intervenção nos seus próprios termos, além de manipularem o linguajar desenvolvimentista em negociações nas quais, por meio da retórica oficial, reafirmam suas demandas e perspectivas políticas. Considerando este tipo de argumento, parece que parte dos representantes da vertente pós-desenvolvimentista, numa atitude de negligência analítica (talvez opcional), não presta suficiente atenção às reações daqueles que são sujeitos às forças domesticadoras e impositivas das práticas e discursos do “desenvolvimento”. Como é amplamente discutido na Antropologia social, mesmo que haja diferenças de poder, ainda que aconteçam perdas simbólicas e materiais significativas e os indivíduos sejam fisicamente, economicamente e politicamente dominados, as partes sujeitadas não necessariamente integram estas relações passivamente (Sahlins, 1985[1990]; Bhabha, 1998[2005]; Albert, 2001; Gordon, 2001). Nesse sentido, argumenta Sahlins (1997):

⁷⁸ Esta ressalva é feita especialmente em relação a trabalhos de autores pós-desenvolvimentistas que participaram de duas coletâneas clássicas do debate sobre a discursividade do “desenvolvimento”: “The post-development reader” (1997) organizada por Rhanema e Bawtree, e “O dicionário do desenvolvimento” (1992) organizada por W. Sachs. Entre estes autores, estão Latouche (1997[2005]), Esteva (1992[2000]) e o próprio W. Sachs (1992[2000]) já citados e Senarclens (1997[2005]) que ainda será mencionado em um trecho adiante.

“O problema é que, ao negar qualquer autonomia cultural ou intencionalidade histórica à alteridade indígena, as antropologias do sistema mundial se tornaram muito semelhantes ao colonialismo que elas, justificadamente, condenavam... portanto, devemos prestar alguma atenção aos hesitantes relatos etnográficos sobre povos indígenas que se recusavam tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós. Pois acontece que essas sociedades não estavam simplesmente desaparecendo há um século atrás, no início da antropologia: elas *ainda* estão desaparecendo e estarão sempre desaparecendo... ao menos aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo... (isto) não deve ser tomado como um otimismo sentimental, que ignoraria a agonia de povos inteiros, causada pela doença, violência, escravidão, expulsão do território tradicional e outras misérias que a ‘civilização’ ocidental disseminou pelo planeta. Trata-se aqui, ao contrário, de uma reflexão sobre a complexidade desses sofrimentos, sobretudo no caso daquelas sociedades que souberam extrair, de uma sorte madrastra, suas presentes condições de existência” (Sahlins,1997: 32) (os grifos são meus).

Apesar da ressalva acima, talvez os casos de “contra-usos” do modelo desenvolvimentista sejam menos considerados por certos autores do debate pós-desenvolvimentista por não sinalizarem, no longo prazo, possibilidades de transformações estruturais que dissolvam de fato as assimetrias que historicamente marcam as relações do “desenvolvimento”. Para os adeptos desta perspectiva, a respeito da dimensão normativa do debate sobre “desenvolvimento”, a única estratégia viável de superação das relações de dominação desenvolvimentista seria efetivamente abandonar a discursividade do “desenvolvimento”, pois qualquer tentativa de subversão do seu vocabulário e/ou conjunto de práticas já estaria comprometida desde o início pelos motivos discutidos anteriormente.

Desenvolvimentismo crítico

Na apresentação deste capítulo foi demonstrada a prevalência, no pensamento econômico, da idéia de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico. A grande questão era se o crescimento, nos padrões que ocorre nos países mais industrializados, pode ou não ser expandido para todas as sociedades. Há economistas como Giovanni Arrighi, que tende a duvidar dessa possibilidade. Contudo, em linhas gerais, a suposição compartilhada pelas correntes dominantes na Economia, a Economia Neoclássica e Neoliberal, é que por meio da combinação de avanço tecnológico com

mercados livres, o crescimento seria viável. Além disso, nesta perspectiva a aposta é de que o crescimento material das sociedades geraria, conseqüentemente, benefícios para todos. Do outro lado do debate sobre a idéia de “desenvolvimento”, situam-se as interpretações pós-estruturalistas, cujo argumento central afirma que a idéia de “progresso material”, implícita na noção de “desenvolvimento”, faz com que todas as práticas e saberes derivados deste termo estejam necessariamente corrompidos pelo projeto ocidental de impor sua “modernidade” aos outros povos. Logo, esta noção deveria ser banida, pois a partir dela só há possibilidade de se engendrar mais miséria, opressão e destruição do meio ambiente. Com efeito, o “desenvolvimento” que antes era compreendido como algo universalmente bom, passa a ser apresentado pela abordagem pós-desenvolvimentista como uma estratégia política moderna de dominação. Entre essas duas posturas, se posiciona a vertente do desenvolvimentismo crítico (DC). Neste espaço interpretativo, é argumentado que o “desenvolvimento” não deve ser reduzido ao crescimento material, nem tampouco deve ser descartado, mas sim repensado. A base do argumento desenvolvimentista crítico é a combinação de posições críticas a respeito da modernização, associada à crítica pós-estruturalista quanto à idéia de “desenvolvimento” e da crítica feminista a este mesmo tema. Nas palavras de dois desenvolvimentistas críticos:

“Nós queremos reformular o desenvolvimento considerando todo o saber a seu respeito produzido pelo pós-desenvolvimentismo e teorias feministas. De fato, queremos aplicar estas considerações para elaborar uma abordagem mais poderosa, persuasiva, crítica e ainda modernista. Acreditamos que democracia, emancipação, desenvolvimento e progresso são princípios finos que foram corrompidos pela forma social que a modernidade assumiu com o capitalismo patriarcal, sistemas de classes, um tipo de sociedade que opera segundo interesses de uma elite masculina, baseada no lucro e na exclusão de todo o resto” (Peet e Hartwick, 1999: 197).

Seguindo esse caminho, a vertente sugere que o “desenvolvimento” deve ser transformado em um termo que signifique melhores oportunidades para as pessoas, que signifique a construção de condições materiais para que os indivíduos possam exercer todas as suas potencialidades criativas enquanto seres humanos. Assim, o DC reconhece e se apropria da crítica pós-estruturalista referente ao questionamento dos significados de discursos sustentados e que sustentam relações de dominação, mas advoga que para que as práticas sejam transformadas, além de modificar discursos, é preciso também repensar e alterar os modos de produção material e as relações sociais que os produzem. O projeto desenvolvimentista crítico defende a recuperação dos aspectos benéficos que a

modernidade pode gerar quando vivida por meio de novas formas sociopolíticas. Isto envolve, por exemplo, pensar em alternativas de regulação dos processos produtivos através de práticas coletivas e democráticas. Nessa vertente, o sistema capitalista é entendido como uma forma corrompida da modernidade, e nem tudo que a razão moderna produz é necessariamente ruim e opressor. O argumento do DC defende que usos propriamente orientados daquilo que é produzido nas áreas de ciência e tecnologia (por exemplo, remédios, vacinas, hospitais) podem gerar benefícios aos seres humanos. A perspectiva do DC reconhece que a tecnologia não é culturalmente neutra, mas argumenta que a igualdade de acesso às tecnologias não leva necessariamente à homogeneização cultural. Partindo do suposto de que a vida sociocultural é dinâmica, a incorporação de novas tecnologias pode efetivamente produzir novas formas de interação social, não inevitavelmente danosas para os envolvidos (idem).

Podem ser situados na vertente do DC os trabalhos de autores como o economista indiano Amartya Sen, com sua concepção de “desenvolvimento humano”; o economista franco-polonês Ignacy Sachs e suas formulações sobre “desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado”; e a definição de “desenvolvimento” de Celso Furtado (1920-2004) que também se afina com pontos fundamentais dessa “corrente do meio” e pode ser lida como mais uma versão deste argumento. Assim como nas interpretações dos dois autores citados, na abordagem de Celso Furtado o “desenvolvimento” se caracteriza fundamentalmente pelo seu projeto social subjacente: “dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (Furtado, 2004: 67).

Entre as versões da discursividade do “desenvolvimento” agrupadas na perspectiva do DC, os pontos comuns que as situam nesta vertente são: não abandono da idéia de “desenvolvimento”, não negação absoluta da modernidade e foco no debate sobre formulação de projetos políticos coerentes que façam do crescimento material controlado um *meio* para ampliação de possibilidades para realizações humanas em suas diversas maneiras e não o objetivo final dos múltiplos modos de viver da humanidade.

Finalmente, para concluir a apresentação deste capítulo e reforçar seu propósito; como dito de início, as três vertentes interpretativas do “desenvolvimento” apresentadas forneceram análises nas quais me baseio a seguir para reconstruir uma história aproximada do termo em debate, focando, sobretudo, na compreensão de como no seu conteúdo discursivo - sinônimo de crescimento econômico - foram incluídos temas novos, como os problemas do “meio ambiente” e da “cultura”.

2.2. A noção de “desenvolvimento” e suas adjetivações: um percurso histórico do termo

Uma possível abordagem da história recente das práticas e formulações teóricas da discursividade do “desenvolvimento” é tratá-la como um embate entre duas racionalidades distintas, nos termos weberianos, denominadas respectivamente: “instrumental” e “substantiva”. Como sugere Celso Furtado na introdução da terceira edição do seu estudo clássico, “Introdução ao desenvolvimento, enfoque histórico-estrutural” (2000), o confronto entre estas razões é um bom ponto de partida à compreensão da oscilação constante do termo entre o reducionismo econômico e tentativas de complexificação do seu conteúdo significativo. Nessa direção, se o “desenvolvimento” na concepção deste autor deve traduzir a realização das potencialidades humanas, seu estudo deveria ter, portanto, como tema central a criatividade cultural, que, como Furtado reconhece, é um tema pouco debatido nesse campo temático. Furtado argumenta que na base da reflexão sobre “desenvolvimento” há o que ele denomina de uma “teoria geral do homem, uma antropologia filosófica”. Contudo, a insuficiência dessa teoria levaria ao freqüente deslize para o reducionismo econômico. Se a invenção cultural nos termos weberianos se organiza segundo dois eixos – através da racionalidade formal, que procura pela eficácia na ação; e por meio da racionalidade substantiva, preocupada com os fins – dois processos se propagam neste plano: o da invenção da técnica e o da produção de sentidos (Weber, 1991). Segundo Furtado, nos estudos do “desenvolvimento” deveriam ser considerados os processos gerados nesses dois eixos. Nas suas palavras:

“Não existe a pretensão de elaborar uma teoria da criação cultural, mas intenta-se enfocar o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação de consumo, mas também destruição de valores e supressão de capacidade criadora” (Furtado, 2000: 8).

Tais aspectos que, segundo Furtado, devem estar presentes nas análises do “desenvolvimento”, na realidade, descrevem as principais dimensões que compõe a história do termo. Desde a segunda metade do século passado, quando seu sentido foi restringido à lógica dos meios do sistema produtivo industrial, passando pelas disputas em torno da sua definição, tanto pela ampliação do seu sentido economicista mediante a

inclusão de problemas novos (por exemplo, questões ambientais e culturais), quanto pela argumentação em defesa do seu desaparecimento; a história da idéia de “desenvolvimento” parece seguir efetivamente o confronto das duas razões identificadas por Weber. No esforço apresentado a seguir o intuito é explicitar isso, ainda que por meio de uma reconstrução relativamente sintetizada da trajetória da discursividade do “desenvolvimento”.

O começo

Como já ressaltado, as primeiras versões sobre a idéia contemporânea de “desenvolvimento” emergiram junto com uma radical transformação da geopolítica mundial ocorrida entre 1940 e 1960. Os processos de independência de dezenas de nações coloniais européias e a formação dos blocos dos países soviéticos e capitalistas foram fatos que marcaram as primeiras formulações sobre o tema. Neste contexto dos rearranjos no sistema mundial do pós Segunda Guerra, a discursividade do “desenvolvimento” emergiu associada às idéias de industrialismo, avanço tecnológico e crescimento econômico. A idéia surgiu ligada aos processos de descolonização e aos “projetos de ajuda” para a construção dos novos países independentes, tornando-se um dos objetivos centrais dos países - membros da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, que também surgiram neste período no território norte americano, o que evidencia a então crescente hegemonia desse país. Nesse cenário, o modelo das políticas das agências internacionais era o de promoção da “modernização”. Entendida como um requisito fundamental ao “desenvolvimento”, a “modernização” dependia não apenas do crescimento econômico, mas envolvia também uma transformação abrangente das sociedades através de mudanças profundas nas “estruturas tradicionais” que supostamente operavam como obstáculo ao crescimento econômico e, conseqüentemente, ao “desenvolvimento”. Com efeito, o “desenvolvimento”, como um discurso do pós-guerra, constituía uma crença na modernização através da industrialização e urbanização, processos que fariam com que a “sociedade tradicional” superasse as “barreiras e obstáculos” que a mantinham “atrasada”.

Cultura e progresso

“A cultura foi invocada quando tornou-se necessário explicar por que as pessoas estavam adotando metas aparentemente irracionais e estratégias auto-destrutivas. Projetos de desenvolvimento eram derrotados pela ‘resistência cultural’... a cultura representava o retrocesso” (Kuper, 1999[2002]: 31).

Nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, as Ciências Sociais passaram por um período de incentivo e reconhecimento público. Durante as décadas de 1950 e 1960 as Ciências Sociais receberam grandes financiamentos para pesquisas e projetos científicos que o governo norte americano considerava que poderiam embasar planos e empreendimentos de modernização na Europa atingida pela guerra e nas colônias européias independentes na Ásia e na África. Nesse cenário foi criado um programa na Universidade de Chicago denominado “Comitê para Estudos Comparativos de Novas Nações”. O comitê era liderado por Edward Shils (1910-1995), sociólogo de inspiração weberiana, e abrigou pesquisadores como o antropólogo Clifford Geertz, que a ele se manteve vinculado durante toda a década de 1960. As pesquisas deste programa eram orientadas pelos interesses investigativos do projeto teórico desenhado por Talcott Parsons⁷⁹. No comitê havia ênfase nos estudos que abordavam como “crenças” e “valores

⁷⁹ Talcott Parsons (1902-1979), formado em ciências biológicas pelo Amherst College, completou sua formação na Universidade de Heidelberg, onde escreveu uma dissertação sobre teorias alemãs do capitalismo. A partir disto iniciou seus estudos sobre a obra do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) e sobre as relações entre as teorias econômicas e sociológicas. Em 1946, quando já era professor da Universidade de Harvard, Parsons criou um centro de estudos denominado “Departamento Interdisciplinar de Relações Sociais”, que reunia sociólogos, antropólogos e psicólogos. Clifford Geertz, antes de ir para Chicago, iniciou em 1949 seus estudos de pós-graduação em Harvard nesse departamento. Desta maneira se tornou um herdeiro do projeto parsoniano de antropologia, influência teórica que marcou especialmente a produção acadêmica da primeira década da sua carreira. Parsons, ao fundar o Departamento de Relações Sociais, objetivava reorganizar as atividades acadêmicas das ciências sociais (que, no seu entendimento, estavam dispersas no amplo campo das humanidades), tornando-as áreas especializadas e melhor definidas. Esse projeto ia ao encontro de sua proposição teórica, de que a ação social era composta por três “sistemas” centrais: o sistema das estruturas sociais, o das personalidades e o da cultura. Cada um dos sistemas deveria ser estudado, num primeiro instante, de forma separada por um pesquisador especialista. Assim, a psicologia seria responsável pelo estudo do indivíduo, da sua personalidade e natureza humana. A sociologia trataria de sistemas sociais. Por fim, a antropologia seria a área por excelência dos estudos da cultura. A antropologia deveria se tornar um campo altamente especializado e focar “no sistema de padrão cultural como tal, e não no sistema social em que está envolvida ou nos sistemas de personalidade” (Parsons in: Kuper, 1999[2002]: 80). Parsons considerava a ‘cultura’ uma dimensão independente dos componentes que formavam o que ele denominava de “ação social” e que deveria ser analisada separadamente dos outros fatores que a compõe: “cultura abarca o domínio das idéias e dos valores. Objetos culturais, para Parsons, seriam os elementos simbólicos da tradição, das idéias ou das crenças culturais, símbolos expressivos ou padrões de valor. A cultura entraria na ação, mas também possuiria vida própria. Para Parsons, um sistema cultural não funciona apenas como parte de um sistema de ação concreto, ele simplesmente ‘existe’” (idem). Por meio da antropologia, concebida como uma ciência da cultura, o objetivo de Parsons era investigar o modo como o sistema cultural (idéias e valores) moldava a

tradicionais” culturais interferiam nos “processos de desenvolvimento” econômico e político das sociedades não ocidentais. As “novas nações” estavam num período de transição do sistema colonial para a independência política. Nesse cenário, economistas do desenvolvimento ansiavam por compreender como estas sociedades iriam reagir à modernização. Buscavam identificar quais seriam os “obstáculos culturais” que poderiam obstruir “os esforços de progresso” (Kuper, idem). A democracia desmoronaria porque estava alheia às “tradições” dos novos estados? Além da preocupação a respeito da viabilidade de reformas políticas, economistas do desenvolvimento perceberam que teorias econômicas de opções racionais não explicavam formas de pensar e agir que “resistiam” aos argumentos tidos como lógicos e inquestionáveis. As sociedades não ocidentais diversas vezes não respondiam aos incentivos econômicos dos planejadores do “desenvolvimento” da maneira que estes consideraram racional. Assim, como seria possível implementar novos projetos econômicos? O Comitê das Novas Nações criado na Universidade de Chicago formulou um programa científico justamente para investigar estes tipos de questões. Os estudos do comitê supunham que as “sociedades tradicionais” ficariam desorganizadas pelos processos de urbanização, especialização econômica e secularização. Competia às pesquisas acadêmicas sobre cultura identificar caminhos para que estas situações fossem revertidas:

“Cabia aos antropólogos especificar os problemas culturais envolvidos. Esperava-se que eles encontrassem no contraste entre tradição e modernidade, tribo e Estado, comunidades sagradas e seculares, as contradições que ajudariam a explicar a capacidade ou a disposição para mudar e as dificuldades à mudança impostas pela comunidade... o antropólogo convocava economistas, agrônomos e técnicos do desenvolvimento, recomendando insistentemente que eles refletissem sobre os hábitos e as tradições locais: o fator cultural. Esse não era um assunto periférico” (Kuper, 1999[2002]: 115 e 130).

Um exemplo de pesquisa realizada naquela época pelo Comitê para Estudos Comparativos de Novas Nações que veio a se tornar um estudo clássico na Antropologia cultural, foi o trabalho de Clifford Geertz “Agriculture Involution: the process of ecological change in Indonésia”, publicado em 1963 com base em pesquisas feitas em 1956. Os

ação social. Buscava, assim, responder: (1) qual era a função da cultura como modelo de ação? (2) como a cultura, enquanto um elemento independente, se reunia com outros elementos (institucionais e psicológicos) para produzir a ação social? e (3) de que maneira a cultura era transformada por processos políticos e sociais? Partindo desta noção de cultura e de Antropologia, Parsons propôs estudar como idéias e processos sociais se conectavam, no âmbito das dinâmicas de modernização política e econômica dos locais onde eram observados. Esse projeto foi herdado pelo Comitê para Estudos Comparativos de Novas Nações, em Chicago, sobre o qual falaremos no corpo do texto.

observadores coloniais holandeses afirmavam frequentemente que, em sociedades como Java, o progresso econômico era bloqueado pela “mentalidade pré-lógica” dos indivíduos e pelos “esquemas sociais antiquados”. Geertz, ciente deste tipo de argumento, bastante comum na época, foi à campo investigar as causas de situações econômicas distintas em partes diferentes do território indonésio⁸⁰. Pesquisou dois tipos de agricultura praticadas em duas localidades da Indonésia: a agricultura de irrigação intensiva nas ilhas centrais e a agricultura itinerante de corte e queima nas ilhas periféricas. O campesinato das regiões centrais foi obrigado a intensificar as práticas agrícolas, em um território espacialmente restrito, para sustentar uma população que crescia demograficamente. Neste contexto houve uma expansão das atividades agrícolas acompanhado por um decréscimo do rendimento destas atividades. Geertz utilizou o termo “involução”, do teórico boasiano Alexander Goldenweiser, para caracterizar esta situação de “crescimento estático”. Por “involução”, Goldenweiser descrevia uma “elaboração estéril”, que não gerava um “progresso verdadeiro”. No caso das ilhas centrais o campesinato javanês utilizou ao máximo as formas tradicionais na tentativa de se manterem economicamente. Contudo, em decorrência das imposições coloniais holandesas, especialmente em relação à restrição de terras, tiveram insucesso em seus empreendimentos.

Geertz demonstra com seu trabalho “Agriculture Involution” que o campesinato das ilhas centrais estava preso às suas velhas práticas, não por passividade ou porque era destituído de racionalidade. Foi a escassez de terras causada pela política colonial holandesa e a limitação de sua técnica de irrigação que levaram ao insucesso econômico dessa parcela da população indonésia. Já a situação das ilhas periféricas era caracterizada por uma demografia relativamente baixa e pela prática da agricultura itinerante. Nesta região, o governo colonial holandês havia estimulado os pequenos proprietários a cultivar, além do arroz, tabaco, café e borracha. Estas lavouras para fins comerciais prosperaram e, assim, as populações destas ilhas conseguiram se manter economicamente. Segundo Geertz, nas ilhas periféricas havia ocorrido a modernização, ainda que com custos sociais, tais como o aumento do individualismo nas comunidades. Partindo deste caso, Geertz argumentou que a tradição nem sempre impede o “desenvolvimento” cultural e econômico das sociedades. No caso das ilhas periféricas, Geertz afirmava que as formas tradicionais de organização e sistemas de valores estabelecidos funcionaram com sucesso como suporte para a modernização econômica.

⁸⁰ Neste trabalho de 1963 Geertz além de orientar sua investigação pelo projeto teórico parsoniano a propósito da relação entre sistema cultural e processos de desenvolvimento econômico, agregou ao seu trabalho elementos de estudos norte americanos em ecologia cultural que tinham também uma influência teórica significativa naquele período no debate acadêmico antropológico realizado nos EUA.

Em meio a estes estudos antropológicos, no final dos anos de 1960 surgem entre antropólogos, sobretudo, entre pesquisadores que trabalhavam com políticas e projetos de desenvolvimento, preocupações com a relação de dependência entre as chamadas comunidades não complexas e os processos econômicos e políticos do “sistema mundial”. Nesse cenário, começa a se consolidar na Antropologia social um caminho de crítica à idéia de “desenvolvimento”, visto essencialmente como um projeto neo-colonialista de expansão do sistema capitalista. As vertentes do pós-desenvolvimentismo e do desenvolvimentismo crítico, apresentadas anteriormente, são justamente as correntes herdeiras da crítica antropológica em formação neste período das décadas de 1960 e 1970.

De volta ao contexto mais amplo do pós Segunda Guerra Mundial, a idéia de “desenvolvimento” revestido de uma conotação positiva é utilizada nos discursos das agências internacionais e dos governos das nações industrializadas como algo que era “universalmente desejado”, encarado como a “grande saída civilizatória” para toda a humanidade. No entanto, a literatura crítica sobre o tema argumenta que as intervenções desenvolvimentistas e modernizadoras tinham um propósito não apenas humanitário, mas, considerando o contexto político da época constituíam-se, sobretudo, como uma resposta para breçar a expansão do comunismo em países que acabavam de se tornar independentes, assim como, visavam ampliar e fortalecer as redes comerciais de troca entre nações “ricas” e “pobres” (Leys,1996). Os quatro pontos do já mencionado discurso de posse do presidente norte americano Harry Truman ocorrido em janeiro de 1949, sintetizam com precisão o clima deste período e as pretensões dos projetos e ações orientadas pela lógica política do *foreign aid*: 1ª - “os EUA vão continuar a oferecer suporte financeiro e político para a recém criada ONU”; 2ª - “os EUA vão dar continuidade nos seus esforços de reconstrução na Europa por meio do Plano Marshall”; 3ª - “devemos criar uma junta de defesa para tratar dos assuntos relativos a ameaça soviética” e 4ª - “é preciso que nos dediquemos a criação de um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponível para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas”⁸¹ (o grifo é meu). Com o quarto ponto, Truman criou toda uma terminologia com implicações políticas e sociais. O surgimento do termo “subdesenvolvido” evocava não apenas a idéia de mudança em direção a um final estabelecido, mas, sobretudo, a possibilidade de gerar tal mudança. Como argumenta Rist (1997[2004]) não se tratava mais apenas de “coisas” que se desenvolviam; agora era possível “desenvolver” uma região. O termo “desenvolvimento” assumiu um sentido transitivo (uma ação realizada por um agente sobre outro) que passou a corresponder a

⁸¹ Trechos do discurso “Four Point Message” in: Rist, 1997[2004]: 1ª, 2ª e 3ª pontos retirados da pp.70 e o 4ª ponto da pp. 259 - 260.

um princípio de organização social. O discurso do “desenvolvimento/subdesenvolvimento” não apenas passou a servir para reorganizar as posições ocupadas pelos países na visão geopolítica ocidental, mas também, para orientar uma série de ações de intervenção nestas regiões. Assim como a identidade cultural e política são construídas por meio de um processo de alteridade, as formas discursivas “desenvolvimento/subdesenvolvimento” também se sustentam na reinvenção de diferenças que caracterizam a relação entre um “nós” ocidental (industrial e “moderno”) em oposição à “outros” (“tradicionais”, não industrializados, etc). O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss segue esta mesma direção argumentativa no seu célebre texto “As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico” (1976[1963]). Nesse sentido, argumenta que as noções de “desenvolvimento”-“subdesenvolvimento” só podem ser pensadas na sua relação de complementaridade. È nesta relação que os termos se constituem, não existem enquanto processos isolados:

“... as sociedades que denominamos atualmente de ‘subdesenvolvidas’ não o são por sua própria causa, e erraríamos em concebê-las como exteriores ao desenvolvimento ocidental ou como tendo ficado indiferentes diante deles. Na verdade, são essas sociedades que, por sua destruição direta ou indireta, tornaram-se possível o desenvolvimento do mundo ocidental. Entre elas e eles existe uma relação de complementaridade... Não se trata, portanto, de uma tomada de contato entre dois processos que se teriam dado isoladamente. A relação de estranheza entre as sociedades ditas subdesenvolvidas e a civilização mecânica reencontra seu próprio produto, ou, mais precisamente, a contrapartida das destruições que cometeu dentro delas para instaurar sua própria realidade” (Lévi-Strauss, 1976[1963]: 320) (os grifos são meus).

Retomando o marco histórico apresentado anteriormente, considerado na literatura crítica como o contexto no qual se deu o surgimento da noção moderna de “desenvolvimento”, Esteva reafirma esta linha de argumento expressa nas palavras de Lévi-Strauss de que a possibilidade do par “desenvolvimento-subdesenvolvimento” só existe na sua dualidade complementar:

“O subdesenvolvimento começou a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada” (Esteva, 2000: 60).

Com efeito, desenhado para os recém batizados “subdesenvolvidos” o “Four Point Programme” era declaradamente um projeto de assistência para estas regiões como parte da estratégia norte americana anticomunista. Operava fundamentalmente através da restrição de tendências nacionalistas e segundo a lógica modernizadora tecnicista do Plano Marshall, não mais limitada ao Leste Europeu, mas, aplicada agora, de forma ampliada, para todo o chamado “terceiro mundo”. A tendência desenvolvimentista de aposta na modernização como ponto fundamental na promoção do “desenvolvimento” expressa no discurso de 1949 foi na época reforçada pela criação, não por acaso, ocorrida logo depois da posse de Truman, do Programa de Assistência Técnica da ONU (Technical Assistance Programme - TAP) (Senarclens, 1997[2005]). Criada em novembro de 1949, a TAP tinha suas atividades orientadas pelos mesmos quatro pressupostos fundamentais da administração Truman (idem). Neste cenário, as estratégias de auxílio técnico das agências internacionais eram concebidas como politicamente neutras, sendo “puramente aplicação de técnicas” e, justamente por isto, passíveis de serem universalizadas. No entanto, como demonstram certas análises, o auxílio tecnológico demandava uma profunda mudança social, cultural e institucional por parte dos países que recebiam as missões e os consultores dos órgãos promotores do desenvolvimento. A implementação destas políticas de modernização tinham fortes implicações sociais e políticas porque junto com as técnicas, os projetos pilotos de pesquisa, as estratégias de planejamento de serviços públicos, eram também levadas para estes países uma visão de mundo e valores relativos às realidades ocidentais, que não necessariamente correspondiam e ou dialogavam com as lógicas culturais das regiões aonde eram implementadas (Senarclens, 1997[2005]:194-196; Shiva, 1997[2005]).

Sob a hegemonia do aparato do “desenvolvimento” as agências internacionais estabeleceram uma nova economia política da verdade, segundo a qual alcançar o “desenvolvimento” significava possuir as características das sociedades industrializadas e “economicamente prósperas”. As ações do “desenvolvimento” passam a definir o que poderia ser pensado e praticado em relação à chamada “periferia”. Nesse cenário, a idéia de “desenvolvimento” se torna um agente histórico. Como vimos anteriormente no

primeiro capítulo, nos termos de Latour (1994[2000]), torna-se um “quase-objeto” ou “ser híbrido” situado na interface da natureza e cultura. Pois, apesar de ser inteiramente uma construção cultural e política, o “desenvolvimento” passa a operar, a partir do final da década de 1940, como um fenômeno considerado natural, com leis próprias que passam a definir políticas e ações que interferem na vida de milhares de pessoas. As determinações do “desenvolvimento” eram embasadas principalmente nos estudos produzidos pela economia do desenvolvimento (ED), subcampo da ciência econômica surgida no pós Segunda Guerra Mundial. Seguindo as orientações da ED, os projetos desenvolvimentistas eram desenhados com base nos seguintes pressupostos: (1) a realidade das regiões mais pobres do mundo (“países menos desenvolvidos”) é distinta o suficiente para justificar a classificação dos países em dois grupos; (2) as relações econômicas entre os países dos dois grupos podem ser formuladas de modo a serem benéficas para ambos; e (3) a solução dos problemas destas regiões é possível por meio de políticas públicas e do relacionamento internacional (cf. Hirschman, 1994, in: Camargo Iglori, 2000). Com efeito, uma vasta literatura apoiada nestas idéias foi produzida com dois objetivos principais: por um lado, explicar quais eram os problemas que determinavam a realidade dos países “mais pobres” e, de outro, visava identificar de que modo estes poderiam iniciar um processo de “desenvolvimento” que os aproximasse dos padrões dos países “mais ricos”. Logo, o que esteve em questão na construção teórica da noção de “desenvolvimento” sempre foi a situação dos países considerados “atrasados” e, portanto, como seria possível formular recomendações políticas, sendo que o sucesso dessas abordagens dependia das transformações eventuais da realidade desses países. Estes trabalhos iniciais apresentavam um conceito de “desenvolvimento” baseado em análises que deixavam em segundo plano variáveis não econômicas que pudessem influenciar a realidade dos países considerados “menos desenvolvidos” (idem). O “desenvolvimento” era tratado praticamente como sinônimo de crescimento econômico, tomado como aumento da renda *per capita* do país. Estes primeiros esforços teóricos não consideravam como problemática estas definições e construíram seus argumentos sem maiores considerações conceituais.

Apesar das diferenças políticas que separavam o bloco soviético do mundo ocidental, ambos os lados faziam uma avaliação bastante semelhante com respeito aos desafios com que se defrontavam os países periféricos: “a necessidade de pular etapas no processo de modernização” (I. Sachs, 2004b). Apesar das divergências políticas, era um consenso na época que isto deveria ser atingido por meio de uma forte aceleração do ritmo de crescimento econômico impulsionado, principalmente, pela industrialização (idem). O objetivo dos dois lados era encontrar caminhos para reduzir em poucas décadas as diferenças que separavam os “países periféricos” dos países com economias

intensamente industrializadas. Nesta busca, os dois lados compartilhavam perspectivas economicistas: ou seja, superestimavam o papel do crescimento econômico no processo de “desenvolvimento”. Assim, até o final da década de 1960, as referências aos aspectos não-econômicos no debate sobre “desenvolvimento” eram, em grande parte, retóricas (ibidem). A aposta da época era numa proposta de “desenvolvimento” pelo mimetismo: os países “periféricos” deveriam superar a pobreza, ampliar e transformar suas indústrias seguindo as trajetórias percorridas pelos países já industrializados.

Nas décadas seguintes, a discursividade do “desenvolvimento” foi se complexificando, transformando-se num conceito pluridimensional, por meio do acréscimo de problemáticas de ordem ambiental, social, cultural e política. Muito desta busca pela ampliação do significado da idéia de “desenvolvimento” se deve ao fato de que os resultados das intervenções das agências promotoras do “desenvolvimento” frequentemente não alcançavam os resultados esperados. Os organismos internacionais desenvolvimentistas perceberam que as soluções puramente técnicas e financeiras enfrentavam obstáculos relativos a elementos frequentemente ignorados pelos planejadores do “desenvolvimento” como fatores sócio-culturais e ambientais. Efetivamente, a preocupação com o sucesso e eficácia dos programas teria sido um dos principais estímulos à incorporação da crítica ecológica e posteriormente cultural pelo modelo de “desenvolvimento” praticado pelos organismos e instituições internacionais. Em decorrência disso, especialmente a partir da década de 1970, há uma proliferação de encontros mundiais e conferências promovidos pelas agências e instituições financeiras do “desenvolvimento” no sentido de discutir a respeito da inclusão, num primeiro momento, da problemática ecológica-ambiental e mais tarde das questões sociais e culturais.

A problemática da “sustentabilidade ambiental” para a noção de “desenvolvimento”: uma nova era do crescimento?

“Em primeiro lugar, estão os que simplesmente acreditam que não exista dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. Crêem, ao contrário, que seja factível combinar esta dupla exigência. Todavia, não há qualquer evidência científica sobre as condições em que poderia ocorrer tal conciliação. E as posições dos economistas podem variar de ‘A’ a ‘Z’ justamente porque ainda não é possível demonstrar uma das duas possibilidades extremas da polêmica” (Eli da Veiga, 2005b: 109) (grifos são meus).

A incorporação da crítica ecológica à discussão do “desenvolvimento” é marcada por três eventos iniciais: a publicação em 1968 do artigo de Garrett Hardin, “The tragedy of the commons”, a publicação do estudo “The Limits to Growth” em 1972, preparado por um grupo interdisciplinar do M.I.T. para o chamado “Clube de Roma” e a primeira conferência da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo, em junho de 1972 que resultou na criação do termo “ecodesenvolvimento”. Tais acontecimentos podem ser considerados os primeiros esforços relativos à inclusão de preocupações ambientais nas discussões sobre a temática do “desenvolvimento”. Como analisa o filósofo brasileiro Marcos Nobre sobre estes três acontecimentos na primeira parte de seu livro “Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito” (2002), a publicação do “The Tragedy of the commons” é um marco inaugural nestes debates. Com este artigo Harding enfatiza a importância da consideração da problemática da “explosão demográfica” nos processos de utilização humana de recursos ambientais. No documento “The limits to Growth”, também conhecido como o estudo do Clube de Roma, é apresentado um argumento em defesa do “crescimento zero”. Nesta perspectiva, a perpetuação das sociedades humanas industrializadas apenas seria viável através da manutenção constante do estoque de capital e das populações. Como analistas indicam, a reação à publicação de *Limits* por parte dos economistas convencionais foi de discordância em relação às conclusões do estudo uma vez que seguiam a crença no progresso tecnológico como solução para qualquer problema que acometa ou limite as relações de produção. Suposto que reaparecerá explicitamente, como veremos logo adiante, na idéia de “desenvolvimento sustentável”.

A importância do estudo do Clube de Roma em 1972 é que ele introduziu a idéia da finitude na discussão econômica não apenas através do debate sobre poluição e utilização de recursos naturais finito, ou seja, como um aspecto relacionado às variáveis do processo produtivo, mas como um elemento de um debate mais amplo: sobre o tema da conservação ambiental (Nobre, 2002). No estudo do Clube de Roma foi construído um modelo matemático que incluía simultaneamente cinco diferentes variáveis: industrialização (crescente), população (em rápido crescimento), má nutrição (em expansão), recursos não-renováveis (em extinção) e meio ambiente (em deterioração). O suposto essencial do modelo explicativo é de que mantidas as atuais tendências de crescimento para todas estas variáveis o resultado será catastrófico ambientalmente e socialmente. Segundo o documento: “os limites ao crescimento neste planeta serão alcançados em algum momento nos próximos cem anos. A conseqüência mais provável disto será um declínio súbito e incontrolável tanto na população como na capacidade industrial” (*The limits to Growth*, 1972: 23, in: Nobre, 2002: 29). Este estudo serviu para embasar as discussões ocorridas no encontro da ONU sobre Meio Ambiente que ocorreu

no mesmo ano de publicação deste trabalho em 1972, o já mencionado encontro de Estocolmo.

O termo “ecodesenvolvimento” formulado em Estocolmo no ano de 1972 é rebatizado como “desenvolvimento sustentável” (DS) em 1987, com a divulgação do Relatório final da comissão Brundtland (“Nosso Futuro Comum”), também convocada pela ONU. Um novo discurso que buscava em termos retóricos, conciliar dimensões sociais, ambiental e viabilidade econômica. O termo “desenvolvimento sustentável” se populariza em outra conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento mais conhecida como Eco-92, realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Uma vasta literatura sobre este termo foi produzida especialmente ao longo da década de noventa. Como argumenta Nobre (2002), de modo geral, as análises sobre a noção de “desenvolvimento sustentável” se dividem entre duas tarefas: (1) produzir uma definição mais adequada do que seria este termo; e (2) apontar as contradições ligadas a esta noção. Quando se estuda a idéia de “desenvolvimento sustentável”, enfrenta-se o problema de saber o que esse discurso representa exatamente, sua definição, e também a dificuldade quanto a sua operacionalização. Os trabalhos críticos argumentam que este termo não pode ser considerado um conceito, mas deve ser interpretado como um discurso com um propósito político: um suposto compromisso de conciliar (sem grandes alterações) o industrialismo em curso na periferia e o pós-industrialismo inaugurado no centro com a busca por soluções para as catástrofes ambientais geradas por estes próprios processos. Isso demonstraria a contradição na base da noção de “desenvolvimento sustentável” (Eli da Veiga, 2005a). Nesse sentido, essa noção se distancia do estudo do Clube de Roma justamente porque afirma que a conservação ambiental não é um constrangimento ao crescimento econômico, ou seja, ao *desenvolvimento*. Em outros termos, o discurso do “desenvolvimento sustentável” rompe com a visão catastrofista de *Limits*, porque se apóia na suposição neoclássica, já mencionada anteriormente, de que a matéria-prima ou os recursos naturais podem ser substituídos por outros fatores de produção, por meio do trabalho, do capital reproduzível e da substituição de tecnologias (Nobre, 2002; Eli da Veiga, 2005b). A ênfase na tecnologia enquanto solução para os problemas ambientais decorrentes das práticas desenvolvimentistas aparece logo no início do relatório:

“Tecnologia e organização social podem ser manejadas e melhoradas para tornar possível um caminho que leve a uma nova era do crescimento” (Brundtland Report: 1987: 24) (o grifo é meu).

O pressuposto economicista central da discursividade do “desenvolvimento sustentável” é de que as inovações tecnológicas serão capazes de superar qualquer barreira ao crescimento econômico, inclusive, a escassez de um recurso natural. Uma das fraquezas à operacionalidade deste discurso é o fato dele supor uma capacidade produtiva para as sociedades para um tempo futuro indefinido, através da substituição ilimitada de recursos naturais não renováveis. Processo não comprovado de ser possível de ocorrer. Nesta direção, Eli da Veiga resume a lógica do DS:

“No longo prazo, os ecossistemas não oferecerão qualquer tipo de limite, seja como fontes de insumo ou assimiladores de impactos. Qualquer elemento da biosfera que se mostre limitante ao processo produtivo, cedo ou tarde, acabara substituído, graças a mudança na combinação entre seus três ingredientes fundamentais: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais. Isto porque o progresso científico tecnológico sempre (supostamente) conseguirá introduzir as necessárias alterações que substituam a eventual escassez, ou comprometimento, do terceiro fator, mediante inovações dos outros dois ou de algum deles. Em vez de restrições as possibilidades de expansão da economia, os recursos naturais podem no máximo criar obstáculos relativos e passageiros, já que serão indefinidamente superados por invenções. (Eli da Veiga, 2005b: 122) (o grifo é meu).

Quanto à qualificação “sustentável”, ela foi utilizada originalmente no campo dos estudos da biologia populacional (sobretudo em estudos sobre pesca e floresta), e posteriormente passou a qualificar uma discursividade do “desenvolvimento”. Como o mesmo autor citado acima enfatiza, os usos equivocados do adjetivo “sustentável” para qualificar diversos e quaisquer tipos de processos, que podem ser até antagônicos, decorrem do fato da idéia de “sustentabilidade” não corresponder a uma definição fechada e absoluta:

“A ‘sustentabilidade’ não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse... ela nunca poderá ser encontrada em estado puro” (Eli da Veiga, 2005b: 165).

Nesta direção, um ex-consultor brasileiro do PNUD resume com nitidez este aspecto do debate:

“A utilização das expressões desenvolvimento e sustentabilidade tem sentido concreto quando historicizadas, isto é, referidas a uma formação econômica e social concreta. Entretanto, as características do desenvolvimento sustentável, expressas no relatório da CMMAD são muito genéricas, em especial com a relação à compreensão operacional (formulação de políticas públicas e privadas) da sustentabilidade. A máxima ‘a fim de atender as necessidades e aspirações das gerações atuais e futuras’ é um convite a reflexão, mas com pouca diretividade para a operacionalização. Portanto, a questão central reside na compreensão do que é como medir sustentabilidade. E, historicamente contextualizada. Ainda assim, não é possível se falar de sustentabilidade apenas, pois essa expressão exige complemento. Portanto a questão que segue é: sustentabilidade do quê, quando, onde e porque” (Martins de Carvalho, 1994: 365).

Ou seja, o uso apropriado do adjetivo “sustentável” deve necessariamente referir-se a um contexto geográfico, temporal e socioecológico específico. É fundamental que questões como “o que exatamente está sendo sustentado, em qual escala, por quem, e usando quais mecanismos institucionais”, sejam respondidas (Sneddon, 2000). Uma contradição envolvendo a discursividade do “desenvolvimento sustentável” reside no fato de que, para cumprir suas “recomendações” de promoção da “sustentabilidade, econômica, social, ambiental, política etc.” é preciso primeiro estabelecer critérios de mensuração da “sustentabilidade” das diferentes atividades das sociedades industriais e não industrializadas, em seus diferentes contextos institucionais, ecológicos etc. Contudo, a noção de “desenvolvimento sustentável” não possui alicerces conceituais bem determinados, isto é, critérios operacionais que meçam a “sustentabilidade” de tais atividades das sociedades. Isto o torna um conceito elusivo, que permite abrigar as mais diferentes visões sobre os processos produtivos e de utilização da natureza.

Outro aspecto do debate em torno do significado da discursividade do DS diz respeito ao fato de que no Relatório Brundtland é afirmado que os problemas ambientais devem ser considerados como desafios compartilhados por todos os países “desenvolvidos e em desenvolvimento”. A problemática ambiental é interpretada como uma questão “global”. A internacionalização dos problemas ecológico-ambientais, por este novo regime discursivo de um “ambientalismo planetário,” faz com que as especificidades e demandas das comunidades locais sejam muito frequentemente negligenciadas. Isto, pois, a perspectiva do “global” é definida pelas autoridades discursivas do “desenvolvimento sustentável” que seguem uma lógica que reflete um entendimento da “relação entre natureza e sociedade” nos termos desejados e formulados pelas sociedades industrializadas. Como sugere Escobar:

“O discurso do ‘desenvolvimento sustentável’ propõe reconciliar dois velhos inimigos - crescimento econômico e preservação ambiental - sem a promoção de ajustes significativos no sistema de mercados. Esta reconciliação é o resultado de operações discursivas complexas envolvendo, capital, representações da natureza e ciência. No discurso do ‘desenvolvimento sustentável’, a natureza é reinventada como ‘meio ambiente’, e assim, o capital, não a natureza e a cultura, pode ser sustentado... ‘meio ambiente’ inclui uma visão da natureza a partir da perspectiva do sistema urbano-industrial” (Escobar, 1996: 49 e 52).

Um bom indicativo de que a questão ambiental no final da década de 1960 e início dos anos de 1970 se tornou um problema para o debate do “desenvolvimento” é observar a maneira como a ciência econômica passou a considerar este tema. Um novo subcampo surge neste período na disciplina econômica: a economia do meio ambiente. Neste espaço, as formulações ambientais relacionadas ao “desenvolvimento” são disputadas principalmente pelas perspectivas teóricas denominadas “economia neoclássica ambiental” (ENA) e “economia ecológica” (EE). Detalhamos um pouco mais, a seguir, como a discursividade do “meio ambiente” é racionalizada em termos econômicos, a partir de breves comentários sobre as vertentes da economia do meio ambiente. Devo enfatizar que o objetivo aqui não é construir explicações aprofundadas sobre estas duas perspectivas econômicas, mas sim sublinhar, através da sucinta exposição destas correntes, a ascensão do “meio ambiente” como uma nova dimensão do “desenvolvimento”.

Econômica ambiental neoclássica (ENA) e economia ecológica (EE)⁸²

No final dos anos 1960 análises preocupadas com a relação entre a condicionalidade ambiental e a viabilidade econômica dos processos produtivos industriais em geral fazem com que o tema da energia, dos recursos naturais e do meio ambiente sejam incorporados à problemática do “desenvolvimento”. Neste cenário, surge na ciência econômica a economia do meio ambiente com duas abordagens: economia neoclássica ambiental e economia ecológica. Os autores da economia ambiental neoclássica partem do instrumental tradicional da teoria neoclássica e tentam incorporar à análise elementos que tratem da “exaustão de recursos”. Na interpretação da ENA, o meio ambiente integra três aspectos: (1) fontes de matérias primas utilizadas como

⁸² Para este debate cf., por exemplo: Nobre, M. & M. de Carvalho Amazonas. 2002. “Desenvolvimento sustentável origens e significado atual” (Parte I - pp. 21-101) e “Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica” (Parte II - pp. 107-279). In: Nobre, M. “Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito”. CEBRAP e Edições IBAMA: São Paulo.

insumos (economia dos recursos naturais/inputs), (2) dejetos da produção e do consumo de bens e serviços (economia da poluição/outputs) e (3) suporte para vida animal, vegetal e para o “lazer humano”. Em termos gerais, a questão central para os neoclássicos é de que a “qualidade ambiental” deve ser resolvida através da venda de mecanismos compensatórios para a poluição. O mercado seria o mecanismo fundamental para a superação dos problemas ecológico-ambientais. A formulação de mecanismos de atribuição de preços fictícios aos bens naturais seria a solução neoclássica para a problemática ambiental. Nesse esquema teórico, o critério para a determinação dos valores dos custos e benefícios ambientais é a disposição-a-pagar (*willingness-to-pay*) (por estes bens ou serviços ambientais) manifestada pelos indivíduos⁸³. Lembremos que segundo a perspectiva neoclássica os indivíduos ou agentes econômicos são supostamente seres racionais que, agindo de forma a maximizar sua utilidade, promovem a melhor alocação e utilização social dos recursos naturais (Lessa & Castro, 1998). Seguindo este suposto, o ponto central da ENA é que as preferências individuais constituem a base adequada para determinar a utilização “sustentável” (entendida como alocação eficiente) dos recursos naturais. Contudo, como críticos da ENA argumentam os indivíduos não agem sempre visando a melhor alocação dos recursos - ou porque não estão informados para fazê-lo ou porque não o desejam: “a racionalidade dos indivíduos marca-se pela insuficiência cognitiva e pela ausência de um perfeito altruísmo, o que faz com que a valoração (dos recursos naturais) realizada pelos indivíduos não corresponda aos requisitos de sustentabilidade. Os preceitos básicos neoclássicos do individualismo e do utilitarismo não se mostram suficientes para definir uma utilização ‘sustentável’ dos recursos ambientais” (Nobre e Carvalho Amazonas, 2002:143). A idéia de “sustentabilidade” está baseada em uma “ética de perpetuação”. Quando se discute sobre a “sustentabilidade” de algum processo duas questões devem ser consideradas: as razões e as condições (institucionais, ambientais, culturais etc) que garantam a durabilidade ou sustentabilidade do processo em questão. O critério da ENA para determinar o uso adequado dos recursos ambientais - a “disposição-a-pagar” - não responde nenhuma destas perguntas. Corresponde a um critério que não dialoga com o princípio da ética de perpetuação, e sim com o interesse individual (idem).

A outra vertente da economia do meio ambiente denominada “economia ecológica” (EE) é vista como uma abordagem alternativa à economia neoclássica ambiental (ENA). A

⁸³ Segundo a economia neoclássica, os valores econômicos que se formam no mercado (na forma de preços de mercado) são expressões das preferências dos indivíduos, as quais são manifestas por sua disposição-a-pagar por um dado bem. A economia neoclássica ambiental vai tratar dos bens e serviços ambientais por este mesmo critério utilitarista-individualista: “o que a economia neoclássica ambiental buscará é identificar os ‘valores’ ambientais atribuídos, em termos monetários, pelos indivíduos, através de sua disposição a pagar” (Nobre e Carvalho Amazonas, 2002:112).

vertente da EE critica o aspecto reducionista da ENA de analisar a dimensão biofísica-ecológica através de sua denominação em unidades monetárias pelo critério utilitarista-individualista neoclássico. O maior desafio da EE, e também sua característica central, é a inclusão e articulação entre os conceitos de dimensão biofísica-ecológica e os conceitos de dimensão socioeconômica normativa. A proposta fundamental da EE é partir do entendimento de como funcionam os ecossistemas e incorporar estas novas dinâmicas na análise econômica. Para os adeptos dessa visão, a economia deve ser tratada como um subsistema do ecossistema terrestre, e a análise precisa identificar e incluir em seus modelos as “restrições ambientais globais” existentes (ibidem). Partindo desta proposta, na EE a análise dos fluxos materiais e energéticos passam a ter grande destaque na interpretação do funcionamento do sistema econômico uma vez que estes fluxos são aspectos básicos e partes da realidade que o sistema econômico representa.

Duas leis traduzem os processos de circulação da matéria-energia: a lei de conservação e a lei de entropia. A lei de conservação é também conhecida como a primeira lei da termodinâmica: “nada se perde, nada se cria”. Ou seja, matéria e energia não podem ser criadas nem destruídas apenas convertidas entre suas formas possíveis. Já a lei da entropia pode ser entendida como a medida de desordem de um sistema. Quanto maior a entropia maior a desordem de um sistema. A matéria-energia na natureza tende a ir de um estado de menor entropia para maior entropia. Ou seja, de maior ordem para maior desordem. Este processo é irreversível⁸⁴.

Estas duas leis passam a ser incorporadas como princípios explicativos fundamentais dos sistemas econômicos no quadro teórico da economia ecológica⁸⁵. Como analistas da EE observam, estes aspectos físicos descritos por estas duas leis, que

⁸⁴ Entropia pode ser definida “como uma medida da energia indisponível em um sistema termodinâmico”. A energia existe em dois estados qualitativos: (1) energia livre ou disponível (como a energia em um pedaço de carvão que pode ser convertida em calor) e (2) energia confinada ou indisponível. Quando se queima um pedaço de carvão, sua energia química inicial vai se dissipar na forma de calor, fumaça e cinzas, e não pode mais ser utilizada. Ela foi transformada ou degradada em energia indisponível que causou o aumento de entropia no sistema. Energia *indisponível* é energia dissipada em *desordem*, enquanto que energia livre significa a existência de alguma estrutura *ordenada*, o que justamente a torna *disponível*. Dessa maneira, entropia defini-se também, como mencionamos no corpo do texto, como a medida de desordem de um sistema. Um aspecto central da lei de entropia é que ela determina o sentido dos processos físicos, e que estes são irreversíveis. As cinzas, a fumaça e o calor não se combinam novamente de modo a recompor o carvão. Ou, outro exemplo, cubos de gelo que se derretem num copo, após derretidos não se formam novamente por si só. Demandam a interferência de energia trazida de fora deste sistema para se recompor.

⁸⁵ O inglês Kenneth Boulding (1910-1993) foi um dos primeiros economistas a introduzir a lei da conservação na explicação dos modelos econômicos contribuindo para a conformação do campo da economia ecológica através do seu livro “The economics of the coming spaceship Earth” publicado em 1966. Quanto à introdução do princípio da entropia nos estudos da economia ecológica, o principal representante deste movimento é o economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) que escreveu o livro “The entropy law and the economic process” publicado em 1971.

em princípio parecem óbvios e inescapáveis, podem deixar simplesmente de existir em diversas análises e modelos econômicos que trabalham apenas com variáveis monetárias. A moeda, concebida como construção social, é uma variável quantitativa que pode sempre ser criada ou destruída, independente do mundo físico (Nobre e Carvalho Amazonas, idem: 198). A economia neoclássica concebe o sistema econômico como um sistema mecânico, circular e auto-sustentado. Essas duas leis subvertem esta leitura. O sistema econômico (composto pelas relações de produção e consumo) passa a ser interpretado como um processo unidirecional e irrevogável em termos de aumento de entropia: de uma progressiva conversão de recursos naturais em rejeitos. Esta perspectiva da EE argumenta que o processo econômico está fundado no uso de recursos de baixa entropia do estoque terrestre, de maneira crescente e irreversível⁸⁶. Assim, o que se pode fazer é retardar este esgotamento absoluto através de uma utilização mais racional dos recursos.

O esquema teórico da EE não pretende explicar o comportamento da economia exclusivamente através da noção de entropia e da lei de conservação⁸⁷, mas esta perspectiva supõe que estes pontos podem ajudar na interpretação de determinadas conseqüências do processo econômico. Além de funcionarem como crítica a idéia econômica convencional de que é possível ocorrer desenvolvimento (na sua versão equivalente a crescimento econômico) irrestrito compatível à preservação ambiental. Nesse sentido, a vertente da EE é a grande crítica surgida dentro da própria economia à idéia de “desenvolvimento sustentável”. A economia ecológica representaria uma atitude de prudência na ciência econômica frente ao otimismo neoclássico que supõe ser possível eliminar os limites naturais através da tecnologia e do capital.

Apesar desses esforços, nas duas leituras econômicas das relações humanas com o meio ambiente apresentadas acima, mais uma vez, as especificidades culturais e sociais destes processos são excluídas. Os problemas ecológicos são abordados como parte do problema econômico por excelência: a alocação eficiente de recursos. Por exemplo, no caso da ENA, ao tratar do “lazer humano” e da “qualidade ambiental” não se problematiza o fato destas dimensões serem culturalmente e socialmente construídas. Retornamos à crítica feita à idéia de “desenvolvimento sustentável” apresentada

⁸⁶ Quanto ao papel da reciclagem, neste esquema quando um rejeito é reconvertido ou reciclado em recurso, há de fato uma reposição de *ordem*. Porém, todo processo de reciclagem também envolve gasto de energia que leva ao aumento de entropia/desordem em outra parte do sistema. Mesmo no processo de reciclagem a lei de entropia não é anulada, pois a diminuição de entropia no sistema deve-se a energia livre que está sendo trazida de fora para dentro do sistema que recicla. Ou seja, no final a entropia total do sistema aumenta. Por isso a reciclagem não seria uma solução totalmente eficiente para a superação do limite ambiental nos processos produtivos (Nobre e Carvalho Amazonas, 2002).

⁸⁷ A vertente da EE se afina com a análise institucionalista, pois se preocupa em incorporar o papel das instituições na mediação da problemática do meio ambiente pelo sistema econômico.

anteriormente. Ou seja, a suposição reducionista do pensamento econômico (mesmo quando pretende ser crítico, como na vertente da economia ecológica) de que há apenas um modo pelo qual estas dimensões (natureza e sociedade) se manifestam: nos termos das sociedades urbano-industriais.

Da revolução ambiental à dimensão sociocultural

Durante o período dos anos de 1945 -1975 os países ocidentais passaram por um crescimento econômico significativo de quase pleno emprego, porém com impactos ambientais catastróficos. A chamada Revolução Ambiental surgiu em parte como consequência desta situação, da constatação de que o crescimento econômico pode ser socialmente e ambientalmente perverso (I. Sachs, 2004a). Isso também contribuiu para que aumentasse a percepção de que era preciso qualificar a idéia de “desenvolvimento” por meio de indicadores além do domínio do crescimento econômico. Em decorrência dessas preocupações, no final da década de 1980, a ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que resultou na invenção do primeiro índice de medição do “desenvolvimento” alternativo à renda *per capita*, denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse período, o PNUD convocou diversos consultores internacionais com o desafio de criar um instrumento que conseguisse avaliar a “situação da qualidade de vida” de um país por meio de um indicador alternativo à idéia de renda *per capita*. O desafio do PNUD era construir um indicador analítico e sintético que simultaneamente gerasse uma medida única e fosse o menos negligente possível em relação aos outros aspectos sociais da vida humana – tarefa que o PIB não realizava. Desse debate nasce o IDH, um indicador calculado com base no resultado da média aritmética de três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade⁸⁸. Na publicação do primeiro “Relatório do Desenvolvimento Humano”, em 1990, o IDH foi apresentado oficialmente.

Ainda que o IDH tenha representado um avanço nos debates sobre como definir o “desenvolvimento”, por incluir na sua composição elementos que não se reduzem apenas ao plano do crescimento econômico, ele apresenta insuficiências. Os índices específicos que compõem o IDH são definidos segundo uma perspectiva urbana, industrial e ocidental. Por exemplo, “escolaridade” é entendida como educação formal em uma “escola”, o que exclui instituições informais de ensino. Outro exemplo: o “consumo de energia”, um sub-indicador da renda, não contabiliza o consumo de “combustíveis tradicionais” como lenha, esterco seco de animais etc. Na renda, também não são contabilizadas atividades de trocas comerciais que ocorrem fora do mercado formal. Este

⁸⁸ Sobre a história da construção do IDH cf. PNUD, 1990.

tipo de consideração crítica faz com que o IDH seja compreendido em certas interpretações como uma medida da modernização econômica de um país no sentido de quão próximo esse país esteja em termos de replicar as características do Ocidente. Nessa leitura, o IDH não subverte o sentido histórico do “desenvolvimento” como um projeto ocidental capitalista de homogeneização via discursos e práticas da modernização (Peet e Hartweek, 1999).

A partir de outra perspectiva, o próprio PNUD também reconhece limitações nos usos do IDH. Os relatórios do Programa afirmam que a medida revelada pelo Índice de Desenvolvimento Humano deve ser complementada por informações de indicadores que possam avaliar outras dimensões do “desenvolvimento” não contempladas no IDH. Nos relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é dito que o processo de “desenvolvimento” é profundamente mais amplo e complexo do que qualquer medida sintética conseguiria apreender, mesmo quando completada com outros índices.

A construção teórica do IDH no final dos anos 1990 demonstra como, no histórico da discursividade do “desenvolvimento”, o aspecto social foi uma dimensão seriamente contemplada somente mais recentemente. No discurso do PNUD, com a inclusão desse tema nos debates sobre “desenvolvimento”, um país passa a ser considerado “desenvolvido” quando os benefícios gerados pelo crescimento econômico permitem que haja uma “ampliação das capacidades e do bem-estar humano nas sociedades” (PNUD, 1990: 14).

O economista Amartya Sen – que integrou o grupo de consultores convocado pelo PNUD no final dos anos de 1980 que criou o IDH – foi um dos principais autores a contribuir para a ampliação da definição de “desenvolvimento”, através da sua aproximação com a idéia de “qualidade de vida”. A partir disto, este autor estabeleceu as bases para o que hoje é chamado de “desenvolvimento humano”, expressão que foi incorporada pelo PNUD a partir da primeira publicação dos seus relatórios anuais sobre desenvolvimento em 1990. Para Sen (1999), o “desenvolvimento” está intrinsecamente vinculado à idéia de uma vida melhor para a população; portanto, o foco da análise precisa incluir a “natureza de vida” que as pessoas levam. O processo de “desenvolvimento” envolve a expansão da oferta de comida, roupas, habitação, serviços médicos, facilidades educacionais, além de transformações na estrutura produtiva. Para Sen, estas são, sem dúvida, questões de crescimento. Por outro lado, ele argumenta que existem outras variáveis, não relacionadas com o crescimento econômico, que influenciam as condições de vida. Assim, “desenvolvimento” não deve ser mais confundido com crescimento econômico. Nessa leitura, o “desenvolvimento” está relacionado à geração de maior bem-estar individual, o que significa que o crescimento material deve proporcionar condições para que os indivíduos de uma sociedade possam

satisfazer seus desejos e necessidades, levando em conta as orientações dos seus valores.

Esse ponto do argumento de Amartya Sen nos faz seguir na história das reformulações da noção de “desenvolvimento” e nos aproxima do ponto do debate sobre a problemática cultural. A este respeito, considerando a história da idéia de “desenvolvimento” ocorrida nos últimos sessenta anos, um marco importante para a inclusão da problemática cultural neste enredo foi a “Asian-African Conference” ocorrida em 1955, em Bandung, na Indonésia. Segundo Rist (1997[2004]: 81-88) este encontro deve ser considerado como o marco inicial das demandas coletivas do chamado “terceiro mundo” no campo internacional das políticas desenvolvimentistas. Os governos participantes (Burma (atual Myanma), Ceilão (atual Sri Lanka), Índia e Paquistão) exigiam que as agências multilaterais formassem uma “política de desenvolvimento comum” aos “países subdesenvolvidos” e recém independentes. Isto foi expresso num documento produzido no final da conferência. Entre as demandas apresentadas havia uma seção especial denominada “Cooperação cultural”. Nesta parte, pela primeira vez no contexto das relações do desenvolvimentismo, é feita uma exigência formal pelo direito à autodeterminação dos povos não-ocidentais. Foi declarado que: “todas as nações devem ter o direito de escolher livremente seus próprios sistemas políticos e econômicos e seus modos de vida (idem: 87). Além disso, havia nesta seção uma declaração que condenava explicitamente as práticas do colonialismo. Apesar da exigência de definir garantias à diferença sociocultural o tema central do documento produzido pela conferência era “a promoção do desenvolvimento dos países africanos e asiáticos”. Rist (ibidem) argumenta que o caráter revolucionário do encontro de Bandung, enquanto uma ação política do “terceiro mundo” contra os países do “primeiro mundo”, foi esvaziado pelo fato de que esta conferência não questionou efetivamente a idéia ocidental de “desenvolvimento” nem suas práticas. A própria exigência dos países que assinaram a declaração de Bandung, por uma “políticas de desenvolvimento”, foi formulada como um processo de ações no campo econômico nos termos ocidentais de produção e acumulação.

O exemplo do encontro de Bandung demonstra como a temática cultural foi tradicionalmente abordada nos debates sobre “desenvolvimento”: como uma dimensão negligenciada. Desde o final da década de 1980, porém, isto tem se transformado (cf. Rao e Michael Walton, 2004). Um marco recente em relação à inclusão da problemática cultural nos debates sobre “desenvolvimento” é um dos relatórios anuais sobre o desenvolvimento humano publicado pelo PNUD. O documento do ano de 2004 “Cultural liberty in today’s diverse world” foi dedicado ao tema da “liberdade cultural”. Neste documento, pela primeira vez o PNUD afirma explicitamente em um de seus relatórios anuais que um dos objetivos centrais do “desenvolvimento” deve ser a expansão das

“liberdades culturais”. Na introdução do documento é afirmado: “o desenvolvimento humano é o processo de ampliação das escolhas para que as pessoas façam ou sejam o que elas valorizam na vida” (PNUD, 2004: 6). Nesta mesma direção caminha o argumento de Celso Furtado, um dos poucos economistas a se preocupar com a inclusão da temática cultural nos estudos do “desenvolvimento”. Segundo o autor, a formulação de um projeto nacional de “desenvolvimento” implica um processo de invenção do futuro, o que o torna necessariamente tributário da cultura. Um projeto nacional de “desenvolvimento”, por mais que esteja ligado a questões produtivas - por exemplo, da geração de trabalho - está relacionado também com as escolhas de estilos de vida, as maneiras de usar o tempo, de determinar formas de consumo, de conviver - todos esses, processos culturalmente construídos (Furtado: 2004).

A qualificação “etno” do “desenvolvimento”

Na discussão sobre a relação entre cultura e estabelecimento de um plano nacional de “desenvolvimento”, em contextos de diversidade cultural, deve ser também considerado o debate em torno da inclusão do direito à diferença dentro dos Estados Nacionais. Este problema foi traduzido pelo antropólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen na noção de “etnodesenvolvimento”, proposta em 1984. Paralelamente, na mesma década que aparece a idéia de “desenvolvimento sustentável” (ligada principalmente a uma ética de perpetuação da diversidade natural) surge a noção de “etnodesenvolvimento”. Apesar da crítica pós-desenvolvimentista refutar esta noção (cf. Esteva, 1992[2000], nesta dissertação), o termo foi criado para cumprir uma função política de sublinhar a necessidade de respeitar a diversidade sociocultural (Stavenhagen, 1984). A idéia central do modelo é garantir a autonomia dos povos, no sentido de que cada população deva ter condições de escolher sua trajetória de “desenvolvimento” - isto é, que tenha a possibilidade de definir seu padrão de produção e consumo, de acordo com suas necessidades específicas, a partir de seus repertórios culturais, segundo o seu processo histórico e de acordo com as especificidades do seu meio ambiente. A noção de “etnodesenvolvimento” funcionaria como uma ferramenta para atender às especificidades dos povos frente à questão do progresso e da modernização, propondo que as relações interétnicas ocorram em termos simétricos no que diz respeito, entre outras dimensões, aos processos decisórios de planejamento e execução de suas atividades sociais, políticas e culturais. Ao deslocar o foco para a etnicidade a noção de “etnodesenvolvimento” pretende subverter a retórica desenvolvimentista no plano político. Esse modelo de “desenvolvimento” defende, sobretudo, uma relação entre populações

nativas e Estados Nacionais que deixe de ser marcada pela visão dos povos indígenas como “obstáculos” para o progresso ou para o *desenvolvimento* econômico, industrial das Nações. Propõe-se que estas populações tenham, seguindo os seus próprios padrões e concepções culturalmente e socialmente definidas, o direito a um “desenvolvimento” diferenciado, no sentido descrito acima, e que, dessa maneira, se torne possível a construção de Estados multiétnicos e multiculturais.

Um exemplo ilustrativo do tratamento frequentemente ambíguo dado ao tema da cultura é a Declaração do Direito ao Desenvolvimento (DDD), aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1986. Nesse documento, há grande controvérsia em torno das práticas em relação à DDD, especialmente por conta das obrigações mútuas relativas à cooperação internacional para financiamentos que o pacto prevê entre países centrais e países periféricos (Piron, 2002). Além disso, o documento ignora as especificidades de minorias culturais habitantes dos Estados Nacionais. A Declaração afirma que “desenvolver-se” não é sinônimo apenas de melhora material com redução de pobreza, mas que deve ser também considerada como meta para o “desenvolvimento” “a formalização de direitos sociais, políticos e culturais para as populações”. Contudo, como argumenta Gallois (2001), nesta proposta o documento não prevê um lugar específico para os segmentos sociais culturalmente diferenciados. O direito ao “desenvolvimento” e à autodeterminação ficam restritos às populações nacionais, sendo dele excluídas as minorias que também compõem essas nações. Dessa maneira, o debate sobre cultura e “desenvolvimento” envolvendo populações autóctones deveria focar, pelo menos, em dois pontos: reconhecimento da capacidade desses povos à autodeterminação e garantia do direito de controle sobre suas terras (idem). Reivindicações essas que são constantemente negligenciadas nos documentos e acordos ligados às práticas do “desenvolvimento mundial”.

A dimensão “participativa” do “desenvolvimento”

No contexto de ampliação da crítica à idéia de “desenvolvimento” nos estudos em ciências sociais e inseridos no debate sobre os limites para a concretização de um “etnodesenvolvimento”, alguns pesquisadores passaram a reexaminar suas práticas de produção do conhecimento que muitas vezes eram aplicadas na formulação de “projetos de desenvolvimento”. Reconheceram que havia implicações no fato de que o conhecimento acadêmico utilizado para embasar planos de intervenção era produto de uma cultura específica. Isto significava que tais conhecimentos poderiam gerar práticas etnocêntricas em decorrência de suas orientações metodológicas e analíticas, que

dialogavam com um regime de verdade específico, com valores e significados próprios que, portanto, não tinham validade absoluta. Dessa maneira, o saber acadêmico aplicado poderia acabar contribuindo para fazer do “desenvolvimento” um projeto de dominação e exclusão. A partir dessa autocrítica, ocorrida na virada da década de 1970 para 1980, é proposta uma metodologia de “ação de pesquisa participativa” (APP). A APP tinha como objetivo produzir formas endógenas de conhecimento intelectual que incluíssem a criação de novas metodologias de pesquisa entre grupos sociais do “terceiro mundo”. Um dos seus principais idealizadores é o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. A APP foi teorizada como um processo que envolveria pesquisa científica, educação de adultos e ação política. O projeto propõe que as denominadas “comunidades tradicionais” e movimentos sociais populares da periferia criem por conta própria novas formas de saber e práticas para lidar com os desafios impostos pela expansão da modernidade. No modelo da APP os grupos estariam envolvidos desde o início na realização das pesquisas, definindo os objetivos das investigações e participariam de todo o processo de construção do conhecimento. Essa proposta seria cumprida através da articulação dos conhecimentos e ações “locais” com os da pesquisa e conhecimentos nos moldes ocidentais⁸⁹:

“(...) os intelectuais orgânicos e as ‘pessoas comuns’ nos diversos lugares ao redor do mundo onde redescobertas têm acontecido (via ações da APP), especialmente no ‘terceiro mundo’, reafirmam que sabedoria é poder. Através da contribuição dos seus saberes eles estão criando um novo e mais compreensivo paradigma no qual a racionalização prática se combina com a razão cartesiana e acadêmica. A APP é um modelo que vê o significado de produzir conhecimento como algo tão importante quanto a produção da vida material” (Fals Borda, 1997[2005]: 352).

⁸⁹ Um exemplo recente, em contexto amazônico, de uma experiência que talvez possa ser classificada como resultado da adoção do método da “ação de pesquisa participativa” foi a reunião ocorrida em Macapá, em junho de 2007, entre pesquisadores indígenas de 22 povos da Amazônia. Como informa a notícia a seguir (fonte: www.socioambiental.org, 03-07-2007): “Os relatos feitos pelos participantes do seminário demonstraram os diversos modos que os povos indígenas estão se apropriando de ferramentas tecnológicas e de metodologias científicas nas diferentes realidades, constituindo, assim, jeitos específicos de se conceber e fazer ‘pesquisa indígena’... pesquisas para a formação de agentes de manejo ambiental ou de pesquisadores indígenas, estudos e levantamentos voltados ao fortalecimento cultural... Durante a conclusão do seminário, os participantes indígenas destacaram que o processo de decisão em relação às temáticas de pesquisa deve contar com a participação ativa dos membros das respectivas comunidades, o que deve se estender também à transmissão, produção e registro dos conhecimentos... as experiências desenvolvidas nas escolas baniwa, tukano e tuyuka, na região do Alto Rio Negro, no Amazonas, foram referências deste modo ‘participativo’ de fazer pesquisa” (os grifos são meus).

Na esteira do modelo da APP, que supõe que os grupos estejam envolvidos desde o início no planejamento e realização dos processos de construção do conhecimento, vê-se a idéia de “empoderamento” que acompanha o discurso de “projetos de desenvolvimento” especialmente a partir da dos anos de 1990. O ideal do “empoderamento” se apóia na idéia de que é preciso “capacitar” a população alvo destes projetos, para que elas possam transformar os problemas que enfrentam nas suas respectivas realidades de forma autônoma. Cada vez mais, os projetos de “desenvolvimento” foram incorporando a preocupação com o “fomento à participação e habilitação das populações beneficiadas”, para o envolvimento destas com o planejamento, execução e avaliação dos projetos; isto passou a ser percebido como um pré-requisito fundamental para a eficácia dos mesmos.

Retornando ao debate sobre a Ação de Pesquisa Participativa, críticos da APP argumentam ser necessário questionar os limites desta metodologia. Ela estaria cumprindo efetivamente aquilo que propõe? Ou estaria operando como mais um instrumento para os grupos que possuem formas de aprendizado (na perspectiva desenvolvimentista) denominadas “informais” serem convencidos de que necessitam adquirir (uma certa) educação: a nossa? Na leitura pós-desenvolvimentista, mesmo tentativas como a APP, que levam a formulação de ações e projetos que supõem a idéia de um “desenvolvimento participativo”, não subvertem os princípios que orientam o projeto desenvolvimentista. Acabam sendo incorporadas por ele e não deixam de operar como mecanismos de dominação. Nesta perspectiva, a APP representaria mais uma tentativa fracassada de reformar a idéia de “desenvolvimento”. O que reforçaria o argumento pós-desenvolvimentista. Seguindo esta temática, inicio o capítulo seguinte, revendo certas discussões sobre como o ideal “participativo” vem sendo incorporado à noção de “desenvolvimento” no debate circunscrito às populações indígenas, abrindo assim a discussão a respeito do chamado “desenvolvimento indígena” tanto no cenário internacional mais amplo, quanto na cena política indigenista amazônica recente.

Capítulo 3

Da internacionalização do “desenvolvimento indígena” ao debate indigenista amazônico

3.1. “Desenvolvimento indígena” e negociações globais no campo dos “projetos de desenvolvimento”

“Uma abordagem adequada do desenvolvimento não pode realmente concentrar-se tanto apenas nos detentores do poder. É preciso mais abrangência, e a necessidade da participação popular não é uma bobagem farisaica. A idéia de desenvolvimento não pode, com efeito, ser dissociada dessa participação” (Sen, 1999[2004]: 283).

Aproveito o debate a respeito da inclusão da temática participativa em “projetos de desenvolvimento”, assunto que fecha o capítulo anterior, para iniciar o debate sobre a internacionalização do chamado “desenvolvimento indígena”.

Neste amplo cenário das negociações e práticas movidas pela temática discursiva do “desenvolvimento”, o Banco Mundial (BIRD) foi e é um dos principais organismos internacionais de promoção de “projetos de desenvolvimento” que se apropriou do ideal participativo na formulação e execução de suas ações, especialmente, a partir do início da década de 1990. Especificamente em relação ao denominado “desenvolvimento indígena”, o Banco foi um dos primeiros organismos internacionais a definir uma política voltada para estas populações e que, pelo menos no plano discursivo, argumentava como necessário para o sucesso dos projetos voltados para estes grupos, a participação direta dos mesmos.

Adiante, discuto certos eventos sobre o indigenismo internacional relacionados às ações do Banco Mundial (Gray, 2000; Mackay, 2002[2004]; Alkire, 2004). Trazer estes eventos para a análise, nos ajuda a perceber a mudança na abordagem do Banco para com os povos indígenas no mundo: inicialmente, uma abordagem tecnicista para, nos tempos recentes, uma abordagem que se representa como “participativa”. Ao mesmo tempo, estas mudanças nas ações e discursos produzidos no âmbito do Banco revelam, para além do universo institucional desta organização, transformações e/ou tendências mais amplas que se passaram de maneira geral, nas negociações políticas globais no campo “dos projetos de desenvolvimento” e da “ajuda internacional” voltados para populações indígenas. O dado inovador do PDPI, expresso no seu caráter “participativo” – um dos princípios desta iniciativa pública é que os povos indígenas amazônicos devem ser os formuladores e executores dos “projetos” do programa – dialoga diretamente com esta transformação mais recente nas abordagens da prática do “desenvolvimento” em

relação aos beneficiários dos “projetos” da cooperação internacional. Este ponto será retomado. Finalmente, olhar para o Banco Mundial também é relevante para a presente pesquisa, uma vez que esta instituição é um dos principais órgãos financiadores e doadores de recursos para projetos na Amazônia Legal (Lima, 2002).

Um primeiro marco significativo de mudanças na abordagem do Banco Mundial na maneira como se relacionava com os povos indígenas no mundo ocorreu no início dos anos 1970, em decorrência de reivindicações iniciadas em 1974 pelo movimento indígena nas Filipinas, contra um projeto do Banco para a construção de uma represa naquele país, no Rio Chico. Como relata Gray (2000) se tal projeto fosse concretizado, dois grupos indígenas filipinos, os Kalinga e os Bontoc, teriam seus territórios gravemente prejudicados ambientalmente em decorrência da construção da represa. Em 1975, as petições dos grupos indígenas foram ignoradas pelos técnicos do Banco o que levou lideranças indígenas filipinas a assinarem um pacto, que ficou conhecido como o “Bodong Peace Pact”, a favor do boicote da implementação da represa e proibindo trabalhadores locais de participarem da sua construção. Isso impediu que a represa fosse construída. A “batalha” entre o Banco e o movimento indígena filipino durou até 1981, quando o Banco Mundial decidiu postergar a construção da represa do rio Chico por tempo indeterminado. A partir do final da década de 1970, protestos indígenas contra ações desenvolvimentistas, como o realizado pelo movimento indígena filipino contra o Banco Mundial, tornaram-se cada vez mais freqüentes, quando ao redor do mundo o movimento político indígena passou a ser cada vez mais organizado. Neste contexto de constantes e crescentes protestos contra os danos causados por determinados projetos do Banco Mundial é definida a primeira política para povos indígenas no âmbito desta instituição. Tais protestos fizeram com que parte do staff deste órgão da cooperação internacional repensasse certos modos de realizar seus empreendimentos e suas políticas (idem).

Em 1980, o Banco Mundial estava considerando fornecer suporte financeiro para projetos de construção de rodovias na Amazônia brasileira, para o projeto Polonoeste, que causaria danos socioambientais graves para grupos indígenas do estado de Rondônia. Com base nesta preocupação, e em decorrência dos protestos enfrentados anteriormente pelo projeto do Banco para construção da represa Chico nas Filipinas, o BIRD decidiu definir um “guia de ação” que deveria ser seguido na realização dos seus empreendimentos. Como relata Gray (2000):

“As primeiras orientações políticas do Banco Mundial voltadas para os povos indígenas, foram desenhadas objetivando mitigar os efeitos do processo de colonização da Amazônia conduzido pelo Banco... a preocupação com o projeto Polonoroeste, nos seus estágios iniciais, foi suficiente para impactar diretamente a formação da primeira política indigianista no âmbito do Banco... Os efeitos desastrosos provocados no meio ambiente e diretamente às populações indígenas contribuíram diretamente para a intensa campanha contra o Banco” (Gray, 2000: 277) (os grifos são meus).

O objetivo do governo militar brasileiro por meio do Polonoroeste (“Programa integrado de desenvolvimento do noroeste do Brasil”) era conectar a parte norte do país a região central através da criação de malha rodoviária. Nesse contexto, foi construída em 1982 em Rondônia a BR-364, com financiamento do Banco Mundial. A pavimentação desta rodovia contribuiu enormemente para aprofundar o impacto do desmatamento na região. O biólogo, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philippe Fearnside resume tal quadro e suas conseqüências políticas para a administração institucional do BIRD:

“Rodovias pavimentadas agravam o impacto do desmatamento em sua área circunvizinha, como aconteceu em outras partes da Amazônia. O melhor exemplo é o da BR-364, em Rondônia, pavimentada em 1982 (Fearnside, 1986). Financiada pelo Banco Mundial, logo se tornou o projeto mais constrangedor dessa instituição (veja Fearnside, 1987; Schwartzman, 1986). O desmatamento excessivo ao longo da BR-364 levou à criação do Departamento do Meio Ambiente dentro do Banco Mundial, em maio de 1987 (Holden, 1987)” (Fearnside, 2005b: 398) (os grifos são meus).

Tais relatos citados acima, demonstram como em decorrência das conseqüências sociais e ambientais prejudiciais geradas pelas suas ações, o BIRD iniciou um processo de revisão na maneira como realizava seus empreendimentos. Como parte deste cenário, em 1981 o Banco Mundial produziu um documento intitulado “Economic Development and Tribal Peoples: Human Ecologic Considerations”, definido como um “guia de orientações” (“orientation paper”). Em outros termos, eram recomendações que os formuladores e executores de projetos poderiam seguir, mas, não que deveriam obrigatoriamente considerar em suas ações. Esse documento, a princípio apenas de circulação interna, foi publicado oficialmente em 1982 com o título “Tribal People in Bank-Financed Projects” e adquiriu o novo status de “manual operacional” (na sua versão original “Operational Manual Statement - OMS 2.34”). Sobre o conteúdo desse documento, comenta Gray (2000):

“Na interpretação deste documento (OMS 2.34) as populações indígenas estão situadas em um gradiente, marcado por um processo ininterrupto de ‘aculturação’, que abarca as populações isoladas às integradas totalmente aos estados... Embora o documento advogue a auto-determinação, simultaneamente assume a máxima de que a integração das populações indígenas, a um contexto social mais amplo, é inevitável.” (Gray, 2000: 272) (os grifos são meus).

Assim, esse documento, a primeira política indigenista criada por um organismo de cooperação internacional, apresenta uma série de limitações por se apoiar em uma visão estreita das realidades vividas por estes povos. Pode-se dizer que nesse período, na visão oficial do Banco, a opção possível para estes grupos, frente aos processos mais amplos de “modernização”, era “aculturação” e integração. Analistas das ações do Banco (Mackay, 2002[2004]) argumentam que, por um lado, o “manual operacionla” de 1982 foi de fato criado em função de preocupações genuínas de técnicos e executivos do Banco em relação aos danos socioambientais que poderiam ser causados por projetos dessa instituição aos povos indígenas ao redor do mundo. Por outro, este manual pode ser também interpretado como um mecanismo de defesa criado pelo Banco para evitar protestos contra seus “projetos de desenvolvimento” próximos ou em territórios indígenas. Seria uma espécie de ferramenta para atenuar as acusações sofridas pela instituição. Um recurso para o Banco argumentar que seus projetos não eram totalmente negligentes em relação aos possíveis danos sociais e ambientais que poderiam ocasionar. Ao longo dos anos de 1980, a política para povos indígenas do Banco sofreu uma série de críticas de organizações não governamentais internacionais, que defendiam os direitos dos povos indígenas ao redor do mundo, como o International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), o Survival International e o Cultural Survival⁹⁰. Tais protestos levaram o staff do Banco a fazer uma revisão da sua política de ação para povos indígenas expressa no documento OMS 2.34 de 1982. Isto ocorreu entre o final do ano de 1986 e começo de 1987. Como constata Gray (ibidem):

⁹⁰ O Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA) foi fundado em 1968, por meio de uma rede de ativistas dos direitos humanos e antropólogos ao redor do mundo preocupados com a violação dos direitos dos povos indígenas amazônicos no Brasil. Hoje a organização trabalha com diversos grupos indígenas ao redor do mundo, de países africanos e asiáticos. A Survival International foi fundada em 1969, na Inglaterra, depois da publicação de um artigo de Norman Lewis no UK's Sunday a respeito das atrocidades, na época, cometidas contra povos indígenas na Amazônia brasileira. O Cultural Survival foi fundado em 1972, pelo antropólogo norte-americano David Maybury-Lewis junto com sua mulher Pia. (Fontes: www.iwgia.org ; www.survival-international.org ; www.cs.org).

“A revisão aconteceu nos idos de 1987 reforçando as conclusões das ONGs de que o Banco Mundial não estava dando a devida atenção ou acatando de forma suficientemente adequada, os princípios da OMS 2.34 na implantação de projetos, assim como, estava exercendo influência limitada sob os Governos receptores de financiamentos do Banco, no sentido de proteger os direitos fundamentais destas populações” (Gray, 2000: 283).

O problema da “autoridade” para a dimensão “participativa” do “desenvolvimento”

Em decorrência das pressões internacionais (descritas na citação acima) em setembro de 1991 o Banco Mundial publica um novo documento intitulado “Operational Directive on Indigenous Peoples” (também conhecido como OD 4.20) que foi escrito com base na revisão do OMS 2.34. Esse documento não apenas reafirmou as cláusulas criadas para proteger os povos indígenas ao redor do mundo de possíveis danos ambientais, culturais e sociais causados por projetos do Banco Mundial, como também, incluiu pela primeira vez, o reconhecimento de que o Banco deveria oferecer oportunidades para que esses povos “se desenvolvessem” nos seus próprios termos e segundo suas próprias demandas. Isto foi uma considerável mudança no discurso institucional do BIRD, que levou a uma significativa ampliação na sua abordagem no modo de lidar com operações envolvendo povos indígenas, uma vez que o foco nas ações deste organismo de cooperação para com estes grupos não era mais apenas mitigar efeitos danosos de suas iniciativas, mas propor projetos específicos voltados para as demandas particulares destes povos. Nessa nova abordagem, o Banco Mundial enfatiza a importância da “participação” dos povos indígenas e reconhece por meio desta política oficial a necessidade de realizar “consultas diretas” com estas populações sobre os possíveis benefícios e ou danos que os projetos da organização pudessem causar a estes grupos (Alkire, 2004). Nesse sentido:

“O OD 4.20 definido em 1991, contém orientações voltadas para os povos indígenas que são aplicáveis em toda situação que a identidade cultural torna-se importante: para evitar impactos negativos e assegurar que sejam gerados benefícios sociais e econômicos que sejam culturalmente compatíveis. Por exemplo, o OD 4.20 exige que todos os projetos do Banco devem respeitar ‘a dignidade, os direitos humanos e as especificidades culturais dos indivíduos’ (World Bank, 1991). O que significa que certos tipos de conhecimento devem ser compartilhados com os participantes do projeto. O documento enfatiza a importância de se considerar os conhecimentos indígenas para que aumente a eficácia dos projetos... esta política do Banco propõe como estratégia que, para tratar de questões envolvendo povos indígenas, é necessário se basear na participação informada destes” (Alkire, 2004: 202) (os grifos são meus).

A autora citada acima, apesar de reconhecer nesta política um sinal de mudança progressista na postura oficial do Banco, sublinha, contudo, certas dificuldades relacionadas às realizações das “consultas participativas” com as populações envolvidas ou atingidas por “projetos de desenvolvimento”. Ela argumenta que os processos de consulta envolvendo a participação direta destas populações serão incompletos se não estiverem bem definidos os processos de tomada de decisões ou, em outros termos, o lugar da “autoridade” nas “discussões participativas”. Isto envolve desde o modo como a informação sobre os projetos do Banco (ou de qualquer outra instituição) é transmitida para estas populações, sem que os “técnicos” ou os “experts” do organismo imponham suas visões e opiniões; até assimetrias características das culturas políticas locais internas aos “grupos alvos”, que também devem ser consideradas, pois, podem influenciar na maneira como os diferentes indivíduos destas populações serão capazes de “participar” efetivamente na formulação de “projetos” e ou nos processos de tomada de decisões para recusar ou aceitar a realização dos mesmos (ibidem: 206-207). Com efeito, a autora chama a atenção para o fato de que apesar da OD 4.20 representar uma transformação política no plano do discurso oficial da instituição, e refletir uma tendência mais geral que vai se consolidando nas práticas “dos projetos de desenvolvimento” a partir da década de 1990, há desafios concretos à operacionalização do “ideal participativo” que esta política do Banco expressa. Alkire argumenta que a dimensão “participativa” do “desenvolvimento” apenas será efetivamente realizada, se existir um amplo e intenso debate público - seja, por exemplo, através de encontros comunitários ou de consultas financiadas pelas agências doadoras - por meio do qual as pessoas poderão formar, ampliar e melhorar suas opiniões sobre os “projetos” ou sobre qualquer tipo de intervenção que esteja sendo debatido. Nessa mesma direção, para expressar de forma resumida este aspecto do debate, em relação ao que contribuiria para aumentar as possibilidades à participação popular em processos decisórios no universo dos “projetos e

programas de desenvolvimento” (ou também em contextos mais amplos do que este em discussão na pesquisa), Arjun Appadurai (2004) propõe o incentivo para o exercício, ampliação e consolidação daquilo que o autor nomeia como “capacidade cultural de almejar-aspirar”:

“Todo esforço para cultivar a ‘voz’ entre minorias em contexto no qual exista uma política ou projeto sendo debatido, deve ser incentivado. É através do exercício da manifestação da ‘voz’ que a aspiração como uma capacidade cultural será construída e fortalecida... é exercitando a capacidade de aspirar que o exercício da manifestação da ‘voz’ pelas minorias será ampliado” (Appadurai, 2004: 195 in Alkire, 2004)⁹¹ (o grifo é meu).

Um outro aspecto controverso no debate em torno da OD 4.20 para os povos indígenas é que ela é a única política do Banco Mundial que explicitamente menciona os “direitos humanos” (Mackay, 2002[2004]: 120). Contudo, como demonstra Mackay (idem) a interpretação do Banco para o que os “direitos humanos” correspondem é imprecisa. Segundo este autor, na visão institucional do Banco os “direitos humanos” são entendidos como relacionados ao “bem estar” econômico, social e cultural, mas não como direitos de natureza política (: 121). Há uma proibição legal para esta instituição realizar intervenções de caráter político, expressa no seu estatuto (o “World Bank’s Articles of Agreement”) que define as “competências” do BIRD. Na divisão dos objetivos das instituições que compõem o sistema da Organização das Nações Unidas, do qual o BIRD faz parte, o Banco Mundial, enquanto uma Instituição Financeira Internacional (IFI), só é permitido realizar intervenções que não interfiram no campo político ou dos direitos civis nos locais onde realiza seus empreendimentos. Mackay (2002[2004]) exemplifica tal constatação por meio da citação de um pronunciamento do ex - conselheiro geral do BIRD durante o período de 1983 - 1998, o jurista Ibrahim Shihata (1937 - 2001): “Existe a necessidade de honrar o estatuto de cada organização internacional e a especialização das funções de cada uma destas organizações segundo definido pelos seus estatutos... Para qualquer instituição financeira internacional, como, por exemplo, o Banco Mundial, a questão colocada é: não se os direitos humanos são relevantes para o desenvolvimento, mas, se o mandato da instituição, como definido pelo seu estatuto, permite que seja realizado a promoção e proteção de todos os direitos humanos ou se está limitado aos direitos que têm característica econômica ou social em contraponto aos com característica política” (Shihata in Mackay, 2002[2004]: 123). Tal cenário nos remete, de certa maneira, ao

⁹¹ Este trecho é de um trabalho de Appadurai, que assim como o artigo mencionado de Alkire, fazem parte de uma coletânea intitulada “Culture and Public Action” (2004), organizada por dois economistas - Rao e Walton - que objetivam trazer a temática “cultural” para o debate econômico sobre o “desenvolvimento”.

modelo explicativo do “desenvolvimento” como uma “máquina antipolítica”, discutido no capítulo anterior, que produz uma leitura despolitizada da “pobreza” (Ferguson, 1994). Como argumenta Mackay, tal aspecto da administração do Banco, que se baseia em uma interpretação restrita ou apolítica dos “direitos humanos”, enfraquece a aplicação e o cumprimento das orientações previstas para ações voltadas para os povos indígenas na OD 4.20. Isto, pois, o entendimento desta instituição sobre o que pode ser definido, por exemplo, como um direito estritamente “econômico” e não “político” pode ser manipulado e reinterpretado de acordo com os interesses momentâneos do Banco em operar ou evitar determinadas áreas de atuação; o que poderia causar imprecisão e ambigüidade nas ações desta instituição. Mackay (ibidem) argumenta que apesar da compreensão restrita dos “direitos humanos” pelo Banco Mundial, esta instituição reconhece o fato de que quase todos os “direitos humanos” têm implicações econômicas e a maioria das questões econômicas envolve uma série de considerações políticas⁹².

Como mencionado, o processo de revisão no Banco Mundial do “Operational Manual Statement” (OMS 2.34), que resultou na formulação da OD 4.20 em 1991, iniciou-se em 1987. Tal revisão da política para os povos indígenas no âmbito do BIRD ocorreu pouco antes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizar a denominada “Convenção dos Povos Indígenas e Tribais” (também conhecida como “Convenção 169”). Neste encontro promovido pela OIT em 1989 também ocorreu a reformulação da política desta organização que orientava, até então, as ações dos países signatários relacionadas aos povos indígenas no mundo. No referido encontro de 1989, a OIT estabeleceu a chamada “Convenção 169” cuja abordagem supera a visão assimilacionista a respeito do tratamento para as questões do “desenvolvimento indígena” expressa na Convenção anterior - a “OIT 107” definida em 1957 (James Anaya, 2004). De acordo com o texto oficial: “A Convenção 169 reconhece as aspirações dos povos indígenas para exercer o controle das suas instituições, modos de vida e desenvolvimento econômico e para manter e desenvolver suas identidades, línguas e religiões nos Estados Nacionais dos quais fazem parte” (Convenção 169, 1989 in James Anaya, 2004: 59). A “Convenção 169”

⁹² Assim como nas análises de Mackay (2002[2004]) e de Elkire (2004), Gray (2000) também reconhece em sua interpretação das ações do Banco Mundial em relação aos povos indígenas que apesar dos avanços nos discursos políticos desta instituição, isto não necessariamente se converte continuamente em mudanças nas práticas: “O futuro do Banco Mundial quanto à eficiência das suas ações de implementação de políticas efetivas direcionadas às populações indígenas, é ainda circundada de muitos questionamentos e problemas. Permanece a desconfiança, a ser ainda verificada com o andamento de pequenos projetos para populações indígenas, como o quadro funcional da área ambiental do Banco irá reagir sob o novo constrangimento de permitir a participação dessas populações, bem como, realizar as consultas necessárias às ONGs, assegurando que as mudanças não passarão de transformações superficiais. A vigilância das ações do Banco é fundamental para que, a qualquer momento, possa ser realizado uma mobilização. Com a crescente influência das organizações indígenas, estas mobilizações ganham força no contínuo processo de tentar garantir que o Banco considere os direitos dos povos indígenas ao redor do mundo” (Gray, 2000: 295).

expressa oficialmente a necessidade dos Estados Nacionais de respeitarem as “aspirações” dos povos indígenas e consultá-los em todas as decisões que possam afetá-los de alguma maneira. Contudo, críticos da “Convenção 169” argumentam que a linguagem utilizada para formular as suas diretrizes produz um texto que não é suficientemente forte no sentido de constranger, de fato, os Estados Nacionais a respeitarem as “aspirações” dos povos indígenas. A Convenção expressaria “recomendações” para os Estados, o que significaria, implicitamente, ainda uma assimetria de poder na relação do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas pelos governos nacionais (James Anaya, *idem*; Sargent, 1998[2004]: 198-199). O Brasil tornou-se um país signatário da “Convenção 169” em 2002. Atualmente, com os debates em torno dos possíveis danos ambientais e socioculturais causados pelas obras de infraestrutura previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que poderão ser construídas em regiões próximas a territórios indígenas, o movimento indígena reanimou as discussões sobre a eficácia do cumprimento das orientações da “Convenção 169” pelo governo brasileiro. Sobretudo, a respeito do cumprimento, por parte da administração federal, da realização de “consultas diretas” com os povos indígenas para a discussão pública das possibilidades das atividades do PAC afetarem estes grupos⁹³.

Tanto a política para povos indígenas do Banco Mundial (“OD 4.2”), quanto o debate sobre a definição da “Convenção 169” da OIT ilustram a tendência que se propaga a partir da década de 1990, relacionada a mudanças no debate global sobre a “questão indígena” e a problemática do “desenvolvimento”, em detrimento, sobretudo, da inclusão nestas políticas (pelo menos nos seus discursos oficiais) do “ideal participativo”. Apesar das ressalvas quanto à eficácia efetiva da incorporação do ideal participativo nas práticas do “desenvolvimento” (Alkire, 2004; Gray, 2000), como relata Verdum (2006) um exemplo de realização informada por esta postura foi a criação pelo Banco Mundial do “Indigenous People Development Initiative in Latin América”, em 1990. Como argumenta este autor (*idem*: 82-83) este programa deu início à operacionalização de uma agenda de atividades voltadas para a geração de condições para a elaboração de “projetos de desenvolvimento” socioeconômico que fossem desenhados pelos próprios indígenas (representados pelas comunidades locais e suas organizações) e que fossem mais adequados às suas demandas, assim como, mais compatíveis com suas especificidades culturais. Tendo como base tais metas, em 1993 o “Indigenous People Development Initiative” realizou um encontro com um conjunto de agências internacionais do “desenvolvimento” em Washington D.C., entre elas, o International Fund for Agriculture and Development (IFAD), o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), o Fundo

⁹³ Para este debate na mídia nacional, ver item 2.1. no primeiro capítulo desta dissertação.

para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina⁹⁴ com o intuito de debater a respeito das condições de vida dos povos indígenas na América Latina, sobretudo, em relação ao tema da pobreza. Tais discussões serviriam de base para a definição de um plano de ação conjugado voltado para os povos indígenas da região (Verdum, ibidem). A partir deste encontro se deu a criação do “Institutional Development Fund”, voltado para dar apoio às iniciativas de “fortalecimento institucional” das organizações do movimento indígena, como estratégia para “empoderar” estes grupos, e com o intuito de ampliar a “participação indígena” e de suas organizações políticas na elaboração de projetos voltados para estas populações junto aos governos dos Estados Nacionais. Nas palavras do autor:

“No discurso indigenista renovado que emerge nos anos de 1990, influenciado pelas teses do multiculturalismo, particularmente no campo das ‘agências bilaterais e multilaterais de cooperação ao desenvolvimento internacional’, não se busca mais a negação absoluta ou o ataque violento às outras identidades... nos anos noventa, a ‘participação’ e a ‘busca de consensos’ adquirem o papel de palavras chave na construção dos chamados ‘entendimentos interculturais’. São vistas como um meio para viabilizar a inclusão dos grupos étnicos nas estratégias econômicas e político-organizacionais que vão sendo pensadas, planejadas e executadas pelos operadores da ideologia do desenvolvimento. Há uma intenção explícita de fazer com que cada indivíduo e coletividade indígena se convertam em promotores do seu próprio desenvolvimento e da sua integração no cenário socioeconômico regional e nacional. Uma incorporação ‘por vontade própria’, estejam convencidos ou não da superioridade da ‘cultura nacional’ e da Ocidental... Com o advento do ‘indigenismo participativo’, o discurso indigenista modernizado se orienta, afirmam, pelo respeito à diversidade cultural e para o apoio ao desenvolvimento autônomo e autogestionado dos povos indígenas. Mas, como sua prática operativa é orientada por concepções sociais e econômicas como ‘pobreza’ e ‘marginalidade’, termina-se por limitar a manifestação da diversidade cultural que se pretende promover. Com uma visível regularidade, o ‘mercado’ aparece, em última instância, como o meio mais adequado para superar a ‘pobreza’ e a ‘falta de ‘alternativas econômicas’.” (Verdum, 2006: 84-85).

⁹⁴ O Fundo Indígena ou Fundo para o desenvolvimento dos povos indígenas da América Latina e Caribe foi criado por meio de um convênio multilateral assinado pelos países membros da Comunidade Ibero-americana na “II Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo” ocorrida em Madri, em julho de 1992. Iniciou suas operações em março de 1993, com apoio direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e do Governo da Bolívia. Os objetivos do Fundo são: “promover o desenvolvimento auto-sustentável dos povos indígenas e o acordo entre estes povos e os governos” e “Realizar ações de consolidação da identidade cultural das populações indígenas”. Os Países membros do Fundo são: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela e extra-regional, Bélgica (fonte: www.fondoindigena.org).

Nesse cenário, como mencionado, as agências passam a incluir na sua agenda de ações para o “desenvolvimento” o suporte ao “fortalecimento organizacional” indígena e para a formação e “capacitação” dos grupos indígenas para que eles próprios se tornassem os responsáveis pela formulação e negociação de seus “projetos” (Verdum, 2006:112). Nesse mesmo contexto, também foram sendo criados “fundos indígenas” de financiamento de projetos para estas populações, como, por exemplo, o Fundo Indígena (FI) ou no seu nome original “Fondo para el Desarrollo de Los Pueblos Indígenas da América Latina e Caribe”, criado em 1992. Por detrás dos eventos mencionados, há alguns acontecimentos fundamentais que marcaram a reformulação nas agências internacionais do “desenvolvimento” na maneira como promoviam suas estratégia de cooperação para o “desenvolvimento indígena”: as já mencionadas revisões do Banco Mundial (1991) e da OIT (1989) de suas políticas institucionais voltadas para os povos indígenas; a Conferência organizada pela ONU sobre Meio e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO - 92, na qual foi definida a chamada “Agenda 21”, em cujo capítulo 26 é expresso o compromisso de organismos multilaterais e bilaterais de incentivarem o “protagonismo indígena” em projetos de “desenvolvimento” voltados para estes povos⁹⁵; e a definição, em 1994, pela ONU, do período de 1994-2004 como a “Década Internacional dos Povos Indígenas” cujo tema central era a colaboração entre agências internacionais do “desenvolvimento” e povos indígenas para a promoção do “desenvolvimento indígena”. Quanto a este cenário, cito Verdum (2006), novamente, que apresenta em sua tese de doutorado uma leitura muito interessante sobre este amplo panorama de mudanças ocorridas na década de 1990, relativas ao envolvimento entre organismos da cooperação internacional e povos indígenas:

⁹⁵ A “Agenda 21” foi uma das realizações mais significativas da Conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Este é um documento que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Cada país deve desenvolver a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS). A Agenda 21 é um instrumento aprovado internacionalmente, que incentiva a reformulação do planejamento, em nível global, nacional e local, de forma gradual, negociada e embasada no ideal do “desenvolvimento sustentável”, “tendo como meta um novo paradigma econômico e civilizatório”. Segundo este documento “A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente” (Cf. <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21>).

“Às agências foi colocado o desafio... de estabelecer e implementar estratégias para a criação das condições que viabilizassem o apoio direto às comunidades locais e suas organizações. Isto implicou, entre outras coisas, em contribuir para a geração e ampliação da capacidade das organizações indígenas de participar de todas as etapas do ‘ciclo do desenvolvimento’, incluindo as necessárias para assumir um papel de co-responsabilidade e para negociar diretamente (ou participar na negociação) com a cooperação internacional. Ou seja, era necessário formar um ‘público’ ou ‘clientela’ suficientemente preparada para receber a cooperação e se comportar conforme as regras, supostamente, acordadas, de comum acordo, entre as partes - doador e tomador” (Verdum, 2006: 117) (os grifos são meus).

Ao relatar estes eventos descritos acima, Verdum destaca a ascensão da dimensão participativa na agenda internacional do “desenvolvimento indígena”. Quanto aos processos de incorporação desta dimensão à discursividade do “desenvolvimento indígena” circunscritos ao contexto brasileiro, a partir do início da década de 1980 ocorre uma série de eventos, que simultaneamente, alimentam e são alimentados pelos discursos do “etnodesenvolvimentismo” e do “desenvolvimento participativo”. Um deles foi a expansão da criação, por parte dos povos indígenas, de associações de caráter político para a promoção da defesa dos direitos e demandas específicas a estes grupos frente os Estados Nacionais. No Brasil, como descreve o antropólogo Bruce Albert (2000) o fenômeno de multiplicação das associações indígenas a partir do período mencionado, tem sua origem na inter - relação de diversos processos sóciopolíticos mais amplos tanto em âmbito nacional, quanto internacional. No cenário nacional, um evento que contribuiu para a proliferação de organizações políticas indígenas, foi a promulgação da Constituição de 1988, que passou a garantir a possibilidade destas associações se organizarem juridicamente. O segundo fator importante assinalado por Albert no âmbito nacional, foi a retração da gestão estatal direta da “questão indígena” no país (restringindo-se, quase que inteiramente à problemática das demarcações dos territórios indígenas). No contexto internacional, um fator central que contribuiu para a multiplicação das associações indígenas foi a internacionalização das “questões ambientais” e dos direitos das minorias ao longo dos anos 1970 e 1980, junto ao crescente processo de cooperação entre ONGs com agendas ambientalistas e sociais na formulação de “projetos” que articulassem objetivos voltados para a conservação ambiental e o “desenvolvimento local”. Em meio a este enredo, como descrito anteriormente, soma-se o fato das agências de cooperação internacionais passarem a proporcionar apoio para a consolidação de organizações indígenas através de “apoio técnico e financeiro”, assim como, para o Governo para incentivar a criação de mecanismo de apoio a projetos de “desenvolvimento indígena” (como relatado logo acima, a criação do “Institucional

Development Fund” fez parte deste processo [cf. Verdum, 2006]). Albert resume este amplo cenário de interconexões, entre ações de atores internacionais e locais, nas movimentações do “desenvolvimentismo indígena” nacional:

“Durante os anos de 1970-1980, as sociedades indígenas começaram a conquistar um espaço no cenário político nacional contemporâneo (através de organizações políticas próprias). Nos anos 1990, elas viram este espaço se expandir em escala mundial e se desdobrar em um leque de novas potencialidades sócio-econômicas. Os índios da Amazônia não têm mais como único referencial econômico pós-contato o modelo predatório da fronteira local ou o modelo agrícola neocolonial do indigenismo tutelar (os “Projetos de Desenvolvimento Comunitário” da Funai). O processo de descentralização e a interligação crescente do local ao global, fora da mediação do Estado, põem hoje ao seu alcance um universo complexo de fontes de financiamento, recursos técnicos e canais de decisão, desde o município até o Banco Mundial” (Albert, 2000).

Simultaneamente, em meio a esta conjuntura, no final da década de 1980 e início dos anos de 1990 a cooperação internacional em geral, passa a incorporar no seu discurso o ideal da “sustentabilidade ambiental” como uma dimensão fundamental em suas ações para a promoção do “desenvolvimento”. Nesse cenário, os povos indígenas passam a ser vistos, numa leitura idealizada e genérica destes organismos e agências internacionais, assim como, de segmentos mais radicais do movimento ambientalista do norte, quase que “naturalmente” detentores de modos de vida “ambientalmente sustentáveis” e, portanto, protagonistas centrais na defesa do meio ambiente ao redor do mundo e na propagação do “desenvolvimento sustentável”.

3.2. Povos indígenas e a discursividade do “desenvolvimento sustentável”

A partir da década de 1990, os povos indígenas passaram a ser, muito frequentemente, representados em determinados discursos ambientalistas tal como Lévi-Strauss formulou ao tratar dos primeiros entendimentos ocidentais sobre o problema quinhentista das “descontinuidades culturais”: isto é, como “representantes de uma espécie de equilíbrio ‘optimum’ entre o homem e a natureza” (Lévi-Strauss, 1963[1976]: 318). Fato notoriamente conhecido - tal imagem foi utilizada pelo filósofo e teórico político suíço Jean Jacques Rousseau (1712 - 1778) para ilustrar o que constituiria o “estado de natureza”, formulação teórica do seu modelo explicativo para o surgimento da vida social humana; no qual os homens, ainda não corrompidos pelas desigualdades sociais,

viveriam como indivíduos livres e em estado de harmonia com o meio natural⁹⁶. Esta imagem dos povos indígenas como indivíduos vivendo em equilíbrio com o meio ambiente, reaparece em enunciados da atualidade. Os povos indígenas ainda hoje, em certas leituras idealizadas de seus modos de vida, podem ser representados, bem como formulou o antropólogo César Gordon (2005): “a encarnação da nossa utopia pós-moderna e ecológica”. Segundo esta leitura, argumenta Gordon:

“Se nossa sociedade é tida por mercantilista, individualista, baseada num sistema de produção industrial em massa, cujo efeito é a degradação sistemática e planetária do meio natural, ‘os índios’ seriam seu contrário: coletivistas, anticapitalistas, ecológicos, exemplo da harmonia entre sociedade e natureza, talvez porque estejam, pensamos nós, mais próximos dela em todos os sentidos, ou até indistintos dela” (Gordon, 2001:125).

Como um exemplo ilustrativo da captura da imagem do indígena como “ecologista natural” por certas discursividades ambientalistas, pode-se mencionar o caso dos kayapó. Nos anos 1980 e 1990 os kayapó se tornaram personagens célebres na mídia nacional e internacional pela intensa mobilização em favor da demarcação de suas terras e do reconhecimento dos seus direitos políticos. Inicialmente foram apresentados pela mídia como o exemplo máximo do “bom selvagem”, defensores da floresta amazônica e dos direitos indígenas⁹⁷. Para posteriormente, serem rotulados, pela mesma mídia, como

⁹⁶ Em linhas gerais, na perspectiva rousseauiana, o “desenvolvimento” da vida social causava a degeneração dos Homens. No seu modelo explicativo teórico a vida social humana tinha se transformado, com a complexificação e multiplicação das instituições sociais, de um “estado de natureza” inicial equilibrado para, uma vida de desigualdades entre os seres humanos. Nesse sentido, sobre o pensamento rousseauiano, explicam os historiadores e antropólogos noruegueses Eriksen e Nielsen no seu livro “História da Antropologia” (2007: [2001]): “Contrariamente a maioria dos seus contemporâneos, Rousseau afirmava que o desenvolvimento não era progressivo, mas degenerativo, e a causa desse declínio era a própria sociedade. De um estado de natureza original, inocente em que cada indivíduo vivia por si mesmo em harmonia com seu ambiente, as pessoas passaram a criar instituições de casamento, de parentesco, e se estabeleceram em grupos pequenos e sedentários. Até que estes grupos cresceram em complexidade... e a alma livre e boa do Homem ficou esmagada sob o peso da desigualdade social: ‘O Homem nasceu livre, mas está a ferros em toda parte’ (‘Do contrato Social’, Rousseau, 1762[1978]). Rousseau também argumentava que o “contrato social falso” do seu tempo poderia ser substituído por um contrato verdadeiro baseado na liberdade e na democracia...O modelo da sociedade ideal de Rousseau deveria ser encontrado entre os ‘nobres selvagens’, os povos livres... ele se interessava pelos ‘primitivos’, principalmente por representarem valores contrários aos da sua época. Simbolizavam o Homem racional que renasceria na sociedade ideal do futuro” (:22) (os grifos são meus).

⁹⁷ Os Kayapó Paulinho Payakã e Raoni tiveram uma significativa exposição na mídia por defenderem a floresta amazônica e os direitos indígenas. Estória amplamente conhecida, em janeiro de 1988 o líder kayapó Payakã viajou para os EUA a convite do etnobotânico norte-americano Darell Posey, para participar na Universidade da Flórida, em Miami (EUA), de um simpósio sobre manejo de florestas tropicais. Neste encontro, Payakã protesta contra o Banco Mundial que iria financiar um projeto de hidrelétricas no Rio Xingu que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas, sendo que nenhum destes povos havia sido consultado pelo Banco (cf., Viveiros de Castro e Andrade, 1988). Entre as hidrelétricas previstas, havia os projetos das hidroelétricas de Belo Monte (ou Kararao) e de Altamira (ou Babaquara) no trecho do

“índios mercantilistas”, sobretudo, em decorrência das atividades de garimpo (ouro) e de extração de madeira (mogno) que parte deste povo realizava no seu território no estado do Pará, assim como, em função do consumo intenso de bens industrializados dos mercados urbanos próximos ao território kayapó. A representação recente deste povo indígena, fabricada pelo movimento ambientalista e pela mídia, oscilou e foi aprisionada, em um breve espaço de tempo, entre duas imagens completamente opostas. Como relata Gordon:

“No início dos anos 1990 a associação dos Mebengokre (kayapó) com o discurso ambientalista internacional estava no auge. Mas boa parte do movimento ambientalista incorporou-os com uma imagem edênica: eles eram vistos como nobres selvagens, defensores da floresta e da natureza, pois que - outra vez o naturalismo humanista - seres naturais. É possível que, dadas as circunstâncias, os líderes Mebengokre tenham se valido dessa representação para chamar a atenção da opinião pública internacional acerca dos problemas que os afligiam, sobretudo, a situação de suas terras. Por outro lado, eles certamente não perceberam com clareza que, sendo absorvidos pelo discurso idealizado do ambientalismo, podiam estar caminhando num fio de navalha ... havia aí portanto, um mal-entendido. A imagem idealizada que parte do movimento ambientalista tinha dos Kayapó impediu de ver que a defesa que estes faziam da floresta e da natureza não tinha um fim em si mesmo, nem era baseada numa suposta pureza silvícola. Fica a impressão de que a ajuda internacional só se interessava pelos índios porque eles se comportavam como defensores da natureza” (Gordon, 2001:128) (os grifos são meus).

Quando menciono o “aprisionamento” dos povos indígenas em certas representações idealizadas que circulam nas negociações ambientalistas, isto não significa que os povos indígenas assumem uma postura passiva ou inerte nas relações que estabelecem com o “mercado socioambiental de projetos”. Como amplamente discutido, e demonstrado na citação acima, os povos nativos fazem usos políticos próprios da retórica ambientalista em negociações por acesso a benefícios e satisfação de demandas locais (quanto a este ponto do debate cf., por exemplo, Gallois, 1997; Sahlins, 1997; Albert, 2002). Nessa direção, como argumenta a antropóloga Dominique Gallois:

rio Xingu que atingia as terras Kayapó. Atualmente a discussão sobre a construção de Belo Monte voltou à tona trazendo os mesmos problemas da década de 1980, impactos socioambientais e desrespeito aos direitos indígenas. No início de 1990, o líder kayapó Raoni ficou conhecido por sua parceria com o cantor inglês Sting para arrecadar fundos para a causa preservacionista amazônica, o que resultou na fundação da ONG RainForest pelo cantor (Gordon, 2001; Posey, 1994).

“Diante dos sentimentos de perda e da imensa dificuldade que os povos indígenas enfrentam para se impor às classes dominantes nos países em que vivem, a estratégia da retórica ‘ambientalista’ que eles vêm adotando para se fazer ouvir deve ser analisada como mais uma tentativa de afirmar sua autonomia. Há muito tempo os povos indígenas entenderam que o desenvolvimento é basicamente uma retórica, cuja realização só pode ser performática... o uso dessa linguagem e dessa retórica tem a vantagem de manter o fluxo de financiamentos, de garantir a reprodução de agências que abrirão suas portas aos índios na medida em que estes se adequem à linguagem do momento” (Gallois, 2001b: 181) (os grifos são meus).

No entanto, o que se pretende frisar é a perigosa ambigüidade que reside em uma determinada vinculação da “questão indígena” à causa ambientalista/ecológica como o fator, por excelência, que viabiliza ou motiva a criação de possibilidades de acesso a recursos e apoio (financeiro, técnico e político) para estes povos. Uma vez que, quando essas populações deixam de corresponder à imagem esperada pela interpretação ambientalista idealizada das suas realidades vividas, sustentada por operadores do “aparato do desenvolvimento” (Ferguson, 1994; Escobar, 1995) - porque assim desejam (por exemplo, no caso dos kayapó) ou porque simplesmente não podem mais corresponder a tal imagem (por exemplo, grupos indígenas em situação de confinamento⁹⁸) - a eles pode passar a ser reduzido, negado e/ou suspenso o “fomento” para “projetos de desenvolvimento” em seu benefício. Tal fato ocorreu com os Kayapós, como descrito, quando estes fizeram opções próprias de consumo e de usos dos recursos naturais do seu território que não correspondiam do mesmo modo às expectativas da representação tradicional do “indígena ecologista natural” aclamada por parte do movimento ambientalista. O “exemplo kayapó” ilustra a dupla ambigüidade desta problemática: inicialmente, foram beneficiados, receberam suporte político da opinião pública porque se encaixavam num estereótipo ambientalista, para em seguida, em função de opções feitas autonomamente, frente a dinâmicas impostas pelo contato com a sociedade de mercado, serem caracterizados como “destruidores da natureza”. Isto nos leva a uma das indagações iniciais expostas na apresentação: quais são as conseqüências políticas e sociais para os povos indígenas do atrelamento do “desenvolvimento indígena” a determinados discursos ambientalistas ou à discursividade do “desenvolvimento sustentável”?

⁹⁸ Uma situação de “confinamento” se caracteriza por um alto adensamento populacional presente em um território de pequena extensão. Neste contexto, fica mais difícil para a população manter a integridade ecológica do seu território, em decorrência do intenso impacto das ações humanas no restrito espaço físico que o compõe. Um exemplo de grupo indígena em situação de extremo confinamento no Brasil são os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul.

Amazônia indígena e socioambientalismo: desafios à resolução de uma equação tensa

“... com a crescente repercussão de argumentos ambientalistas variados, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa Ocidental: pouco a pouco a especificidade dos problemas dos povos indígenas, assim como de suas soluções, foi equacionada sob a condição de problemas de conservação e utilização, racional e sustentável, do meio ambiente, com ênfase quase que exclusiva na região e nas populações indígenas amazônicas, em detrimento da pluralidade de situações indígenas e ecológicas existentes no Brasil. Em outras palavras, a esfera fundiária e os problemas de etnodesenvolvimento foram parcialmente reelaborados sob o rótulo de desenvolvimento sustentável, cuja genealogia é outra... é necessário uma ação concertada entre as fontes de financiamento em seus variados perfis e as demandas indígenas reais: fornecer recursos para que as sociedades indígenas cumpram os destinos desejados pelos países doadores é a marca mais segura da (ir)racionalidade que permite a auto-reprodução do desenvolvimentismo sob novas roupagens” (Souza Lima e Barroso-Hoffman, 2002: 15 e 28) (os grifos são meus e os itálicos dos autores).

“A cooperação internacional no contexto Norte-Sul requer somas importantes, muito mais significativas do que as até agora prometidas e, sobretudo comprometidas. Mais do que isto, essa cooperação não pode ficar restrita a empréstimos ou doações orientados, através de condicionalidades de todo o gênero, a promover antes de mais nada, o ajustamento dos países subdesenvolvidos às preocupações ecológicas dos países fornecedores dessa assistência ...” (Nogueira Batista, 1994:130) (os grifos são meus).

Contrariando as previsões catastrofistas do discurso militar da década de 1970 (Cardoso de Oliveira, 1996), o desaparecimento físico das populações indígenas no Brasil não parece ser na atualidade uma realidade provável. No entanto, se por um lado, de fato, as populações indígenas no Brasil estão crescendo (cf. “Povos Indígenas no Brasil – 2001/2005”, ISA, 2005)⁹⁹, por outro, também deve ser reconhecido que, cada vez mais, aumentam as pressões decorrentes dos avanços das frentes atuais de expansão econômica (principalmente, pecuária, soja e atividade madeireira) sobre os territórios

⁹⁹ Em números absolutos a população indígena no Brasil esta aumentando de tamanho ISA (idem). Contudo, há certos grupos (cerca de 12 povos) que são compostos por um número bastante reduzido de indivíduos e que estão em perigo de desaparecerem. Alguns exemplos são: os Juma, localizados no estado do AM (família lingüística Tupi-Guarani) que contam com 5 indivíduos, os Xetá (família lingüística Tupi-Guarani), localizados no estado do PR, que contam com 8 indivíduos e os Ewarhuyana (família lingüística não definida), localizados no estado do PA que contam com 12 indivíduos (fonte: dados retirados do “Quadro geral de populações indígenas” encontrado na página do Instituto Socioambiental - www.socioambiental.org -, atualizado pela última vez em dezembro de 2006).

indígenas. Processos que afetam diretamente e de forma negativa, a integridade física e sociocultural destes grupos.

Nesse cenário, há um outro dado relevante a ser considerado quando se pretende compreender a conjuntura socioambiental indígena nacional contemporânea: a dualidade concreta representada pela situação contrastante das TIs na Amazônia Legal e no resto do país. Enquanto que 99% da extensão total das Terras Indígenas estão situadas na Amazônia Legal, onde vivem cerca de 60% da população indígena brasileira, os outros 40% vivem confinados em 1% da extensão das terras localizadas nas porções leste, Sudeste, Sul e Nordeste do país (F. Ricardo, 2004). Dessa maneira, nota-se que alguns povos indígenas têm melhores condições do que outros para criar estratégias próprias de conservação dos recursos naturais (B. Ricardo, 2002). Os diferentes padrões de territorialidade (idem) vividos pelos povos nativos¹⁰⁰, parecem fazer com que estes grupos tenham acesso desigual às oportunidades oferecidas no “mercado de projetos” (composto por iniciativas públicas, não governamentais, nacionais e internacionais). Isso se deve ao fato de que, por detrás desses processos de definição de políticas indigenistas socioambientais junto à temática do “desenvolvimento”, parece existir um embate tenso entre duas lógicas, que podem ser denominadas, respectivamente, dos “direitos sociais” e a de caráter “ecológico ambientalista”. A lógica da “causa ecológica”, como vimos, é um estímulo poderoso para alavancar financiamentos de projetos para o “desenvolvimento indígena”. Parece que, isto, se deve em parte, pelo fato das demandas dos povos indígenas serem frequentemente tratadas pela política oficial como problemas secundários em relação a questões consideradas mais significativas politicamente e economicamente, por exemplo, a questão ambiental. Nessa direção, os problemas indígenas são muitas vezes subordinados à perspectiva da conservação ambiental. Contudo, a justificativa do “comportamento ambientalista indígena” pode ser, ao mesmo tempo, um argumento politicamente rentável para estes povos, como também, em determinadas conjunturas, pode se reverter em uma armadilha política para os mesmos. Para ilustrar tal constatação geral, retomamos o caso específico dos Kayapó. Nessa direção, como argumenta o antropólogo norte americano William Fisher:

¹⁰⁰ Como já foi dito, em linhas gerais, os padrões de territorialidade são caracterizados pela oposição: territórios extensos com baixo impacto demográfico (realidade mais freqüentemente presente na Amazônia Legal) X situação de confinamento.

“... existe o perigo para ambos, tanto ambientalistas, quanto os Kayapó, em se apoiarem na imagem do indígena como guardião das florestas tropicais. Esta representação sugere que deve ser dada oportunidade para que modos de vida indígena sobrevivam, devido ao fato de que determinadas ações destes povos são consideradas benéficas ao meio ambiente, ao invés de basear-se na defesa dos direitos indígenas na noção de justiça, à qual asseguraria (em tese) a manutenção de suas tradições culturais... enquanto eles, os Kayapó, necessitam de uma base territorial e de recursos naturais para manterem suas tradições, da mesma forma, também necessitam outros povos indígenas, que foram menos bem sucedidos nos seus esforços de resistência e sobrevivência. Para se defender com sucesso um modo de vida é necessário abraçar e abranger mais do que simplesmente o ideário ecológico... Adicionalmente, este cenário, no qual é definido a autenticidade das atividades indígenas em termos de ‘papéis sociais tradicionais’ (que espera-se que estes povos cumpram), isto pode restringir os esforços dos Kayapó para obter concessões e/ou usar seus territórios da maneira que eles próprios escolherem” (Fisher, 1994: 229) (os grifos são meus).

Como relatam Souza Lima e Barroso-Hoffman (2001) no final dos anos 1980, um evento que contribuiu para a construção da imagem dos índios amazônicos como “ecologistas naturais”, foi a grande visibilidade que o movimento de seringueiros do Acre obteve na mídia internacional e nacional neste período. Neste contexto, foi estabelecida uma aliança entre este movimento e os povos indígenas da região. A partir desta parceria regional, entre índios e extrativistas, foi construída uma generalização de uma imagem - para e sobre - os índios amazônicos como “defensores máximos da floresta”, que contribuiu para alimentar um certo utopismo ecologista em relação à estes povos (Souza Lima e Barroso-Hoffman, 2001: 16). O mencionado caso da articulação do movimento dos seringueiros é um bom exemplo para esboçar a simultaneidade dos processos aqui em debate acerca do encontro entre agendas e discursos globais (que envolvem os temas do “desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”), com demandas locais de grupos politicamente minoritários. Isso porque, ao mesmo tempo em que os chamados “povos da floresta” podem ser cooptados por certas retóricas ambientalistas, na forma de imagens de “ecologistas inatos”, eles também se apropriam dessas mesmas retóricas em negociações políticas, a favor de interesses próprios. Este processo, especificamente referente ao caso dos seringueiros, é assim descrito pelo antropólogo Mauro Almeida:

“Os seringueiros amazônicos eram invisíveis no cenário nacional nos anos de 1970. Começaram a se articular como um movimento agrário no início dos anos de 1980, e na década seguinte conseguiram reconhecimento nacional, obtendo a implantação das primeiras reservas extrativas após o assassinato de Chico Mendes. Assim, em vinte anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular... os seringueiros tentaram sair da marginalidade para a visibilidade... ao fazer isso, vários líderes seringueiros apropriaram-se de parte do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados. Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como ‘povos da floresta’, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos” (Almeida, 2004: 1-2) (os grifos são meus).

Retomando o foco do debate nos povos indígenas, a antropóloga Anna Tsing (2005) também sublinha a existência desta conexão entre uma representação ideal dessas populações, sobretudo, dos grupos amazônicos, consolidada pelo movimento ambientalista do norte, com a mobilização internacional pela defesa da floresta amazônica:

“A partir do início da década de 1990 a campanha internacional para salvar a floresta amazônica fez da causa dos direitos indígenas uma importante ferramenta na agenda do ambientalismo global” (Tsing, 2005: 224).

A mesma autora citada acima relata que tal construção da imagem dos povos indígenas pelo movimento ambientalista dos países do norte como “protetores da floresta” foi tão eficaz, que o movimento ambientalista indonésio viu o potencial na categoria de “povos indígenas” enquanto um instrumento de mobilização política para a defesa do reconhecimento de direitos de populações habitantes de áreas rurais e florestais na Indonésia. A autora relata o interessante processo de tradução realizado pelo movimento ambientalista indonésio da categoria “indigenous people”, para que esta expressão tivesse circulação e adesão à situação política, social e ambiental na Indonésia. Tsing relata que ativistas indonésios ao perceberem a força política dos termos “indigenous people” e “indigenous rights”, que tinham seus sentidos conectados a imagem idealizada dos povos indígenas amazônicos, eles realizaram um processo de tradução destas expressões para que elas fossem aplicadas e incorporadas nas reivindicações de direitos de residentes em florestas naquele país. A autora explica que o termo “indigenous”

significa “pribumi”. Contudo, este termo é usado para excluir indonésios das origens chinesas, o que os impede de ter sua cidadania reconhecida de forma completa. Ou seja, era um termo racista que não ajudava os ativistas nas suas mobilizações políticas (:224). Dessa maneira, o movimento ambientalista indonésio adotou a categoria “masyarakat adat” para traduzir “indigenous people”, uma vez que esta expressão se refere à idéia de “sociedade tradicional” (“adat” significa “costume” ou “dos usos e costumes” [“customary law”] e “masyarakat adat” corresponde à “sociedade tradicional”) (idem: 225). A autora demonstra de que maneira tal categoria funcionou e funciona, em certos contextos de negociações, como um instrumento político de afirmação de direitos para segmentos de populações florestais que historicamente tiveram seus direitos não reconhecidos. Contudo, tais categorias também foram usadas em determinadas conjunturas políticas para assinalar supostos “privilégios” que as tais “populações tradicionais” estariam reivindicando. Ao longo do processo de tradução, mesmo entre os ativistas do movimento ambientalista, a aceitação do termo traduzido para “indigenous people” não foi uma dinâmica consensual. Os ativistas divergiram enormemente quanto à eficácia e o sentido desta categoria enquanto um instrumento para advogar a favor das populações florestais. Nas palavras de Tsing: “Muitos acharam que tal categoria era um termo ‘romantizado’, e argumentavam que atualmente todas as ‘tradições’ são falsas. Alguns viam o termo como uma herança feudal que deveria ser substituído pelos termos da lei moderna. Outros o consideram uma ferramenta conceitual útil para lutar pelos direitos de populações florestais, permitindo-os explicar porque o sistema de exploração dos recursos naturais (do governo indonésio) estava errado” (:225). Dinâmicas que indicam, mais uma vez, como a construção cultural de discursividades não é um processo isento de “fricções” e desacordos. Alguns dos fatores que, justamente, mobilizam a produção de significados.

Retomando o debate mais amplo, como foi argumentado, o uso político do discurso ecológico não é uma estratégia válida para todos os povos indígenas, pois ele não se aplica igualmente à realidade de todos os grupos nativos, como, por exemplo, em relação a aqueles grupos que possuem um padrão de territorialidade caracterizado por uma situação de confinamento; condição vivida, sobretudo, por grupos não amazônicos. Esta ponderação, não sugere, contudo, que o argumento ecológico, como suporte para financiamento de projetos para o “desenvolvimento indígena”, deva ser descartado; porque ele se aplica de fato a uma série de situações nas quais existe uma correlação, pelo menos até o presente momento, entre preservação da biodiversidade e a presença de povos nativos. De acordo com dados atuais, no Brasil as Terras Indígenas (TIs) representam uma extensão geográfica maior do que as UCs, sendo as áreas, de modo geral, que contém territórios mais intactos, funcionando como barreira de desmatamento em diversos lugares, por exemplo, no Alto Xingu e no Noroeste do Mato Grosso (F.

Ricardo, 2004). Na região Amazônica, um estudo publicado recentemente (Nepstad, Schwartzman, Bamberger, Santili, Ray, Schlensinger, Lefebvre, Alencar, Prinz, Fisk, Rolla, 2006) demonstrou, através da análise de fotografias de satélite, o desempenho no impedimento de queimadas e desmatamento de áreas onde não é permitida a ocupação humana (representadas na pesquisa por parques, reservas biológicas e estações ecológicas que fossem > 1000 ha) e áreas habitadas por humanos (territórios indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais também > 1000 ha). Os territórios indígenas, que somados cobrem um quinto da Amazônia brasileira, demonstraram alta funcionabilidade em impedir queimadas e desmatamento. Este resultado foi encontrado mesmo em regiões onde as fronteiras das TIs estão cercadas por espaços desmatados. Isto demonstra que além da importância social e cultural das TIs elas têm cumprido um papel central na conservação ecológico-ambiental da Floresta Amazônica. No entanto, mesmo frente a este cenário no qual as TIs cumprem um papel significativo na preservação do meio ambiente, deve - se problematizar os limites do argumento ecológico, que circula na chamada “indústria da conservação” (Cleary, 2004)¹⁰¹ ou no “mercado de projetos” (Albert, 2000), como motivador para o fomento do “desenvolvimento indígena”. Tal justificativa não deve se sobrepor nem tampouco substituir o argumento dos direitos sociais e da autodeterminação. Se a lógica dos direitos sociais for substituída pela razão ecológica, em conjunturas nas quais os povos nativos não possuem o “perfil socioambiental” tido como “adequado” pelo discurso do “desenvolvimento sustentável” e não tiverem condições de cumprir as exigências do “contrato preservacionista” previsto nessa discursividade estruturadora do universo dos “projetos de desenvolvimento”, como esses grupos irão acessar os recursos financeiros e políticos de apoio para resolução de seus dilemas e desafios socioambientais? Povos nativos que não se “encaixam” nos supostos exigidos pela lógica ambientalista, baseando-se no nexos dos direitos sociais, não deveriam ter acesso reduzido e/ou negado aos recursos necessários para a promoção do seu bem estar (político, cultural, ambiental, territorial etc.). Por outro lado, em situações onde é possível as duas lógicas coexistirem; elas poderiam se complementar na geração de recursos políticos e financeiros para estes povos. Nesta direção argumenta Fearnside (2005a):

¹⁰¹ Nas palavras de Cleary: “A indústria da conservação é historicamente nova, mas em pleno crescimento, com tudo que se espera de uma indústria moderna. Já globalizada, opera através de uma densa rede de governos e ONGs, que traçam relações complexas com órgãos internacionais e um corpo crescente de legislação nacional e internacional... muitos recursos fluem nas veias dessa indústria. A maior parte vem de investimentos de governos e entidades multilaterais, mas uma parte também de grandes ONGs multinacionais, inevitavelmente do chamado primeiro mundo...” (Cleary, 2004: 114).

“Pensadores puristas, algumas vezes, afirmam sobre as populações indígenas e seus territórios, que estes deveriam ser resguardados considerando unicamente os princípios/normas relativas aos direitos humanos, em contraposição, aos conceitos lastreados na noção de benefícios utilitários-objetivos que estas populações proporcionam ao resto do mundo. O receio é de que se estes benefícios utilitários que estes grupos geram, declinarem em importância, ou ainda, que o valor de conversão da terra, orientando-a para outros fins e usos, sejam avaliados como de maior valia econômica; isto tornaria estes povos vulneráveis, se a tese do utilitarismo se tornasse a racionalidade da garantia da manutenção destes grupos. Entretanto, é importante perceber que a noção de direitos humanos e dos benefícios utilitários não se constituem formas excludentes de apoio e motivação para a manutenção desses grupos. Os direitos humanos balizam um limite menor para iniciativas de apoio, mas o reconhecimento claro da sua importância não pode servir como justificativa para dispensar ou ignorar o grande potencial do valor associado à prestação de serviços ambientais (por estes grupos).” (Fearnside, 2005a: 190) (os grifos são meus).

Quando se discutem as possibilidades e obstáculos políticos atuais à gestão de terras indígenas, é necessário considerar essas duas situações bastante diferentes em decorrência do já mencionado “padrão de territorialidade”: povos que habitam territórios extensos e contínuos, nos quais é possível reproduzirem formas “tradicionais” de ocupação (situação mais comum no Centro-Oeste e na Amazônia Legal), e povos que vivem em situação de confinamento e/ou descontinuidade territorial, os quais são obrigados a exercer uma exploração intensiva dos recursos naturais (situação mais freqüente no Nordeste, Leste e Sul do país) (Ricardo, 2002; Lima e Pozzobom, 2005)¹⁰². Como constata o antropólogo Beto Ricardo (2002):

“A diferença básica de padrão de territorialidade, associada às disputas de interesse de diferentes atores da chamada ‘sociedade envolvente’, cria oportunidades políticas muito diferentes para os povos indígenas no Brasil solucionarem seus desafios socioambientais. Em outros termos, povos em situação de confinamento em territórios reduzidos parecem ter baixa interconexão com estratégias ambientalistas e enfrentam obstáculos diferentes daqueles povos que vivem em terras extensas, com baixa demografia e recursos naturais preservados” (Ricardo, 2002).

¹⁰² Há exceções em ambas as situações descritas: no centro-sul há o exemplo dos Kadiweu com um território de 400 mil ha em uma região que outras etnias ficaram confinadas em microterritórios fragmentados. Assim como, na Amazônia também há “grupos exceções” como os Mura no estado do Amazonas, que vivem em situação de confinamento. Dados retirados da página do Instituto Socioambiental - www.isa.org.

Nesse cenário, um ponto central relacionado à viabilidade do manejo e preservação dos recursos naturais em terras indígenas diz respeito às oportunidades econômicas acessíveis a estes grupos (Cleary, 2004). Contudo, na atualidade, se projetos e programas de cunho socioeconômicos realizados em TIs se subordinarem a discursos ecologistas utopistas, podem acabar reproduzindo concepções discriminatórias a respeito dos povos indígenas. Além desses esforços não resolverem os problemas econômicos indígenas, eles contribuiriam à consolidação de uma imagem equivocada a respeito destes grupos. Tais formulações discursivas podem ser entendidas como um obstáculo central à gestão econômico ambiental pós - demarcatória de terras indígenas. Como argumenta Gallois:

“Sem dúvida, as sociedades indígenas são sociedades que vivem e desejam continuar vivendo sua autonomia em forma sustentável. Esta opção não será viável se as instituições ‘tutoras’ se limitarem a formatar seletivamente o conhecimento antropológico para reduzir, como forma ‘correta’ de desenvolvimento para os índios, apenas aqueles programas caracterizados por atividades, saberes e produtos considerados ‘tradicionais’... a supervalorização das formas de manejo dos recursos ditos ‘tradicionais’ que delimita um conjunto muito restrito de possibilidades de desenvolvimento indígena representa uma armadilha e uma nova forma de intolerância. Tal discriminação seletiva de projetos de fomento e alternativas econômicas em áreas indígenas - operada tanto por agências governamentais como não governamentais - carece de fundamentação antropológica e tende a se apoiar apenas em estereótipos sobre a relação entre estes povos e a natureza” (Gallois, 2001b: 182-183) (os grifos são meus).

Nesse contexto de “pós-territorialidade” diferenciada (terras extensas X confinamento), de retração do aparelho estatal, de expansão de novas formas políticas de organização indígena e diversificação das oportunidades de apoio (financeiro, técnico, político, etc.) para estes grupos, as sociedades indígenas no Brasil estão enfrentando novos desafios relacionados à direção de complexas tramas sócio-políticas - internas e externas - no sentido de garantir acesso a fontes de financiamentos de projetos e programas com finalidades diferenciadas, que correspondam as suas demandas específicas, entre elas, a gestão econômico-ambiental dos seus territórios (Ricardo, 2002, 2004; Cleary, 2004).

Acima, foram demonstrados alguns dos eventos centrais que revelam mudanças recentes, internacionais e nacionais, conectadas ao chamado “desenvolvimento indígena”. Esta rede, envolvendo diversos atores nacionais e internacionais - ONGs, agências governamentais indigenistas, agências de cooperação, organizações indígenas, organizações ambientalistas - compõe o cenário político atual, no qual o chamado

“desenvolvimento indígena” vem se configurando. Nesse amplo panorama, é que emergiram as condições que possibilitaram a formação do programa federal indigenista amazônico denominado PDPI, que será apresentado a seguir. Como mencionado na apresentação, o PDPI é uma boa experiência para se pensar sobre certos desafios da atualidade para a política indigenista amazônica. O intuito foi trazer o caso do PDPI para a análise para pensar sobre parte do seu significado político: enquanto uma experiência que ilustra a ascensão de determinadas tendências no campo das práticas conectadas às novas modalidades discursivas do “desenvolvimento”, na sua relação com os temas do “meio ambiente” e da “cultura”.

3.3. Estado nacional, cooperação internacional e “projetos indígenas:” o caso do PDPI

“Não seria exagero dizer que as elites começaram a despertar para a seriedade da questão ambiental no Brasil, quando o Banco Mundial, pressionado pelas organizações não governamentais do Norte e diante do inegável desastre de projetos de desenvolvimento que vinha financiando, passou a bloquear alguns empréstimos. Foi preciso que a devastação da floresta amazônica e o lamentável tratamento da questão indígena fossem contestados em instituições financeiras internacionais para que internamente as elites principiassem a perceber a existência de um problema.” (Garcia dos Santos, 1994:146).

“Sobre as possibilidades financeiras e mecanismos de fomentos para projetos de etnodesenvolvimento no Brasil, a maioria das experiências já realizadas ou em curso são sustentadas financeiramente por agências de cooperação internacional, privadas e públicas... Lamentavelmente a FUNAI não dispõe de recursos e muito menos cultura interna para financiar e propor projetos dessa natureza” (Azanha, 2002: 35) (os grifos são meus).

“No Brasil, observa-se que as agências de cooperação internacional, bilaterais e multilaterais, assim como, algumas ONGs internacionais, progressivamente passaram a influir nas políticas indigenistas do Estado nacional no sentido de uma maior liberalização política, bem como na forma de incorporação dos povos e organizações indígenas nas políticas de desenvolvimento nacional e integração regional” (Verdum, 2006: 92) (os grifos são meus).

Em linhas gerais, pode-se caracterizar a história da Amazônia como um complexo enredo marcado por uma série de ciclos, baseados na exportação de produtos extrativos e na exploração da mão-de-obra nativa, que freqüentemente desencadearam efeitos

negativos para o meio ambiente e para a população da região¹⁰³. Após o colapso do ciclo da borracha na década de 1910, a economia amazônica entrou num período de estagnação, sendo precariamente sustentada por frentes extrativistas, garimpeiros e pecuaristas, até a implementação dos planos de integração geopolítica dos governos militares dos anos 1960 e 1970 (Lená, 2002)¹⁰⁴. A década de 1970 caracterizou-se por uma atuação marcante do governo federal na Amazônia. A preocupação central do Estado nacional nesse período - garantir a “segurança nacional” - orientava suas ações de “colonização” na região. Nesse contexto, a Amazônia era vista como uma nova fronteira de recursos a ser explorada com vistas a contribuir para o processo de integração nacional e, sobretudo, para o crescimento econômico (entendido como sinônimo de “desenvolvimento”) do país. Essa perspectiva se baseava em um projeto político que desencadeou a implementação dos chamados “Planos de Integração Nacional” (PINs). Por meio da construção de rodovias (nos anos de 1970 o governo militar construiu novas rodovias como, por exemplo, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém), hidrelétricas (nesse período o governo militar construiu a hidroelétrica de Tucurí no estado do Pará e a de Balbina no estado do Amazonas) e da instalação de projetos de mineração e agropecuário, - tais planos objetivavam a abertura de caminhos para a ocupação de áreas vistas como possíveis mercados. Em 1974, é lançado o programa denominado Polaamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), com um total de quinze pólos de investimento na região. Nesses pólos, recursos públicos e privados foram concentrados em projetos de pecuária de grande escala, atividades madeireiras, mineração e projetos hidrelétricos (idem). Apesar destes “planos” da década de 1970, as políticas desenvolvimentistas do período promoveram uma ocupação não planejada e predatória da região, levando a intensa competição territorial e forte disputa pelos recursos naturais da Amazônia.

A partir de meados da década de 1980, ocorre uma crescente conscientização nacional e internacional sobre os problemas ambientais na Amazônia: desmatamento, queimadas, extinção da flora e fauna, poluição dos rios etc. Nesse período, a “dimensão ambiental” do “desenvolvimento” passa a ser considerada mais seriamente no discurso desenvolvimentista internacional (ver segundo capítulo nesta dissertação). Cada vez mais, a idéia de um “desenvolvimento sustentável” e “socialmente justo” vai se

¹⁰³ No século XVII a exploração das drogas do sertão, cacau no século XVIII e a borracha no século XIX (Seixas Lorenço, 2001).

¹⁰⁴ Segundo Lená (2002) é possível identificar três grandes fases das políticas de “desenvolvimento” para a Amazônia Legal. Nos termos do antropólogo, estas podem ser descritas como: fase “tradicional” ou “clientelista”, fase “modernista” e fase “pós-moderna”, também denominada como “socioambiental”. No corpo do texto percorremos brevemente estas fases para demonstrar em qual contexto surgiram os programas do PPG7 e do PDPI, experiências que interessam para esta parte final da discussão da pesquisa.

popularizando. Essa tendência global nos debates sobre “desenvolvimento” faz com que, a partir da década de 1990, ocorra um processo de redefinição das políticas públicas nacionais relacionadas às questões ambientais. Na Amazônia, a abordagem das questões ambientais no campo das políticas públicas também sofre alterações a partir deste período. Como argumenta, por exemplo, o economista Seixas Lourenço (2001), em resposta às pressões externas e internas, os organismos financeiros internacionais, que até então haviam apoiado a construção de estradas e grandes projetos de infra-estrutura na Amazônia, mudam sua posição, condicionando os empréstimos a prévias avaliações de impacto ambiental (Seixas Lourenço, 2001: 362). Além da mudança na abordagem política da “temática ambiental” ter engendrado alterações na política indigenista brasileira, outro fator que contribuiu, a partir dos anos 1990, para a reformulação da mesma foi o, já mencionado, processo de redefinição mais ampla do papel do Estado brasileiro, orientado para a redução de seu aparelho burocrático, através de programas de privatização e terceirização. Nesse processo, houve um esvaziamento político e orçamentário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (INESC, 2000). Somado a isso, outro aspecto que contribuiu para as novas articulações que se configuraram a partir de 1990, entre as populações indígenas e a iniciativa pública, foi o reconhecimento de um terceiro ator entre o Estado e a população civil: as chamadas “organizações não - governamentais” (ONGs). As ONGs passam a ser protagonistas da definição e implementação de certas políticas, que assim deixaram de ser exclusivas do Estado. Nesta conjuntura, vai fortalecendo e consolidando-se um indigenismo não estatal praticado por ONGs, igrejas, organismos e agências internacionais de cooperação. Este processo de retração progressiva do Estado da cena indigenista é descrito a seguir pelo antropólogo Bruce Albert (2000):

“(…) tanto por desinteresse político (prioridades macro-econômicas), quanto por vácuo conceitual (ausência de reforma de uma administração indigenista obsoleta), o Estado parece ter desistido do planejamento de uma política indigenista de intervenção direta. Limita em grande parte sua intervenção ao prosseguimento da legalização e desintrusão das terras da União, consideradas de uso exclusivo das populações indígenas. Ele transfere o essencial da responsabilidade dos serviços públicos direcionados às populações indígenas, seja para a esfera local por via de descentralização (educação e saúde indígena estadualizadas e municipalizadas), seja para a esfera global por via de terceirização (responsabilidade do apoio econômico às comunidades indígenas em grande parte transferido para a cooperação internacional)” (Albert, 2000) (os grifos são meus).

Nessa conjuntura que se constitui, na qual se conforma uma nova abordagem internacional e nacional da problemática ambiental na sua relação com o tema do “desenvolvimento”, somado ao processo de redução do aparelho burocrático do Estado nacional brasileiro e da ampliação e fortalecimento de um “indigenismo não estatal” através das ações de ONGs (nacionais e internacionais) e da cooperação internacional (Albert, 2000; INESC, 2000; Verdum, 2006), é elaborado o Programa de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) e posteriormente, como parte desta iniciativa, foi elaborado o Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI).

PPG-7 e PDPI

Como mencionado, no Brasil, a partir da década de 1990, houve um processo de redefinição das políticas públicas relacionadas às questões ambientais. Com a Eco-92 o discurso do “desenvolvimento sustentável” se popularizou e as demandas ambientais passaram a ser emolduradas pela retórica da “sustentabilidade”. Nesse período, o movimento ambientalista brasileiro, associado a grupos do movimento social nacional, criou a idéia de um modelo de “desenvolvimento” denominado “socioambiental”. Um importante marco da consolidação da retórica socioambiental foi a articulação na Amazônia brasileira entre povos indígenas e as chamadas “populações tradicionais” com o suporte de grupos da sociedade civil, nacional e internacional, que resultou na criação da “Aliança dos Povos da Floresta” (Santili, 2005). A retórica do socioambientalismo amazônico reivindica, desde seu surgimento, ações públicas que atendam as demandas sociais e ambientais das populações que tiveram seus direitos historicamente negligenciados pelas práticas orientadas pelo modelo desenvolvimentista. Isso envolveria, sobretudo, a implementação de programas e ações públicas voltadas para o “desenvolvimento rural” da região, além de ações que garantissem uma “repartição socialmente justa” dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais da floresta entre as comunidades locais (idem). Essa mudança no discurso ambiental brasileiro dialoga com a transformação do discurso “global” ambiental produzido pelos organismos internacionais e governos dos países centrais. Um exemplo ilustrativo destas transformações discursivas é que o próprio Banco Mundial adotou em 1992 a “redução da pobreza” em conjunto com o “gerenciamento ambiental” os seus objetivos primordiais (cf. The World Bank, 1992). Como se disseminou amplamente na bibliografia crítica sobre a discursividade do “desenvolvimento”, os projetos financiados pelo Banco Mundial são largamente criticados, principalmente pela sua incapacidade de reduzir significativamente a pobreza dos países onde são implementados e pelas perdas sociais e ambientais que frequentemente causam. O Banco Mundial adquiriu notoriedade sob acusações de ser

defensor dos interesses do grande capital e dos países industrializados, de promover políticas de alto custo para os grupos mais pobres e de agir de forma ambientalmente irresponsável. O fato dessa instituição optar, no início da década de 1990, por uma retórica que contrariava explicitamente suas práticas históricas evidencia a força discursiva do enunciado do “desenvolvimento sustentável”. Em 1992, o Banco Mundial criou um fundo para financiar o “Programa de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras” (PPG7). O PPG-7 foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados, em 1990, nos EUA e aprovado em 1991. O Programa foi lançado no Brasil no encontro do Rio-92. Os primeiros projetos foram iniciados em 1995. O objetivo do programa é contribuir para elaboração e implementação de políticas ambientais voltadas à Amazônia brasileira e Mata Atlântica. A maior parte do financiamento deste fundo vem do Grupo dos Sete e da União Européia. O PPG-7 é composto por três subprogramas (1) Políticas de recursos naturais, (2) Projetos demonstrativos e, (3) Manejo de recursos naturais e Unidades de Conservação. No Brasil, o PPG-7 é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA). Segundo texto do site do Governo Federal, o objetivo do PPG-7 é:

“O Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, criado para proteger as florestas tropicais e conservar a biodiversidade... e promovendo um maior conhecimento das atividades sustentáveis da Floresta Tropical”¹⁰⁵.

No âmbito do PPG7, em relação à gestão de recursos naturais por povos indígenas, foi criado um subprograma chamado “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas da Amazônia Legal” (PDPI). Segundo o relato de Verdum (2006):

“De fato, a intenção de criar um ‘fundo de apoio ao desenvolvimento indígena’ remontam aos primeiros momentos da formulação do PPG7 e seus componentes. Na ocasião, a proposta sofreu uma grande resistência, o que inviabilizou sua concretização. O PPG7 foi concebido num contexto de desconfiança de alguns setores governamentais, militares e empresariais nacionalistas em relação aos objetivos do Programa, e com muito custo foi possível incluir entre seus componentes iniciais o PPTAL, ligado institucionalmente à FUNAI” (Verdum, 2006: 142).

¹⁰⁵ Trecho retirado da página da FUNAI: <http://www.funai.gov.br/pptal/index.htm>.

O PDPI é um programa voltado para povos indígenas da Amazônia Legal que recebe apoio técnico e financeiro de agências de cooperação internacional e do Banco Mundial, ou seja, é um projeto que segue um tipo de linha de financiamento denominado de “fundos de projetos abertos”. Atualmente as ações públicas em apoio à construção de “alternativas econômicas” para os povos indígenas podem ser caracterizadas por duas linhas de financiamento bastante distintas. Uma vertente é denominada “apoio a projetos produtivos”. Estes projetos são implementados pela FUNAI por meio de financiamento público. Na maioria dos casos, esses recursos são utilizados em atividades de baixa geração de renda; por exemplo, para compra de insumos e equipamentos agrícolas usados nas próprias roças das comunidades e, eventualmente, para a produção de excedentes que possam ser comercializados regionalmente. A outra linha de ação pública de apoio a projetos alternativos para povos indígenas, de origem mais recente, é formada pelos chamados “fundos públicos para projetos” ou “fundos de projetos abertos”. Esse segundo tipo de intervenção recebe recursos transferidos diretamente para instituições públicas e organizações não-governamentais. Em sua grande maioria, esses fundos são mantidos com recursos de financiamento internacional, voltados para projetos classificados como de “desenvolvimento sustentado”. A principal experiência para povos indígenas que se encaixa nesta segunda linha de ação é o PDPI (INESC, 2000)¹⁰⁶. Antes da elaboração do PDPI, em relação às populações indígenas, o PPG-7 criou um subprograma denominado “Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia” (PPTAL) voltado para o financiamento de demarcações e vigilância das fronteiras de territórios indígenas. O PPTAL foi criado para fornecer auxílio técnico e financeiro para os povos indígenas melhorarem a defesa de seus territórios. O objetivo do PPTAL era impedir que as TIs fossem invadidas por agentes não indígenas, que pudessem prejudicar, através de atividades econômicas predatórias (garimpo, derrubada de madeira etc.), a floresta contida e preservada pelos estornos das TIs. Segundo texto do *site* do Governo, o objetivo central do PPTAL é:

¹⁰⁶ Analistas da área sugerem (Cf., por exemplo, Cleary, 2004) que os fundos de projetos abertos para povos indígenas, apesar de ainda serem iniciativas rudimentares, parecem ser um importante instrumento de ação pública como mecanismos para financiar ações que visem a manutenção pós-demarcatória dos territórios indígenas, por conseguirem arrecadar maior quantidade de recursos financeiros.

“O PPTAL tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das populações indígenas, promovendo a conservação dos seus recursos naturais por meio da demarcação participativa das terras indígenas da Amazônia Legal, executada pelo órgão indigenista, e a aplicação de projetos de proteção a essas áreas, desenvolvidas com organizações indígenas, ONGs indigenistas e postos da Funai”¹⁰⁷.

O PDPI foi criado para complementar as atividades do PPTAL em terras indígenas. Este programa foi elaborado em decorrência da percepção de que a demarcação das terras indígenas não resolvia o conjunto de problemas que os povos indígenas enfrentam. A demarcação das TIs é uma solução para a situação jurídico-legal dos territórios tradicionalmente ocupados pelos índios, mas isso apenas não garante que estas terras terão condições apropriadas que viabilizem sua durabilidade econômica, política, ambiental e cultural (Schroder, Little, Amaral, 2000: 6 e 8). Foi reconhecido que a integridade das terras demarcadas depende também da capacidade das comunidades indígenas em gerir os seus recursos naturais. Diante desta constatação, o PDPI tem como proposta apoiar iniciativas locais que visem a gestão pós-demarcatória das TIs. Quanto às linhas gerais que orientam este Programa e sobre os atores institucionais envolvidos no processo de constituição do PDPI, relata Stibich (2005):

“O Programa, segundo Barreto Filho, ‘remonta aos primeiros esforços de tornar as florestas tropicais objeto de política internacional e ao interesse continuado do governo alemão na questão’ (Barreto Filho, 2004: 336). Tem como objetivo aliar a preservação das florestas tropicais e a redução da pobreza por intermédio da incorporação de setores ditos ‘excluídos’ da sociedade ao mercado, por meio do desenvolvimento de atividades econômicas consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental... Iniciou suas atividades no ano de 2001 e sua duração prevista é de cinco anos. Recebe recursos do Banco Alemão de Desenvolvimento (Kreditansalt für Wiederaufbau, KfW), que configuram o maior montante, destinado ao financiamento de subprojetos indígenas, e recebe também recursos do Governo brasileiro, por intermédio da Coordenadoria de Agroextrativismo da Secretaria de Coordenação da Amazônia, na forma de contrapartida, destinados à manutenção institucional e de funcionamento. Finalmente, há recursos do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do governo britânico, o DFID, que financia um componente do projeto voltado ao fortalecimento institucional e à capacitação. Em sua formulação, teria recebido também recursos do governo japonês e contou com apoio da Cooperação Técnica Alemã, GTZ, do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e do Banco Mundial, que financiaram os estudos que embasaram a fase inicial de planejamento e desenho do

¹⁰⁷ Trecho retirado da página da FUNAI: <http://www.funai.gov.br/pptal/index.htm>.

PDPI. Além do investimento financeiro, algumas destas entidades apóiam 'tecnicamente', com a cessão funcionários 'peritos' e com recursos para estudos e contratação de consultorias durante o funcionamento do programa" (Stibichi, 2005:12).

Os "projetos" propostos no âmbito do PDPI devem ser formulados pelas comunidades ou associações indígenas e precisam estar relacionados a uma das três áreas temáticas do Programa: (1) "proteção das terras indígenas" (que envolve o monitoramento de territórios já demarcados), (2) "atividades econômicas sustentáveis" e (3) "resgate e valorização cultural"¹⁰⁸. O PDPI financia pequenos projetos, que devem se encaixar nessas áreas temáticas, envolvendo sociedades indígenas que habitam a Amazônia Legal. Também estava previsto como um outro componente do Programa atividades voltadas para o "fortalecimento institucional" das organizações indígenas. Até o início deste ano de 2007, segundo informações que obtive, havia sido suspensa a verba para estas atividades, que seriam financiadas pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do governo britânico (DFID). Retornarei a este componente do Programa logo adiante. As primeiras propostas de projetos indígenas para o PDPI foram realizadas em dezembro de 2001. Deste momento até o final de 2005, 272 propostas foram enviadas para avaliação. Deste total, 71 haviam sido aprovadas. Os projetos aprovados envolveram cerca de 68 etnias, que vivem em 110 terras indígenas, distribuídas por todos os estados da Amazônia Legal (dados retirados de Almeida e Noronha, 2005).

Entre os "objetivos e justificativas" do Programa é reconhecido desde o início da sua formulação a "importância cultural e ecológica" dos povos indígenas para a preservação de áreas florestais, "por seus saberes tradicionais e formas específicas de economia". O programa enfatiza a importância de se considerar o gerenciamento de TIs em uma política que pretende conservar as florestas tropicais no Brasil. Como objetivo de fundo desta ação pública está a preservação da floresta amazônica. Logo, aqui se percebe a

¹⁰⁸ Alguns dos exemplos de projetos aprovados pelo PDPI são: Apoio ao movimento de descentralização das aldeias Waiãpi, proposto pelo Conselho das Aldeias Waiãpi – Apina, AP; Formação de Pomar, Construção de Viveiro e Reflorestamento na Aldeia Namunkurá - TI São Marcos/MT, proposto pela Namunkurá Associação Xavante; Criação de Abelhas na TI Yanomami, proposto pela Comissão Pró-Yanomami, RR; Projeto de Valorização e Pesquisa do Artesanato Tradicional das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, proposto pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, AM; a extração de copaíba para gerar renda para os Kayapó Metuktire da aldeia Kapoto (MT); a capacitação em museologia para os Ticuna discutirem sobre a reformulação do seu Museu Magüta no Alto Solimões (AM); o registro e produção de documentário sobre ciclo ecológico do pequi e os rituais a eles relacionados dos Kuikuro do Alto Xingu (MT); oficinas de registro de produção artesanal (por exemplo, cestaria, tecelagem, cerâmica etc) dos Manchineri (AC) e dos Povos Indígenas do Oiapoque (AP); a continuidade da Escola Agroambiental Katxêkwyj, dos Krahô (TO); o fortalecimento da produção artesanal das mulheres Aikanã e Latundê (RO); o trabalho de fiscalização e proteção da Terra Indígena São Marcos (RR) e o desenvolvimento do manejo da palha da palmeira caraná, dos indígenas de Iauaretê no Alto Rio Negro (AM) (fonte: www.gov).

aproximação da “questão indígena” ou do “fomento” ao chamado “desenvolvimento indígena” à problemática ambiental. Contudo, isto não significa que o Programa não reconheça a importância de também incentivar formas de fomento para atividades econômicas que sejam “ambientalmente sustentáveis” em territórios indígenas fora da Amazônia Legal, e cuja contribuição à conservação do meio ambiente florestal tropical é menos significativa:

“... a população indígena com suas terras desempenha um papel de destaque para o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável na Amazônia, embora esse papel tenha sido periférico até agora. Em comparação com esta situação, as terras indígenas fora da Amazônia Legal representam uma parcela territorial muito reduzida, o que, no entanto, não significa que a geração de alternativas ambientalmente sustentáveis para a economia indígena e outras atividades nessas áreas seja menos importante” (Schroder, Little, Amaral, 2000: 7) (o grifo é meu).

“As populações indígenas são consideradas de importância especial para a cooperação internacional técnica e financeira, por suas contribuições particulares à diversidade cultural e ao desenvolvimento social e ecologicamente equilibrado, por seus saberes tradicionais e formas específicas de economia em ecossistemas sensíveis. Elas são definidas como grupos sociais com identidade social e cultural distinta, sendo facilmente prejudicadas e marginalizadas em processos de desenvolvimento e merecendo por isso, atenção especial para diminuir ou reverter tais impactos negativos (World Bank 1991)” (idem: 11) (o grifo é meu).

Simultaneamente, O PDPI dialoga com o discurso do “desenvolvimento participativo”. Como foi discutido anteriormente, a partir da década de 1970, mas, sobretudo, se consolidando na década de 1990, ocorre uma mudança de perspectiva nos denominados “projetos de ajuda internacional” na maneira como estes compreendem o envolvimento dos seus “beneficiários”. Os organismos de cooperação percebem, cada vez mais, que as “populações - alvo” dos “projetos de desenvolvimento” deveriam ser diretamente “consultadas” e “envolvidas” na formulação e execução desses empreendimentos para que os mesmos funcionassem (ver, por exemplo, neste capítulo, este debate em relação às ações do Banco Mundial). Como demonstram as já citadas análises acadêmicas sobre esta iniciativa e certos documentos do projeto, o PDPI foi formulado influenciado por esta tendência global da “abordagem participativa”.

“O fato de ser um projeto específico para os índios e do qual estamos participando desde o começo. Na mesa de negociações tivemos que ceder a algumas exigências impostas pelos doadores, os países do primeiro mundo, principalmente a Alemanha, mas estaremos sempre lutando para torná-lo mais abrangente” (Gersen Baniwa)¹⁰⁹ (os grifos são meus).

Quanto à dimensão “participativa”, assim como expresso na fala de Gersen Baniwa, Stibich (2005) nos chama a atenção para o fato de que o programa consiste em uma iniciativa pública que pretende se consolidar, desde sua formação, como um empreendimento em contraposição ao paternalismo das políticas do órgão indigenista do Estado brasileiro, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que historicamente não se preocupou efetivamente com a problemática da continuidade das suas ações de promoção de “projetos” envolvendo “atividades produtivas” em territórios indígenas, nem tampouco teria oferecido qualquer possibilidade significativa de atuação autônoma para os povos indígenas frente a estes “projetos”. Nesse sentido, os pequenos projetos que o PDPI financia possuem também um “caráter demonstrativo”, ou seja, devem contribuir enquanto exemplos para a formulação de novas “abordagens participativas”, que possam informar futuramente a formulação de políticas voltadas para os povos indígenas que superem o caráter assistencialista.

Entre as atividades preparatórias do PDPI, foram produzidos uma série de estudos sobre diversas temáticas sociais, políticas e econômicas relacionadas às realidades atuais vividas pelos povos indígenas na Amazônia, realizados por antropólogos entre 1998 e 1999, para orientarem a definição das frentes de ação do Programa: “direitos indígenas” (Santilli, 1998), sobre a situação da “saúde indígena” (Buchillet, 1998), sobre “educação indígena” (Silva, 1998, 1999) e a respeito de “aspectos etno-econômicos de estruturas de mercado entre populações indígenas beneficiadas pelo PPTAL” (Pozzobon, 1998) (ver: “item, 3.1. Atividades preparatórias e ligação com outros projetos” in: Schroder, Little, Amaral, 2000)¹¹⁰. Segundo Verdum (2006), a efetiva “participação indígena” na constituição inicial do PDPI, na época ainda conhecido como “PD/I” ou “Projetos Demonstrativos em Áreas Indígenas”, se deu a partir de 1999 em um célebre encontro na história da consolidação do Programa, ocorrido em Tefé (AM), quando

¹⁰⁹ Resposta de Gersen Baniwa, coordenador do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas - PDPI, à pergunta - O que você destaca como mais importante na concepção do PDPI? – realizada em uma entrevista concedida por ele na Funai. Gersen é formado em filosofia pela Universidade Federal do Amazonas, atuou durante 10 anos na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab e também no Fórum das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro. Este trecho da entrevista foi retirado do site da FUNAI: www.funai.gov.br/ultimas/artigos/gersen_baniwa.htm.

¹¹⁰ Para uma análise crítica dos documentos preparatórios do PDPI cf. Stibichi, 2005.

membros da COIAB participam de uma reunião sobre a implementação do PDPI¹¹¹. Quanto a ampliação da “participação” indígenas no âmbito do Programa, nos relata o referido autor:

“Até meados de 1999, a ‘participação’ indígena foi bastante tímida no processo de preparação do PD/I. Se restringiu a consulta e contatos informais promovidos pela GTZ... Com as mudanças havidas na política da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do MMA, no início de 1999, quando a antropóloga Mary Allegretti assumiu sua coordenação, fortaleceu-se a posição dos representantes (‘negociadores’) do Banco Mundial que reivindicavam um maior protagonismo às organizações indígenas na elaboração do PDPI. A partir de então, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia brasileira (COIAB) passou a ter uma posição de destaque nos arranjos institucionais e na implementação da preparação do ‘Projeto PDPI’ - como passou a se chamar desde novembro de 1999” (Verdum, 2006: 144).

Como parte da referida postura “participativa” nos processos de constituição do PDPI foi incluído no Programa o já citado “componente do fortalecimento institucional”, que foi uma dimensão requisitada pelo movimento indígena. Segundo um “documento de projeto” (PDPI, DFID [Department for International Development], 2001):

“Um levantamento preliminar indica que existem aproximadamente 340 organizações indígenas em diferentes estágios de desenvolvimento na Amazônia. Espera-se que o fortalecimento institucional destas organizações e do movimento indígenas em geral permitirá aos povos indígenas ter um melhor controle sobre seu próprio desenvolvimento e melhorar as suas próprias condições de vida... numa reunião com representantes do governo brasileiro, organizações indígenas e doadores em Tefé, em dezembro de 1999, os representantes indígenas fizeram uma grande pressão a favor de um componente de apoio ao fortalecimento institucional do movimento indígena. Reuniões subsequentes com representantes das organizações indígenas formaram a base da preparação de uma proposta para este componente” (PDPI, DFID [Department For International Development], 2001: 3 e 9-10) (os grifos são meus).

O mesmo documento de projeto citado acima informa que tal esforço para consolidação de um “componente para fortalecimento institucional” está de acordo com a abordagem e o “enfoque central” do Departamento para a América Latina do DFID de promover “a inclusão social e o empoderamento de grupos marginalizados e com o tema de melhor governança para os pobres” (idem:11). O princípio que orientou a estruturação deste componente foi a percepção por parte dos agentes do Programa de que não basta

¹¹¹ Nesta reunião, dos 49 participantes, 36 eram indígenas (Schroder, Little, Amaral, 2000:12).

apenas "financiar projetos", mas que é importante garantir que as organizações indígenas estejam "preparadas" para geri-los. Quanto a este aspecto do Programa, comenta Stibich:

"Outra demanda dos indígenas que foi incorporada ao longo do processo de discussão do projeto, além do estabelecimento da sede do Projeto em Manaus, foi a inclusão do item 'fortalecimento institucional' neste. Havia, por um lado, a constatação de que o 'fortalecimento das capacidades indígenas' era necessário, fossem estas capacidades técnicas, estruturais, organizacionais ou de participação. O fortalecimento destas capacidades aparece como condição indispensável para o sucesso do projeto. Assim, seria necessário capacitar os indígenas na elaboração e gestão de projetos. Por outro, aparece como maneira de escapar à dominação cultural e à exclusão, pela aquisição de novas capacidades e ampliação das capacidades políticas; os índios se tornariam, assim, capazes de participar de forma 'qualificada' e 'esclarecida' nas discussões que envolvem assuntos relativos aos seus interesses... Buscou-se, então, qualificar os envolvidos no processo, principalmente os representantes indígenas, com o intuito de 'ampliar o processo de discussão e análise de questões relativas aos projetos' (www.mma.gov)" (Stibichi, 2005: 26-27).

As atividades deste componente se concentram em três linhas: capacitação (em termos técnicos e políticos), apoio à articulação do movimento indígena e apoio institucional. Segundo o documento "Relatório final redefinido os rumos do PDPI" (MMA, PDA e PDPI, 2006) esta frente de ação do Programa teve que ter suas atividades interrompidas (pelo menos temporariamente) em decorrência da suspensão de financiamento do governo inglês. Contudo, este mesmo documento nos informa que na oficina (a partir do qual ele foi produzido) foi reconhecido pelos diferentes participantes a importância de tal componente para a consolidação da dimensão "participativa" no âmbito do Programa:

"A segunda conclusão está referida a um consenso dos participantes no que diz respeito à necessidade de continuidade das atividades relativas ao sub-componente fortalecimento institucional. A 'saída do DFID', segundo os participantes, não deve representar uma paralisia nas ações orientadas para o alcance de uma maior capacidade das organizações indígenas em defenderem os direitos e interesses dos povos indígenas. Tanto o movimento indígena como o governo brasileiro e os doadores reconhecem que o fortalecimento institucional é uma estratégia importante para o alcance dos objetivos e resultados esperados do PDPI" (PDPI, MMA, PDA, 2006:18) (os grifos são meus).

Propostas de “projetos indígenas”

A preocupação com a “participação indígena” é percebida, por exemplo, no processo de seleção dos projetos. Almeida e Noronha (2005) nos relatam como são organizadas as atividades das etapas pelas quais passam os projetos encaminhados ao PDPI, orientadas pelo denominado “Procedimentos e metodologias de análise e aprovação”. Durante a seleção inicial das propostas – feita pela equipe técnica do PDPI – são feitas sugestões e “pedidos de esclarecimentos” sobre o conteúdo dos projetos à associação indígena proponente. As propostas que passam pela seleção inicial são avaliadas por pareceristas que entendam do “tema” abordado nos projetos ou que possuam conhecimento a respeito dos grupos indígenas envolvidos na proposta. Por fim, nas reuniões de aprovação dos projetos, ocorre a participação de representantes indígenas, indicados pela COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). Depois de aprovados, os projetos passam por uma “oficina de capacitação inicial”, composta por atividades de “treinamento” sobre as regras do PDPI, de administração financeira e possíveis reformulações, se a Comissão Executiva julgar necessário. O acompanhamento dos projetos é feito por meio de prestações de contas e relatórios das atividades produzidos a cada semestre para descreverem e relatarem cada fase de implementação e operacionalização de cada projeto. Somado a estas atividades, são realizadas as denominadas “visitas de monitoria” por membros da equipe técnica do PDPI. Se avaliado como necessário, podem ser enviados os chamados “consultores” para fornecerem assistência às organizações na preparação e operacionalização dos projetos. Quanto a estes processos, relatam dois antropólogos do Programa:

“Todo o sistema de análise, aprovação e acompanhamento dos projetos foi estruturado como assistência técnica, ou seja, com o objetivo de proporcionar subsídios para o fortalecimento da capacidade dos povos indígenas em discutir, elaborar e implementar projetos. Não se trata, portanto, de mecanismos de fiscalização e coerção, mas parte de um processo que pretende empoderar as organizações proponentes” (Almeida e Noronha, 2005: 6) (os grifos são meus).

As propostas dos projetos formulados pelos grupos indígenas devem ser re-elaboradas, ao longo do mencionado processo de avaliação e seleção de projetos denominado “Procedimentos e metodologias de análise e aprovação”, para se encaixarem nos critérios conceituais determinados pelo PDPI. Como foi mencionado, isto ocorre durante a seleção inicial das propostas realizada pela equipe técnica do PDPI, quando são feitas “sugestões e pedidos de esclarecimentos” sobre o conteúdo dos projetos às

associações proponentes. Entendo que estas exigências de acomodação no que diz respeito à elaboração de “projetos” sejam requisições correntes, esperadas e passíveis de serem compreendidas. De outra forma, ficaria muito difícil estabelecer critérios de comparação, seleção etc. entre todas as propostas apresentadas pelos grupos indígenas. Ainda que seja uma proposta de “projeto” com outra finalidade, eu também segui um padrão de modelo de projeto quando submeti minha proposta de pesquisa à Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Modelo que contém uma estrutura que o pesquisador(a) é recomendado a seguir para explicar aos técnicos da agência de fomento o conteúdo da sua pesquisa e como pretende realizá-la. Ou seja, a exigência de seguir um certo formato pré - instituído para definir o modelo da proposta de projetos não é algo que ocorre apenas no âmbito do PDPI. O que me importa aqui, no entanto, é chamar a atenção para a escolha de categorias substantivas e tão fundamentais para o debate em questão - “os conceito de desenvolvimento sustentável ou etno-desenvolvimento” - como noções orientadoras para a elaboração dos projetos no âmbito do PDPI (ver citação adiante de trecho retirado do “Manual do Parecerista”). Em outras palavras, estamos falando de um processo de legitimização de tais discursividades por meio das recomendações do Programa quanto à elaboração indígena das propostas de projetos, que devem se basear em tais categorias como recomenda o PDPI.

“O objetivo deste manual é fornecer aos pareceristas do Grupo de Análise de Projetos (GAP) os instrumentos necessários para realizar a análise e a avaliação das propostas de projeto em conformidade com os objetivos, critérios e exigências do Componente Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), vinculado ao Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (Ex-PPG7)” (Manual do Parecerista, 2003 : 2)

Adiante no Manual é expresso em quais discursividades – do “desenvolvimento sustentável”, “etnodesenvolvimento” e da “sustentabilidade” - os textos de propostas dos projetos devem se “encaixar”:

“É importante que as propostas se encaixem no conceito de desenvolvimento sustentável ou etno-desenvolvimento, ou seja, devem ser culturalmente adequados, socialmente justos, economicamente rentáveis e ambientalmente sustentáveis. Sustentabilidade em seus diversos aspectos é uma ‘meta-chave’ para qualquer proposta de projeto do PDPI” (Manual do Parecerista, 2003: 8) (os grifos são meus).

Há nesta postura uma ambivalência interessante; para explicitá-la, retomo antes brevemente uma idéia foucaultiana. Segundo Foucault, como foi debatido no segundo capítulo, os discursos possuem capacidades distintas de produzir “efeitos de verdade” que são, eles próprios, o poder. Ou seja, apesar dos técnicos argumentarem que no sistema de análise, aprovação e acompanhamento dos projetos há o objetivo de proporcionar subsídios para o “fortalecimento da capacidade dos povos indígenas em discutir, elaborar e implementar projetos”, os modos pelos quais estes vão ser “elaborados e implementados” seguirá as discursividades eleitas pelo Programa como prioritárias. Como expresso em um documento do Programa mencionado anteriormente (Almeida e Noronha, 2005: 6), estes procedimentos não se tratam de “mecanismos de fiscalização e coerção”, mas compõem uma estratégia que faz parte de um processo que pretende “empoderar” as organizações indígenas proponentes. Por mais que a intenção pareça ser genuína, haverá aí um processo inescapável de adequação dos projetos indígenas as categorias elegidas pelo Programa como “corretas” para orientarem o desenho dos mesmos. Contudo, neste caso, a equação me parece ainda mais complexa, porque o PDPI tem como finalidade, missão e vocação beneficiar os grupos indígenas. Quanto a este aspecto do processo de formulação de projetos, que as propostas dos grupos indígenas (expressos nos seus projetos) são orientadas para se ajustarem ao “conceito de desenvolvimento sustentável e-ou etnodesenvolvimento”, tal como definidos pelo discurso oficial do Programa (ver citação acima), parece existir com esta postura o intuito de garantir que os grupos indígenas tenham maior chance de sucesso em conseguir a aprovação das suas propostas. Ou seja, talvez uma leitura possível para a proposta do Programa de “capacitar” as associações indígenas, é que o Programa pretende que tais associações possam se apoderar desta linguagem oficial, de discursividades que são “rentáveis” e circulam nas tramas das negociações de “projetos do desenvolvimento”, para que estas façam usos desses discursos dominantes em seu benefício e que os utilize de maneira autônoma na formulação de “projetos de desenvolvimento”. Dessa maneira, como indiquei acima, este processo pode ser entendido como uma estratégia ambivalente de “empoderamento” dos povos indígenas (em relação a formulação de propostas de projetos) no âmbito deste Programa. Pois, apesar das propostas dos projetos realizados pelas organizações indígenas terem de se adequar às categorias indicadas pelo Programa, neste caso, a função do discurso dominante de formatar e enquadrar um outro discurso serve a um propósito de fortalecer aqueles sujeitos, cujos próprios discursos foram, de uma certa maneira, formatados.

PDPI, sua (potencial) dimensão “politizante” e o modelo da “máquina antipolítica”

A experiência federal indigenista apresentada no final deste capítulo, parece ilustrar certas mudanças mais amplas ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1990, na esfera das práticas do “desenvolvimento”. A existência neste Programa do componente do “fortalecimento institucional”, mesmo que enquanto um compromisso ou uma frente de ação para ser retomada, parece sinalizar de fato uma tendência de transformação nas “práticas” da “ajuda internacional” para o “desenvolvimento no Sul”. Especialmente se pensarmos nas interpretações do modelo de Ferguson (1994) discutidas no segundo capítulo deste trabalho. Como sublinhado acima, no caso do PDPI, o aparato do “desenvolvimento”, nesta situação específica sendo operado pelo governo brasileiro junto com a cooperação internacional, criou um projeto que tem como um dos seus componentes o mencionado “Fortalecimento institucional indígena”. Este componente foi elaborado para dar apoio para o movimento político indígena se estruturar melhor através do suporte financeiro e técnico fornecido pelo governo britânico. Nota-se, portanto que, nesse caso, o efeito parece não ser o de “despolitização”, mas, ao contrário, de fortalecimento de posições políticas marginais. Ou seja, parece ser um processo que foge do modelo proposto por Ferguson (1994). Porque o PDPI, com esta área de atuação, (1ª) incentiva a organização política de um segmento social que é historicamente marginal (em termos de direitos civis e políticos etc.) e (2ª) realiza isso apoiando um tipo de organização - associações indígenas - que existem como um “poder” que age “fora” da burocracia estatal nacional. Desde que Ferguson realizou sua análise (de um projeto de “desenvolvimento rural” que teve início no meio da década de 1970 e terminou em 1980) ocorreram mudanças no “mundo do desenvolvimento”. De qualquer maneira, é preciso situar o que é importante na visão do Ferguson (ou pelo menos a forma mais produtiva de lê-lo). O autor referido demonstra que o discurso do “desenvolvimento”, promovendo uma linguagem “despolitizante”, acaba por alcançar efeitos políticos importantes: expandir o poder estatal e despolitizar a questão da pobreza, transformando-a em problema “técnico”. Sua idéia reveladora de que se faz política por meios “despolitizantes” é extremamente significativa para ampliar nosso entendimento sobre o sentido da discursividade do “desenvolvimento”; e tal tipo de operação do aparato desenvolvimentista não foi eliminada do espaço das práticas atuais do “desenvolvimento”. No entanto, é preciso reconhecer que as linguagens e efeitos políticos das “políticas de desenvolvimento” não podem ser pressupostos (e não estou dizendo com isto que eles o são para Ferguson). Nessa direção, talvez um dos aspectos mais importante para salientar na presente análise a respeito do “caso do PDPI” é que ele serve para evidenciar que é preciso ter cuidado com observações definitivas a respeito dos discursos do

“desenvolvimento”. As possíveis formas de “controle” engendradas por esta discursividade só podem ser aventadas por meio de uma etnografia “ainda mais ao chão”, para cada caso específico. É preciso realizar a investigação etnográfica de cada caso para compreender qual será o papel dos envolvidos - Estado nacional, associações de base, agências internacionais, estados estrangeiros. A rede internacional do “desenvolvimento” não é estática, assim como não o é a inserção dos envolvidos nela, de modo que também não é possível estabelecer de uma vez para sempre os efeitos políticos daí decorrentes. No caso do PDPI, para que a existência de tais processos pudesse ser debatida com profundidade, seria preciso fazer uma etnografia minuciosa “das relações vividas” ou das dinâmicas sociais da micropolítica por detrás dessa iniciativa, que permitisse que fosse acompanhado de perto, por exemplo, em reuniões, assembleias e oficinas realizadas pelo Programa, os limites, os desafios e as possibilidades para processos de politização e “empoderamento” dos grupos indígenas no âmbito desta experiência. Apenas por meio desta investigação específica e detalhada da operação do aparato do “desenvolvimento” nos domínios das realizações da experiência em debate, seria possível construir uma ampla interpretação dos significados dos efeitos políticos engendrados por este Programa.

Por fim, numa perspectiva ampliada, os esforços para garantir a participação política indígena identificadas neste Programa, remetem aos desafios gerais à democratização de acesso para estes povos do direito de participarem plenamente das decisões que dizem respeito as suas realidades e demandas culturais, sociais, políticas e ambientais – processo que, como espero ter deixado claro ao longo do trabalho e como a própria proposta do PDPI revela e ressalta - é fundamental para a garantia da *qualidade de vida* desses grupos e, portanto, ao seu “desenvolvimento” enquanto grupos autônomos e diferenciados.

Comentário final

Em seu artigo intitulado “Etnologia brasileira” (1999) o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro discute aquilo que caracteriza a “etnologia nacional”. Analisa quais seriam as particularidades deste campo no país. Para realizar tal discussão o autor parte, do que pode ser nomeado na literatura antropológica nacional, como a “grande diferença” ou a oposição tradicional entre duas concepções do objeto da disciplina etnológica (A. C. Lima, 1998 in: Viveiros de Castro, 1999: 111). Seriam dois modos diferentes de produção de conhecimento a respeito das sociedades indígenas: as denominadas “etnologia do contato interétnico” e a “etnologia clássica”. O autor exagera esta dicotomização teórica do campo para apresentar um argumento a respeito do que ele compreende constituir uma produção crítica de saber antropológico a respeito dos povos indígenas. Seguindo esta direção, me parece ser possível deslocar este argumento (a respeito da produção teórica etnológica brasileira) para a reflexão circunscrita ao contexto em debate nesta pesquisa; para pensar o que constituiria um fazer crítico indigenista no espaço (nacional e internacional) de formulação de políticas públicas e no universo dos “projetos de desenvolvimento” voltados para povos indígenas.

Outras formas de nomear as partes desta representação dualista da etnologia nacional são: “etnologia contatualista” X “etnologia tradicional”. Em outros termos, de um lado uma perspectiva etnológica voltada para pensar a “realidade tribal” focada no pólo colonial (ou uma sociologia do Brasil indígena), que considera os povos indígenas como parte do Brasil X uma perspectiva etnológica centrada no pólo nativo (ou uma sociologia indígena) que compreende os povos indígenas como situados no Brasil. Associado a este dualismo do campo etnológico existe uma série de suposições que Viveiros de Castro demonstrará serem equivocadas: se a etnologia “contatualista” é nesta leitura, digamos, mais tradicional da disciplina, vista como a antropologia politizada, “comprometida com a luta indígena”, preocupada em compreender os mecanismos de dominação étnica e os processos de transformação das sociedades indígenas; a “antropologia clássica”, é por oposição, entendida como o campo da produção teórica não engajada com a “questão da situação indígena” e o Estado nacional, mas, preocupada, sobretudo, com questões teóricas a respeito dos aspectos internos destas sociedades; ou seja, em descrever etnograficamente as formas socioculturais nativas. Frente a esta caracterização, Viveiros de Castro aceita a oposição entre as abordagens na etnologia nacional, mas, com o intuito de inverter os valores políticos que a elas são atribuídos. Quanto a este quadro, afirma:

“A alternativa é clara: ou se tomam os povos indígenas como criaturas do olhar objetivante do Estado nacional, duplicando-se na teoria a assimetria política entre os dois pólos; ou se busca determinar a atividade propriamente criadora desses povos na constituição do ‘mundo dos brancos’ como um dos componentes de seu próprio modo vivido, isto é, como matéria prima histórica para a ‘cultura culturante’ dos coletivos indígenas. A segunda opção parece-me a única opção - se o que se deseja fazer é antropologia indígena” (Viveiros de Castro, 1999 :115) (os grifos são meus).

Como observa o autor citado acima, entre estas duas concepções do objeto da etnologia, na abordagem “contatualista” as análises estão voltadas para as sociedades indígenas a partir do Estado nacional. Nesta perspectiva a “sociedade envolvente” ou a empresa colonial engloba a realidade indígena. Os coletivos indígenas se constituem, nesta interpretação, a partir deste exterior colonizador. Dessa maneira, nesta leitura: “o fato constitutivo da organização indígena não é constituído por ela” (:120). Para a escola do contato, a situação define o situado, é aquilo que condiciona a existência dos coletivos sociais. Enquanto, na abordagem não “contatualista” ou na “antropologia indígena”, os coletivos indígenas são compreendidos como possuidores de auto-intenção. É justamente esta atitude teórica que faz da abordagem não contatualista uma abordagem efetivamente política. Com efeito, a vertente “clássica” ao adotar esta perspectiva, assume, na realidade, a visão mais politizada a respeito dos povos indígenas na etnologia brasileira, pois, reconhece o protagonismo histórico destes grupos; e não os vê como coletivos passivos frente aos “efeitos da colonização”. Seja na relação que estes estabelecem com o projeto colonial, estatal ou em qualquer outra. Nesse sentido explica Eduardo Viveiros de Castro:

“(...) a antropologia indígena toma a noção de situação no mesmo sentido que a biologia fenomenológica toma o par organismo-ambiente. Uma situação é uma *ação*; ela é um situar. O ‘situado’ não é definido pela ‘situação’ - ele a define. Definindo o que conta como situação. Por isso, ao introduzir o ‘Brasil’ na ‘situação histórica’ dos índios, não estou simplesmente dizendo em outras palavras que o dispositivo colonial explica (‘situa’) as sociedades indígenas... o ‘Brasil’ só é parte da situação histórica das sociedades indígenas porque ele é um dos *objetos* de um trabalho histórico ativo de *posição em situação* realizado pelas sociedades indígenas. A etnologia dos índios ‘situados no Brasil’ esta interessada assim, entre muitas outras coisas, em saber como os índios situam o Brasil - e, portanto como eles se situam, no Brasil e em outros ‘contextos’: ecológicos, sóciopolíticos, cósmicos...” (Viveiros de Castro, 1999: 135) (o grifo é meu).

Ou seja, a vertente da antropologia indígena não aceita o “mundo indígena” como simples espaço de manifestação de estruturas de dominação. Nessa direção, está preocupada em apreender as concepções e perspectivas indígenas sobre as diversas relações que estes grupos vivem. Com efeito, busca entender do que tratam os sistemas nativos e como estes operam, representam e processam todo tipo de problemática histórica, social, cultural e ambiental, incluindo as provenientes do Estado nacional¹¹².

Vertentes do “desenvolvimento”, “projetos de desenvolvimento” e a perspectiva local

“A Ciência do Homem, em sua versão mais refinada e profunda, deve levar-nos a um conhecimento assim, à tolerância baseado na compreensão dos pontos de vista de outros homens” (Malinowski, 1922[1978]: 371).

Entre as três vertentes do “desenvolvimento” debatidas neste trabalho a denominada linha do “desenvolvimentismo crítico” não supõe o “desenvolvimento” como um processo, majoritariamente e ou apenas econômico, faz uma crítica a esta perspectiva reducionista, sem negar, contudo, a possibilidade de subversão da “idéia tradicional” de “desenvolvimento” (tal como a corrente pós-desenvolvimentista defende). Entre os modelos propositivos da vertente do desenvolvimentismo crítico, como já discutido anteriormente, estão situados leituras da idéia de “desenvolvimento” que são adjetivadas por qualificações como, por exemplo, “participativo” (Fals Borda), “endógeno” (Furtado, I. Sachs, Sen), “etno-diferenciado” (Stavenhagen). Como vimos, na descrição da lógica de produção de conhecimento que caracteriza a antropologia indígena, é demonstrado por Viveiros de Castro, que, para não se reproduzir a histórica assimetria política existente nas relações entre os povos indígenas e as estruturas oficiais do Estado nacional no espaço de construção de explicações teóricas a respeito desses grupos, é preciso reconhecer e considerar o seu protagonismo nas diversas relações que vivem; o que implica em focar nas concepções indígenas a respeito destas relações. Ou seja, uma abordagem que pretende produzir um conhecimento antropológico sobre os índios, deve apreender as relações destes povos, seja com o Estado nacional ou com qualquer outro elemento-evento-ator-problema, a partir do contexto indígena em que tais relações estão inseridas. O que sugiro aqui, me apropriando do argumento de Viveiros de Castro, é que a mesma atitude deve ser seguida nas definições de ações de intervenção voltadas para estes povos. Ou seja, é fundamental incorporar as perspectivas desses grupos sobre os

¹¹² Para uma abordagem da antropologia indígena a respeito “do contato” ver a coletânea: “Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico”, Alcida Rita Ramos & Bruce Albert (2002).

diferentes temas que podem vir a compor uma intervenção. Isto envolve tanto como estes grupos concebem a própria noção de “ação política”, quanto de “natureza”, “meio ambiente”, “cultura”, e qualquer outro tema que se torne parte do “projeto” ou “programa” em questão. Apenas, através da consideração destas perspectivas locais é que a participação destes grupos será efetiva nestes empreendimentos. Afirmção válida não apenas para estas populações (que estão no foco da pesquisa), mas, para qualquer grupo sociocultural “alvo” de uma política pública; pois como bem argumentou uma analista de consultas participativas prévias realizadas em “projetos de desenvolvimento” do Banco Mundial: “pessoas que não são indígenas também possuem cultura” (S. Elkins, 2004: 203). Como vimos a respeito do caso do PDPI, esta iniciativa é guiada por uma proposta de intervenção que segue a perspectiva participativa, que se pode dizer, fundamenta, em larga medida, os debates da vertente do desenvolvimentismo crítico. A inclusão direta dos povos indígenas nas realizações do Programa é uma meta fundamental desta iniciativa, que como procurei demonstrar, por exemplo, através do relato da criação do Programa e por meio de certos apontamentos a respeito da formulação dos projetos indígenas no âmbito do mesmo, é uma das características principais que faz desta experiência um empreendimento inovador na cena indigenista amazônica recente. Com efeito, a formulação de uma “prática do desenvolvimento” que pretenda ser efetivamente “participativa”, “endógena”, “etno”, “diferenciada” demanda a incorporação de tal lógica de produção de conhecimento, apontada por Eduardo Viveiros de Castro quando discute o fazer teórico de uma antropologia indígena, nos seus processos de produção de ações de intervenção.

Ao propor a investigação de “sistemas nativos”, Viveiros de Castro está chamando a atenção para o fato de que é importante para a Antropologia social entender como os grandes processos que os contatualistas enfatizam podem e devem ser vistos do ângulo do dinamismo das instituições e organizações sociais indígenas. Ou seja, ver como os processos se passam do ponto de vista “dos nativos”. Contudo, neste processo investigativo é preciso também reconhecer que concentrar o esforço em procurar uma “autêntica e genuína visão nativa do mundo” pode ser também uma “grande ilusão”. Porque essa busca pode se contaminar com estereótipos de pureza, do tipo “índios naturalmente ecologistas” ou “naturalmente propensos” para a promoção do “desenvolvimento sustentável”. Além disso, é preciso compreender que dizer que existe “um sistema nativo”, “um modo nativo de situar-se” etc. não significa a mesma coisa que supor que esse modo seja o mesmo para todos os nativos em todas as situações. Ou seja, que não haja diferenças e disputas dentro desse mesmo sistema, como se esse correspondesse à uma espécie de regime de signos puros, plenamente compartilhado e claramente contraposto a outro suposto regime de signos puros da sociedade envolvente,

por exemplo, a do regime discursivo do “desenvolvimento”. Como foi demonstrado ao longo deste trabalho, a discursividade do “desenvolvimento”, que pretende estabilizar significados e práticas, é mais ambígua e ambivalente do que ela mesma gosta de se apresentar ou reconhecer. Tais características dão margem para que os “vários nativos” se apropriem desta discursividade de alguma maneira e a seus modos. Nessa apropriação eles podem mudar e reinventar sua cultura, e simultaneamente, situar suas diferenças internas.

No primeiro parágrafo deste comentário final sugeri o deslocamento da discussão proposta por Viveiros de Castro (1999), sobre as distintas formas de produção teórica na etnologia brasileira, para o âmbito das discussões sobre vertentes do “desenvolvimento” e modos de intervenção relacionados às práticas do “desenvolvimento”. Finalizo este comentário, ressaltando brevemente, um outro possível aspecto do debate sobre a relação entre conhecimento teórico e o universo das intervenções. Quanto às ineficiências e desventuras da “prática do desenvolvimento” no mundo contemporâneo pós-colonial, e agora me refiro a esta num sentido amplo, não apenas o circunscrito ao “desenvolvimento indígena”, estas dinâmicas já foram extensamente discutidas pela bibliografia crítica sobre o tema do “desenvolvimento”, o que gerou um acúmulo significativo de conhecimento que pode contribuir também para transformá-la. Tal observação remete a uma ampla e antiga discussão a respeito das finalidades da produção de conhecimento científico ou sobre “qual o significado da *ciência* no contexto da vida humana e qual o seu valor” (Weber, 1998: 32). Não se trata de supor que tais finalidades devam ser obrigatoriamente voltadas às aplicações em intervenções concretas ou a responder agendas políticas pré-determinadas. No entanto, apontar este aspecto no debate serve para sublinhar a ausência de diálogo, que muitas vezes existe, entre a academia (ou as ciências) e a sociedade. Uma sociedade necessita ter abertura e garantia política para produzir livremente conhecimento. Contudo, se este mesmo conhecimento fica recluso na academia e não retorna à sociedade (seja para informar empreendimentos ou para incentivar qualquer tipo de reflexão de ordem não prática), ele não cumpre o papel que deveria e não se realiza inteiramente. Parece-me que estabelecer, efetivamente, tal diálogo, preservando, simultaneamente, a autonomia dos processos de reflexão teórica, seja um dos grandes desafios na atualidade para os chamados “estudos do desenvolvimento”.

Cronologia das notícias, artigos e entrevistas de jornais utilizados na dissertação

- 11-08-2006: "Povos e comunidades tradicionais ganham espaço e voz". Fonte: Notícias socioambientais, ISA.
- 21-11-2006: "Discurso usina Barralcool". Fonte: www.info.planalto.gov.br.
- 23-11-2006: "ONGs protestam contra discurso". Fonte: FSP.
- 25-11-2006: "Ambientalistas criticam discurso de Lula". Fonte: FSP.
- 26-11-2006: "O lugar do meio ambiente no governo Lula". Fonte: www.maryallegretti.blogspot.com/desenvolvimento-e-meio-ambiente
- 28-11-2006: "Nota de repúdio é protocolada no Palácio do Planalto". Fonte: Notícias socioambientais, ISA
- 30-11-2006: "Marina aprova manifesto contra declaração de Lula". Fonte: OESP.
- 1-12-2006: Entrevista com Marina Silva à Folha de São Paulo (FSP). Fonte: FSP.
- 7-12-2006: Entrevista com Marina Silva ao Jornal O Globo. Fonte: O Globo.
- 9-12-2006: "Brasil precisa mudar a legislação ambiental? I". Fonte: FSP.
Artigo de Jose Eli da Veiga, in: Tendências e Debates.
- 10-12-2006: "Desenvolvimento e qualidade de vida". Fonte: FSP.
Artigo de Boris Fausto, in: Tendências e Debates.
- 22-01-2007: "Lula anuncia hoje pacote para acelerar o crescimento". Fonte: FSP.
- 24-01-2007: "Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fortalece ação de área ambiental". Fonte: Valor Econômico.
- 26-01-2007: "Obras liberadas, mas projetos não saem do papel". Fonte: OESP.
- 19-02-2007: "A perda da Amazônia": Fonte: Folha de São Paulo. Artigo de Helio Jaguaribe, In: Tendências e Debates.
- 22-03-2007: "Antropólogo do PT assume hoje a FUNAI". Fonte: OESP.
- 22-03-2007: "ONU critica atuação do órgão". Fonte: OESP.
- 28-03-2007: "A verdade sobre as nações indígenas". Fonte: FSP. Artigo de Azelene Kaingáng e Ubiratan Wapichana, in: Tendências e Debates.
- 01-04-2007: "Amazônia não atingirá metas da ONU". Fonte: OESP.
- 10-04-2007: "Índios vão participar de decisões da Funai". Fonte: OESP.
- 11-04-2007: "Abril Indígena denuncia ineficiência do Estado". Fonte: Notícias Socioambientais.
- 16-04-2007: "Novo presidente da Funai promete tirar Conselho de Política Indigenista do papel". Fonte: Correio Brasiliense.
- 16-04-2007: "Projetos do PAC podem afetar terras indígenas na Amazônia Legal, dizem ambientalistas". Fonte: Agência Brasil. www.agenciabrasil.gov.br
- 17-04-2007: "Esplanada é local de protesto". Fonte: Correio Brasiliense.
- 17-04-2007: "Comunidades têm de ser consultadas sobre grandes projetos, exige Abril Indígena". Fonte: Notícias socioambientais, ISA.
- 19-04-2007: "Diálogo necessário com os índios". Fonte: Folha de São Paulo. Artigo de Márcio Meira, presidente da Funai, in: Tendências e Debates.

20-04-2007: "Comissão Nacional de Política Indigenista". Fonte: O Globo.

20-04-2007: "Lula acusa Ibama de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina".
Fonte: OESP.

21-04-2007: "Presidente voltará a cobrar rapidez do Ibama". Fonte: OESP.

23-04-2007: "O IBAMA contra o país". Fonte: Editorial do OESP.

24-04-2007: "Dilma cobra Ibama mais eficiente". Fonte: OESP.

24-04-2007: "A figueira e o bagre". Fonte: artigo de Celso Ming, in: OESP.

27-04-2007: "'Problema não é ambiental, é legal', afirma presidente". Fonte: OESP.

27-04-2007: "Brasil não precisa de novas usinas". Fonte: FSP.

04-05-2007: "Ibama do Amazonas entra hoje em greve contra mudanças". Fonte: OESP.

08-05-2007: "Antagonismo anacrônico". Fonte: artigo de Carlos Minc, secretário estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, O Globo.

09-05-2007: "O PAC não muda nada". Fonte: Editorial do OESP.

15-05-2007: "Soluções ambientais não podem ser políticas, mas técnicas". Fonte: OESP.

20-05-2007: "Parecer do Ibama foi dirigido contra licença". Fonte: OESP.

26-07-2007: "In the Amazon: conservation or colonialism?" Fonte: Herald Tribune.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R.** 2001. "Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica". In: ARBIX, Glauco, Mauro Zilbovicius e Ricardo Abramovay (orgs). Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP e EDUSP.
- ALKIRE, S.** 2004. "Culture, poverty, and external intervention". In: Rao, V.; Walton, M. (edit.). Culture and Public Action. California: Stanford University Press. Pp.185-209.
- ALBERT, B.** 2000a. "Na Amazônia: Entre a nova Constituição e o 'mercado de projetos'". In: Instituto Socioambiental, novembro de 2000. Disponível em: www.socioambiental.org.
- ALBERT, B.** 2000b. "Associações indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia brasileira". In: Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, Carlos Alberto Ricardo (Ed.), São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA): 197-207.
- ALBERT, B.** 2002. "O ouro canibal e queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza". In: Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico, Alcida Rita Ramos & Bruce Albert (org.). São Paulo: Edunesp/IRD/Imprensa Oficial: 239-270.
- ALMEIDA, Fábio; NORONHA, Cássio.** 2005. "Projetos Indígenas: a experiência de quatro anos de implementação do PDPI".
- ALMEIDA, Fábio; CAVUSCENS, Silvio.** 2001. "A atuação da sociedade civil organizada nos subprogramas do PPG7: uma nova perspectiva com a participação indígena no PDPI". Manaus: PDPI.
- ALMEIDA, M.** 1992. "O desenvolvimento e a Responsabilidade dos Antropólogos". In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R. e DEBERT, G. G. (orgs.). Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: EdUNICAMP, pp. 111-122.
- ALMEIDA, M.; CARNEIRO DA CUNHA, M.** 1999. "Populações tradicionais e conservação". Programa nacional de diversidade biológica, seminário de consulta, Macapá.
- ALMEIDA, M.** 2004. "Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 19 n. 55 junho/2004.
- APPADURAI, A.** 2004. "The capacity to aspire: culture and the terms of recognition". In: Rao, V.; Walton, M. (edit.). Culture and Public Action. California: Stanford University Press. Pp. 59-85.
- ARRIGHI, G.** 1997[1998]. "A Ilusão do desenvolvimento". Ed. Vozes: Petrópolis. 6ª edição.
- AZANHA, G.** 2002. "Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil". In: Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Contra Capa Ed. e LACED.
- AZANHA, G.** 2003. "A sustentabilidade da ocupação indígena". Paper apresentado no Workshop Rede SUSAM – Amazônia Sustentável. Belém (PA), outubro de 2003.
- BALÉE, W.** 1993. "Biodiversidade e os índios amazônicos". In: Amazônia: etnologia e história indígena. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. São Paulo, Brasil, Núcleo da História Indígena e do indigenismo da USP/FAPESP, 385-393.
- BALÉE, W.** 1995. "Historical ecology of Amazonia". In: SPONSEL, L. E. (Edit.). Indigenous people and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world. University of Arizona Press, Tucson/London, p. 97-110.
- BAYLE, M.; BARROS, H.** 1995. "Para compreender e dialogar com organismos internacionais". Brasil: Oxfam Internacional.
- BARRETO, H.** 2001a. "Da nação ao planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira". Tese de Doutorado apresentada em novembro de 2001 ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.
- BARRETO, H.** 2001b. "Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: 'populações tradicionais' e áreas protegidas nos trópicos". In: Revista Sexta - Feira (Utopia), n. 6. São Paulo: Editora 34, pp. 139-152.
- BARRETO, H.** 2002. "Preenchendo o buraco da rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira". In: ESTERCI, N; LIMA, D; LENÁ, P. 2002. Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais. Ano 1, n. 1, pp. 45-50.
- BARROSO-HOFFMANN; SOUZA LIMA, M. e A. C.** (organizadores). 2002a. "Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II". Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED.
- BARROSO-HOFFMANN, M.; SOUZA LIMA, M. e A. C.** (organizadores). 2002b. "Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III". Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED.

- BECKER**, B. 2001. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?". In: *Parcerias Estratégicas*, n. 12 (setembro de 2001). Ministério da Ciência e da tecnologia - Centro de Estudos Estratégicos. Pp. 135-159.
- BECKERMAN**, W. 1992. "Economic growth and the environment: Whose growth? Whose environment?" In: *World Development* 20(4): 481-96.
- BENSUSAN**, N. 2004. "Terras indígenas: as primeiras unidades de conservação". In: RICARDO, Fany (organização). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 66-73.
- BHABHA**, H. K. 1998. "O local da cultura". Editora UFMG: Belo Horizonte.
- BLANCHARD**, O. 2004. "Macroeconomia: teoria e política econômica". Rio de Janeiro: Editora Campus.
- BOAS**, F. 2004. "Antropologia Cultural". In: Castro, Celso. (organização, apresentação e tradução.). Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- BRAND**, A. 2002. "Mudanças e continuidades na política indigenista pós-1988". In: BARROSO-HOFFMANN, M. e Antônio C. de Souza Lima (organizadores). *Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED, pp. 31 - 38.
- BROSIUS**, P. 1999. "Analyses and Interventions: Anthropological Engagements with Environmentalism". In: *Current Anthropology*, v. 40 n.3. The University of Chicago Press. Pp.277-309.
- BROSIUS**, P. 2003. "Conservation and the Social Sciences". In: *Conservation Biology*, 17(3).
- BRUNDTLAND REPORT**. 1987. "Report of the world commission on environment and development". In: http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf
- BUNKER**, S. 1985. "Underdeveloping the Amazon". University of Illinois Press, Urbana.
- CAPOBIANCO, J. P. R. (coordenador geral). 2004. "Biodiversidade na Amazônia brasileira". São Paulo: Instituto Socioambiental, ISA.
- CARDOSO DE OLIVEIRA**, R. 1988. "O Índio na consciência nacional". In: *Sociologia do Brasil Indígena*, Brasília/Rio de Janeiro: UnB/Tempo Brasileiro: 65-74
- CARDOSO DE OLIVEIRA**, R. "A Crise do Indigenismo". Campinas: EdUNICAMP.
- CARDOSO DE OLIVEIRA**, R. 1996. "Posfácio 1994 – Trinta Anos Depois". In: "O Índio e o Mundo dos Brancos". Campinas: EdUnicamp, pp. 183-190.
- CARDOSO DE OLIVEIRA**, R. 2001. "Sobre o diálogo intolerante". In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (organizadores). *Povos indígenas e tolerância*. SP: Edusp/Unesco, pp. 245-252.
- CARNEIRO DA CUNHA**, M.; **ALMEIDA**, M. (orgs.). 2002. "Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações". São Paulo: Cia. das Letras.
- CALLICOTT**, J. 1999. "Current Normative Concepts in conservation". In: *Conservation Biology*. Vol. 13. Pp. 22-35.
- CAMARGO IGLIORI**, D. 2000. "Mudança Econômica e Melhora Social: Um Estudo sobre os Conceitos de Bem-estar e Desenvolvimento". Paper presented in the V National Congress of Political Economy, Brazil, Junho de 2000. (20 pgs.)
- CELENTANO**, D.; **VERÍSSIMO**. 2007. "A Amazônia e os Objetivos do Milênio". Belém: Imazon. 48p. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=503>
- CLIFFORD**, J. 1988. "The Predicament of culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and art". Harvard University Press. ("Introduction: The pure products go crazy", pp. 1-19 ;"Part one: Discourses", pp. 20-92).
- CLEARY**, D. 2004. "Arpa Indígena: A peça que faltava". In: Ricardo, F. (organização). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 114 – 120.
- COHEN**, J. ; **DANNHAUESER**, N. 2002. "Development in practice and theory". In: COHEN, Jeffrey e Nibert Dannhaueser (editors). "Economic development: an anthropological approach". Altamira: NYC.
- CREWE**, E. & **HARRISON**, E. 1998. "Whose development? An ethnography of aid". London: Zed Books
- CRUMLEY**, C.; **Elizabeth van Deventer**; **Joseph J. Fletcher**. 2001. "New directions in Anthropology and environment intersections". New York: Altamira Press.
- D. NEPSTAD**, **S. SCHWARTZMAN**, **B. BAMBERGER**, **M. SANTILI**, **D. RAY**, **P. SCHLENSINGER**, **P. LEFEBVRE**, **A. ALENCAR**, **E. PRINZ**, **G. FISK** and **A. ROLLA**. 2006. "Inhibition of amazon

- deforestation and fire by parks and indigenous lands". In: *Conservation Biology*. Vol. 20, n. 1, pp. 65-73.
- DESCOLA**, P. 1997. "Ecologia e Cosmologia". In: *Faces do Trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Ed. MPEG, pp. 243-261.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO** (de 08/02/2007). "Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais". Decreto No- 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.
- EDELMAN**, M.; **HAUGERUD**, A. 2005. "The Anthropology of Development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism". Blackwell Publishing: Oxford.
- E. MARCUS**, G. 1995. "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography". In: *Annu. Rev. Anthropol.* Vol. 24, pp. 95-117.
- ELI DA VEIGA**, J. 2005a. "Lembrar de Bizâncio". In: *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Junho, pp.14-22.
- ELI DAVEIGA**, J. 2005b. "Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI". Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- ESCOBAR**, A. 1995. "Encountering development: The making and unmaking of the Third World". Princeton University Press: Princeton
- ESCOBAR**, A. 1996. "Constructing nature: elements for a poststructural political ecology". In:
- ESCOBAR**, A. 1999. "After nature - Steps to an Antiessentialist Political Ecology". In: *Current Anthropology*, v. 40, n.1. Pp.1-30.
- ESTERCI**, N. 2002. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. In: *Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais*. ESTERCI, N; LIMA, D; LENÁ, P. Ano 1, n. 1. 51-62.
- ESTEVA**, G. 2000. "Development". In: SACHS, Wolfgang (Ed.). 1992. "The development dictionary: A guide to knowledge as power". London: Zed Books Ltd, pp. 6-26.
- FALS BORDA**, O. 1997. "Wisdom as power". In: Rhanema, Majid with Victoria Bawtree. *The Post-Development Reader*. Zed Books: London/ New Jersey
- FERGUSON**, J. 1994. "The Anti-politics Machine: "Development," Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho". Univ. of Minnesota Press.
- FERGUSON**, J. 2005. "Anthropology and its evil twin: 'Development' in the constitution of a discipline". In: Edelman, Marc and Angelique Haugerud. *The Anthropology of Development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Blackwell Publishing: Oxford.
- FEARNSIDE**, P.M. 1999. "Biodiversity as an environmental service in Brazil's Amazonian forests: Risks, value and conservation". In: *Environmental Conservation*. 26(4): 305-321.
- FEARNSIDE**, P.M. 2003. "Conservation policy in Brazilian Amazonia: understanding the dilemmas". In: *World Development*. 31(5): 757-779.
- FEARNSIDE**, P.M. 2005a. "Indigenous peoples as providers of environmental services in Amazonia: Warning signs from Mato Grosso". In: A. Hall (ed.) "Global Impact, Local Action: New Environmental Policy in Latin America". University of London, School of Advanced Studies, Institute for the Study of the Americas, London, U.K.
- FEARNSIDE**, P.M. 2005b. "O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja no Brasil". In: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/BR-163%20Torres%20book-carga%20pesada.pdf
- FINNEMORE**, M. 1997. "Redefining development at the World Bank". In: In: Frederick Cooper, Randall Packard. *International development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge*. University of California Press. Pp.203-227.
- FISHER**, W. 1997. "Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices". In: *Annual Review of Anthropology*, Vol. 26., pp. 439-464.
- FISHER**, W. 1994. "Megadevelopment, environmentalism, and resistance: The institutional context of Kayapó indigenous politics in central Brazil". In: *Human Organization*, vol. 53, n. 3, pp. 220-302.
- FONTANA**, A. 2003. "Verdade e poder" (entrevista). In: FOUCAULT, Michel. 2003. *Microfísica do poder*. Ed. Graal: São Paulo. 18ª edição. Pp. 1-15.
- FORLINE**, L; **MURRIETA**, RSS; **VIEIRA**, ICG. (orgs.). 2006. "Amazônia Além dos 500 Anos". 1 ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- FOUCAULT**, M. 1972[2005]. "A arqueologia do saber". Ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro.
- FOUCAULT**, M. 2000a. "Genealogia e poder". Curso do Collège de France, 7 de Janeiro de 1976. In: *Microfísica do poder*. Ed. Graal: São Paulo. 18ª edição, pp. 167-179.
- FOUCAULT**, M. 2000b. "Soberania e disciplina". Curso do Collège de France, 14 de Janeiro de 1976. In: "Microfísica do poder". Ed. Graal: São Paulo. 18ª edição, pp. 180-197.

- FOUCAULT**, M. 1977[1988]. “Regra da polivalência tática dos discursos”. In: A história da sexualidade (3ª edição). Graal: Rio de Janeiro, pp. 95-97.
- FURTADO**, C. 2004. “Os desafios da nova geração”. In: Revista de Economia Política. Vol. 24, n. 4(96), outubro-dezembro/2004.
- FURTADO**, C. 2000 (3ª. ed. revista pelo autor). “Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural”. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- GARDNER**, K. & **LEWIS**, D. 1996. “Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge”. Pluto Press.
- GARCIA DOS SANTOS**, L. 1994. “A encruzilhada da política ambiental brasileira”. In: A Amazônia e a Crise da Modernização, Maria Angela D’Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Pp.135-158.
- GEERTZ**, C. 2005. “Agricultural involution revisited”. In: Edelman, Marc and Angelique Haugerud. 2005. The Anthropology of Development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Blackwell Publishing: Oxford. Pp.191-194.
- GEERTZ**, C. 1978[1999]. “A Interpretação das Culturas”. Rio de Janeiro: Zahar.
- GILMAN**, N. 2002. “Involution and modernization: the case of Clifford Geertz”. In: COHEN, Jeffrey e Nobert Dannhauser (editors). 2002. Economic development: an anthropological approach. Altamira Press: New York. Pp. 3-23.
- GORDON**, C. 2001. “Nossas utopias não são as deles: os Mebengokre (Kayapó) e o mundo dos brancos”. In: Revista Sexta - Feira (Utopia), n. 6. Editora 34: São Paulo, pp. 124-136.
- GRAY**, A. 1990. “Indigenous peoples and the marketing of the rainforest”. In: The Ecologist. Nov-Dec 1990, v20, n6.
- GRAY**, A. 1995. “O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos Indígenas”. In: A Temática Indígena na Escola, Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Grupioni (org.). MEC/MARI/UNESCO, Brasília: 109-124.
- GRAY**, A. 2000. “Development policy, development protest: the World Bank, indigenous peoples, and NGOs”. In: FOX, Jonathan and David Brown (editors). The struggle for accountability: the World Bank, NGOs and grassroots movements. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts and London, pp. 267-301.
- GRILLO**, R. 1985. “Applied Anthropology in the 1980s: retrospect and prospect. In: Social Anthropology and Development Policy. Ralph Grillo and Alan Rew, eds. ASA Monographs, 23. New York: Tavistoc. Pp. 1-36.
- HAGGIS**, J. 2003. “Culture and Development: A Critical Introduction”. Oxford: Blackwell.
- HYLLANDERIKSEN**, T. & **NIELSEN**, F. S. 2007. “História da. Antropologia”. Petropolis: Vozes.
- HOBEN**, A. 1982. “Anthropologists and development”. In: Annual Review of Anthropology, 11: 349-376.
- HUXLEY**, T. H. 1863[2001] “Man’s place in nature”. Modern Library Edition. Jay Gould, S. (series editor). Random House of Canada: Toronto.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (INESC)**. 2000. “Políticas públicas para povos indígenas uma análise a partir do orçamento”. INESC, outubro de 2000.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**. 2005. “Povos Indígenas no Brasil – 2001/2005”. ISA.
- JAMES ANAYA**, S. 2004. “ILO Convention n. 169 of 1989”. In: James Anaya, S. Indigenous people in International law. Oxford University Press (segunda edição). Pp. 58-72.
- JAY GOULD**, S. 1993. “A regra de ouro: uma escala adequada para nossa crise ambiental”. In: Jay Gould, S. Dedo Mindinho e seus vizinhos: Ensaios de história natural. São Paulo: Cia. Das Letras, SP, pp. 39-50.
- KEARNEY**, M. 1995. “The local and the global: the anthropology of globalization and transnationalism”. In: Annual Review of Anthropology. Vol. 24, pp. 547-565.
- KUPER**, A. 1999[2002]. “Cultura: a visão dos antropólogos”. EDUSC: São Paulo.
- LATOUCHE**, S. 1997[2005]. “Paradoxical growth”. In: Rhanema, M.; Bawtree, V. 1997[2005]. The Post-Development Reader. Zed Books: London/ New Jersey. Pp. 135-143.
- LATOUR**, B. 1991[1994]. “Jamais Fomos Modernos”. Editora 34: São Paulo.
- LANDIM**, L. 1998. “Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs”. In: Landim (org.). Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- LESSA**, C.; **CASTRO**, A. 1998. “Introdução à economia: uma abordagem estruturalista”. Forense Universitária: São Paulo.

- LEYS, C.** 1996. "The rise and fall of development theory". Indiana University Press.
- LEVI-STRAUSS, C.** 1963[1976]. "Jean-Jacques Rousseau: fundador das ciências do homem". In: Antropologia Estrutural Dois, capítulo II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LEVI-STRAUSS, C.** 1963[1976]. "As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico". In: Antropologia Estrutural Dois, capítulo XVII. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LIMA, D.** 2002. "Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea". In: ESTERCI, N; LIMA, D; LENÁ, P. Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais. Ano 1, n. 1. Pp. 37-44.
- LIMA, D.; POZZOBON, J.** 2005. "Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social". In: Estudos Avançados: São Paulo. Vol. 9, n. 54.
- LENÁ, P.** 2002. "As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia; problemas e contradições". In: Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais. Ano 1, n. 1. Pp. 37-44.
- MACKAY, F.** 2002[2004]. "Universal rights or a universe unto itself? Indigenous human rights and the World Bank's Draft Operational Policy 4.10 on Indigenous Peoples". In: Watters, L. (editor). 2004. "Indigenous peoples, the environment and law - an anthology". Carolina Academic Press: Durham. Pp. 115-138.
- MALINOWSKI, B.** 1922[1998]. "Argonautas do Pacífico Ocidental". Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural.
- MANKIW, N.G.** 2001. "Introdução à economia – princípios de micro e macroeconomia". Ed. Campus: Rio de Janeiro.
- MARÉS, C.** 2002. "As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios". In: BARROSO-HOFFMANN, M. e Antônio C. de Souza Lima (organizadores). Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED, pp. 49-63.
- MARQUES, E.** 1997. "Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas estatais e atores políticos". In: Bib - Revista Brasileira de informações Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 43, vol. 1, pp. 67 - 102.
- MARTINS DE CARVALHO, H.** 1994. "Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável". In: A Amazônia e a Crise da Modernização, Maria Angela D'Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Pp. 361-380.
- MAY, P.; LUSTOSA, V.** (organizadores). 2003. "Economia do Meio Ambiente: teoria e prática". ECOECO e Editora Campus: Rio de Janeiro.
- MILTON, K.** (editor). 1993. "Environmentalism - The view from Anthropology". London: Ed. Routledge.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.** 2006. "Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais Subsídios para as Oficinas de Trabalho Regionais a serem realizadas no período de 14 a 23 de Setembro de 2006". Documento - versão final consolidada e aprovada na 3a. Reunião Ordinária da CNPCT, de 16-17 de novembro de 2006.
- NOBRE, M.; CARVALHO AMAZONA, M.** 2002. "Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito". CEBRAP e Edições IBAMA: São Paulo, pp.107-279.
- NOGUEIRA BATISTA, P.** 1994. "O Brasil e o desenvolvimento sustentável". In: Ângela D'Incao, M. e Maciel da Silveira, I. (organizadores). A Amazônia e a crise da modernização. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém, Para, pp. 125 - 133.
- NORTH, D.** 1995. "The new Institutional Economics and the Third World development". In: J. Harris, J. Hunter and C. M. Lewis (editors). The new Institutional Economics and the Third World development. Routledge: London, pp. 17-26
- PACHECO DE OLIVEIRA, J.** 1993. "Três modelos de intervenção do Estado no reconhecimento das Terras Indígenas: democratização, remilitarização e reflexos da UNCED". In: Resenha e Debate - Boletim do PETI/Projeto de Estudos sobre TIs no Brasil. Museu Nacional: Rio de Janeiro. (10 pgs)
- PEET, R. & M. WATTS** (editors). 1996. "Liberation Ecologies". Routledge: London/NewYork.
- PEET, R; E. HARTWICK.** 1999. "Theories of development". The Guilford Press: London/ New York.
- PDPI.** 2000. "Documento de Projeto". Versão 11 de Janeiro de 2000.
- PDPI, DFID** (Department for International Development). 2001. "Documento de Projeto". Versão 08-11-2001.
- PDPI.** 2003. "Manual do Parecerista". Manaus: PDPI.
- PDPI, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e PDA.** .2006. "Relatório Final da Oficina: Redefinindo os Rumos do PDPI". Manaus: MMA, PDPI e PDA.

- PDPI, MMA e COOPERACAO TÉCNICA DA ALEMANHA.** 2005. "Políticas públicas relacionadas aos povos indígenas no Brasil: processos e iniciativas em curso". Documento de trabalho n.1: Manaus.
- PIETERSE, J.N.** 1998. "My paradigm or yours? Alternative development, post-development, reflexive development". In: *Development and Change* 29(2): 343-73.
- PIMENTA, J.** 2004. "Povos indígenas e desenvolvimento sustentável: Os paradoxos de um exemplo amazônico". In: *Anuário Antropológico* 2002/2003: 115-150.
- PIRON, L. H.** 2002. "The right to Development: A review". Disponível em http://www.odi.org.uk/pppg/publications/papers_reports/dfid/issues/rights01/right_to_dev.pdf
- PNUD.** 1990. "Concept and measurement of human development. Human Development Report". In: hdr.undp.org/reports.
- PNUD.** 2004. "Cultural Liberty in today's diverse world. Human Development Report" In: hdr.undp.org/reports.
- POSEY, D.** 1994. "Será que o 'Consumismo Verde' vai salvar a Amazônia e seus habitantes?" . In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*, Maria Angela D'Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Pp. 345-360.
- POZZOBON, J.** "O lumpen indigenismo do Estado brasileiro". In: *Journal de la Société des Américanistes*. 85, 1999, pp. 282-306.
- PPG7 - Programa Piloto G7 para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.** 2001. "Relatório do grupo Consultivo Internacional (IAG). Décima quinta reunião, Brasil, 9-20 de julho de 2001.
- RAHNEMA, M.; BAWTREE, V.** 1997[2005]. "The Post-Development Reader". London: Zed Books..
- RAMOS, A. R.** 1995. "O índio hiperreal". In: *Revista brasileira de ciências sociais* 28: 5-15.
- RAO, V.; WALTON, M.** (edit.). 2004. "Culture and Public Action". California: Stanford University Press.
- REDFORD, K. H.** 1990. "The ecologically noble savage". In: *Orion Nature Quarterly* 9(3):24-29.
- REDFORD, K. H.; STEARMAN, A. M.** 1993. "Forest Dwelling-Native Amazonians and the Conservation of Biodiversity: Interests in Common or Collusion?" In: *Conservation Biology* 7(2):248-255.
- RIBEIRO, G.** 1991. "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento". In: *Revista de Antropologia*, v.34.
- RICARDO, C. A.** 1999. "A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil e a biodiversidade na Amazônia". Cópia xerox do artigo encontrado no acervo do ISA - Instituto Socioambiental..
- RICARDO, C. A.** 2002. "Notas sobre economia indígena e mercado no Brasil". In: [CD-ROM]. Retirei uma cópia deste artigo no acervo do ISA - Instituto Socioambiental.
- RICARDO, C. A.** 2004. Povos Indígenas e "Desenvolvimento Sustentável". In: Ricardo, F. (organização). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 121 – 129.
- RICARDO, F.** (organização). 2004. "Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições". São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RIBEIRO ROMERO, A.** 2001. "Economia ou economia política da sustentabilidade?". Artigo IE - UNICAMP. N. 102. Set. 2001.
- RIST, G.** 1997[2004]. "The History of development: from western origins to global faith". Zed Books: London/ New Jersey.
- ROSTOW, W.** 1960. "The five stages of growth". In: *Stages of economic growth*. Cap. 2, pp. 4-16. Cambridge University Press: London
- Ruiz-Perez M, Almeida M, Dewi S, Costa EM, Pantoja MC, Puntodewo A, de Postigo AA, de Andrade AG. 2005. "Conservation and development in Amazonian extractive reserves: the case of Alto Jurua". In: *Ambio*. 2005 May; 34(3): 218-23.
- SACHS, I.** 2004a. "Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado". Ed. Garamond: RJ.
- SACHS, I.** 2004b. "Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento". Paper presented in the seminar: Economics and Society, Faculty of Economics, University of São Paulo, novemb. 2004. (24 pgs.)
- SACHS, W.** (Ed.). 1992. "The development dictionary: A guide to knowledge as power". London: Zed Books Ltd.
- SAID, E.** 1979[2000]. "Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente". Cia. Das Letras: SP.
- SAHALINS, M.** 1985[1990]. "Ilhas de história". RJ: Jorge Zahar Editor.

- SAHALINS**, M. 1997. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". Parte I *Mana*, vol.3, n.1, pp.41-73. Parte II. *Mana*, vol.3, n.2, pp.103-150.
- SANDERSON**, S. 2005. "Poverty and conservation: the new century's "peasant question?" In: *World Development* 33(2): 332-332.
- SANTILLI**, J. 2005. "Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural". São Paulo: Editora Peirópolis/Instituto Socioambiental.
- SANTILLI**, M. 2002. "Programas regionais para uma nova política indigenista". In: BARROSO-HOFFMANN, M. e Antonio C. de Souza Lima (organizadores). *Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED. Pp. 69-82.
- SARGENT**, L. 1998[2004]. "The indigenous peoples of Bolivia's Amazon basin region and ILO Convention n. 169: real rights or rhetoric?" In: Watters, L. (editor). 2004. "Indigenous peoples, the environment and law - an anthology". Carolina Academic Press: Durham. Pp.179-200.
- SCHWARCZ**, L. 1993. "O espetáculo das raças". São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHRODER**, Peter; **LITTLE**, Paul E.; **AMARAL**, Carlos. 2000. "Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas: documento do projeto". Brasília: PPTAL, 2000-abril.
- SEIXAS**, J. 2001. "Amazônia: trajetória e perspectivas". In: SACHS, I. e outros (Org.). *Brasil: um século de transformações*. Cia. das Letras: SP, pp.348-370.
- SEN**, A. 1999. "Desenvolvimento como liberdade". Cia. Das Letras: SP.
- SENARCLES**, P. 1997[2005]. "How United Nations promotes development through technical assistance". In: Rhanema, M.; Bawtree, V. *The post development reader*. Zed Books: London/ New Jersey, pp. 190 - 206.
- SHIVA**, V. 1997[2005]. "Western science and its destruction of local knowledge". In: Rhanema, M.; Bawtree, V. *The post development reader*. Zed Books: London/ New Jersey, pp. 161 - 168.
- SIGAUD**, L. 1954[1993]. "Apresentação" In: Leach, E. *Sistemas Políticos da alta Birmânia: Um Estudo da Estrutura Social Kachin*. Coleção Clássicos, EDUSP. Pp. 9-43.
- SIKKINK**, K. 1997. "Development ideas in Latin América: Paradigm shift and the Economic Comission for Latin América". In: Frederick Cooper, Randall Packard. *International development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge*. University of California Press. Pp. 228-258.
- SNEDDON**, C. 2000. 'Sustainability' in ecological economics, ecology and livelihoods: a review. In: *Progress in Human Geography* 24(4): 521-549.
- SOUZA LIMA**, A. C. 1998. "Os relatórios antropológicos de identificação de terras Indígenas da Fundação nacional do índio: notas para o estudo da relação entre Antropologia e indigenismo no Brasil, 1968-1985". In: Pacheco de Oliveira, J. (org.) 1998. *Indigenismo e Territorialização*. Ed. ContraCapa: RJ. Pp.221-267.
- SOUZA LIMA**, A. C.; **BARROSO-HOFFMAN**, M. (orgs.). 2002. "Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista". Rio de Janeiro: Contra Capa.
- STAVENHAGEN**, R. 1984. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista". In: *Anuário Antropológico* 84, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, pp.11- 44.
- STIBICHI**, I. A. 2005. "Povos indígenas, Etnodesenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia legal: uma interpretação antropológica da formação do PDPI a partir dos seus documentos preparatórios". Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UNB. Orientador: Henyo T. Barreto Filho.
- STOCKING**, G. W. 1968[1982]. "Race, Culture, and Evolution: Essays in the History of Anthropology".
- TEIXEIRA FILHO**, A. 2003. "A Amazônia na governança global: o caso do PPG-7". Tese de Doutorado da UNICAMP. Orientador: Leila da Costa Ferreira.
- THE WORLD BANK**. 1992. "Environment and development in Latin America and Caribbean: the role of the World Bank". World Bank, June, 1992.
- TILKIN GALLOIS**, D. 2001a. "Essa incansável tradução: entrevista com Dominique Tilkin Gallois por Evelyn Schuler, Florencia Ferrari, Renato Sztutman e Valéria Macedo". São Paulo: Revista Sexta-Feira n. 6 [Utopia]. Ed. 34.
- TILKIN GALLOIS**, D. 2001b. "Sociedades Indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância". In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (organizadores). *Povos indígenas e tolerância*. São Paulo: Edusp/Unesco, pp. 167-190.
- TSING**, A. 2001. "Nature in the Making". In: Crumley, Carole (editor). 2001. *New Directions in Anthropology and Environment*. Altamira Press: Walnut Creek, CA. Pp. 3 - 23.

- TSING**, A. 2005. "Friction: an ethnography of global connection". Princeton University Press: New Jersey.
- TAUSSIG**, M. 1987[1993]. "Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura". Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- VERDUM**, R. 2002. "Etnodesenvolvimento e Mecanismos de Fomento do Desenvolvimento dos Povos Indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)". In: SOUZA LIMA, A. C. e BARROSO-HOFFMAN, M. (orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp.87-105.
- VERDUM**, R. 2006. "Etnodesenvolvimento: nova-velha utopia do indigenismo". Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Antropologia da UNB. Orientador: Gustavo Lins Ribeiro.
- VIEIRA ARRUDA**, R. S. 2001. "Imagens do índio: signos da intolerância". In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (orgs.). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/UNESCO, pp. 43- 63.
- VIVEIROS DE CASTRO**, E.; **ANDRADE**, L. M. M. de. 1988 "Hidrelétricas do Xingu: o estado contra as sociedades indígenas". In: SANTOS, L. A. O. & ANDRADE, L. M. M. de. (orgs.), As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas, São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, pp. 7-23
- VIVEIROS DE CASTRO**, E. 1996. "Images of nature and society in Amazonian Ethnology". In: Annual Review of Anthropology, 25:179-200.
- VIVEIROS DE CASTRO**, E. "Etnologia Brasileira". 1999. In: O que ler na Ciência Social Brasileira, Vol. 1. Anpocs; Capes, São Paulo, pp. 109-224.
- WEBER**, M. 1991. "Ação social e relação social". In: WEBER, M. 1991. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, vol. 1. Edt. Universidade de Brasília: Brasília. Pp.13-19.
- WEBER**, M.1998. "Ciência e Política. Duas Vocações". São Paulo: Editora Cultrix.
- ZIMMERMAN**, B.; **BERNARD**, E. 2005. "Alianças conservacionistas com sociedades indígenas da Amazônia brasileira". In: Revista Ciência e Ambiente. N. 31. Rio Grande do Sul. Pp. 93-106.